

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGHIST)

MODELOS EDUCATIVOS DE COMPORTAMENTO: Fernão Lopes e D. Duarte, Ordenadores da Memória de Avis no século XV, e a produção do paradigmático “O Medievo português e a Revolução de Avis”.

ANTONIO MARCOS LEMOS SANTOS

SÃO LUÍS – MA
2021

ANTONIO MARCOS LEMOS SANTOS

MODELOS EDUCATIVOS DE COMPORTAMENTO: Fernão Lopes e D. Duarte, Ordenadores da Memória de Avis no século XV, e a produção do paradigmático “O Medievo português e a Revolução de Avis”.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual Maranhão para à obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Maria de Souza Zierer.

SÃO LUÍS – MA
2021

Santos, Antonio Marcos Lemos.

Modelos educativos de comportamento: Fernão Lopes e D. Duarte, ordenadores da memória de Avis no século XV, e a produção do paradidático “O medievo português e a Revolução de Avis” / Antonio Marcos Lemos Santos. – São Luís, 2021.

210 f.; il.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST), Universidade Estadual do Maranhão, 2021.

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Maria de Souza Zierer.

1. Ensino de História. 2. Modelos Educativos de Comportamento. 3. Portugal Medieval. 4. Paradidático. I. Título.

CDU 37.015.3:94(469)“05/...”

ANTONIO MARCOS LEMOS SANTOS

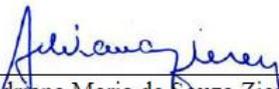
MODELOS EDUCATIVOS DE COMPORTAMENTO: Fernão Lopes e D. Duarte, Ordenadores da Memória de Avis no século XV, e a produção do paradigmático “O Medievo português e a Revolução de Avis”.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão com vistas à obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Maria de Souza Zierer.

Aprovado em: 29/07/2021

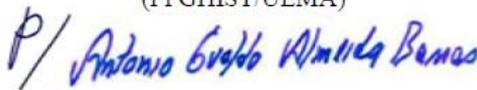
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Adriana Maria de Souza Zierer (Orientadora)
(PPGHIST/UEMA)



Prof. Dr. Fábio Henrique Monteiro Silva (Arguidor)
(PPGHIST/UEMA)



Profa. Dra. Miriam Cabral Coser (Arguidora)
(PPGH /UNIRIO)

Profa. Dra. Ana Livia Bomfim Vieira (Suplente)
(PPGHIST/UEMA)

Aos meus pais, e aos meus irmãos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida e por ter me conferido persistência e a perseverança necessária para concluir mais uma etapa de minha carreira acadêmica. Aos meus amados pais que sempre estiveram comigo em cada momento, a minha família que sempre apoiou e depositou confiança em minhas escolhas.

As amigas, Lindalva dos Santos Corrêa (Linda Pinda), Patrícia e Carla Milena pela parceria, compartilhamento de textos, ideias, angústias, momentos de descontração na bela São Luís, recordarei de todos os momentos que tive com vocês, espero que possamos estar juntos em outras jornadas pela História, espero tê-las para todo sempre.

A amiga Renata Aragão parceira de orientação, pelos momentos de discussão e ideias, compartilhamento de dados e fontes, meu muito obrigado.

A valorosa orientação da Prof^a Adriana Zierer, que conheço e admiro desde o *Encontro Internacional de Historia Antiga e Medieval de Imperatriz*, por não desistir de sempre convidar para fazer a seleção de mestrado da UEMA, meu muito obrigado. Que possamos continuar contribuindo de forma positiva para o crescimento dos estudos medievais no Maranhão.

A minha amiga e gestora do Centro de Ensino União, Francisca Sousa Silva, pelo apoio incondicional ao coração enorme de mãe por sempre está agindo nos bastidores como um anjo da guarda, meu muito obrigado pelo apoio na aplicação do paradidático junto aos alunos de forma presencial. A amiga Maria Eliana vice-gestora do Centro de Ensino União, pelo carinho e ombro amigo nas horas difíceis.

A professora Maridalva pelo carinho e apoio.

Ao Prof^o Dr. Edimilson Rosa Bezerra, professor da UEMASUL, sem o qual a parceria e o incentivo essa jornada não seria possível.

A todos os professores do Centro de Ensino União.

A minha gestora da Rede Municipal Maria Nilda, meu muito obrigado pelo apoio.

Ao NEMHAM, Núcleo de Pesquisa da UEMASUL, de onde iniciei minha jornada pela pesquisa no Medieval, e ao BRATHAIR, Grupo de Estudos Celtas e Germânicos, pela oportunidade dos eventos virtuais em 2020.

Aos professores do PPGHIST/UEMA, que muito auxiliaram no processo de fortalecimento desta pesquisa.

Qualquer empreendimento realmente grande não se realiza sem riscos e, como se sabe, as coisas belas são difíceis.
(Platão, 1990, p. 207)

A procura pela Sabedoria, por tanto, nada mais é do que o grande conforto de nossa vida, porque quem a encontra é feliz; e quem a possui, santo.
(Hugo de São Vítor)

RESUMO

A *Literatura* e a *História* são duas formas de concepção de mundo, e há muito são utilizadas para conferir vida a distintas realidades, e descrever contextos temporais e aspectos sociais. Essas categorias de escrita foram recursos bastante utilizados após a entronização de D. João I, (1385-1433), soberano que, por intermédio de tais narrativas foi laureado com o epíteto de *Rei da Boa Memória*, que através das crônicas lopesianas tipo de documento que foi o embrião de uma história nacional. Observamos a construção de um discurso Estatal com pretensões de legitimação da imagem da nova facção, e para executar tal projeto os reis dessa linhagem puseram-se a escrever tratados, caso do *Leal Conselheiro*, que fora escrito por D. Duarte, ou delegaram essa função a terceiros, caso da *Crônica de D. João I*, narrativa dos fatos ocorridos no bojo dos eventos que conduziram o Mestre de Avis ao trono Português. Acreditamos que esse programa propagandístico de viés moralístico, doutrinário e disciplinar, tinha por finalidade, educar *através sugestão de conselhos* que visavam à fuga dos pecados e busca das virtudes, a cargo do *Leal Conselheiro* que segundo seu régio autor configurava-se em “*huũ A.B.C. de lealdade. Ca he feicto principalmẽte pra senhores e gẽte de suas casas,*” onde o *Rei-Filosofo* dita comedimento e postura virtuosa a serem seguidas pelo grupo de secundogênitos que alçaram um novo status social com a escalada ao poder de D. João. O processo educativo dar-se-ia também pela sugestão de modelos de conduta sociais já consolidados, para este engenho a *Crônica de D. João I* escrita por Lopes, para além de pretender o fortalecimento da imagem do iniciador da dinastia, por meio de um relato que se constitui como um elogio a seus feitos bélicos, tenta também, tornar permanente na memória coletiva uma boa imagem deste grupo. O cronista tenciona sua escrita a apontar modelos a serem reproduzido, tais como, modelo de bom rei, transsubstanciado na pessoa do primeiro soberano de avis, modelo de guerreiro corajoso, personificado na imagem de D. Nuno Álvares Pereira, assim como de bom português que seriam todos que fossem partidários de sua causa. Isto dito, nossa pesquisa objetiva análise na supracitada documentação, para desvelar a tentativa de instituir um modelo social padrão de agir, pensar e sentir, que se utiliza de um forte apelo moralístico cristão, no esforço de educar dando indicando “*boo regimento de nossas conciencias e vontades*” e cristalizar a memória e forjar modelos ancorados nos “*firme os claros feitos dignos de grande relembança*”. Por fim elaboramos um paradidático que objetiva levar a História do medievo para a sala de aula, o mesmo se destina a 1ª série do ensino médio e auxiliará o aprofundamento neste tema que por vezes é marginalizado no livro didático.

Palavras-chave: Ensino de História. Modelos Educativos de Comportamento. Portugal Medieval. Paradidático.

ABSTRACT

Literature and History are two ways of conceiving the world, and have long been used to bring to life different realities, and to describe temporal contexts and social aspects. These categories of writing were widely used after the enthronement of D. João I (1385-1433), a sovereign who, through such narratives was awarded the epithet of King of Good Memory, who, through the Lopesian chronicles, was the embryo of a national history. We observe the construction of a State discourse with pretensions to legitimize the image of the new faction, and to execute this project the kings of this lineage set themselves to writing treatises, as in the case of *Leal Conselheiro*, which was written by D. Duarte, or delegated this function to others, as in the case of *Crónica de D. João I*, a narrative of the events that occurred in the wake of the events that led the Master of Avis to the Portuguese throne. We believe that this propagandistic program of moralistic, doctrinal and disciplinary bias, had the purpose of educating through the suggestion of advice aimed at the escape from sins and the pursuit of virtues, in charge of the Loyal Councilor that according to its royal author was configured in "huũ A.B.C. of loyalty. Ca he feicto principalmête pra senhores e gête de suas casas," where the King-Philosopher dictates restraint and virtuous posture to be followed by the group of secundogênitos that rose to a new social status with the climb to power of D. João. The educational process would also be given by the suggestion of models of social conduct already consolidated, for this device the Chronicle of King John I written by Lopes, in addition to seeking to strengthen the image of the initiator of the dynasty, through a report that is constituted as a praise of his warlike deeds, also tries to make permanent in the collective memory a good image of this group. The chronicler intends his writing to point out models to be reproduced, such as a model of a good king, transubstantiated in the person of the first sovereign of avis, a model of a brave warrior, personified in the image of D. Nuno Álvares Pereira, as well as a good Portuguese who would be all those who were supporters of his cause. That said, our research aims to analyze the aforementioned documentation to unveil the attempt to establish a standard social model to act, think and feel, which uses a strong moralistic Christian appeal, in an effort to educate by indicating "the rule of our consciences and wills" and crystallize the memory and forge models anchored in the "firm the clear deeds worthy of great remembrance. Finally, we elaborated a study guide that aims to bring the History of the Middle Ages to the classroom. It is intended for the first grade of high school and will help to deepen this theme that is sometimes marginalized in the textbook.

Keywords: History Teaching. Educational Models of Behavior. Medieval Portugal. Paradidactic.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 01: Alunos utilizando o paradidático.....	207
Imagem 02: Aluno fazendo leitura de <i>QR code</i> do paradidático.....	207
Imagem 03: Aluno Assistindo vídeo acessado pelo <i>QR code</i> do produto.....	208
Imagem 04: Alunos fazendo Bloco de atividade.....	208
Imagem 05: Alunos com o paradidático após a aula.....	209
Imagem 06: Gestoras da Escola recebendo uma cópia do paradidático.....	209

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 - NARRATIVA HISTÓRICA, MEMÓRIA E LITERATURA.....	20
1.1. Memória e sentido.....	20
1.2. História e literatura.....	36
1.3. Memória na Narrativa Lopesiana.....	44
1.4. Memória Cristã no processo educativo, os leais conselhos de D. Duarte.....	50
CAPÍTULO 2 - A ESCRITA AVISINA.....	56
2.1. Práticas de comportamento e cristalização da memória nos escritos produzidos pela Casa Real Avisina.....	56
2.1.1. Falando um pouco das fontes e obras outras da Casa Real de Avis: A retórica medieval e o educar do espírito e do corpo.....	56
2.1.2. Obras dos príncipes de Avis, memória e modelos educativos.....	69
2.2. O Moldar do Corpo e Espírito nos Leais Conselhos de D. Duarte, falas iniciais.....	81
2.3. O cronista e <i>El-Rei Filósofo</i> , narrativa cronística e prosa doutrinária: Memória e Modelos Educativos.....	90
CAPÍTULO 3 - MODELOS EDUCATIVOS DE COMPORTAMENTO: FERNÃO LOPES E D. DUARTE ORDENADORES DA MEMÓRIA DE AVIS NO SÉCULO XV.....	100
3.1. D. Duarte, rei e homem.....	105
3.1.1. O Leal Conselheiro: Modelos Educativos de Comportamento na propaganda de conduta moral, doutrinária e disciplinar da Casa Real Avisina.....	115
3.2. Fernão Lopes e a Crônica de D. João I.....	147
3.2.1. Modelo de bom Rei, e bom Cavaleiro: o Condestável e o Rei da Boa Memória.....	155
CAPÍTULO 4 - A PRODUÇÃO DO PARADIDÁTICO “O MEDIEVO PORTUGUÊS E A REVOLUÇÃO DE AVIS”.....	176
4.1. Produção de livros didáticos no Brasil.....	177
4.2. A confecção do paradidático <i>O medieval português e a Revolução de Avis</i>	182
4.3. Aplicação e aplicabilidade do paradidático em sala de aula.....	188
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	195
Referências Bibliográficas.....	199
ANEXOS.....	206

INTRODUÇÃO

As diversas sociedades tradicionais, independente do recorte temporal, sempre foram ávidas em doutrinar e disciplinar os membros do tecido social, como meio de controle. Em nosso país, no contexto dos últimos trinta e dois anos, desde o processo de redemocratização, nunca se esteve tão em voga temáticas relacionadas à doutrinação e ao disciplinar o corpo social, para, além disso, o contexto ainda resguarda uma temerária escalada do negacionismo histórico, e científico que a nosso ver tem seu nascedouro em um embate de discursos antagônicos, revelando um ambiente de acirrada disputa pela memória oficial e, supressão das recordações de grupos considerados minoritários, pois a memória tem o poder de produzir ou conferir vitalidade a determinadas práticas sociais, assim como perceberemos no corpo discursivo de nossa pesquisa, ao abordarmos a construção de Modelos Educativos de Comportamento. No que se refere ao negacionismo científico, percebe-se que o encolerizado embate contra as universidades brasileiras, criou um grupo anti-ciência, que traz à tona um desprezo pelo saber desenvolvido na academia, que pode ter sua essência na ignorância do não alcance desse saber por grande parcela de nossa sociedade ou pela simples indiferença quanto a ele, nesse processo unem-se a ideologia negacionista e a política em uma tentativa de uso da memória para fins partidários, onde não apenas as ciências humanas têm a perder, mas também toda sociedade.

Para Napolitano & Junqueira, o processo de avanço do negacionismo no Brasil lança uma sombra não apenas sobre as humanidades, mas, também em outras áreas do conhecimento, questionando a eficácia de medicamentos pondo em cheque os conhecimentos e metodologias das Ciências Biológicas, o negacionismo climático e a indagação duvidosa acerca do formato do planeta terra, minando as Ciências da Terra. E o negacionismo histórico não escapa desse contexto e deve ser enquadrado em uma conjuntura onde evidências já consolidadas em outras áreas também são negadas. (NAPOLITANO; JUNQUEIRA, 2020, p. SI).

Ainda nesse quadro de mudanças, em 2015, ao sair à primeira versão da Base Nacional Comum Curricular percebeu-se que, houve uma grande supressão da Idade Média no currículo, até mesmo da temporalidade seguinte que mostra os desdobramentos da fragmentação do medievo, assim esta primeira versão da BNCC privilegiou os conteúdos referentes à história do Brasil, por considerar os recortes

temporais da Antiguidade e Idade Média distantes da realidade dos discentes. O que configura que uma proposta de história global, uma história da humanidade fora substituída por um arranjo local que não busca reflexões mais elaboradas sobre as relações de nossa história com a história da humanidade que não foi em seu todo agraciada pelo documento inicial, subtraindo os recortes temporais supracitados e suprimindo a Idade Contemporânea. (LIMA, 2019, p. 3-5).

A ideia de forjar uma história nacional, “livre” de possíveis amarras do quadripartite europeu, fora de uma história convencional, seriada e linear, padronizada que ver a história nacional a partir da visão do homem do velho continente, foi refutada na versão de 2015. Se caracterizando com um forte Brasilcentrismo, o que reduz o imprescindível afastamento temporal entre passado e presente que possibilitam melhor perspectiva de compreensão de costumes, conflitos e suas soluções e as relações com as instituições, o que operacionaliza a possibilidade de relacionar tais fatos com outras sociedades e outras conjunturas históricas. Dando ênfase exacerbada a uma história antes subterrânea, que estava à margem da historiografia e do currículo, ao fazer essa inserção opta-se automaticamente pela exclusão do modelo anterior. (TEIXEIRA; PEREIRA, 2017, p. 17). Acreditamos que dar voz a essas abordagens é um fato relevante, no entanto negar que somos frutos de um processo que está interligado a uma história maior, a uma história da humanidade, é uma perda pois, se faz necessário voltar no tempo e vermos a forma que fomos lapidados, se faz necessário refletir que somos o resultado de um acúmulo de conhecimento que vem desde o mundo antigo e isso nos faz sermos o que somos hoje.

Um exemplo que pode ser citado é a sociedade medieval portuguesa, mesmo o recorte temporal analisado se encontrando fora do tempo e do espaço presente, ela nos dá elementos para refletirmos muitos problemas do tempo presente, em especial no que se refere ao processo educativo, aos modelos sociais vigentes considerados apropriados, e também os não bem vistos, a serem apropriados pelo corpo social ou refutado por ele, a tentativa de homogeneizar o modo de perceber o mundo, o controle das mentalidades, a virilidade masculina presente nos textos de D. Duarte no Livro de Ensino, que indicava rígidos exercícios, inclinados a forjar uma masculinidade que hoje chamamos de machismo, no entanto, essa questão já é outra história, mas são elementos tão presentes no contexto atual que nos faz lançarmos a pesquisa nessa temporalidade que por vezes é vista apenas pela faceta do maravilhoso. Essas reflexões

são possíveis, pois, estes homens do medievo deixaram registros, documentos textuais, imagéticos, escritos, assim como a documentação utilizada nesta pesquisa, a saber, o *Leal Conselheiro* e a *Crónica de D. João I*, escritas respectivamente, do segundo soberano avisino e pelo cronista oficial do reino. Dessa forma, a sociedade medieval portuguesa é importante tendo em vista que nos faz pensar o tempo presente e seus problemas, não que seja pretensão nossa trazer todas as respostas, não propomo-nos a produzir nada, pois a história Medieval não segue os ditames do sistema econômico vigente de produzir algo, queremos ofertar maneiras de repensar o tempo presente e mostrar que para nos percebermos como grupo social portador de memórias e hábitos culturais teremos que irmos buscar resposta em nosso passado medieval não tão longe de nós.

Retomando a discursão acerca da BNCC, para concluirmos um quadro geral da conjuntura vivida, observamos a segunda versão do referido documento, do ano seguinte, reconfigura-se, no entanto, continua por suprimir alguns conteúdos e levar para a sombra, a história dos negros, indígenas e das mulheres. Diferente da primeira versão que só trabalhava a Antiguidade e a Idade média no 6º ano, a nova versão inicia o tema Idade Antiga, já no Ensino Fundamental Menor, ou anos iniciais, no 4º ano já se inicia o trabalho com alguns tópicos, que se seguem até o 6º ano e prevê para os anos finais da educação básica três unidades temáticas que não abordam a Antiguidade e Idade Média, retirando o Medievo do Ensino Médio, e apresentando uma Idade Média limitada a uma visão pejorativa, mantendo uma ideia de obscurantismo que é uma negação as pesquisas e avanços feitos pelos pesquisadores, pois quando abordada no Ensino Fundamental a Idade Média permanece como obscura e período intermediário entre a Antiguidade e a Idade Moderna. (LIMA, 2019, p. 09)

Por fim em sua versão final no ano de 2017, a terceira e última glosa da BNCC, com o intuito de ser complementar a versão anterior, esse texto aprovado versou apenas sobre o Ensino Fundamental. Mesmo com posicionamentos contrários como da ANPEd¹ a sua aprovação ocorreu, no entanto, vários elementos do texto sofreram duras críticas, tais como a o entendimento acerca do currículo que foi traçado pela pedagogia das competências, conteúdos foram suprimidos desta última versão, como os debates referentes as questões de gênero. Mesmo objetivando corrigir e complementar a segunda versão, a terceira continuou pautando características marcantes e estruturais do

¹ ANPEd é a sigla da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação.

texto anterior, como a predileção por listas de conteúdos já criticadas no texto dois, pois essa proposta tentava reduzir as aulas de história a meros microlabirintos de História tornando assim distantes as discussões que versavam sobre lutas de classe. (LIMA,2019, p. 10).

No que tange aos assuntos de História Medieval, assim como na proposta anterior o medieval continua sendo ensinado aos alunos no 6º ano e a abordagem muda para um avizinhamo à História Social e Cultural, característica que lhe confere a possibilidade de uma análise não engessada por um olhar pejorativo sobre esta temporalidade, dando visibilidade a mulher e seus papéis sociais relacionando com outras temporalidades, discutindo questões relacionadas à religião crista e seu papel cultural. Com isso observa-se que os conteúdos de Idade Média foram ganhando espaço de acordo com o processo de construção das três versões do documento, até galgar evidência até alcançar uma perspectiva com inclinação para elementos socioculturais. (LIMA, 2019, p. 12).

Após visualizar o contexto que nos cerca, sobre a questão da ciência em nosso país e em relação à disciplina de História, e os embates por espaço, em especial a História Medieval, faz com que indaguemos acerca de quais motivos nos fazem pesquisar Idade Média no Brasil, e em caso mais particular ainda no interior do Maranhão. Que motivos nos faz lançar luz aos estudos do medieval português, em um momento de negacionismo histórico e flerte com um ultranacionalismo disfarçado de patriotismo?

Ora, a adequada resposta a questão anterior está inserida no prelúdio dessa introdução, o afã por legitimação e um discurso que visa construir uma nova realidade, são semelhantes, os mecanismos de sugestão de modelos a serem seguidos são distintos, hoje as redes sociais, que disparam e espalham informações em milésimos de segundos que é reproduzida sem o mínimo de reflexão. No medieval a escrita e a oralidade, mas o anseio de interferência na realidade vivida pode ser ligeiramente relacionado aos dias de hoje, salvo os meios, os fins são parecidos.

Partindo da premissa de que a história está estreitamente ligada ao estudo das ações do homem no tempo, e esse é seu objetivo por natureza, a partir das inquietações que nos incomodam no tempo presente, relacionadas à construção de Modelos Educativos de Comportamento, que buscamos encontrar no medieval português evidências que venham a suprir lacunas e contribuir de forma positiva para a discussão

acerca da temática medieval em nível de Maranhão e de Brasil. Fazendo com que seja refletido de que rocha nós fomos talhados, e de onde herdamos nossos, aspectos culturais, religiosos e linguísticos.

Nosso intento é fazer entender que todo esse processo de reflexão, está intrinsecamente ligado ao currículo de história, a supressão ou não dos conteúdos de Idade Média e os motivos por trás de tais decisões, que refletem uma tentativa de forjar uma identidade nacional por quem está no topo da pirâmide social, legitimando a memória de seu respectivo grupo e seus partidários. Assim, se faz necessário e oportuno problematizar a temática para o fortalecimento da área e a contribuição para se estudar e compreender o homem em suas diversas formas de existência.

A escolha pelo estudo da época medieval em Portugal se dá, por acreditarmos na relação direta entre a história deste país com o nosso. Usando a fala da professora Adriana Zierer, a relevância em estudar o medieval consiste em está inserida nessa temporalidade nossas heranças culturais, pois nós como sujeitos do tempo atual estamos vinculados a uma corrente de pensamento em perspectiva de longa duração, que se estende da Antiguidade aos nossos dias. (ZIERER, 2017, p. 17).

Defendemos que pesquisar a sociedade medieval portuguesa faz muito sentido, acreditamos ainda que o estudo centrado na Península Ibérica está mais propriedade de sentido, que as outras idades médias vividas por outros países europeus. (MACEDO, 2014, p. 115). Pois embora o Brasil não tenha vivido essa temporalidade, os homens que chegaram aqui em 1500, estavam inseridos em um contexto social que vivenciou o medieval, e esses transplantaram para nosso país as heranças culturais do referido país europeu, que até os dias atuais estão presentes em nossa cultura, em especial no interior do Brasil. (ZIERER, 2017, p. 18).

Dito isso, propomo-nos mostrar aqui a temporalidade sobre o Medieval em Portugal, para pôr em evidência o Movimento de Avis, momento em que percebe-se que foi produzido um volumoso número de documentos, e acreditamos que esses objetivavam a prática de comportamentos e a cristalização da memória coletiva. Esforçar-nos-emos, sobretudo, para tornar evidente a propaganda empreendida pela Casa Real Avisina na construção de uma memória positiva de seu primeiro monarca D. João I, e seus descendentes, que também se tornaram monarcas ávidos a ensinar modelos de comportamento aos seus súditos, a exemplo de D. Duarte herdeiro do iniciador dessa linhagem e segundo Guimarães, é o grande arquiteto da memória e por

consequente da prosa avisina, não necessitando mais pegar em armas como fizera seu pai. (GUIMARÃES, 2016, p. 185). Não havendo mais a necessidade de pegar em armas, esse rei pega na pena para redigir regramentos sociais a sua corte, além disso, anima seus pares para produção de narrativas de mesmo cunho, é ele também quem contrata Fernão Lopes e lhe dar a tarefa de escrever uma crônica cujo conteúdo era um elogio ao governo de seu pai, objetivando suprir a carência de sangue desse.

É salutar mencionar, que esta pesquisa se trata da continuidade de nossa investigação iniciada na graduação e concluída em 2015, no *campus* da UEMA em Imperatriz. O movimento avisino e seus desdobramentos, que foram analisados tendo como fonte documental a *Crônica de D. João I*, com o objetivo de investigar “*A formação do Imaginário Social Português no contexto da Revolução portuguesa de Avis 1383-85.*” Desde então, nos debruçamos sob os escritos da referida dinastia, e percebemos que a formação desse imaginário social coletivo estava ancorada em uma política propagandística emanada da prosa, construída por esse novo grupo em ascensão, e que o conteúdo de tais obras visava educar moralmente ditando modelos educativos a serem seguidos.

Esta pesquisa está dividida em quatro capítulos: *NARRATIVA HISTÓRICA, MEMÓRIA E LITERATURA; A ESCRITA AVISINA; MODELOS EDUCATIVOS DE COMPORTAMENTO: FERNÃO LOPES E D. DUARTE ORDENADORES DA MEMÓRIA DE AVIS NO SÉCULO XV; A PRODUÇÃO DO PARADIDÁTICO O MEDIEVO PORTUGUÊS E A REVOLUÇÃO DE AVIS*, respectivamente.

Tendo em vista que desenvolvemos um trabalho acerca da memória, e de como ela é transmitida para diferentes recortes temporais, sendo eles próximos ou distantes, e sobre história e literatura, no primeiro capítulo optamos por desenvolver um debate sobre o conceito de memória e do fenômeno de transmissão da memória, a literatura como veículo de transmissão de memória e a sua utilidade para a história. Acreditamos que tal discursão é imprescindível para que nossa proposta se torne inteligível, tendo em vista isso, após discorrer sobre as temáticas propostas e seus conceitos, associaremos tais concepções as nossas fontes, a saber, o *Leal conselheiro* e a *Crônica de D. João I*, fazendo com que se possa entender de forma clara essas fontes e o contexto histórico que foram produzidas e suas proposições. Consideramos que no período histórico por nos analisado houve em Portugal tanto um momento de disputa e construção de uma

memória oficial, quanto um intento da Casa Real Avisina de construir uma positiva e eficaz recordação dos atos do iniciador da referida dinastia.

Neste capítulo, debatemos amplamente o conceito de memória e o que concerne à questão do uso da mesma como categoria de fonte e ferramenta para reconstrução da história, tendo em vista isso defendemos a tese de que a memória necessita ter utilidade e sentido prático na vida cotidiana para ser transmitida e utilizada como forma de visita ao passado, pois só rememoramos aquilo que tem um caráter útil para a vida presente. E esse fator está diretamente ligada à característica das fontes primária por nós analisadas, pois acreditamos que uma memória com sentido e digna de ser rememorada é o objetivo central do conteúdo das supracitadas fontes.

No capítulo dois, nos propomos a discorrer acerca do conjunto literário desenvolvido e/ou adquiridos pelos monarcas avisinos, objetivando identificar nesses escritos a sugestão de práticas de comportamentos a serem adotados e a cristalização da memória a partir de uma valoração da memória escrita, que foi impulsionada a começar da entronização do primeiro monarca Avisino D. João I, o Mestre de Avis. No antêmbulo do capítulo, postulamos que essa literatura exerceu preponderante importância para o jogo do poder, e para a legitimação dos primeiros soberanos avisinos, sendo o principal instrumento para tanto. Em sequência, abordamos tais fontes e a retórica medieval como mecanismo operacional do discurso presente nessas obras, e sua capacidade de ser transportada a recortes temporais relativamente longos em uma perspectiva de longa duração. Seleccionamos o *Livro da Corte Enperial*, para uma breve análise que ilustra um exemplo de literatura doutrinária adquirida como forma de ampliação da Biblioteca Régia, mas, que traz elementos muito presentes no *Leal Conselheiro*, fonte de nossa pesquisa.

No que se refere ao debate sobre memória, nos apropriamos dos conceitos desenvolvidos, por Maurice Halbwachs, que desenvolveu o conceito de memória coletiva e defende que nossas lembranças são elementos preponderantes para a formação de nossas identidades, Jörn Rüsen para entender que uma narrativa com sentido está vinculada a prática de interpretação de mundo, e que a história que se “auto esclarece”, ou seja, condensa a coerência, a utilidade prática do passado vivido de forma direta ou indireta, Roger Chartier que defende que, não importando sua natureza, coletiva ou individual a memória tem o poder de outorgar vida ao passado. Em nossa defesa de conferir o status a literatura como fonte para a história. Nos apoiamos nos

discursos de Antonio Candido, Antonio Celso Ferreira, Hayden White, Sandra Jatahy Pesavento, entre outros, variados de discursos mais enérgicos como de White a mais conciliadores como Antonio Celso Ferreira. Mas que, no entanto, convergem para a defesa do uso da literatura como fonte histórica, defendendo ambas as narrativas têm sua gênese em um território equivalente.

No capítulo três, propomos uma análise mais elaborada sobre nossas fontes, o Leal Conselheiro e a Crônica de D. João I, tentaremos assim, por em evidência os modelos educativos de comportamentos presente na propaganda de conduta moral, doutrinária e disciplinar da Casa Real de Avis. Assim, nos posicionamos acerca da construção de modelos educativos de comportamento por meio de uma literatura de feição doutrinária empreendida pela referida dinastia, identificando o valor simbólico dessas narrativas para a formação de uma conduta moral padronizada de regras de comportamento e, por conseguinte, legitimação da Casa de Avis.

Buscamos também fazer uma breve análise acerca da construção do imaginário social a partir do contexto do movimento avisino e seus desdobramentos com a produção literária de uma prosa civilizadora na corte avisina pós-momento beligerante de 1383-85. Nesse intento, utilizaremos como suporte teórico os trabalhos de Maurice Halbwachs, sobre memória coletiva que serão de fundamental valor para caracterizar como se dá a formação da memória coletiva e a possível utilização dessa memória para uso político da Dinastia de Avis em seu projeto propagandístico estatal, contaremos também com os conceitos desenvolvidos por Bronislaw Baczko que nos possibilitará perceber que a o imaginário como força reguladora da vida cotidiana e formadora de referências simbólicas por meio de modelos formados como: do bom *chefe*, do bom *súdito*, e de *guerreiro corajoso*, com o objetivo de formar uma representação coletiva e integral do tecido social.

No capítulo quatro, desenvolvemos uma discussão sobre a trajetória de produção do nosso material pedagógico desde sua confecção a sua aplicação em sala de aula e avaliação de sua aplicabilidade. De início, versamos acerca da produção de livros didáticos no Brasil como produtos de cunho cultural e principal meio de transmissão de conhecimento em nosso país. Para tanto nos debruçaremos sobre os estudos de Katia Maria Abud, Iria Brzezinski, Flávia Eloísa. Caime, S. G. Fonseca, Marcelo de Souza Magalhães, José Marcelino de Rezende Pinto, Edlene Silva, Marco Antônio Silva, Maria Rita de Almeida Toledo, dentre outros. Este capítulo comporta a descrição de

nosso material pedagógico onde descrevemos sua estrutura conteúdo e objetivos no final do mesmo fazemos também a descrição de experiência que foi a aplicação de nosso paradidático em uma escola de Ensino Médio da rede estadual de ensino, apontamos nela os fatores positivos dessa ação.

CAPÍTULO 1 - NARRATIVA HISTÓRICA, MEMÓRIA E LITERATURA.

1.1. Memória e sentido

[...] leixo defazer sobrell mayor declaraçom. Mas quanto ao boo entendimento segundo nosso custume de fallar se requer mais grãde memoria e boa uontade. *E na memoria faço duas diferenças, hũa que perteece **aalma racional e outra aasensualidade.***[...] (D. DUARTE, 1843, p. 11, grifo nosso).

Representar os acontecimentos históricos ocorridos em contornos temporais distantes ou próximos de nós, sempre fez parte do *metier* do historiador, tarefa de delimitar, selecionar e fazer recortes históricos, mas também sempre foi uma problemática sua representar de forma adequada a parcela da história escolhida. Assim, capturar o passado e dar espírito ao caos que ele é sempre foi nosso desafio, mas não apenas nosso, pois lidar com o tempo sempre foi objeto de inquietação humana. Dilema este que transita no campo de reflexão da construção do passado e de uma história viva, propondo a revisão de nossas trajetórias no espaço e no tempo.

Se nos debruçarmos nos escritos de Jörn Rüsen, perceberemos que construir narrativa de sentido é prática associada à interpretação de mundo e objetiva um conhecimento global do passado, porém este ato se insere no presente e deve ser uma atividade intelectual a qual nomeamos de história. (RÜSEN, 2001, p. 149). Na perspectiva de compreensão do narrar como prática cultural de um dado grupo pode-se entender que as vivências do passado têm a função de atualizar no presente tempos memoriais, todavia, devemos nos ater para uma soma de fatores que constituíram a coesão interna das informações recebidas por meio desse discurso.

Para se conseguir essa desejada história com sentido é imprescindível a construção de relatos firmados na experiência adquirida no passado, de maneira que períodos já transcorridos se tornem contemporâneos na teia de conhecimento da coletividade dos indivíduos. Toda essa conjuntura irá orientar a vida prática no presente, e apenas sobre essas condições onde se encontra um fundo de sentido útil, o passado se torna presente e se consubstancia como história. (RÜSEN, 2001, p. 154-5).

Ao fazermos uma breve reflexão nos escritos de Pierre Nora, no qual o autor nos fala que nossa compreensão do passado reside na enérgica tomada de posse do que não é mais nosso, ao se referir que ato de memória requer a adequação de uma peça já ausente em nosso espaço. Nora aborda que constantemente nos dias atuais essa

percepção e tentativa de retorno são capturadas pelos meios de comunicação de massa, para Nora a memória é fortemente ecoada de forma televisiva. Por esses elementos defende que vivemos em um constante “retorno da narrativa”, em que tentamos acessar novamente o passado em especial nas mais recentes formas de transcrever os fatos considerados memoráveis pela sociedade contemporânea, que se apropria de recortes temporais através da imagem e do cinema. (NORA, 1993, p. 20).

Dessa forma, torna-se fundamental para compreensão de cenários contemporâneos, tornar o passado visível e compreensível. Por isso, cremos que a memória representa uma forma de ingresso as nossas vivências do passado e nos reportamos novamente a Rüsen, tendo em vista que o autor defende que a captura de experiências e sua posterior análise como geradoras de sentido. Essa operação racional dentro da congruência entre sentido e prática tipifica uma História que se “auto esclarece”, ou seja, condensa a coerência, a utilidade prática do passado vivido de forma direta ou indireta. (RÜSEN, 2001, p. 174).

Compreendemos que a memória coletiva ou individual está estreitamente relacionada com o nosso passado, com o que foi produzido pelos grupos sociais no transcurso do tempo. Sem dúvida memória, história e esquecimento são temas recorrentes sempre que precisamos justificar, nos apoiar ou representar identidades e sentimentos, pois há uma justaposição entre memória, história e identidade. Tendo em vista que, nos utilizamos do *staff* de lembranças coletivas ou individuais para validar ou negar determinada característica que nos identifica como fazendo parte de uma mesma comunidade.

Analisar o fenômeno da memória e sua importância social faz com que tenhamos a possibilidade de pensar o significado do passado e a proximidade que temos com ele, pois quando se possui a noção de onde se localizam as histórias, há também a possibilidade de captura das diversas fatias da mesma. Por vezes os historiadores como “responsáveis” por ordenar o caos do passado, criam as narrativas sobre o mundo e os fatos ocorridos nele, no entanto, partindo da perspectiva de que esses relatos fazem parte de um mundo concreto, nossas descrições do passado estão dentro do campo do tangível e do palpável.

Preocupação e ao mesmo tempo desejo pela memória são elementos que têm chamado atenção na atualidade, Pierre Nora, ao fazer análise dessa conjuntura, realiza um profundo estudo, no qual indica um fato determinante de nosso tempo que é a

velocidade dos acontecimentos. O autor traz como problema fundamental o processo de globalização.

Segundo Nora, esse exercício muda a percepção de passagem do tempo, tendo em vista que, no mundo globalizado, os meios de comunicação exercem o papel de aceleração da História, reduzindo à duração do fato ao momento da notícia transmitida por esses meios dando ideia de um tempo cada vez mais breve. Para Nora, o conjunto dos meios de comunicação de massa são os detentores do monopólio da História nos dias de hoje, o que cria um caráter sempre contemporâneo à História, e esse processo de rapidez atual é objeto de preocupação. (NORA, 1972, 180-1). Em nossos dias é cada vez mais indiscutível a necessidade de haver a vontade de memória. (NORA, 1993, p. 22).

Ao analisar a memória como fenômeno histórico, os pesquisadores que se interessam por esse campo de estudo devem visar dois pontos, preliminarmente, estudar a memória como fonte histórica e desenvolver um parecer seguro acerca da memória em relação aos documentos escritos. Por outro lado, ao compreender que a memória social é seletiva, é necessário detectar a origem dessa seleção. Rupturas e continuidades em narrativas podem ser construídas por quem narra os fatos, é imprescindível sempre recordar que relatos não são atos ingênuos de memória, são, antes de tudo, esforços de persuadir e engendrar recordações de terceiros. (BURKE, 2006, p. 69-70).

É nessa perspectiva que nossa proposta de análise da sociedade portuguesa medieval do século XV se insere, pois no período mencionado observa-se a produção de um conjunto literário que tinha por objetivo instituir modelos de comportamento, além da legitimação dos monarcas da emergente Casa Real de Avis. Esses escritos objetivavam a cristalização da memória dos feitos realizados pelo grupo vitorioso dos eventos ocorridos entre 1383-1385, já que a formação de tais modelos educativos está ancorada na tentativa de perpetuar determinadas memórias. Observa-se também que essa forjou o sentimento de pertença a um grupo, elemento fundamental da primeira metade do século XV, quando Portugal tomava consciência de si mesmo, refletindo assim uma identidade em construção.

Desta feita analisar-se-á os escritos de Fernão Lopes e D. Duarte contidos na *Chronica del-rei D. Joam I de Boa Memória*, e no *Leal Conselheiro*, respectivamente, no qual é perceptível propostas de legitimação de um grupo e conservação da memória na obra de Fernão Lopes, e de Modelos Educativos de Comportamento nos escritos de

D. Duarte, compondo um conjunto literário que se funde em uma propaganda régia, que tinha por objetivo educar a sociedade portuguesa desse período.

Deve-se considerar, que manter lembranças vivas e transportá-las a períodos mais distantes possíveis tornou-se extremamente importante, tendo em vista que, não importando sua natureza, coletiva ou individual a memória tem o poder de outorgar vida ao passado, por vezes e com frequência de forma mais vigorosa do que as estabelecidas pelas narrativas grafadas nos livros de história. (CHARTIER, 2009, p. 21).

No que tange a aspectos relacionados à memória e a história escrita, Piter Burke defende que ambas se refletem, ou melhor, uma ecoa a outra, em que a memória manifesta o que ocorreu e a história reverbera tal manifestação do acontecido. O autor adverte que o ato de rememorar e registrar o passado não deve ser levado como uma operação simplista, visto que esta não o é, tendo em vista este registro estar associado à atividade de escolha irrefletida ou não, de interpretar e distorcer. (BURKE, 2006, p. 76).

Segundo Burke, compreender e deformar o passado são atos institucionalizados ou pelo menos influenciados quando realizados por grupos sociais, o que faz com que história e memória se mostrem cada vez mais problemáticas. A aproximação entre o sujeito que lembra e a recordação evocada por ele está carregada de sentidos que por vezes não foram por ele vividos, por vezes foram principalmente recortado e editado pelo seu grupo, tendo em vista que recorda não é obra de indivíduos isolados. (BURKE, 2006, p. 67).

No que se refere à Literatura avisina sabe-se que essas narrativas preocupavam-se com a memória, e como os agentes da supracitada Casa Real seriam lembrados, têm a função de legitimar e dar coesão, propor modelos de comportamento e ações inspiradas no exemplo de um representante desse tecido social, sendo ele o monarca ou um herói nacional, que estão diretamente ligados e/ou sugerido por um grupo e por ele delimitado, por vezes de forma tendenciosa.

Seria possível afirmar ainda que, esse discurso se sustenta em feitos de um determinado grupo ou movimento, seja ele de ordem política ou religiosa, encomendados, como as *Chronica del-rei D. Joam I de Boa Memória*, ou produzidas a próprio punho por representantes desse grupo, como o *Leal Conselheiro*, redigido por D. Duarte, dando assim legitimidade a um passado tido como glorioso ou para engrandecer uma localidade ou um povo. Acreditamos ainda que a História brasileira se interliga com a História de Portugal e salientamos a importância da memória histórica

para a vida das populações e de suas raízes culturais e da memória histórica como um direito do cidadão.

As nossas recordações são componente vital na construção de nossas identidades, pois ao acessarmos nossas lembranças coletivas recorreremos a testemunhos para fortalecer ou definir, mas não apenas para isso, como também agregar dados já contidos conosco. (HALBWACHS, 1990, p. 25).

Ao fazer isto se desenvolve um sentimento de conexão, isto é, congruência entre partes que constituem um sujeito, conteúdos que convergem a um único sentido. (POLLAK, 1992, p.05). Em Le Goff, encontramos convergência dos argumentos citados, segundo ele, “a memória é um elemento essencial do que costumamos chamar identidade, ” para este historiador, não importa a natureza da memória, isto é, seja ela individual ou coletiva se caracteriza como demanda das ações basilares dos indivíduos e das sociedades de hoje. (LE GOFF, 1990, p. 410).

Podemos observar assim, que o tema memória tem ganhado a ordem do dia nas discussões historiográficas e o aprofundamento em relação a esse estudo fez com que o conceito primordial de memória como capacidade apreender conteúdo de experiências vividas fosse rompido, como o dicionarizado em Japiassú e Marcondes, que entendem a memória como a habilidade de associar um acontecimento presente com um fato pretérito de mesma natureza. Desse prisma de compreensão o ato de lembrar é a faculdade de rememorar o passado utilizando-se do presente. (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2001. p. 128).

Os conceitos desenvolvidos se expandiram a recortes da memória histórica como fez Jacques Le Goff². Segundo o autor, a memória, parte do que é construído a partir das referências que os grupos têm do passado e suas vivências no presente, o que permite observar as diversas concepções das facções sociais e culturais a partir do momento em que estas memórias antes narradas são postas em escrito revertida assim em documentos históricos. (LE GOFF, 1990, p. 407-8).

Pierre Nora argumenta uma separação, a nosso ver apenas uma distinção entre História e Memória, o autor concebe memória como um elemento próprio aos homens, como ação natural, pré-reflexiva e contínua em contraponto à História, ela se insere na tentativa de afirmar-se como ciência colocar-se como resultado de uma operação

² Para o autor a memória histórica está dividida em cinco partes, passo a citar; memória étnica; desenvolvimento da memória da Pré-História à Antiguidade; **memória medieval**; progressos da memória escrita e os desenvolvimentos atuais da memória. (LE GOFF, 1990, p. 369).

provida de um método científico, sendo reflexiva e portadora de uma teoria. Uma é arauto da imparcialidade por meio de seus métodos, a outra naturalmente os sentimentos atrelados aos fatos. Tendo diferentes objetivos ao se apropriarem do passado, a memória busca estabelecer relação para revisitá-lo enquanto a história afasta-se no esforço de analisa-lo. (NORA, 1993, p. 09).

Nesse discurso pode-se verificar a formação de um fosso entre memória e história, e a muito custo se fez uma articulação entre suas afinidades e distinções, porém acreditamos que devemos nos ater mais em suas semelhanças do que suas diferenças. Apesar de fazer uma caracterização entre suas peculiaridades, Nora defende a memória como algo do qual não podemos nos privar, pois “a necessidade de memória é uma necessidade da história”. (NORA, 1993, p. 14).

Portanto, no que se refere a seu conceito observa-se uma polissemia atrelada ao termo memória, pois o mesmo assume diferentes sentidos dependendo de qual prisma é observado. Em Le Goff, verifica-se também o conceito de memória como faculdade de conservar informações e assim constantemente revisar conteúdos transcorridos no passado, abarcando outras ciências que remetem a aspectos da memória histórica e da memória social, tais como a psicologia, a psicofisiologia, a neurofisiologia, a biologia. (LE GOFF, 1990, p. 366). Conceito esse em desuso pelas ciências humanas, se resguardando na atualidade as conspecções desenvolvidas por Halbwachs. (BARROS, 2011, p. 318).

Quanto a isto, memória é concebida como fenômeno coletivo em Halbwachs, ao afirmar que nossas recordações mesmo que de cunho pessoal são recordadas por terceiros, ainda que se refiram a fatos em que apenas nós mesmos sejamos testemunha. Halbwachs argumenta que uma carga cultural e de recordação imbricadas em nós não nos permite estar sozinhos, a todo tempo estamos transitando entre memórias. Passo a citar.

Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nos vimos. **É que, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem.** (HALBWACHS, 1990, p. 26, grifo nosso).

Tese que se enquadra no ideário de Bergson, o autor defende uma manutenção espontânea do passado, rechaçando o conceito de memória como depósito de

lembranças ou como capacidade de agrupar lembranças. Para Bergson, o passado “nos segue a todo instante, ” nossas formas de sentir e pensar, nossas recordações estão a todo tempo conosco e se manifestando em sua totalidade, porém apenas uma ínfima parte dele é rememorado e reconstituído por nós, apenas o passado de caráter útil, com sentido real, e só por vezes recordações não associadas a um fundo de sentido passam do inconsciente para a consciência. (BERGSON, 2006, p. 47-48).

Alun Munslow concorda com Bergson, segundo o autor, para que reconstruamos o passado no momento presente necessitamos de elementos de teor de utilidade, uma vez que é crucial que a recordação parta da essência da pessoa, que exista um significado para ela, uma verdade que o sujeito evoca e esses fatores fazem com que se tenha a manutenção de uma memória que varia em escala muito pequena de um relato para outro, tendo em sua maioria pontos comuns. Para Munslow, alterações bruscas de narrativas só acontecem quando há carência de relevância, privação de um cerne, inexistência de autenticidade no ocorrido. (MUNSLOW, 2009, p. 197).

Essa memória social, portanto, coletiva nem sempre foi percebida dessa forma, de início foi compreendida como objeto de foro pessoal, tal conceito só sofreu transformações após publicações dos estudos de Maurice Halbwachs, esse analisará o fenômeno da memória como algo construído coletivamente. (POLLAK, 1992, p.02).

Ainda Pollak (1989), aponta que o fenômeno da memória coletiva em especial as vigorosamente sedimentadas, tais como as referentes à nação, são passíveis de análise no que se refere ao seu papel. Segundo o autor, esse tipo de evocação do passado e consecutiva interpretação e reconstrução do que se deseja preservar, se integram a um conjunto de tentativas de certa forma executadas de modo cômico, assim determinando e fortalecendo sentimentos de pertencimento, limites e referências de coletividades existentes. Para, além disso, sendo útil à manutenção da coesão do grupo e das instituições que o compõe. Pollak afirma que a memória coletiva sustenta a unidade interior de um grupo social, fazendo com que os sujeitos identifiquem os marcos do que o grupo tem em comum por meio de um quadro de referências e pontos de referências fornecidos pela memória, dando habilidade ao sujeito de definir o que faz ou não parte de seu espírito.

Em compatibilidade com os dados elencados, para Maurice Halbwachs a memória estaria fatiada em duas instâncias ambivalentes mais complementares, sendo uma memória coletiva e outra individual, e essas se confrontam, fortalecendo ou

debilitando uma lembrança e tais lembranças são utilizadas por nós, no dia a dia. O autor informa ainda que quando se trata de uma lembrança, à primeira testemunha a que se recorre somos nós mesmos, o que configura uma memória individual, e em caso de dúvidas, ou seja, caso essa memória individual seja obscura, recorreremos a outros depoimentos (memória coletiva) e ao confrontar esses vários relatos que concordam em um ponto essencial mesmo com a existência de divergências, pode-se reconstruir um conjunto de lembranças e assim reconstituir um fato, pois ao se ancorar não somente em nossas lembranças, mas também na de outros, a segurança na exatidão será maior. (HALBWACHS, 1990, p. 25).

Ainda de acordo com Halbwachs, há um processo de “negociação” e tal processo é o responsável por distinguir as lembranças de foro íntimos das recordações que compõe o todo social. Para o autor não basta que nossas lembranças tenham espectadores presentes para posteriormente testemunhá-las, há a imposição desses depoentes pactuarem com as recordações. Para, além disso, é necessário também que exista comunhão na reconstituição do fato acontecido partilhando o maior número possível de uma base comum, pois não é possível que lembranças permaneçam coletivas se elas não são lembradas pelos outros. (HALBWACHS, 1990, p. 12).

Partindo dessa premissa, acreditamos que mesmo não havendo homogeneidade entre as vivências do sujeito, a memória em especial a coletiva é o ponto que os ligam, mesmo que existam desencontros, há também pontos “invariáveis”, elementos “irredutíveis.” E são exatamente os pontos de ligação mesmo que adquiridos por meio de socialização pública que dão áurea de validade, de sentido a lembrança rememorada e apropriada pelo grupo. (POLLAK, 1992, p.02). Ademais, a memória coletiva é responsável pela formação de relatos sistematizados dos acontecimentos e essa sistematização faz com que o passado evocado se torne visível, inteligível, elemento primordial na construção de uma história com sentido. (POLLAK, 1989, p. 10).

Pode-se observar que compreender a memória é processo vital para captar a lógica existente no tecido social dos vários grupos humanos, pois o fenômeno do lembrar está intimamente ligado aos laços culturais e a todo conjunto de valores que constituem o agir, pensar e sentir desse grupo ou corpo social. Por isso que guardamos e evocamos apenas as memórias com teor de sentido significativo, com utilidade para a vida. O que é memorável está estreitamente ligado a um sentimento, seja de pertencas,

seja de adesão, por afeto ou por ser favorável. Tal como expressa Halbwachs, passo a citar;

O tempo é real somente **à medida em que tem um conteúdo**, isto é, quando oferece um conteúdo de acontecimentos ao pensamento. **É limitado e relativo, porém tem uma realidade plena. É muito amplo, aliás, para oferecer as consciências individuais um quadro suficientemente respaldado para que elas possam dispor e encontrar suas lembranças.** (HALBWACHS, 1990, p. 130). (grifo nosso).

Dessa forma, pode-se compreender que a oferta de conteúdo utilizável e prático para a vida no contexto das relações com os pares, faz com as memórias sejam pontos sensíveis, pontos de contato, os quais podem se deparar e atestar suas recordações. Pierre Nora comunga do mesmo pensamento ao afirmar que ela a memória se alimenta desse conjunto simbólico de sentido, passo a citar;

A memória [...] se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou **simbólicas**, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A memória instala a lembrança no sagrado [...] A memória **emerge de um grupo que ela une.** (NORA, 1993, p. 09). (grifo nosso).

Ora, observa-se que há uma característica consolidada do fenômeno da memória coletiva esta acontece através de seleções do que é validado ou invalidado pelos agentes de um dado grupo social. O que é memorável para o grupo no geral, são as recordações que tenham um *teor significativo* e que esse conjunto de lembranças com um sentido para o grupo guiará a um quadro seguro para localizar suas recordações. (HALBWACHS, 1990, p. 130), pois o ato de lembrar é ação que se manifesta de uma comunidade que está atrelada a uma memória comum. (NORA, 1993, p. 09).

Joel Candou converge com o supracitado, para o autor será justamente o tecido memorial, ou seja, o conjunto de lembranças que nutrirá o sentimento de pertença, reitera ainda que quando o ato de lembrar está ligado à subsistência da vida real, essa possui marcos consistentes, as lembranças são ordenadas, “poderosas, fortes, por vezes monolíticas” e essas recordações organizadas fortalecerão a ideia de uma gênese histórica compartilhada por todos. (CANDOU, 2014, p. 77-8).

Assim sendo, pode-se deduzir novamente que o ato de memória está essencialmente ligado ao nível de “significado,” de “sentido,” ao grau de vínculo de quem rememora às lembranças evocadas, incidindo no que Henri Bergson expõe. Segundo ele, a todo o momento lembranças advindas do inconsciente despertam, no

entanto, “a consciência atenta à vida só deixa passar, legalmente aquelas que podem concorrer para a ação presente”, ou seja, na verdade as memórias evocadas por uma lembrança são selecionadas a partir de um fundo de utilidade da mesma, se essa memória auxilia de alguma forma a percepção do presente e a reflexão do futuro, isto é, uma memória útil, de uma história com sentido. (BERGSON, 2006, p. 62-63).

Ainda Bergson (1999), na obra “Matéria e Memória” reforça que o passado vivido na dimensão concreta, ou seja, o mundo material, fora antes imaginado pelo espírito, isto é, pela consciência e pela memória, visto que ela é lugar de confluência entre o espírito e a matéria. (BERGSON, 1999, p. 05). Fica também evidenciado que as percepções auxiliam ao processar o que é apreendido pelos órgãos sensório-motores de forma espontânea que é levado ao “espírito”, e esse a partir de um conjunto de imagens e pressupostos irá julgar e reconhecer se o elemento captado faz parte do conjunto de imagens ou lembranças validadas pelo grupo que pertence. Por fim, o autor mostra que “um ser que evolui mais ou menos livremente cria a todo instante algo de novo: é, portanto em vão que se buscaria ler seu passado em seu presente se o passado não se depositasse nele na condição de lembrança.”. (BERGSON, 1999, p. 262). O passado só tem validade se é conferido a ele valor significativo, se é dado a ele teor simbólico, conteúdo interior aplicável à realidade presente.

Prova da evidência do supracitado se dá quando nos referimos à família como exemplo, como parcela de um grupo maior, as lembranças de cada indivíduo partirão de um *staff* de peculiaridades comuns a esses. (HALBWACHS, 1990, p. 40). Essas lembranças anusto de teor significativo a priori são referentes a eventos e práticas que ocorreram com a maioria dos seus membros e são consequências “quer da própria vida quer das relações com grupos próximos”. (HALBWACHS, 1990, p. 45). Ocorre dessa forma que por vezes adotamos condutas como se essas partissem de nosso próprio espírito, “ideias e reflexões, ou sentimentos e paixões” que na verdade são elementos que foram herdados ou doados pela comunidade a qual pertencemos. (HALBWACHS, 1990, p. 47). Sendo esses indivíduos aqueles que lembram, mas o grupo de onde ele advém que estabelece o que é célebre lembrar. (BURKE, 2006, p. 70). “Nós não percebemos que não somos senão um eco”. Somos um amontoado de memórias e o que lembramos está ligado visceralmente aos acontecimentos vividos por nosso grupo no passado. (HALBWACHS, 1990, p. 47).

Peter Burke sustenta que os seres humanos recordam muito de eventos do qual não foram participes e, mesmo assim alguns acontecimentos são apropriados como elemento comum à de sua existência. O autor percebe a memória como uma constante reconstrução e ressignificação do passado, tendo em vista que essa operação ocorre a todo instante. (BURKE, 2006, p. 70). Quanto a esse ponto, Assunção Barros comunga do mesmo senso, pois para o autor a memória se enquadra como uma construção e nesse processo dialético assim como exposto anteriormente, a memória ao reconstruir o passado reflete não apenas a noção desse tempo anterior ao tempo vivido, mas também se refere ao presente e projeta o futuro. Sendo assim, o fato de rememorar elemento de construção do sentido histórico. (BARROS, 2009, p.36).

Assim como Peter Burke e Maurice Halbwachs, a historiadora Myrian Sepúveda dos Santos (2003), também defende a tese de que a memória coletiva é fruto de um arcabouço de lembranças que precedem os indivíduos que as rememora. O discurso da autora está assentado nos estudos de Halbwachs ao fenômeno da memória coletiva. Segundo ela, a contribuição de sua obra é capital para que se tenha maior clareza e acepção da memória coletiva. Defende ainda que, as composições de fatos já transcorridos são firmadas por ordenações coletivas que são forjadas por atores sociais, dando reforço a tese anterior de que a memória individual é reflexo do que foi selecionado como memorável pelo grupo a qual o indivíduo pertence. (SANTOS, 2003, 34-5).

Ao refletir os usos da memória em, "*Los Abusos de la Memoria* ", Tzvetan Todorov atenta para a possibilidade de manipulação da memória não pela supressão dos fatos acontecidos, todavia, pelo que o autor classifica como abundância de informações. Segundo ele, na contemporaneidade o processo de aceleração da percepção de tempo acarretada pelo consumo mais rápido de dados, poderia causar, "*al deterioro de la memoria, al reinado del olvido.*" Dessa forma, admirados pelas necessidades atuais em que impera a distração desprovida de conteúdo cultural, seríamos apartados de nossos costumes predominantes. Para, além disso perde-se também o vínculo com os grandes feitos do passado, estando assim condenado à amnésia e estar satisfeito com bem-estar efêmero e pontua ser essa a ameaça, pois segundo Todorov; "*Em tal caso, la memoria estaria amenazada, ya no por la supresion de informacion sino por su sobreabundancia.* " Dessa maneira, esse processo de manipulação das lembranças é mais suave, porém muito eficaz em nossos dias. (TODOROV, 2000, p. 14-15).

Calos Oiti Berbert Junior, aponta a memória como elemento para a construção do conhecimento histórico. (JUNIOR BERBERT, 2007, p. 35). Deve-se atentar que a Historiografia contemporânea se apropria das memórias individual e coletiva para a elaboração de conhecimento historiográfico. (BARROS, 2009, p. 38). Esse tipo de apropriação incide no que Paul Marie Veyne postula, segundo Veyne, a ambição do historiador no exercício de seu ofício continua sendo a narração da aventura vivida pelo homem. Porém a mesma exige todas as formas disponíveis de como narrar e a memória é recurso disponível nesse processo. (VEYNE, 1983, p. 07).

Paul Ricoeur, em “Entre Memória e História”, salienta que com o advento da “história das mentalidades” a memória torna-se objeto da história, da mesma forma que outros instrumentos utilizados o autor reflete também para a evidente importância da memória como área de estudos que contribui para narrativa, mesmo sendo ela (a memória) por suas características manipuláveis, podendo os historiadores contemporâneos contaminar essa memória em sua narrativa. (RICOEUR, 2002, p. 06).

Faz-se aqui um esforço para se compreender e relacionar memória, história e narrativa, entendendo-as como pares no processo de construção do saber histórico e integrantes do ofício do historiador. Calos Oiti Junior insere a narrativa como peça fundamental, pois ela põe à disposição sugestões e direções aos indivíduos postos no tempo a alcançar consciência histórica buscando o passado para compreender o presente. (BERBERT JUNIOR, 2007, p. 34-35).

Segundo Jörn Rüsen, “a construção de uma história de sentido” pode ser obtida não apenas por vias habituais associadas à história vivida, como rituais cívicos. Segundo ele, a história de sentido avança além dos contornos da vida humana, assim essa história com conteúdo significativo move-se “na forma de fragmentos de memória e de histórias, de referências a histórias, de símbolos cujo sentido só transparece na narrativa”. (RÜSEN, 2001, p. 160).

Mas, o que tem tudo isso com os fatos ocorridos em Portugal no último quartel do século XIV, o movimento avisino, a ascensão de D. João I ao trono e os desdobramentos no século XV, com os reinados de seus herdeiros? A pista para a resposta pode ser dada por Jacques Le Goff, em “*História e Memória*,” em que apropriando-se de elementos da mitologia grega, se refere à memória como “*fonte da imortalidade*”, devendo-se evitar o Letes, rio do mundo subterrâneo do pós túmulo que era sinônimo de esquecimento, pois quem de sua água provasse seria lançado em

completo estado de amnésia, “mas, pelo contrário deve nutrir-se da fonte da Memória, que é uma fonte de imortalidade.” (LE GOFF, 1990, p. 438).

De tal fonte de imortalidade, a Casa Real de Avis se propôs a tragar e para tanto, empreende uma propaganda legitimadora, utilizam narrativas por vezes encomendadas como as *Crônica Lopeanas*³ ou se põe a escrever, como é o caso do *Leal Conselheiro*⁴, estiveram preocupados em fortalecer sua imagem de forma positiva, cristalizando na memória coletiva os feitos dos monarcas e a prática de comportamento. Os monarcas avisinos se apropriaram de uma conjuntura favorável para promover seus atos de supremacia régia e se legitimarem no poder, tendo em vista que, “*tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas.*” (LE GOFF, 1990, p. 426).

Nesse sentido, em seu tratado de conduta moral, no capítulo 2, D. Duarte escreve sobre a memória e já em 1437, período em que o monarca se põem a ajuntar seus escritos o mesmo já percebe memória como um fenômeno binário, com extensões que estão entre o sensível e o racional. O soberano relata preocupação com o registro do passado e tal ato se relaciona com a construção de uma memória coletiva escrita ao mencionar, [...] *õde compre per muytas guisas e porem sempre [...] poer as cousas em scripto ou mandar queo lembrem.* [...] (D. DUARTE, 1843, p. 12). D. Duarte deixa evidenciado o desejo de se manter presente na memória coletiva portuguesa e nos faz perceber que modelar uma recordação pautada na escrita melhor permite compreender o combate pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória. (LE GOFF, 1990, p. 410).

A batalha de disputa pela memória, a construção de mitos, heróis e, por conseguinte, modelos a serem adotados é uma constante nos escritos formulados pela dinastia avisina. Na crônica de D. João I, Fernão Lopes, é o encarregado por selecionar o que é memorável, que feitos, quem deve ser lembrado e como essas recordações devem ser reconstituídas. Em seu relato o cronista de forma intencional faz menções a

³ Em suma a narrativa lopeana, composta por três crônicas (**Crônica de D. Pedro I, Crônica de D. Fernando e a Crônica de D. João I**) que dialogam entre si, tiveram por finalidade conferir coesão à Nova Dinastia. D. João I foi descrito pelo cronista com características messiânicas como um rei esperado pelo povo de Portugal para realizar um feito há muito desejado e tem a seu favor a eleição divina. Elementos sobrenaturais estão ligados à sua figura, como as profecias e sonhos. (ZIERER, 2006, p. 127).

⁴ Os escritos de D. Duarte, *Leal Conselheiro* que segundo Marcio Ricardo Coelho Muniz, foram redigidos entre 1437 e 1438, ou a pedido de D. Leonor de Aragão sua esposa, apenas compilado escritos seus, que versam sobre pecados e virtudes e estão organizados de forma tratadística. (MUNIZ, 2001, p. 245).

nomes que para o mesmo devem entrar para os anais da história de Portugal e deixa claros seus objetivos que são de, “*firme os claros feitos dignos de grande lembrança*”, (CDJ, I, cap. I, p. 03). Lopes assim, de forma deliberada assinala o que e como rememorar com as crônicas ter-se-ia um mecanismo de resguardo dos feitos e também de reavaliação e revisão da memória coletiva sobre os fatos que ficaram conhecidos como “Revolução de Avis”, que não estavam em um recorte temporal tão distante no momento de construção da narrativa do cronista.

Ora, se voltarmos aos pontos mencionados acima, podemos dizer que ao afirmar a validade de uma memória que é sugerida e indicada como segura, tenta-se criar um sentimento de ligação íntima aos fatos ocorridos, nesse projeto a referida dinastia empenha-se em fazer da lembrança uma impressão, um intuito, um sentimento. Utilizando-se desse meio, quando dois indivíduos rememorarem um fato existirá de desigual entre eles apenas uma questão de gradação, logo entre a reminiscência e sentimento chegará a um ponto em que não se pode dissociar um do outro. (BERGSON, 2006, p. 51). Isso dito, pode-se verificar que fazendo ligação da memória com um sentimento de pertencimento essa lembrança evocada tem maior potencial e esse elemento pode conferir não apenas coesão, mas também um ponto seguro de encontro e reconstrução do passado e de identidades;

A lembrança de uma sensação é coisa capaz de sugerir essa sensação, ou seja, de fazê-la renascer, fraca primeiro, mas forte em seguida, cada vez mais forte a medida que a atenção se fixa mais nela. Mas a lembrança é diferente *do estado que sugere e é precisamente porque a sentimos por trás da sensação sugerida, como o hipnotizador por trás da alucinação provocada, que localizamos no passado a causa que sentimos*. (BERGSON, 2006, p. 51).

Podemos dizer então no que se refere a esse sentido, tentou-se tornar presente um passado glorioso, de vitórias bélicas⁵ e grandes feitos, se utilizando do artifício do narrativíssimo, haja vista que esse modelo contempla tanto a possibilidade da construção de uma história, se utilizando de situações padrões, que serão usados para selecionar “em que sentido *símbolos, imagens, palavras isoladas, alusões e semelhantes,*” que são dignos de serem lembrados e com sentido, que liguem o passado rememorado e a vida prática serão empregados. Assim, ocorre que a tentativa de forjar uma história com sentido a partir de uma memória favorável, se insere em um caráter

⁵ A vitória nas armas que os portugueses tiveram representa, aos olhos do cronista, o próprio milagre e a confirmação de todos os fatos precedentes da eleição divina de D. João por Deus. (ZIERER, 2005, p. 07).

narrativista, pois abrange circunstâncias que podem ser descritas relacionando passado e presente de forma intencional, com o afã de que os eventos já transcorridos sejam esclarecidos, o hoje compreendido e o que está por vir conjecturado. (RÜSEN, 2001, p. 160).

Pollak (1989), sinaliza ser possível que chefes de estado de acordo com as transformações na esfera política podem se utilizar de uma revisão “(auto) crítica” do passado para dar autenticidade a seu governo. A narrativa empreendida no discurso literário avisino é nutrida dessa revisão em relação a outros monarcas em especial ao meio irmão de D. João I, D. Fernando I, *O Rei formoso*, último rei da dinastia de Borgonha, que é descrito por Lopes como um monarca que fora muito rico segundo o cronista, “*Este rei D. Fernando começou de reinar o mais rico rei que em Portugal foi até o seu tempo*”. (CDF, I, cap. I, p. 08).

Porém, em contraponto a isso, afirma que até mesmo D. Fernando reconhece o fracasso de sua política beligerante com o reino castelhano, que o cronista classifica como “*vaãs guerras e sem proveito*”, e buscando provar isso narra à referida fala do monarca em leito de morte, “*e creio mais que Elle me deu estes reinos para os manter em direito e justiça; e eu, por meus peccados, fiz de tal guisa que lhe darei deles mau conto*” (CDF, I, cap. I, p. 180). Lopes coloca assim em cheque a administração e a conduta de seu antecessor. Isso denota um propositado movimento que objetivava a revisão e a crítica da administração fernandina como elemento legitimador de D. João I de Avis representado como um novo período em Portugal.

Nessa linha Berbert Junior, acrescenta que a ligação lógica entre os fatos ofertados pela narrativa tem ação de engendrar e compor identidades, em especial, “nas narrativas associadas explicações simbólicas, alegorias, mitos”. Mito esse que mesmo sendo apenas uma quimera assegura a coesão social, pois modelos são significativos referenciais “para articulação de normas a serem seguidas pelo agir, enquanto produto do conhecimento”. (BERBERT JUNIOR, 2007, p. 35).

E contundente sugerir que quando se delimita uma memória sabe-se que ela se alimenta das narrativas e esse conjunto de informações certamente fora comparado junto a um banco de informações que estão associadas a um contexto comum a coletividade. (POLLAK, 1989, p. 10). Assim, verifica-se que os grupos se utilizam de “vestígios do passado como prova” para fortalecimento de uma memória comum ao

grupo e “argumentação que visa convencer seus destinatários” (BERBERT JUNIOR, 2007, p. 36).

Observando os elementos elencados, percebe-se a importância capital da memória na construção de narrativas de sentido e de seu conceito. Nota-se também que ela se torna sustentáculo basilar da história, possibilitando reconstrução e revisão dos eventos transcorridos. Podendo ser ferramenta eficaz no jogo do poder, quando trabalhada para manipulações clarividentes ou involuntárias. No caso de assim ocorrer, obedece aos interesses individuais ou coletivos de determinados grupos ou estratos sociais, em especial se por ventura aquele responsável por reconstruir os fatos tomar partido de uma causa, determinada pessoa pública ou mesmo se torne serviçal do poder político. (LE GOFF, 1990, p. 25).

A memória mesmo não sendo por si só a história, no entanto “é um dos seus objetos” e conjuntamente com ela é um lugar fundamental para a elaboração histórica. (LE GOFF, 1990, p.40), e isso a potencializa como ferramenta e fonte para o historiador, a memória é base para a história e pode ser em determinados ambientes elemento de confluência do imaginário social. (LE GOFF, 1990, p.118). Um dos elementos que tornam uma lembrança coletiva memorável é fazer com que esta se torne história, feito isto a comunidade que a rememora tem as condições de identifica-las dentro de suas fronteiras comuns de lembranças. (LE GOFF, 1990, p. 189). A memória nos dá a possibilidade de intervenção da seleção e ordem dos vestígios e, por conseguinte reavaliar tais vestígios por diferentes ângulos. (LE GOFF, 1990, p. 366).

Isto dito, acrescentamos que cremos na integração entre memória e história, uma vez que na construção de uma narrativa com sentido a memória e a história têm funções correlatas, elas em conjunto têm o poder de proferir os acontecimentos e os grafar, tornando possível assim à cristalização da memória acerca de determinado fato ou acontecimento histórico do qual os homens julgam dignos de rememoração. Elas são peças constituintes da edificação de um relato, tendo prerrogativas semelhantes e complementares dentro do processo de construção de uma narrativa. A história é compilação de vontade de memória, se houvesse a extinção do desejo de visitar o passado não teríamos a história. Partindo da premissa que história é resultado de memórias escritas e ao considerar o exercício de lembrar uma atividade de comparar relatos de terceiros aos seus, as narrativas logram a função essencial de transportar quem rememora para seu interior e nele refletir seu significado. Evidencia-se assim, um

encontro entre memória e história e esse contato proporciona interação levando-as a uma relação de interdependência. (NORA, 1993, p. 22).

1.2. História e literatura

Por utilizarmos uma fração de um conjunto literário desenvolvido pela Casa Real de Avis, a saber, a *Chronica del-rei D. Joam I de Boa Memória*, e o *Leal Conselheiro*, atentamos para a necessidade de teorizar a relação entre história e literatura no que tange aos usos da literatura como fonte para a história. Os embates entre os defensores da aproximação entre as duas áreas se fortaleceram nas últimas décadas com os estudos desenvolvidos por Antonio Candido, Antonio Celso Ferreira, Hayden White, Sandra Jatahy Pesavento, entre outros, variado de discursos mais enérgicos como de White a mais conciliadores como Antonio Celso Ferreira.

Desta feita, em face da problemática do uso de fonte literária pela história, nosso propósito nesse tópico se insere em um esforço de mostrar a validade da narrativa literária como fonte. Antonio Candido defende estar muito em voga a apropriação de fontes literárias, o autor atribui ainda uma função social⁶ a ela. Para Candido, esse tipo de fonte está para além da capacidade explicativa, obras literárias não são afastadas de uma verdade por sua característica ficcional sendo sem história, ou seja, a-históricas, mas possuem natureza trans-histórica, sendo portadoras de continuidades, sendo assim possuidoras de capacidade explicativa. (CANDIDO, 2002, p. 81).

As discussões acerca da compatibilidade entre a narrativa histórica e a literária nascem em um contexto de crise no século XX. O século anterior fora marcado por certezas no âmbito do campo científico, no entanto, poucas convicções resistiram ao século XX. Os resultados almejados não foram alcançados e duas importantes correntes teóricas e metodológicas marxismo e estruturalismo tiveram suas bases abaladas nesse século que se caracterizou como um período de incertezas. Nesse momento que deve ser considerado ímpar, mesmo que em crise. Nesse contexto, segundo Santos (2001), afloraram novas abordagens na América (EUA), na Europa, Itália e Alemanha, esses

⁶ Para Antonio Candido a literatura tem uma função humanizadora, ou seja, a habilidade de confirmar humanidade ao homem. Dada a literatura como vida ela ensina, ela não corrompe nem edifica, no entanto trás livremente em si o que se pode chamar de bem e o que chamamos de mal, a literatura assim humaniza em sentido profundo por que faz viver. (CANDIDO, 2002, p. 85).

países refutavam a história forjada a partir da historiografia francesa da Escola dos Annales.

Dado também exposto por Sandra Pesavento ao nos informar que já no século XIX, se tem um afastamento da história em relação a outras narrativas. Segundo a autora, “Clio fora guinada ao posto de rainha das ciências”, e com essa promoção torna a literatura apenas um artifício que meramente adorna alguma afirmação sua acerca do passado. No entanto, entre as décadas de 1960 e 70, uma nova postura literária portadora de compromisso social fez com que houvesse uma porta para a articulação entre elas, nessa conjuntura, história e literatura passam a comungar de uma única causa. (PESAVENTO. 2003, p. 32)

De acordo com White, no século XIX, tais questões foram fruto de debates entre historiadores, filósofos e teóricos sociais, tentando dar ao conhecimento histórico ares de dominante no que se refere às ciências humanas e físicas. No entanto, no século seguinte alguns pensadores passaram a defender as peculiaridades fictícias das reconstruções históricas, refutando sua situação como ciência. Em contraponto a isso, fora produzida uma farta referência textual em defesa acerca da história como ciência própria e com método rígido. (WHITE, 1995, p. 17-18).

Nessa perspectiva, Susani França converge com o exposto, para a autora esse debate tem sua gênese no século passado e tem ganhado fôlego desde a década de 70. Para França mesmo com o avanço dos estudos literários e historiográficos apontarem para uma aproximação no que se refere à sua tessitura textual, pois ambas se operariam pela mesma configuração, sendo atos de narrar, para a autora esse ainda é um campo pouco investigado pelos historiadores, mesmo que tenha sido defendido como área de investigação própria do historiador. (FRANÇA, 2003, p. 167).

Também nessa linha, Celso Ferreira dialoga com as assertivas citadas a também fuga da história em relação a outras ciências sociais e suas heranças. Para o autor, a historiografia profissional já almejava o ideal científico desde o século XIX e nessa tentativa de afirmação a cepa das ciências tentou se desvencilhar de sua subordinação a literatura ou mesmo da oratória como anteriormente era classificada, ora só há uma problemática em tal fuga, tornar-se despojada de conhecimento e engolfada de intangibilidade assim como a quem se opunha. (FERREIRA, 2000, p. 133)

Nesse sentido, entendemos a história assim como White, como agente de conhecimento que só é acessível via linguagem e o discurso tem a necessidade de ser

redigido por alguém antes de ser tratado como história. Isso pressupõe também que dentro desse contexto existem vários discursos que não podem se dissociar de uma experiência histórica. Pois a história não deve ser tratada como mero recurso que possibilita acessar o passado desejado é a história antes de tudo, uma forma de nos relacionarmos com o já transcorrido e isso corre segundo o autor via discurso escrito. (WHITE, 1991, p. 21).

Diálogo convergente com o exposto por Sandra Pesavento, para a autora o que alimenta as discussões entre o inter cruzamento e as narrativas e seu caráter de possibilidade de resposta aos questionamentos que os homens fazem ao cosmos em diferentes recortes temporais. As narrativas dão o *feedback* as indagações, esperanças, anseios e medos acerca da realidade, nessa perspectiva de análise, a história e a literatura apresentam o mundo que nos cerca como obra escrita, tentando perceber nosso universo social de diferentes prismas e mesmo sendo distintas estão próximas de proferir existência e lhe outorgar nexos. (PESAVENTO, 2003, p. 32).

Antonio Candido defende a capacidade explicativa da narrativa literária, para o autor, a literatura é produção e projeção da experiência humana, não podendo desvalidá-la, tendo em vista que todo texto parte de um contexto e mesmo que exista a dificuldade da autenticidade por vias científicas não se pode negar a narrativa literária sua capacidade de expor as adversidades sejam particulares ou plurais de um corpo social, toda essa conjuntura oferta base a essas obras e não apenas isso, mas coadunam as mesmas a realidade vivida. (CANDIDO, 2002, p. 82).

Em concordância com as ideias expostas, Celso Ferreira propõe reflexões no que concerne aos estudos voltados ao campo da historiografia e dos estudos literários. Para o autor, as duas áreas se separadas têm universo particular, no entanto, há um elemento que funde história e literatura segundo ele, o termo unificador é a *narrativa*, pois esta se caracteriza por abarcar as formas criadas pelo homem, sendo diversa e alterável associada a modelos antigos objetivando oferecer sentido ao cosmos, no qual está inserida. (FERREIRA, 2000, p. 133).

Em um entendimento semelhante à de Celso Ferreira, Hayden White percebe que ao caracterizar os dois discursos, histórico e literário, que o primeiro pode ser entendido como interpretação histórica, como narração, pois para o autor, discurso histórico não tece nenhuma informação inovadora acerca do tempo transcorrido, já que a posse dos conteúdos sobre o passado seja atual ou antiga se faz exigência dessa fala.

White considera a escrita da história como um pensamento que contém quantidade relevante de aspectos literários ou até mesmo míticos, atenta o autor que essa foi e permanece sendo a tônica da escrita da história. (WHITE, 1991, p. 22-3).

Deve-se levar em consideração que todo esse discurso de aproximação e distanciamento de narrativas se dá pela elevação ou tentativa da história ao posto de ciência no século XIX, separando narrativa ficcional de narrativa verídica ou pelo menos com intenção de verdade por assim dizer. Nesse contexto, eventos considerados reais são os que têm o homem como ator, todavia, Veyne salienta que a presença de tais personagens resulta do ponto selecionado por quem narra, “a história é o que é, por causa de algum jeito de ser especial ao homem”. (VEYNE, 1983, p. 17). Convergingo com White, esse afirma que onde não há narrativa não há também um discurso característico da história, (WHITE, 1991, p. 22).

Contribuindo para ampliar essa discussão, Sandra Pesavento analisa as possibilidades que podem ser estabelecidas entre história e literatura. A autora traz um elemento novo para o centro de debate que é o de perceber as duas vertentes de narrativas como uma dinâmica associada ao imaginário de reconstrução do mundo, defende que mesmo sendo formas diferentes são próximas dado ambas terem a capacidade de falar de realidades e de outorgar sentido a elas e na contemporaneidade estão mais próximas do que nunca. (PESAVENTO, 2003, p. 32).

Nesse sentido, Celso Ferreira compartilha de mesmo entendimento, segundo ele, a ação de narrar é criação humana e assim sendo é antes de qualquer coisa um ato imaginado, mergulhado no imaginário individual ou coletivo, esse imaginário seja desprendido ou instituído, associado ao fantástico ou ao consagrado pela história, não pode ser segregado ou demarcado. O autor sustenta que a literatura é inerente do imaginário e faz desse elemento sua razão de ser e dessa forma consegue ser histórica, pois tem o seu nascedouro no mesmo território. (FERREIRA, 2000, p. 133).

Quando fala de noção de trama em “Como se escreve a história”, Paul Veyne revela não haver isolamento dos fatos no que se refere ao tecido da história, defende que na realidade o que há na verdade é uma mescla de veras humanas e em pequena parte dispõe de carga científica. Isso dito, pode-se inferir que a história é limitação imposta pelo historiador, ele que determina seus marcos e por isso só é dessemelhante da narrativa literária por sua pretensão de autenticidade. Veyne acrescenta ainda que a história é moldada a partir de uma parcela temporal que o historiador insulou de acordo

com seu interesse e nessa operação o sucedido tem vínculos diretos e sua relevância relacionada. (VEYNE, 1983, p. 20).

Acreditamos que ao escrever, D. Duarte e Fernão Lopes, ofereciam visões de realidade e essa existência estava intrinsecamente ligada às experiências humanas do recorte selecionado, editado, dotado de espírito e sentido pelos escritores. Os dois ao escreverem, deram proximidade ao seu público alvo, nivelando os leitores aos personagens e dessa forma conseguiram um eficiente meio de fazer com que esses se sentissem parte do discurso por eles proferido, participantes de uma humanidade que era sua e desse modo, pronto para incorporar à sua experiência humana mais profunda o que Lopes e D. Duarte ofertaram como visão da realidade. (CANDIDO, 2002, p. 90).

Se atrelarmos o supracitado aos conceitos de documento/monumento desenvolvidos em Le Goff, poderemos observar que houve por parte dos narradores a intenção de validação de feitos antes apenas narrados via oralidade e agora escritos tomam corpo e também valor simbólico. Tendo em vista que documentos só se tornam a ser fontes históricas “depois de estarem sujeitos a tratamentos destinados a transformar a sua função de mentira em confissão de verdade.” (LE GOFF, 1990, p. 91). E esses ao se validarem servem como forma de resguardo das evidências de acontecimentos de qualquer natureza do passado. (LE GOFF, 1990, p. 419). Le Goff nos deixa ainda um questionamento que a nosso ver tem cunho mais elucidativo que questionador, ainda caberia indagar “se a história constitui uma forma literária, uma narração dos fatos, ou uma ciência que os estabelecem, os descrevem e os explicam”. (LE GOFF, 1990. p. 147).

White sinaliza uma possível resposta, ao conceber que mesmo se diferindo em alguns pontos o discurso literário e o histórico emergem de um mesmo ponto, de eventos imaginários e reais e ambas narrativas objetivam ofertar uma resposta definitiva a problemas ocorridos em determinado domínio do passado. Além disso, para ofertar essa resposta ambos empregam a linguagem de tal forma que dissociar o conteúdo interpretativo de seu cerne se torna trabalho inconcebível. (WHITE, 1991, p. 25). Não que seja discurso indissociável, mas que estão irmanados, pois por meio da literatura o autor escreve sua vivência e experiência e a história sem sombra de dúvida pode analisar tais experiências para melhor ilustrar o passado não enfocando a via literária apenas como passatempo, mas ao observar a conjuntura atual possamos melhor nos situar no meio da “complexificação e estilização da realidade” e nesse contexto a

literatura se torna nova via de acesso a de compreensão de mundo. (PESAVENTO, 2006, p. 01).

Ainda na perspectiva de White, Clio e Calíope⁷ estão muito próximas e ambas moldam discursos com intencionalidade, mesmo que Clio tente se colocar como detentora de um discurso sistematizado e intra extra referencial, isso apenas lhe da qualidade de “coisa” e lhe torna semelhante à narrativa poética, aproximando-a de Calíope. Mesmo que a História tente gerar um efeito-conhecimento ela faz isso por meio de uma operação mental do historiador em relação com sua realidade pretérita e ao sistematizar tal feito utiliza-se da linguagem, sendo esse um trabalho de nossas mentes que se utiliza de imaginação, alegorias e linguagem simbólica que revelam alguma coisa sobre o mundo para explicá-lo, fazendo assim novamente a aproximação entre história e literatura. (WHITE, 1991, p. 26).

Em Antonio Candido, podemos encontrar resposta e assinalar para essa possível utilidade de fonte literária. O autor defende que as criações de cunho ficcionais e poéticas podem exercer determinado poder sobre as pessoas ou grupos. Segundo ele, as camadas mais profundas de nossa personalidade podem sofrer um ataque por obras que consumimos criando insinuações que mal percebemos. E quanto a isso devemos visualizar tais mecanismos nos escritos lopesianos e duartinos, tendo em vista que foram definidos conforme os interesses do grupo dominante e tinham por finalidade reforçar e indicar para os demais sua concepção de vida. (CANDIDO, 2002, p. 84).

Para Veyne, as narrativas criadas pela história são constituídas de tramas e enredos que de antemão são selecionados pelo historiador. O autor considera ser a história um “romance real” em que o homem aparece como ator, sendo esse o elemento primordial que separaria as narrativas histórica e literária, pois de acordo com ele, a história narra ao invés de criar o que poderia ter acontecido. (VEYNE, 1983, p. 06).

Dito isso, podemos relacionar história e literatura de duas formas como afinidade completamente histórica dos textos, desse modo identificando a história e diferentes modalidades de escrita nas falas. A partir desse ponto vista, deve-se levar em

⁷ Segundo Sandra Pesavento, Clio e Calíope eram musas da mitologia grega, a saber, filhas de Zeus e Mnemosine e estas tinham o poder de criar tudo que cantavam. Acrescenta ainda à autora que, no Monte Parnaso morada das Musas, acredita-se que Clio era uma filha dileta entre as demais Musas, o motivo dessa predileção implicava que Clio partilhava com sua mãe o mesmo campo do passado e a mesma tarefa de fazer lembrar o que já fora transcorrido. Talvez, até, Clio superasse Mnemósine, uma vez que, com o estilete da escrita, fixava em narrativa aquilo que cantava e a trombeta da fama conferia notoriedade ao que celebrava. (PESAVENTO, 2003, p. 06).

consideração que a construção de sentido dos textos resulta de acordos, operações entre a ficção literária e os relatos ou hábitos no campo social. A segunda opção para Chartier é a operação inversa, consistindo em desvelar dos escritos literários sua performance profunda e autêntica como produção e transmissão do mistério estético. (CHARTIER, 1999, p. 197).

Segundo Celso Ferreira, mesmo escolhendo os fatos que serão retratados e a dar espírito aos temas, o historiador em seu exercício não se furta de inventar a seu bel prazer. Para Ferreira, essa é uma característica literária da narrativa histórica que pode ser concebida como uma extravagância do historiador que leva a proceder de forma ficcional. Podemos a partir dessa visão mais uma vez entender narrativa histórica e literária como forma de conhecimento de mundo. (FERREIRA, 2002, p. 137). Sendo por riqueza de sentido para melhor perceber o meio que estamos inseridos é a literatura valorosa ferramenta de interpretação do modo de sentir, pensar e agir humanos. (FERREIRA, 2008, p. 61).

Acreditamos que as narrativas expostas são distintas apenas no modelo de forma de dizer realidades, de trazer de volta, reconstruir e imaginar. Mas o seu referencial é sempre o real, tanto História quanto Literatura aspiram por uma organização do passado caótico, dando logicidade a ele. Cada uma, literal ou historiográfica por mais que se utilizem de fatos ficcionais envolvem discursos portadores de um imaginário e o imaginário pressupõe o real como referente. (PESAVENTO, 2003, p. 33-5). Candido nos diz que a fantasia nunca é pura, ela se reporta com frequência a um panorama dentro da realidade, sempre exprime o homem no tempo, fenômenos naturais, paisagens, sentimentos, deseja sempre desvendar problemas humanos. (CANDIDO, 2002, p. 83).

A operação histórica se aproxima da Literatura, uma vez que o passado não pode retornar, o historiador desafia aquele que consome seus textos a reconstruir sua linha de pensamento e assim chegar às mesmas conclusões. O historiador tenta uma representação da fatia temporal trabalhada por ele, tempo a qual foi atraído a algo que já aconteceu, mas que deixou vestígios, pois sua proposta não é forjar marcos. O que o historiador na verdade concebe é uma versão interpretativa e seu leitor jamais irá trilhar os mesmos passos que ele, o leitor se deixa convencer pela retórica empreendida por quem relata os fatos. (PESAVENTO, 2003, p. 36). Ademais, o fato de conseguir um encadeamento lógico do passado não quer dizer que de fato se possa conhecer “como

ele foi de fato. ” O que de fato expressa é a apropriação de “uma reminiscência, tal qual ela relampeja no momento de um perigo”. (BENJAMIN, 1987, tese. VII).

No entanto, o esforço imaginativo de reconstrução do passado é elemento constante nesse processo e o que devemos nos ater em essencial é que esse passado jamais será alcançado, mas sim interpretado de diferentes prismas assim imaginado. Dessa forma, como sustenta White, esse discurso que é produzido objetivando construção de sentido, contudo essas estruturas estão ancoradas de forma mais verdadeira na ficção literária. (WHITE, 1991, p. 36).

Podemos observar também que a imaginação é caminho de autêntica invenção, tão necessária nesse meio que não se limita apenas aos resquícios de consciência, não sendo assim meramente sobras de realidade, mas ela determina de modo preciso coesão a partir de impulsos de um conjunto de coisas reais. O “devaneio” se associa a imaginação e termina por construir imagens que se equivalem, mesmo transitando no imaginário “seu ponto de partida é realidade sensível do mundo ao qual se liga. ” (CANDIDO, 2002, p. 83).

Em um quadro geral, pode-se afirmar que o homem em sua eterna tentativa de entender o espetáculo do mundo que o rodeia, pelo anseio de desvelar a ordenação do mundo atual e efervescências passadas se põe a escrever, a reinventar e interpretar o tempo passado e se utiliza de narrativa, “a história é uma narrativa de eventos: todo o resto resulta disso”. (VEYNE, 1983, p. 17). E posto que seja narrativa podemos ter a convicção que;

Já que é, de fato, uma narrativa, ela não faz reviver esses eventos, assim como tampouco o faz o romance; o vivido, tal como ressaí das mãos do historiador, não é o dos atores; é uma narração, o que permite evitar alguns falsos problemas. Como o romance, a história seleciona, simplifica, organiza, faz com que um século caiba numa página, e essa síntese da narrativa é tão espontânea quanto a da nossa memória, quando evocamos os dez últimos anos que vivemos. (VEYNE, 1983, p. 18, grifos nossos).

Dessa maneira, tocamos na problemática quanto a fontes de cunho literário e suas apropriações para melhor narrar os fatos, consideramos muito válido ao historiador se apropriar dos conceitos desenvolvidos por outras áreas das Ciências Humanas. Veyne exemplifica que, “o historiador é implicitamente também um filósofo, já que é ele que decide o que reterá como antropologicamente interessante”. Cabendo ao historiador escolher temas concretos ou “imaginários. ” (VEYNE, 1983, p. 06). Podemos concluir a partir de todos os elementos citados que a erudição é parte constituinte da formação dos

historiadores, sendo sua formação dupla: erudita e, além disso, sociológica, literária e nos territórios vizinhos que temos contato “iremos saquear objetos úteis”. (VEYNE, 1983, p. 08-09).

Por fim, apenas a título de esclarecimento elucidativo podemos citar ainda que um historiador deve recorrer a fontes políticas, sociais e literárias assim como as apropriadas por essa pesquisa, a saber; a *Chronica del-rei D. Joam I de Boa Memória*, e o *Leal Conselheiro*, para melhor informar os fatos históricos e os desdobramentos do pós revolução de avis. Segundo Paul Marie Veyne, a ambição do historiador no exercício de seu ofício continua sendo a narração da aventura vivida pelo homem. Porém, a mesma exige todas as formas disponíveis de como narrar. (VEYNE, 1983, p. 07). Compreendemos que fontes são indícios e não devem ser levadas como um dogma que dá acesso a uma fonte de verdade. (BURKE, 2004, p. 19). E, acreditamos que a supracitada fatia do conjunto literário empreendido pela Casa Real de Avis é esteio seguro no desenvolvimento de novos horizontes historiográficos sobre o tema.

1.3. A Memória na Narrativa Lopesiana

Mesmo com poucas fontes acerca da vida de Fernão Lopes, figura de destaque na literatura portuguesa e autor de uma das fontes utilizadas por nossa pesquisa, podemos destacar alguns elementos que em um quadro geral remontam o seu perfil e consecutivamente sua narrativa com intenção de memória, afirmação do grupo emergente do movimento de Avis, por influência consciente ou inconsciente, construindo mitos e heróis nacionais que foram à cola social que concedeu coesão a sociedade portuguesa pós-revolução.

Os sentimentos e as circunstâncias de sua época foram fundamentais na construção de sua narrativa, ademais, entendemos que Lopes capturou toda a conjuntura política e religiosa e a utilizou a seu favor. A partir disso, o cronista elaborou a ordenação que permitiu interagir com o ambiente e assim fortalecer a imagem de um grupo selecionado de antemão e utilizando-a para legitimar e doutrinar por modelos indicados ou sugestionados. A narrativa lopesiana se caracteriza pela inclinação a objetivos que implicam a realização de ações futuras, uma escrita com claro fito político em seu ato mnemônico.

Em sua narrativa que provavelmente foi lida para um público em espaços abertos ou residenciais, Lopes empreende um artifício de narração voltado para o grande público que condiciona o leitor a um sentimento de criação de uma expectativa que só cessaria com o consumo integral do texto. (MONTEIRO, 1988, 110). Ora devemos considerar que no contexto do medievo, “a linguagem que o manuscrito fixa continua a ser, potencialmente, a da comunicação direta. A escrita, salvo exceções, constitui-se nesse período por contágio corporal a partir da voz”. (ZUMTHOR, 1993, p. 103). Sua narrativa liga-se à oralidade, escreve como que voltado a uma plateia (ZIERER, 2012, p. 277). Fernão Lopes adota um procedimento que é análogo aos roteiros de filmes, adotando assim uma verdadeira “estratégia fílmica”. Dessa feita é Lopes aquele que desloca as atenções para onde desejar, de acordo com o cenário onde se desenrola os fatos é o cronista quem ordena as memórias e dita às ações que são distribuídas a seu bel prazer. (MONTEIRO, 1988, p. 111).

Para Oliveira Marques, a narrativa histórica, primeira forma literária a frutificar foi à escolhida para dar vigor à imagem da dinastia nascente, o autor acrescenta ainda que por trás de tal narrativa haveria uma motivação estatal de registro preciso. Marques registra que o movimento iniciado pelo Mestre de Avis “veio depois exigir uma justificação conveniente”, para tanto, o príncipe D. Duarte dá à incumbência de elaborar essa justificativa ao arquivista Fernão Lopes que narraria à história “verdadeira” do período do governo de D. João I. (MARQUES, 1977, p. 173).

Lopes foi contemporâneo dos fatos ocorridos entre 1383-85, pois mesmo não se sabendo sua naturalidade, sabe-se que viveu longamente tendo possivelmente nascido em 1380 e 1390 e documentações ainda o citam em 1459, porém é desconhecido ano e onde teria ocorrido sua morte. Fernão Lopes inicia sua carreira entrando para a história em 1418, ano que substituiu Gonçalo Gonçalves e passa a ser guardador das escrituras do Tombo, cargo relativamente importante que ocupa até sua aposentadoria em meados de 1454. (MONTEIRO, 1988, p. 72).

Também Zierer descreve tais dados sobre o cronista, segundo ela, Fernão Lopes foi incumbido em 1418 por D. Duarte, filho de D. João I e monarca que o sucedeu, para pôr em escrito à história de todos os reis portugueses até aquele período. Para tanto,

Lopes era relativamente bem remunerado recebendo uma “tença anual⁸” pelos seus serviços e sua tarefa foi a de escrever uma narrativa positiva acerca do primeiro monarca avisino lhe conferindo uma boa imagem por meio de seus textos. Em 1418, ocupou esse ofício sendo contratado por D. Duarte, herdeiro de D. João I e rei depois dele, para escrever a história de todos os reis até então, além de forjar a imagem positiva do Mestre de Avis. Tal ato é executado nos relatos montados por Fernão Lopes na primeira e segunda parte da crônica de D. João I (ZIERER, 2012, p. 272). Não concluindo a terceira parte, essa foi escrita por outro cronista depois da aposentadoria de Lopes.

O cronista obteve uma célebre carreira, o autor das duas primeiras partes do monarca que por ele é tratado como “*o Primeiro de gloriosa memória,*” foi o escrivão da puridade do infante D. Fernando, teve origem humilde e pouco se sabe sobre sua formação intelectual, tendo possivelmente formação monástica. O que se afirma quanto a isso é que deve no mínimo ter estudado em uma escola ou até mesmo na catedral de Lisboa, porém Monteiro afirma que tudo não passa de conjecturas não se tendo precisão sobre o assunto. No entanto, o meio social de onde partiu não foi fator de impedimento para desenvolvimento de sua função, pelo contrário, foi homem de conhecimentos práticos e por isso capaz de com eficiência desenvolver serviços ao Estado. (MONTEIRO, 1988, p. 74-5).

Oliveira Marques, historiador português, ao falar de Lopes em seu livro “*História de Portugal*” caracteriza a narrativa lopesiana “como uma grande obra histórica”. Para o autor, as crônicas escritas por Fernão Lopes, a saber; (Crônica del-rei D. Pedro, Crônica del-rei D. Fernando e Crônica del-rei D. João, dessa apenas a I e II parte), escrita entre o ano de 1430 e 1450, representam já, mais do que o final de uma época e também o começo de uma nova escola, cujo ápice do florescimento só iremos encontrar no último quartel do século e no seguinte. (MARQUES, 1977, p. 99). Marques acaba apontando assim os escritos de Lopes como marcos de um tempo.

Entendemos que as crônicas redigidas por Lopes se colocam em uma categoria de documento “que exprime o poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro” sendo assim o “documento é monumento” (LE GOFF, 1990, p.10). A intenção é tornar esse corpo literário lugar de memória onde àqueles que não participaram dos

⁸ Segundo João Monteiro ao descrever a notável carreira burocrática de Fernão Lopes nos informa que D. Duarte ao incumbir o cronista de escrever as crônicas dos primeiros reis de Portugal e a dos feitos de seu pai D. João I, lhe conferiu pagamento de uma tença anual de 14.000 reais. (MONTEIRO, 1988, p. 72).

eventos de 1383-5, possam acessar as lembranças e nesse contexto, tal documentação com fundo de reconstrução e louvor da memória do iniciador da dinastia ascendente. E como já citado anteriormente, ela tem uma mensagem (*crônica*) que demanda a existência um sujeito que a redige de um lugar social (*Lopes*) e um destinatário (*portugueses*) ao qual a mensagem se destina.

Em concordância com exposto, João Monteiro destaca a relevância da trilogia escrita por Lopes. Para esse autor, os relatos do cronista sobre os eventos que agitaram a sociedade portuguesa em fins da Idade Média são até os nossos dias e provavelmente continuarão sendo ainda por longo período a matriz para entendimento e aprendizagem da história de Portugal desse período, mesmo que pelas limitações impostas pelo período não tenham possibilitado um relato absolutamente fiel por parte do autor. (MONTEIRO, 1988, p. 13). Ademais, o relato de Fernão Lopes estava mais preocupado com o serviço que a ele foi delegado e em seu relato diz não serem importantes “*fermosura, & afeitamento das palavras*”, pois se interessa com os fatos “*vestidos de fé.*”

A busca em afirmar a autenticidade dos fatos por ele narrados é um elemento em destaque na narrativa do cronista, o esforço por demonstrar a verdade dos fatos já no início de seu relato faz com que se oferte um ponto seguro de reconstrução de memórias e formação de lembranças coletivas. Para Fernão Lopes, antes que se fale dos feitos do Mestre é essencial dizer que seu relato é dotado de similitude dos fatos ocorridos, para isso chega a comparar seus escritos a outros que segundo ele, foram desviados da verdade. Lopes coloca seu relato em oposição a escritos outros, que não buscam a verdade, ele em sua proposta busca sempre ser preciso não contando mais nem menos do ocorrido tendo compromisso com a verdade dos fatos, assim descreve o cronista;

& nos enganados por **ignorância de velhas escrituras, & desvairados autores**, bem podíamos ditando errar; porém que escrevendo homem do que não he certo, ou **contar mais curto do que foi, ou falar a mais largo do que devemos, mentirá, & este costume he muito afastado de nossa vontade.** (CDJ, I, cap. I, p. 02-03, grifos nossos).

Segundo Zierer, Lopes revela preocupação com suas fontes expondo que fez um importante trabalho de pesquisa, colhendo depoimentos, usando documentos do período, indo até mesmo a túmulos para se certificar de nomes e conferir datas. (ZIERER, 2012, p. 276). Lopes em seu relato, afirma preocupar-se com a “*simpres verdade,*” e além disso, diz falar algo que foi aprovado por muitos, “*o de muitos*

aprovados. ” Sendo seu relato revertido de credulidade e se fosse para mentiras falar, calar-se-ia.

[...] leixando os cōpostos, & em feitos rezoamentos, que muito deleixão aquelles que ouem **antemoemos a simpres verdade. Nem entendais que certificamos cousa falou o de muitos aprovados & e por escripturas vestidas de fé. Doutra guisa ante nos calariamos, que escrever cousas falsas.** [...]. (CDJ, I, cap. I, p. 03, grifos nossos).

A proposta do cronista de intenção de verdade não apenas confere uma aura de seriedade e validade dos fatos por ele narrados, para além disso, Fernão Lopes objetivava a que esse relato revertido de verdade e caráter religioso, pois fora Deus que lhe havia dado o direito de escrever, fosse replicado e incorporado pelos seus leitores, implicando uma mensagem com emissários (Lopes/ Casa de Avis) e receptores (Portugueses). Acreditamos que a narrativa de Fernão Lopes, historiador a serviço da dinastia de Avis, fitava modelar a memória, ao selecionar os fatos e feitos que considerava “*dignos de grande relembrança,* ” tendo em vista que as narrativas comumente terem o poder de questionar ou construir um passado.

[...] *nosso desejo foi em estas obras escrever verdade, sem outra mestura leixando nos bons aque cimentos todo fingido louvor,* e mormente mostrar ao povo, qualquer contrairas cousas da guisa que avierem. E se **o Senhor Deos a nós aoutorgasse o que a algus escrevendo não negou, convem a saber, em suas obras clara certidão da verdade,** sem duvida não somente mentir do que sabemos, mas ainda errãdo falso não queríamos dizer, como assi seja, que outra cousa não he deerrar, talvo cuidar que he verdade aquello q he falso.[...]. (CDJ, I, cap. I, p. 02, grifos nossos).

Para Lopes é patente apresentar uma memória que seja considerada verdadeira, assim podendo ser resguardada por sua confiabilidade. E para tanto, usa de um discurso carregado de arcabouço teórico, ou seja, a partir de uma base ou direcionamento intelectual que é formada a partir de uma leitura bibliográfica determinada, no caso de Lopes. Adriana Zierer informa que o cronista lera Cícero, Aristóteles e Tito Lívio se inspirando assim na literatura clássica, mas voltava-se também para literatura cristã, isso justifica como parte de seu relato estava carregada de um fundo cristão, além da predileção pelos textos bíblicos o cronista também leu Beda, Santo Agostinho, Isidoro de Sevilha. (ZIERER, 2012, p. 279).

Nesse contexto, Maria do Amparo Maleval concorda com o supracitado; para a autora, no período medieval as conexões entre Aristóteles e Cícero foram as matrizes por primazia para o conhecimento da retórica. E as crônicas de Fernão Lopes se

enquadram a esse modelo. Para Maleval, tanto as hagiografias quanto as “*crônicas*” consistem em mensagens que estão amplamente inclinadas para o convencimento de seus receptores. (MALEVAL, 2008, p. 01). Quadro que pode ser detectado no modelo de narrar os fatos selecionados por Lopes, esse está voltado para convencer seus leitores de determinados fatos por ele descritos e o cronista o faz desde o prólogo da crônica de D. João I de boa memória, o que novamente reforça a ideia de intenção de cristalizar memórias por meio de seu relato.

Maleval apresenta ainda, a retórica como método para crítica/interpretação de textos medievais. De acordo com ela, isso não é possível apenas pelo motivo da retórica ser uma das disciplinas do “trivium,⁹” sendo orientação no que tange a constituição e análise dos textos para os poucos alfabetizados do medievo. A autora chama atenção para os prelúdios de alguns textos dessa natureza que segundo Maleval, a rigor seguem uma linha e aponta também e está inserida nesse contexto a crônica de D. João I, escrita por encomenda no século XV. (MALEVAL, 2008, p. 1-2).

Assim como supracitado, nessa narrativa Lopes argui acerca de sua pretensa isenção e compromisso com um relato verdadeiro. Para Maleval, o cronista faz isso com a finalidade de conseguir confiança e simpatia de seus “leitores-ouvintes” a quem se destina sua obra. Lopes tenta se apresentar já nos primórdios da crônica como “pesquisador incansável de documentos vários” e de escrita acessível assim sendo contrário a linguagens carregadas de acessórios linguísticos e mentiras. (MALEVAL, 2008, p. 2-4).

Em consonância com o exposto por Maleval, Kátia Brasilino Michelan afirma ser ato comum, o enaltecimento do alvo da crônica no caso D. João I e também relatar seu trabalho no ajuntamento de fontes. Segundo a autora, isso fora feito nos prólogos das outras crônicas, a saber; Crônica de D. Pedro I, na qual dignifica o mérito desse monarca no que concerne à justiça, o mesmo é feito com D. Fernando que é enaltecido

⁹ Para Japiassú e Marcondes, o termo deriva do lat. trivium: *três vias*, segundo os autores O trivium e o quadrivium: *quatro vias*, que juntos formam as sete artes liberais. Estas constituem a base do currículo dos cursos introdutórios (*studium generale*) das faculdades de artes (principalmente filosofia), nas universidades no período medieval. O estabelecimento das artes liberais origina-se da obra de Marciano Capella (séc.V), intitulada “As núpcias de Mercúrio” e da filologia, que é uma espécie de síntese enciclopédica da ciência da época. Posteriormente (séc.VI), Cassiodoro, discípulo de Boécio, desenvolveu e sistematizou esses estudos, definindo as sete artes liberais e dividindo-as em dois grupos: o trivium, inicial, constituído pelas “ciências da linguagem”, gramática, retórica e dialética; e o quadrivium, consistindo na aritmética, geometria, música e astronomia, e pressupondo a passagem pelo trivium. As sete artes liberais tiveram um papel importante como forma de preservação do saber clássico da Antiguidade greco-romana, durante o período medieval. (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2001. p. 185).

como criador de fidalgos e valoroso cavaleiro e na Crônica que se refere ao Mestre de Avis em que o define como monarca virtuoso e de boa memória. (MICHELAN, 2011, p. 25).

Isso dito, destacamos a narrativa lopesiana como objeto de memória, que empreende uma “propaganda” régia que implica um orador em busca de argumentos e provas, no caso Fernão Lopes que o realiza desde o anteâmbulo de seus escritos. Essa narrativa trata principalmente do seu público receptor, nessa situação a nobreza secundogênita e o povo em geral que de forma inovadora é abordada nos textos oficiais do Estado, o que leva a três princípios que são indispensáveis a comunicação que são, o emissor, o receptor e a mensagem. (MALEVAL, 2008, p. 4). O “*emissor*” (Lopes), a quem é facultado o direito de recortar e editar os fatos, o “*receptor*” (o povo português), que acolhe a mensagem e se percepção por ela e a “*mensagem*” (os feitos do monarca), feitos dignos de rememoração resultando essa narrativa para além do fortalecimento do primeiro monarca avisino, envolve também em um desejo de forjar memória coletiva.

1.4. Memória Cristã no processo educativo, os leais conselhos de D. Duarte

[...] a experiência me demonstra, que dalgũas cousas tristes auemos lembranças me parece principalmente aacabeça pertencer, E aquella medes per lista de pessoas ouuigr de pallauras trespassa ao coração como se o feito presente fosse. [...] *Mas no que pertence ao jntendimento da geeral memória. [...] alguũs se lembram das estorias, e feitos que se passom e dos nomes propios nom podem seer lêbrados.* [...]. (D. DUARTE, 1843, p. 11).

A epígrafe acima revela que a preocupação com a memória foi uma constante para os primeiros monarcas avisinos, assim como fica evidente na citação acima do “*Leal Conselheiro*”, obra compilada por D. Duarte, sucessor do primeiro monarca avisino, D. João I o de boa memória. Há um cuidado de deixar registrados seus grandes feitos e, além disso, seu legado cultural. Esses ou se puseram então a escrever manuais de comportamento e tratados de cunho educativos ou encomendaram escritos de mesma natureza, como as crônicas escritas por Fernão Lopes que foram destacadas no tópico anterior.

A primeira geração de descendentes do Mestre de Avis e D. Felipa de Lencastre ficou conhecida pelo epíteto de *Ínclita Geração*, tal elogio foi eternizado em “*Os Lusíadas*”, pelo poeta Luís Vaz de Camões, uma das maiores personalidades da

literatura lusófona. Essa importante obra foi lançada em 1572, com distanciamento de 134 anos após D. Duarte escrever o *Leal Conselheiro* e 129 anos depois da compilação da *Crônica de D. João I*, o que mostra a vitalidade da memória forjada pelo conjunto literário de conduta moral e doutrinária empreendida pela dinastia, assim cita Camões ao se referir inicialmente ao mestre de Avis e de sua morte ocorrida em 14 de agosto de 1433, aniversário da lendária Batalha de Aljubarrota e no final do poema se refere mais especificamente aos filhos de D. João I, D. Duarte, D. Fernando, D. Pedro e D. Henrique (PIMPÃO, 2000, p. 249).

**Não consentiu a morte tantos anos
Que de Herói tão ditoso se lograsse**
Portugal, mas os coros soberanos
Do Céu supremo quis que povoasse.
Mas, pera defensão dos Lusitanos,
Deixou Quem o levou, quem governasse
E aumentasse a terra mais que dantes:
Ínclita geração, altos Infantes. (CAMÕES, 2000, p. 266).

Em sintonia com as informações elencadas acima, Adriana Zierer salienta que a *Crônica de D. João I* exerceu valorosa função no processo de elaboração de uma representação favorável no que se refere ao precursor da nova Dinastia. No entanto, essa não foi à única via utilizada para conferir autenticidade a ela. Zierer informa que também os filhos do monarca buscaram dar estímulo ao cuidado com a memória. Segundo ela, os herdeiros avisinos praticaram atividades concretas no que concerne a ações de glorificação dos novos governantes e por esse motivo desde o reinado de D. João existiu o cuidado em ampliar o número de livros e a biblioteca de seu sucessor D. Duarte. (ZIERER, 2012, p. 280-281).

Imerso nessa cultura da validação da memória pela via escrita, D. Duarte em seu manual de conduta moral, *Leal Conselheiro*, recomenda ato que ele mesmo já tomara antes, o de “*sempre [...] bem poder, de poer as cousas em scripto.*” (D. DUARTE, 1843, p. 12). O monarca tem clareza de consciência de seus atos ao citar;

[...] abasta queo sejam êrasoada maneira. E quanto mais for perao entendimento dara grãde vantagem, **Dou poreu conselhu que por grande que alguem assynta, que nũca em ella muyto se confym po que fallace ligeiramente, õde compre per muytas guisas e poreu sempre se proveja em toda cousa, que bem poder, depoer as cousas em scripto ou mandar queo lembrem** como se pensasse que fraca tivesse. **Ca segundo tenho praticado esta he amais certa maneira da arte memorativa**, ainda que bem sei como aoutra muytas vezes presta em tempo de necessidade aos que abem sabẽ, se teem razoadamente a natural. (D.DUARTE, 1843, p. 11-12).

Fruto desse cuidado com a imagem não apenas de um agente, mas de toda Casa Real, são também um manual sobre o comportamento ideal dos reis e da nobreza que ficou conhecido como Prosa Moralística, escrita pelos irmãos D. Duarte e o Infante D. Pedro que compartilhava de similar conteúdo moral que o Leal Conselheiro. (ZIERER, 2012, p. 281). Dentro dessa literatura, também chamada de Discurso do Paço, pela historiadora Vânia Fróes, também se insere o *Livro de Montaria* redigido pelo monarca D. João I.

Para Mariana Bonat Trevisan, a educação empreendida pelos pais, D. João e Felipa de Lencastre irá ecoar em seus atos e escritos dos príncipes avisinos. Essa didática será alvo de uma série de idealizações e isso pode ser observado na fala de D. Duarte em seus escritos, em que tenta moldar o comportamento da sociedade portuguesa ao sugerir comportamentos ideais ancorados no cristianismo, utilizando da memória cristã nesse processo educativo. (TREVISAN, 2016, p. 19).

Podemos perceber também que a ordenação da memória por escrito e nos referimos à totalidade da propaganda literária avisina não apenas a Duarte, tendo em vista que todo o empenho de legitimação e fixação de memória estará revertido de uma forte aura religiosa, buscando agir sobre o imaginário coletivo dos receptores de suas mensagens.

No contexto em que uma Literatura oficial (pois é empreendida como tática de governo) se propõe ao ensino da prática de virtudes cristãs e de fé, ou seja, ancorados na bíblia e tensionados por quem redige e indica como correto, dar-se a entender que tais práticas se constituem em indicações de modelos de comportamento pré-selecionado. Dito isso, podemos enquadrar nossa análise dentro do estudo da História do Imaginário, pois na época medieval em um contexto unânime o sagrado estava a um passo. (LEE GOFF, 1989, p. 26). Hilário Franco Júnior acrescenta que, para o homem medieval, o referencial de todas as coisas era o sagrado. (FRANCO JÚNIOR, 2001, p. 191). E esse fundo sacro é uma das metas das obras aqui utilizadas.

Encontramos os mesmos elementos em André Vauchez ao fazer sua análise no que se refere à espiritualidade no medievo Ocidental, revela que a bíblia era para o homem medieval uma realidade viva, da qual ele estava “*profundamente impregnado*”, mas que em todos os casos, alimentava a sua vida espiritual, fornecendo-lhe matéria para reflexão e indicações para as ações. (VAUCHEZ, 1995, p. 171). Mostrando que o real e o imaginado estavam fundidos nesse período. O homem

medieval, segundo Jacques Le Goff, viveu cercado de símbolos, esses indivíduos se percebiam por sinais. Na Idade Média, que tinha grande maioria de iletrados até o século XIII, o livro essencial era a Bíblia que para o autor tinha uma estrutura essencialmente estruturada no simbólico. (LE GOFF, 1989, p. 27).

Essa tese é reforçada por Marc Bloch. O autor ao analisar a mentalidade religiosa na Época Medieval europeia lista os europeus como *povo de crentes*, pois essa era uma característica latente dessa sociedade. Para Bloch, para se compreender melhor a atitude religiosa da Europa feudal poder-se-ia dizer que qualquer visão de mundo que excluía o sobrenatural era incompreensível para os espíritos daquele tempo. (BLOCH, 2010, p. 104).

Para Bronislaw Baczko, é por meio dos seus imaginários sociais que um grupo designa sua identidade, elabora certa imagem de si mesmo, estabelece a distribuição de funções e das posições sociais. Entende que o imaginário social é uma força reguladora da vida em comunidade, pois forja orientações simbólicas que são criadas pelo grupo não se limitam apenas em apontar que indivíduos fazem parte do mesmo grupo social, mas indicam também quais são suas relações com a sociedade e suas instituições (Estado). (BACZKO, 1985, p. 309-310).

A tessitura dos escritos de D. Duarte tem finalidade de fixar memória como já supracitado desde o princípio desse tópico, mas assim como Fernão Lopes, seleciona a via religiosa para sua empreitada, se apropria da memória cristã para empreender seu discurso, pois a religião é elemento doador de práticas de comportamento. Para Le Goff, é próprio da memória cristã além do ato de rememorar eventos transcorridos, “negar a experiência temporal e a história”. A memória cristã possui um recurso que lhe é próprio e consiste no convite ao cristão de no seu dia a dia viver a memória, processo que no campo religioso não se estingue nem mesmo no pós-túmulo¹⁰. (LE GOFF, 1990, p. 444). Esse dado associado à fala de D. Duarte será a combinação perfeita para a criação de um modelo ideal “imaginado” e moldado pela união de representações que serão expostas por uma linguagem, pois segundo Baczko;

¹⁰ Segundo Le Goff, no cristianismo existe uma lógica de constante evocação do passado associado a escrituras essa necessidade está expressa nos atos dos Apóstolos 20, 35 quando é citado; “É preciso lembrar-nos das palavras do Senhor Jesus.” Para, além disso, a memória não cessa quando nos referimos ao campo religioso, exemplo que é explorado pelo autor nas cartas de São Paulo a Timóteo 2, 8; “Lembra-te de Jesus Cristo, da Casa do David ressuscitado dentre os mortos,” elemento também encontrado nos evangelistas, a memória que não é abolida na vida futura, no além, se acreditarmos em Lucas 16, 25 que faz Abraão dizer ao mau rico no Inferno: “Lembra-te que recebeste os teus bens durante a vida”. (LE GOFF, 1990, p. 444-445).

O imaginário social torna-se inteligível e comunicável através da produção dos “discursos” nos quais e pelos quais se efectua a reunião das representações colectivas numa linguagem. Os signos investidos pelo imaginário correspondem a outros tantos símbolos. E assim que os imaginários sociais assentam num simbolismo que é, simultaneamente, obra e instrumento. (BACZKO, 1985, p. 311).

Novamente com Le Goff, pode-se observar que o ato de lembrança é elemento constante e essencial dentro do cristianismo e o autor revela ainda um componente que é explorado por D. Duarte no capítulo LRVIII¹¹ que consiste na exaltação a um nível popular dos mortos, passamos a citar:

Se a **memória cristã** se manifesta essencialmente na comemoração de Jesus, anualmente na liturgia que o comemora do Advento ao Pentecostes, através dos momentos essenciais do Natal, da Quaresma, da Páscoa e da Ascensão, cotidianamente na celebração eucarística, a **um nível mais "popular" cristalizou-se sobretudo nos santos e nos mortos.** (LE GOFF, 1990, p. 446).

Pode-se inferir que no caso seu pai D. João I, fator que corrobora com o anteriormente citado, que na lógica de rememoração cristã nem mesmo após a morte e cessada, o que fica expresso nos textos bíblicos citados em nota anterior, a saber; Timóteo 2, 8; Lucas 16, 25. Acreditamos que no afã de memória de D. Duarte faz uso desse artifício e assim como “os mártires eram testemunhos e após da sua morte, cristalizava-se em torno da sua recordação a memória dos cristãos”. (LE GOFF, p. 447). D. Duarte tenta fazer com D. João I não um mártir, mas como mito que deve ser lembrado e por meio dele, o próprio D. Duarte também se torna memorável e modelo a ser seguido, pois no capítulo supracitado o monarca descreve a educação e conselhos que recebera de seu pai colocando-se como *um igual seu*, e esse é sempre tratado como “*muy vytorioso digno de grande louvável memoria.*” (D. DUARTE, 1843, p. 303).

Dessa feita, neste tópico tentou-se mostrar, a intenção de memória expressa nos textos da obra “*Leal Conselheiro*” de D. Duarte e o uso da memória cristã como forma de cristalização desse discurso de cunho moral e doutrinário em que intencionalmente aponta modelos de virtudes, como seu pai e a si próprio.

No contexto do medievo, aqui também expresso em que os homens eram impregnados por uma ideia escatológica constante e o imaginário sobre o além era

¹¹ Ver, capítulo LRVIII, nesse capítulo D. Duarte se faz lembrança “*da pratyca que tijnhamos com El Rey meu Senhor e Padre cuja alma deos aja*” o monarca rememora a educação recebido de seu pai d. João I.

alimentado pelas crenças religiosas. Sugestionar modelos virtuosos em um período em que a memória era constituída de um sistema de imagens mentais. Isso evidencia que o monarca adota uma estratégia, na qual se opõe dois modelos, de virtudes *versus* vícios, que são definidos de forma rigorosa e sistemática em que o homem que desejasse seguir o caminho da virtude teria na Casa Real de Avis exemplos concretos de orientação e ao recordar-se do vício evitando-o, teria mais coisas na memória a gravar. (YATES, 2007, p. 114). Essa discussão não se esgota aqui e será expandida no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2 - A ESCRITA AVISINA.

2.1. Práticas de comportamento e cristalização da memória nos escritos produzidos pela Casa Real Avisina.

O papel dos livros na corte avisina foram de fundamental para o jogo do poder, sendo arma de legitimação e fortalecimento da imagem no campo simbólico dos reinantes da referida casa real. A literatura e a prosa foram produzidas em grande quantidade se comparado a outros períodos da História do pequeno reino de Portugal. Tal via de disseminação de um ideário fora até certo ponto eficaz se pensarmos em um período em que se tinha apenas a oralidade e a escrita como meio de interação entre as pessoas e era um privilégio de um pequeno grupo de letrados.

2.1.1. Falando um pouco das fontes e obras outras da Casa Real de Avis: A retórica medieval e o educar do espírito e do corpo.

Dito isso, temos como objetivo neste tópico mostrar inicialmente como se estruturou a retórica no período medieval e como ela se tornou peça chave no discurso empreendido pelos escritos produzidos a partir da ascensão de D. João I. Propomo-nos também a abordar sobre outros escritos, além dos utilizados nesta pesquisa, com o intento de demonstrar parte do conjunto da literatura doutrinária que deu sustentação e serviu de fonte para as obras dos representantes da corte de Avis, desvelando assim textos não tão conhecidos e seus objetivos de encucar práticas definidas a partir de um discurso moral e doutrinário que os mesmos portavam em seu interior. Revelando também o papel das fontes escritas na preservação e disseminação desse ideário.

Ora, para o período, a escrita se torna ferramenta vital para compreensão de mundo e o conteúdo desses escritos em um plano abrangente sustentaram o ideário daqueles que promoveram o uma virada do saber em Portugal, para além de um grupo e os autores dessa narrativa. No novo contexto de pós-crise, a nova facção que ascendeu ao poder se valida em uma narrativa escrita que tem função de impregnar as mentalidades com os ideais que as legitimam. Esses textos são escritos ditos sagrados ou doutrinários, de cunho moralístico e teológicos, se apropriam de escritos da antiguidade clássica mesmo fontes reconhecidamente pagãs, mas com um objetivo

predefinido que é de manter firmes as bases e as práticas no presente. (FRANÇA, 2006, p. 12).

Não podemos deixar de considerar que o contexto em relação às letras em Portugal antes da ascensão da nova Casa Real era de uma profunda apatia, se levarmos em conta que o iniciador de Avis, D. João I, preocupou-se em comprar, traduzir obras, grafar ele próprio e também animar outros à prática de escreverem. (MALEVAL, 2010, p. 48)

Segundo Maleval, é esse ato do monarca que se defronta com o contexto anterior, onde imperava a indiferença em relação à cultura, pois D. João I coloca a sua própria linhagem como produtora dessa prosa, como o *Leal conselheiro*, escrito por D. Duarte, seu sucessor no trono e por nós analisado. Esse escreveu também um livro de montaria de título *Arte de bem cavalgar toda sela*, tal obra foi deixada incompleta devido sua morte em 1438, ocasionada pela peste, como exemplo, podemos arrolar também o *Livro de montaria* de seu pai, D. João I. (MALEVAL, 2010, p. 48).

Os príncipes de Avis também se puseram a produzir, o infante D. Pedro é autor também do tratado político moral intitulado *Virtuosa benfeitoria*. O príncipe além de produzir foi tradutor de várias obras que serviram de fonte que alimentou a narrativa empreendida pela nova casa real. Não podemos deixar de citar também aquelas obras das quais as grafias foram encomendadas, como as crônicas dos reis portugueses até o Mestre de Avis. Destacamos a primeira e a segunda parte da crônica de D. João I, escrita pelo cronista Fernão Lopes por nós analisadas nesse trabalho, Maleval defende que as produções de Lopes marcaram o final desse período histórico (de pouco interesse pelo saber e as artes), sendo um divisor de águas para a escrita no jovem reino. (MALEVAL, 2010, p. 48).

Deve-se levar em consideração também que a formação do sujeito foi objeto de preocupação do Estado desde a Idade Antiga com a civilização grega, (COSTA, 2019, p. 354). A capacidade de falar com desenvoltura e de persuadir com a palavra são características marcantes de um bom orador e essa arte do bem dizer torna-se objeto de ensino e é transmitido com o desenrolar da história, não apenas se transpondo de um período a outro como também não se limitando a um recorte geográfico, assim que, por exemplo, passou para a Ática, tanto por consequência das Guerras Médicas quanto por existir após ela um contexto que exige tal habilidade. (MALEVAL, 2010, p. 72).

Partindo dessa premissa, cremos que essa característica também pode ser associada a Portugal, tendo em vista que como uma parcela do território do Império Romano na antiguidade Portugal viveu desdobramentos históricos e herdou marcas culturais do mesmo. O historiador Raimundo Faoro, indica tal fato ao de forma concisa descrever uma evolução histórica da parcela da Península Ibérica, a qual Portugal está inserido, para ele o torrão que compreende o reino português teria vivido eventos tais como, as batalhas travadas contra a dominação romana, fora também espectador das investidas das hostes do habilidoso estrategista militar general Aníbal Barca. Além disso, viveu a onda migratória que culminou com a ocupação germânica, contestada com vitória pelos mouros. (FAORO, 2001, p. 13).

Acreditamos que a retórica, um importante mecanismo de engendramento de comportamento foi levado para além do recorte temporal da Idade Antiga, isso levando-se em conta as permanências da retórica da Antiguidade no período medieval, em especial no que se refere à sua característica singular que é de transcender ao mundo físico. No período medieval, os estudos preliminares ainda resguardam essa característica, nesse contexto o cristianismo se faz pano de fundo com destaque para sua ação moralizadora do tecido social de cunho religioso. (COSTA, 2019, p. 367).

Em sintonia com a tese de Ricardo da Costa, a importante pesquisadora Maria do Amparo Tavares Maleval, expõe que a narrativa impressa por Fernão Lopes se insere no plano retórico da Idade Antiga. Segundo a autora, o Lopes faz uso desse aparato literário no que se refere às fases de elaboração do discurso. O cronista teria seguindo as regras de teoria de elaboração típicas dessa temporalidade afirma que o cronista foi conhecedor e admirador do conteúdo da retórica antiga e para além de mero admirador ele se utilizou de tal engenho em seu discurso. (MALEVAL, 2010, p. 76-77).

Um item constante dos escritos lopesianos são suas “intenções de verdade”, o cronista preocupa-se em convencer seus leitores-ouvintes de que sua fala é verdadeira e nesse quesito podemos associar a retórica de Lopes as suas raízes antigas. Costa nos informa que o primeiro a fazer uma sistematização da arte do bem falar foi Aristóteles, informa ainda que esse tinha uma função. Para o filósofo, a retórica deveria estar a serviço da verdade e ela seria útil dessa forma para a justiça, pois a mentira e a justiça, ou seja, errado e o maldoso não poderiam ser vitoriosos, defendendo que para que exista vitória da verdade e da justiça se faz necessário um conjunto de provas, itens esses sempre buscados pelo cronista. (COSTA, 2019, p. 357).

Ainda nessa linha de raciocínio, Costa aponta outro fator, segundo o autor, esse elemento é a defesa de que o orador, aquele que profere o discurso seja um elemento íntegro, ou seja, de conduta ilibada perante seus leitores-ouvintes. Existe também a necessidade que esse agente condutor do que é proferido seja capaz de conduzir emocionalmente a plateia conforme intensidade de suas palavras, outro fator que pode ser detectado na narrativa animada e viva, de Lopes. Para o autor, esse modo emotivo de condução da narrativa imprime em quem ler ou ouvir o discurso uma aura que confere legitimidade ao que é narrado. Como fator derradeiro o relato deveria ter uma lógica, um sentido, partindo do princípio de que aquele que é dotado de razão tem capacidade de argumentativa inteligível do que é falado. (COSTA, 2019, p. 358). Partindo do princípio que o cronista teve acesso a essas obras e as utilizou, percebemos os intercruzamentos entre o pensamento antigo e o que se está em construção no medievo português.

Novamente em concordância com o exposto, Maleval defende que essa retórica tinha por característica principal ser uma mescla entre a herança clássica e os novos contornos empreendidos pelo pensamento cristão. Dessa feita, a prosa no medievo estruturou-se como uma linguagem que se caracterizou por sugerir um conjunto normativo de preceitos e regras, nota-se que esse conjunto de preceitos típicos de textos retóricos e poéticos como as crônicas escritas por Fernão Lopes e os escritos de D. Duarte. No medievo, encontramos a convergência entre o discurso da Idade Antiga e a eloquência voltada para comover, sendo esse um traço intrínseco da Idade Média, a retórica medieval, segundo Maleval, emerge de um caldo cultural e este lhe proporcionou a existência. A autora faz um levantamento das relações entre as duas retóricas, para ela, há indícios que apontam a presença da retórica aristotélica nas obras de Cícero, ressalta ainda que a obra desse autor sobreviveu com significativo vigor por toda a Idade Média, merecendo atenção especial a síntese desses textos que possivelmente foram usados na feitura de narrativas no medievo. (MALEVAL, 2010, p. 90).

Susani Lemos França aponta um elemento deveras importante e que converge com o exposto anteriormente por Maleval. Segundo França, era comum não existir no medievo uma preocupação com o ineditismo no que se refere à produção de textos. Dessa forma, não raras às vezes os escritores do período eram em suas obras em grande parte, compiladores de narrativas, ou seja, produziam muito do que antes encontraram

em outras obras, repetindo de outros autores, em especial da antiguidade. (FRANÇA, 2006, p. 13). M. J. da Cruz Pontes concorda com Susani França; para Pontes no período medieval não havia a concepção de renome para aqueles que atuavam na área literária, segundo ela, no medievo era mais importante fazer a obra e seu conteúdo. (PONTES, 2006, p. 252). Dessa forma, pode-se entender melhor como se deu o processo de configuração da retórica medieval, tendo ela suas permanências da Antiguidade e a apropriação de elementos novos do mundo cristão medieval.

Outro dado importante é ressaltado por Ricardo da Costa, segundo ele, pode-se julgar que a retórica na idade Antiga nasceu pelas necessidades impostas pela República de se ordenar de forma mental e racionalmente os conteúdos em função do cumprimento das coisas estatais. O autor informa que nas cidades-estados da Grécia Antiga podemos encontrar o início referente a esse assunto. Há de se observar também que a retórica desde sua gênese se nutre do divino, do que é transcendental. Pode-se observar que a apropriação dos conteúdos referentes ao divino, aos discursos teológicos são apenas resinificados no medievo, passando de uma cultura politeísta para um mundo monoteísta judaico-cristão. No entanto, podemos perceber que assim como no mundo antigo onde tudo tinha causa nas divindades, onde tudo havia sido criado por vontade divina, no medievo também a existência na vida diária e sua relação com o divino não estavam dissociadas, não separando o cosmos do mito, do divino da realidade vivida no seu cotidiano. (COSTA, 2019, p. 354-355).

Dito isso, mesmo de forma sucinta, pode-se perceber que a principal característica da retórica na época medieval se tratou de uma apropriação das conjunturas vividas. Tendo em vista, que esses elementos da vida cotidiana auxiliam a fortalecer os valores religiosos e morais, fatores muito presentes no medievo em que a religião se torna fonte ordenadora de modo de perceber o mundo ao seu redor. Elemento esse já abordado nas folhas deste trabalho quando afirmamos que é um elemento da literatura avisina apropriar-se da conjuntura vivida em Portugal em fins do século XIV, haja vista que o pensamento inspirado no livro sagrado do cristianismo ser o principal acessório da retórica empreendida pela dita Casa Real. (COSTA, 2019, 369).

Podemos perceber que a narrativa moldada no período medieval, propunha apoiar-se no que foi um dia, assim trazendo para seu seio elementos da tradição clássica, mas o que de fato era estava fatiado ao sabor das causas do que viria a se tornar. França defende que por causa desses elementos, as narrativas dos cronistas ganharam um

caráter moralista e ao mesmo tempo memorialista, elementos que trazem um jogo de luz e sombras sobre seus textos, ora voltados para o modelo antigo como o discurso moralista dos espelhos de virtudes, refletindo suas funções, ora memorialistas, pois estavam preocupados em manter vivos fatos ocorridos em contornos temporais transcorridos que julgavam dignos de memória. (FRANÇA, 2006, p. 13).

Podemos julgar que tais permanências de um recorte temporal em outro sejam comuns, Hilário Franco Junior chama nossa atenção para o longo processo de gestação do mundo feudal. Segundo ele, remonta a momentos de crise do Império Romano no século III, da também demorada estruturação do Império Germânico entre os séculos V e VI, passou pelas adversidades enfrentadas pelo Império Carolíngio no século IX e só assim no último quartel do nono século ou no lumiar do século X ter suas bases definitivamente estruturadas, tal qual conhecemos hoje. E mesmo assim, manteve características muito antigas da civilização romana por todo o seu período de existência até sua desintegração no século XV. (FRANCO JR, 1983, p. 8).

A partir do elencado, pode-se entender tais processos de rompimentos e permanências de um recorte temporal a outro e que há acontecimentos históricos específicos que determinam a morte de um período, no que se refere à Idade Média, Umberto Eco, caracterizou essa temporalidade como um período segundo a perspectiva cristã. (ECO, 2010, p. 05). E que ao passo que faz com que a Idade Antiga de fato tenha seu final é a partir do momento em que nesse recorte temporal se tem a vitória do pensamento cristão na Europa, momento em que se tem consolidado o ideário de se pensar segundo os ditames da Igreja Católica. Assim, ponderar de acordo com o cristianismo é o mesmo que refletir de forma medieval, tendo esse marco como a gênese da Idade Média. (LE GOFF, 2008, p. 63).

Ou até mesmo como defendeu Le Goff, para ele esta temporalidade durou *até morrer lentamente sob os golpes da revolução industrial entre o século XIX e os nossos dias*. (LE GOFF, 1993, p. 11-12). Postula assim, o autor uma perspectiva de longa duração da Idade Média, pois segundo ele, pelo fato de não existirem rupturas suficientes nem mesmo com o Renascimento. Para Le Goff é necessário chegar até o final do século XVIII para que se tenha de fato uma ruptura nos âmbitos político, social e mental, processo esse que ocorreria com a Revolução Industrial Inglesa e a Revolução Francesa que encerram de fato com êxito o fim da Idade Média. (LE GOFF, 1993,

p.14). Esse historiador defende a existência de uma longa duração do medievo e propôs novos marcos temporais de início e fim do referido período.

Deve-se registrar também que o fenômeno de permanência de elementos políticos, sociais e mentais de um período histórico para outro, também foi observado e defendido por Eric Hobsbawm, para esse autor, também pensando em uma perspectiva de longa duração, o século XIX só teria tido seu fim em 1918, já no século XX, com o final da Primeira Grande Guerra. Dessa forma, a virada de século só ocorreu no findar da segunda década do século seguinte, não dependendo apenas de uma mudança cronológica, mas de uma transformação dos aspectos que constituem o tecido social e as mentalidades. Buscando assim, o autor na longa duração um instrumento para entender o que ele chama de longo século XIX. (LÔBO, 2003, p. 163).

Posto esse quadro de rupturas e permanências, observa-se que nesse caldo de trocas culturais entre Antiguidade e o medievo, período vivido pelos autores, em que os escritos avulsos foram produzidos. E não foram poucos, redigidos por reis e infantes, encomendados ou traduzidos. Segundo A. H. Oliveira Marques, entre os séculos XIV e XV, houve uma maior valoração da literatura e da prosa em Portugal, há de se relatar que essa não fora tão pujante quanto em outros reinos europeus no mesmo período, no entanto, foi maior do que em qualquer outro período da história do reino. Para o autor, a ansiedade em documentar, em pôr em escrito é algo novo em Portugal. Isso representa o cuidado da nova facção que está no poder nesse período, preocupação com a história que se pensamos no contexto vivido, nesse recorte temporal gerou um esforço efetivamente grande, pois a produção de manuscritos era um verdadeiro desafio, faltavam recursos, os materiais eram escassos, em geral vinham de outros reinos. Não esquecendo que nesse panorama de adversidades havia também o próprio ato de escrever de forma acessível a um coletivo que era um trabalho demorado, pois a imprensa, tal qual conhecemos era inexistente. Assim, esse quadro de elementos tornava o ato de produzir obras e fazê-las circularem algo extremamente difícil. (MARQUES, 2001, p. XII).

Reveladas às circunstâncias de produção do período, Marques nos cita ainda uma série de obras produzidas por membros da Casa Real de Avis. Mesmo com o contexto anteriormente citado, obras essas de forte feição doutrinária que no geral, objetivavam a ensinar acerca de algum elemento da vida. Tendo por objetivo condicionar o tecido social ao novo momento vivido no reino, pregavam uma nova

ordem no plano imaginário, nas formas de agir, pensar e sentir, estruturando um ritual novo, com elementos próprios que foram prescritos nas abras-discurso dos agentes da nova dinastia.

Um exemplo dessa proposta é outro livro escrito por D. Duarte, *o Livro de Conselhos de El Rei D. Duarte*, no qual, o monarca avisino estabelece preceitos de como bem traduzir, ora isso foi uma necessidade, tendo em vista que para adicionar algumas obras à biblioteca era importante tê-la em versão traduzida na língua materna. Isso demonstra também um cuidado com os textos que eram utilizados na construção dos argumentos, além disso, facilitava o acesso a tais obras. (MARQUES, 2001, p. XIV).

Esse tipo de narrativa se sobressai em território português entre os séculos XIV e XV, e a tal dado nos serve como indício de uma saída de momento de instabilidade política e uma posterior necessidade de se tentar legitimar o novo grupo ascendente dos eventos de 1383-85. Tais escritos, em sua maioria estavam ancorados em um fundo religioso tratavam de conteúdos referentes salvação das almas e piedade, todos com referência ao livro mais importante do período, a Bíblia. Além dos textos sagrados, eram usados também textos eclesiásticos, com o intento de dessa forma, fazer com que passado e presente fossem unidos em um único evento sem dissociações, que os eventos selecionados e as posturas sugestionadas estivessem impregnadas no agir social, fossem presentes nas ações globais do tecido social, formulando um todo imaginado, mesmo que irreal e virtual estaria assegurado pelo discurso que criaria um mito apoiado na religião. Esse corpo literário com objetivo de propagar doutrinas assistiu a várias áreas da vida cotidiana, foram escritos tratados técnicos, sendo esses de *caça*, *alveitaria* e *arte de cavalgar* e o componente comum a essas narrativas que as tornam parte de um discurso são questões piedosas e moralistas que sempre fitaram ensinar e moldar seus leitores-ouvintes. (MARQUES, 2001, p. XIV-XV).

Nessa perspectiva, pode-se observar que dentro do discurso propagandístico e doutrinário empreendido pela Casa Real de Avis existem eixos temáticos dos quais devemos nos atentarmos para melhor compreender esse processo de “*ensinanças*” que objetivavam abarcar diferentes campos da vida em sociedade. A professora Lênia Márcia Mongelli, coordena o livro “*A literatura Doutrinária na Corte de Avis*, no qual são abordados e sistematizados esses eixos que entendemos como o núcleo do enredo da literatura avisina. São eles, o foco de preocupação dos agentes que se encontram no

poder nesse período, o primeiro consiste em “*Educar o Espírito*,” trabalhando com narrativas portuguesas do período de fundo filosófico e teológico que se encontravam na biblioteca pessoal de D. Duarte e que serviram como matéria para a formação pessoal e que tiveram importante impacto no imaginário coletivo do período, faziam parte desse conjunto literário, a saber, *Corte Enperial*, *Bosco Deleitoso*¹², *Horto do Esposo*¹³.

Tendo em vista que os modelos pretendidos efetivar-se-iam pela via religiosa, esses escritos de conteúdo teológico, seriam matéria para os espíritos, tendo em vista que alimentariam o imaginário e para, além disso, dariam legitimidade à mensagem proferida. Deve-se atentar também que suas características gerais são objetos de uso recorrentes nas narrativas com aptidão doutrinária. (PEREIRA, 2019, p, 01).

¹² Assim como o *Corte Enperial* e o *Orto do Esposo* o *Boosco delitoso* também tem autoria anônima, e se insere como os textos anteriormente citados como um exemplar da prosa literária de devoção e doutrinação espiritual, de aspecto místico e de exemplos morais. (MONGELLI, 2001, P. 109). Essa obra se constitui quase que em sua maioria de sínteses de Petrarca, sendo dos 153 capítulos apenas 49 criações de seu autor. (MONGELLI, 2001, p. 122-123). Em síntese a doutrinação empreendida pelo *Boosco deleitos* busca a conversão dos não cristãos, doutrinando-os por meio de relatos exemplares e admoestações de nobres, essa narrativa contempla também um possível julgamento da vida pós tumulto servindo de pedagogia para os leitores e os auxiliando a arrepender-se dos pecados e se converterem a fé cristã. (MONGELLI, 2001, p.127). Em sua narrativa o *BD* tem como protagonista um peregrino ou um regedor que está em busca do Paraíso, mas devemos observar como um processo, onde há fazes, tais como, arrependimento e consagração, para só assim conseguir contemplar a verdade. (MONGELLI, 2001, p. 152). Esse aspecto narrativo denota seu caráter doutrinário, pois é por meio do exemplo demonstrado que o autor indica a via necessária a ser seguida para se chegar ao Paraíso celestial, no entanto nesse processo se faz necessário uma mudança de postura e o adotar de modelos de comportamento que são sugestados no percurso da narrativa.

¹³ Em síntese o *Orto do Esposo* é uma obra didática de caráter acética de autoria desconhecida escrita no Mosteiro de Alcobaça, este assim como o *Corte Enperial* se encontrava na lista de livros da biblioteca de D. Duarte. Este teria sido provavelmente escrito por um religioso, um monge, esta obra pode ser encaixada no contexto da prosa doutrinária portuguesa dos séculos XIV e XV. (FERNANDES, 2001, p. 49-50). No que se refere a seu propósito, estrutura e conteúdo, segundo Fernandes um dos intentos da obra é refletir e prolongar a perfeição do discurso bíblico, sua estrutura está assentada em identificação de constantes estruturas temáticas voltadas para a literatura de espelhos que estava muito em uso no final do medievo. (FERNANDES, 2001, p. 69-70). O seu conteúdo reflete o contexto de seu tempo que enxergava tudo a partir da ótica do divino, dessa forma a obra baseava-se na crença de que todo conhecimento emana do mesmo fundamento que na Idade Média era o Verbo de Deus e as Santas escrituras. (FERNANDES, 2001, p. 71-72). Assim como boa parte dos escritos no medievo não houve por parte de seu autor uma preocupação com a originalidade do texto, no entanto foi descartada a possibilidade de se tratar apenas de uma tradução, pois por vezes foi analisado e nunca encontrado um documento completo de igual natureza que ofertasse indícios que o autor do *Orto* nele teria se inspirado para grafar. (FERNANDES, 2001, p. 56-57). Fernandes informa ainda que o *Ordo do Esposo* como compilação se propõe a afirmar e edificar a fé católica e quanto a este elemento podemos compará-lo ao *L.C.E* pois este também se apoia nas obras que chama trata como santas e de falas de doutores da Igreja, além de usar textos extraídos da Bíblia, também se utiliza de obras muito variadas como literatura hagiográfica e bestiários, no entanto tais fontes são tratadas como comuns na literatura moral e religiosa entre o fim do século XIV e início do subsequente. Uma característica que também deve receber atenção é o mecanismo de argumentação utilizado pelo autor, este se utiliza do *exemplum* que se trata de um modelo argumentativo indutivo, muito utilizado nos discursos religiosos, que se utiliza dos eventos já transcorridos para fazer projeções no futuro. (FERNANDES, 2001, p. 59).

Selecionamos o manuscrito *Corte Enperial*, para uma breve análise, pois esse texto se associa muito com os escritos de Raimundo Lúlio e essa afinidade é deveras importante, tendo em vista que Lulo (ou Lúlio/Llull) é citado por D. Duarte no *LC*, provando que o lulismo exerceu importante influência sob a sociedade medieval portuguesa e serviu de base para o monarca avisino no construto de sua obra. Para, além disso, esse teria circulado entre membros da realeza avisina, mesmo não sendo o mesmo volume, tendo pertencido a D. Beatriz, filha de D. João, que foi casada com o duque de Beja D. Fernando, que foi mãe do duque do Viseu D. Manuel e da rainha D. Leonor, esposa de D. João II. (PONTES, 2006, p. 248).

Em acordo com o citado, no que tange à circulação do livro da *Corte Imperial*, esteve sob posse de um mosteiro em Coimbra, o de Santa Cruz e após isso esteve sob posse da biblioteca do Rei D. Duarte e ainda existe a possibilidade de um volume da obra ter pertencido a Infanta D. Beatriz, sua nora e mãe de D. Manuel I e posteriormente teria sido doado a outro mosteiro no Alentejo. (TAVARES, 2018, p. 166). Ora o trânsito desse manuscrito entre a família real e também entre nobres serve de prova argumentativa para sustentar a tese de que a finalidade de indicar modelos virtuosos por meio literário vai além da produção de próprio punho pelos agentes da casa avisina. Essa finalidade cumprir-se-ia não só por escritos seus, mas também por outras obras de mesmo objetivo que circularam e foram divulgadas por membros da corte.

O *Livro da Corte Enperial* que aqui destacaremos foi compilado entre o final do século XIV e início do século subsequente, afirmativa essa embasada pela linguagem própria e a forma de escrita gótica que era comum entre o período supracitado. A datação também pode ser afirmada se forem comparados os aspectos mencionados as outras obras de mesmo período que dispunham de igual semelhança em grafia e linguagem. No que se refere à autoria do texto, existem teorias que apontam para um membro anônimo do clero católico, sendo possivelmente um monge e\ou clérigo. (SLEIMAN, 2001, p. 06).

A historiografia também ventila a possibilidade de o autor de *Corte Enperial* ser um mero compilador de textos existentes no referido recorte temporal, se assim o fosse, seria uma obra de tradução portuguesa de um texto que teria sua origem no catalão. (PEREIRA, 2019, p. 01). Michel Sleiman em consonância com o anteriormente exposto, declara que no anteâmbulo, o autor revela seu objetivo de melhor fazer entender a fé cristã e aponta que é um ajuntador desses conteúdos em um único

calhamaço e por mais que defenda se tratar de uma tradução do latim, alguns estudiosos defendem a tese de que o autor partiu do catalão assim como ressaltado por Pereira. No entanto, essa natureza dúbia não implicou em uma rejeição do texto, segundo Sleiman, o sucesso da obra está evidenciado pela boa receptividade em Portugal de fins do século XIV e aurora do século XVI. (SLEIMAN, 2001, p. 07-08).

Ainda Sleiman, denota que *Corte Enperial* é além do primeiro texto de marca filosófica em território português e é um discurso em defesa da fé católica que cria um campo de embate entre a cristandade e os considerados pagãos, os que estavam à margem da crença cristã, os praticantes do judaísmo e do islamismo. O ideário impresso nessa narrativa é de persuadir com o propósito de por meio dessa catequese, ganhar o infiel para o catolicismo. (SLEIMAN, 2001, p. 08). Ora esse é um traço peculiar da literatura avisina, ela sempre age no intento de erigir um cenário em que duas forças opostas se encontram em um combate entre o bem e mal, luz e trevas, vícios e virtudes. Em sintonia com o apresentado, Adriana Zierer expõe no que se refere a um contexto de relações sociais, para a autora, essas eram ditadas pela crença religiosa e no período medieval a sociedade portuguesa estava muito marcada por divisões entre bem e mal, Deus e o Diabo. (ZIERER, 2004, p. 95-96).

O panorama desenhado pelo pensamento cristão propiciou um cenário favorável para a criação de modelos e contra modelos comportamentais, a *Corte Enperial* se apropria de tais elementos para construir uma narrativa em que há uma disputa entre a fé católica e o infiel que era todo indivíduo que não compartilhasse do mesmo credo. Os motivos apontados pelo autor para a grafia do escrito, seria o de melhor conhecimento sobre Deus, para tanto, o monge anônimo se utiliza de temáticas voltadas para a essência e existência do divino. (SLEIMAN, 2001, p. 20-21). Para, além disso, o autor constrói seu discurso apoiando-se em narrativas religiosas anteriores, como os escritos de Raimundo Lúlio, inclusive J. M. da Cruz Pontes defende que o *Livro da Corte Enperial*, foi um importante disseminador dos ideais do filósofo catalão. Segundo ela, o “*L.C.E. foi um veículo das doutrinas de Raimundo Lulo*” assim como no livro do régio autor, o *Leal Conselheiro* e o *Boosco Deleitoso*. (PONTES, 2006, p. 252). Essa obra do vizinho reino ibérico chega a território português e acaba por se firmar nos grandes celeiros intelectuais religiosos do período, a saber, a Abadia Cisterciense na cidade de Alcobaça e o Mosteiro de Santa Cruz em Coimbra. (SLEIMAN, 2001, p. 09).

O fato de a fonte do saber partir de centros religiosos é um dado que corrobora com o defendido por França, para a autora, o reino português assim como outros na Europa tem suas bases educacionais no conhecimento forjado no seio da Igreja Católica, sendo essa instituição, a primeira a se ocupar com a difusão de conhecimento no período medieval. Esse conhecimento em Portugal, segundo França, é advindo dos centros religiosos. Em consonância com o supracitado, ela aponta os centros espirituais e culturais das cidades de Coimbra e Alcobaça, nos Mosteiros de Santa Cruz e o Mosteiro de Santa Maria respectivamente. Para França, os papéis desses centros do saber ressignificaram com o passar do tempo, desempenharam função de orientadores de cariz espiritual e, posteriormente intelectual. Entretanto, sempre vestidos de princípios religiosos, no entanto, preocupados com o benefício do saber, dessa forma o pilar do relacionamento da igreja com esse propósito de educar está em aliar conhecimento a serviço a Deus objetivando uma boa governança do reino. (FRANÇA, 2006, p. 16-17).

O educar com vista à boa governança foi uma das preocupações de D. Duarte e passou a ser um cuidado central da dinastia a qual pertencia, prova da afirmativa é o sequestro de ideias pelo monarca português no construto de sua principal obra o *LC*. Já fora dito anteriormente que o *Corte Enperial* foi compilado com o auxílio de outros escritos de origens diversas, em especial textos que versam temas filosóficos e teológicos, no entanto, há um personagem que se destaca na feitura da obra, o filósofo Raimundo Lulo. (TAVARES, 2018, p. 162). Evidência também apontada por Sleiman, que afirma familiarização do autor do CE aos escritos do filósofo da ilha de Maiorca, cuja escrita se assemelha quase que de forma inalterada ao Corte Enperial. (SLEIMAN, 2001, p. 08). Há de se chamar atenção aos escritos do autor maiorquino, partindo da premissa que o lulismo exerceu relevante importância em Portugal e que D. Duarte conheceu a obra de Lulo. Deve-se considerar também a possibilidade do monarca partir de Raimundo Lulo para abordar definições importantes no *LC*, pois se comparados há uma familiaridade entre o latim luliano e o português do *CE*, ademais, há também uma estreita relação entre as obras elencadas no que diz respeito ao conceito de *pecados e virtudes*. (PONTES, 2006, p 249).

Em o *Leal Conselheiro*, D. Duarte cita em dois momentos os *remonystas* e se apoia em suas *defijçooês* sobre as sete virtudes no LXV, *das defijçooês das VII virtudes*

pryncypaaes, segundo os remonystas, no qual versa sobre fe, speranza, caridade, justiça, prudencia, fortaleza e temperança, passo a citar;

Fe he virude per aqual p fiel cree aquello seer verdade que nom sente, nem entende. **Fe** he virtude per aqual ohomem sobrepoõe aas virtudes dedeos, e das suas obras sobre as naturaas forças do entendymto. **Sperança** he virtude, per aqual ohomẽ espera de deos perdoança, ajuda gallardam e gloria. **Spererança** he virtude que certifica aalma de bem aventuraça por vijn, poendo confiança no seu grande e poderoso amygo. **Caridade** he virtude per aqual ocaritatyuo ama deos, sobre todallas cousas e sy mesmo, e prouximo jgual assy em deos e por ode deos. Caridade, he virtude, com aqual a voontade soube amar deos, e seu prouximo sobre seu poder natural. Caridade he virtude per aqual a voontade he regrada pera amar as cousas assy como som dignas damar. **Justiça**, he virtude per aqual ojusto da adeos, assy e asseu prouximo oque deve. **Prudencia** he virtude que consselha que homem ame obem, e enteje omal, e mais ame omayor bem queo meor que mais enteje omayor mal queo meor. **Fortaleza** he virtude per a qual,o homem fortifica sua alma contra os pecados, e que possa percalçar as virtudes. **Temperança** he virtude per aqual ohomem refrea sua voontade que esta autre duas extremydades contrairas em cantidade. (D.DUARTE, 1843, p, 225-226, grifos nossos).

No capítulo que se segue LXVI, o régio autor contrapõe os pecados em oposição ao conjunto de virtudes conceituadas no capítulo anterior, faz isso de forma intencional, pois como se sabe na fé cristã há uma relação de correspondência entre pecados e virtudes, em que os pecados são diretamente a oposição às sete virtudes citadas e conceituadas pelo monarca, ora essas ações suggestionadas por sua vez postulam comportamentos completamente divergentes aos pecados. Pode-se observar assim que ao indicar atitudes virtuosas, D. Duarte tinha por objetivo que seus leitores percebessem que as virtudes são incompatíveis com práticas transgressoras e dessa forma conseguiria moldar comportamentos considerados probos. Dito isso, o régio autor arrola as *defijçooês dos VII pecados segundo os remonystas*, dos quais dever-se-ia afastar-se não permitindo ser tomado pela *avareza, gulla, luxuria, aucidia, inveja e hira*. Passo a citar;

Avareza he maaõ apetyto de aver, e reter os beês que ahonrra dedeos, e proveito do prouximo, se devem despêder. **Gulla** he pecado per oqual ogosto he desvyado de sua direita fym per muyto comer e beber, e per desordenado apetyto delles. **Luxuria** he pecado com oqual oluxurioso desvya acopulla carnal da ordem e fym pera que he. **Soberva** he pecado com oqual os sobervo deseja ahonrra que nom cõvem. **Aucidia** he pecado per oqual o oucioso há negligencia, ou preguyça de demandar virtudes e esquivar os pecados. Eassym se dooe dobem doutrem, e se alegra do mal del. **Inveja** he pecado per oqual o ãvejoso jnjustamente deseja obem doutrem **Hira** he pecado per oqual ossanhudo lega sua liberdade e delyberaçom contra arrefreada voontade regullada so paciencia, e per sonsseguynte enteja obem, e ama omal. (D.DUARTE, 1843, p, 226, grifos nossos).

O exposto denota o valor do conjunto literário de feição doutrinária na construção do discurso avisino, pois esses, mesmo não sendo escritos por membros da família real circularam no reino e serviram como ferramenta argumentativa para a referida Casa Real. O historiador J. M. da Cruz Pontes defende que se sabendo da existência de um volume do *L.C.E.*, na biblioteca de D. Duarte em data anterior a sua morte ocorrida em 1438 é que a redação do texto também seja anterior a seu falecimento. (PONTES, 2006, p. 249). Tal fato, pode enquadrar essa obra como um meio utilizado para difundir doutrinas de Raimundo Lulo, que por sua vez foi utilizado por D. Duarte no Leal Conselheiro. (PONTES, 2006, p. 252).

2.1.2. Obras dos príncipes de Avis, memória e modelos educativos

Abre-se aqui também, parêntese para abordar de forma breve outro eixo de preocupação que converge com o ideário de se ter uma “*mente sã em um corpo sã*” e nessa perspectiva buscando moldar *corpo e espírito*, pois para além de se preocupar em moldar as mentalidades, educando espírito, como ficou exposto e exemplificado nas páginas anteriores, disciplinar o corpo também foi objeto de atenção da nova dinastia. Para tanto, destacamos, o *Livro da montaria* de D. João I e o *Livro da ensinança do bem cavalgar toda sela*, redigido por D. Duarte. O primeiro aspecto a ser destacado é que quem pega na pena para ditar condutas desta vez foram membros da Família Real, o primeiro e o segundo monarca da Dinastia de Avis respectivamente.

O *Livro da montaria* de D. João I é uma obra prima da literatura portuguesa, segundo a professora Risonete Batista de Souza, é um longo e detalhado tratado de caça a javalis. Informa também outro dado importante, segundo ela, esse livro é citado por D. Duarte, seu filho e sucessor no trono quando esse escreve o *LC*, não se limitando a isso o monarca cita o livro do pai em outra obra sua, o *Livro da ensinança do bem cavalgar toda sela*. Podemos encontrar também referências sobre essa obra em outra fonte, a *Lista de linhagens* da biblioteca de D. Duarte. Para Souza esses são elementos suficientes para atestar que esse tratado foi escrito por D. João I, o iniciador da Dinastia de Avis. (SOUZA, 2001, p. 157).

O ano de 1415 é o mais provável marco de início de escrita desse manual de caça, para Adriana Zierer, o *LM* é produto de um momento de centralização régia empreendida por seu autor, segundo Zierer, D. João I se coloca como espelho de virtude

aos vassallos e como educador de seus cortesões. Para a autora, o objetivo principal do conjunto literário de feição pedagógica da Casa de Avis em que o tratado de seu iniciador se insere, tem o intuito de ensinar prudência à nova fidalguia, que antes foram secundogênitos e no momento estavam em ascensão e se fazia necessário indicar de forma precisa, comportamentos que fossem compatíveis com a nova realidade social por eles vivida. Zierer inteira, que para, além disso, a obra visava educar também o povo por meio do exemplo da realeza. (ZIERER, 2012, p. 19). Sendo esses fidalgos, espelho de virtudes para a “gente de baixa condição,” a “arraia miúda” tanto citada pelo cronista Fernão Lopes na Crónica de D. João I. Tese que nos faz crer que a Prosa Moralística visava uma nova conduta de correto comportamento não apenas do rei e da nobreza, mas de todo o tecido social do Portugal no medievo.

Mariana Bonat Trevisan, comunga do anteriormente exposto, essa autora também classifica o tratado do iniciador da Dinastia de Avis como uma narrativa de caráter moralístico com características pedagógicas evidentes. A autora acaba classificando essas narrativas em três grupos,¹⁴ e no que se refere à obra do iniciador da

¹⁴ Mariana Bonat Trevisan (2016), separa as narrativas da casa de Avis em três grupos distintos, as **Narrativas de Caráter Cronístico**, para a autora revela uma preocupação de D. Duarte com uma memória oficial do reino, e fazer com que essa seja a memória válida dos acontecimentos que conduziram seu pai ao trono do reino, e também dos monarcas da primeira dinastia, para se criar uma história de Portugal sem quebras no que se refere à legitimidade de quem está no poder, dando uma ideia de continuidade, pois, D. João I, foi rei por ter sido filho de rei. Inserem-se neste eixo as crônicas escritas por Fernão Lopes, *Crónica de D. Pedro I*, a *Crónica de D. Fernando o Belo*, e a *Crónica de D. João I*, esta última possuindo duas partes, sendo a segunda escrita por Zurara que escreveu a *Crónica da Tomada de Ceuta*, este cronista foi sucessor de Lopes. Somam-se a este conjunto as crônicas de Rui de Pina, a *Crónica de El-Rei D. Duarte* e a *Crónica de El-Rei D. Affonso V.*(p. 94s), As **Narrativas de Caráter Técnico Moralístico**, classificam-se no conjunto de guias de doutrinação cavaleiresco-cortesã ou religiosa escritas na primeira metade do século XV, nesse grupo de escritos a autora destaca tratados que foram dedicadas às artes da caça e da montaria, sendo eles o Livro da Montaria redigido por D. João I, e *Livro da Enseñança de Bem Cavalgar Toda Sela*, de D. Duarte, a autora chama atenção para esse tipo de narrativa, segundo ela tais manuais tinham dupla função, pois ao mesmo tempo em que promovia o lazer os instrua para a atividade bélica. No que tange a obra de D. Duarte, a autora defende que não se trata apenas de um tratado de equitação, pois no seu interior o monarca recomenda uma dura disciplina de exercícios que segundo ele seria exigido para uma boa montaria buscando instruir os obres da corte, no entanto percebemos este dado como uma evidência de controle dos corpos, de discipliná-los em contrapartida doutrinar o agir, pensar e sentir desse estrato do tecido social, pois para, além disso, versa acerca de preceitos moralizantes, disserta sobre vícios e virtudes, e o controle das vontades. A autora ainda abre um parêntese para expor um segundo conjunto que está inserido dentro desse grupo narrativo, que são as obras conhecidas como prosa doutrinária e cita o *livro da Virtuosa Benfeitoria*, obra dedicada aos irmãos mais velhos em que o infante busca revitalizar a ideologia cavaleiresca. De D. Duarte ainda nesse subgrupo cita o *Leal Conselheiro* e o *Livro dos Conselhos*. (p. 102s) e por último as **Narrativas de Caráter Diplomático**, que segundo a autora, foi fundamental no processo de fortalecimento da imagem da Nova Casa Real. Esse tipo de narrativa caracterizava-se pelo discurso restrito e legislativo, objetivava difundir entre a sociedade leis ordenadas nas compilações régias, Trevisan não deixa de ressaltar que mesmo com todas as características próprias de um documento jurídico não se pode deixar de observar a existência de um caráter pedagógico e exposição de um agrupamento de preceitos que partem de forças

Dinastia de Avis, salienta Trevisan que o mesmo tem fins de educar e por uma clara distinção de atributos entre senhores e servos. Segundo a autora, a atividade abordada no *LM* à montaria e a cetraria foram próprias de um grupo específico da corte, a nobreza, pois era atividade de infantes, nobres e reis. (TREVISAN, 2016, p. 102).

Risonete Batista de Souza concorda com o supracitado, pois segundo ela, a caça tinha como característica a necessidade do ócio para sua prática, sendo essa atividade um monopólio daqueles que eram bem nascidos e detentores de posses, pois nesse contexto ter tempo para recreação e *folgança* era sinônimo de ter bom nascimento, ou seja, pertencer à nobreza do período. (SOUZA, 2001, p. 160). Consequentemente, o Livro da Montaria também exerce o papel de distinguir a aristocracia das demais classes por classificar a atividade da caça como algo voltado para a nobreza. Não devemos nos esquecer de que essa obra é destinada a esse estrato social, com vistas a educar infantes, príncipes e futuros reis da referida dinastia, o próprio D. João I. Nas primeiras folhas de seu tratado justifica a feitura do mesmo e defende que é prerrogativa do monarca saber bem governar e bem defender seu reino e motivado pela possibilidade de se perder esses ensinamentos, ele os estaria pondo em escrito. Mesmo em tempos de paz poderiam ser usados como forma de jogos de recreação que os deixaria habilitados para o combate e *“que o uso das armas nom se perdesse, e cantarom jogos, que a cada hũa destas causas comprisse, e pertencesse a ambas juntas.”* (LM, 1918, p. 08). Dessa forma, os homens de armas manteriam a prática bélica e por essa atividade, *per que possam leixar de averem bõ folego.* (LM, 1918, p. 09). Passo a citar;

“[...] o estado dos rreys esta em duas cousas, em o saber reger e defender, e como estas cousas poderiam perder se não fossem guardadas [...] em paz prolongada, com os longos desembargos, que se fazem continuamente, muytas vezes por esta cousa recebe chegar com aquella força nem com aquella agudeza, que deveria chegar aos desembargos; outrosi a defensom se perderia muy toste, se o uso de armas nam ouvesse: e pore m assacarom os antigos jogos de tais maneiras, per que se pudesse recrear o entender”. (LM, 1918, p. 04, grifo nosso).

Para além de educar a nobreza secundogênita, D. João I pretendia criar bons hábitos em oposição aos vícios, *“do comer, e do beber sem rezom”*, afastando assim esse grupo de práticas não aprovadas, pois segundo o régio autor, *“todo homem que agũa cousa queira valer, deve usar sua vida em tal maneira e temperança, que quando os trabalhos vierem dos feitos das armas, os possam bem sofrer.”* (LM, 1918, p. 09). Já

superiores que parte da monarquia e tem o propósito de ser transferido aos seus vassallos, com o fito desses os obedeçam e respeitem seu domínio régio que são de onde tais determinações emanam. (p.107s).

que para o monarca, o bom homem não deve se lançar a todos os vícios, nem se entregar a todos os desejos de seu apetite.

Adriana Zierer, também destaca essa característica do *LM*, segundo a autora, o monarca ao redigir seu manual, especifica que a caça era uma ocupação de reis e nobres e por esse motivo se fazia necessário instituir regramentos. (ZIERER, 2012, p. 21). Era natural para o contexto medieval que um grupo social com contornos bem definidos, modo de vida e supremacia social como a nobreza tivesse códigos de conduta próprios. (BLOCH, 1998, p. 336).

Nesse contexto, D. João I se propões a educar a nobreza e indica a atividade da caça como a mais apropriada para fazê-lo e a destaca como preponderante para os senhores e suas casas, pois os fidalgos em sua essência tinham avidez pela guerra e a caça supria essa carência e até mesmo a insuficiência de carne do período que pouco dispunha de bovinos. A ocupação com a caça distraía, treinava e tinha lugar importante na alimentação do homem, em especial os mais abonados, tornando-se uma atividade quase que monopolizada desse grupo social, sendo uma de suas atividades principais. (BLOCH, 1998, p. 334).

A forma como D. João I concebia esse modelo de sociedade em que o nobre tem certas prerrogativas, fica mais evidente quando o monarca redige o capítulo IX, no qual inicia a parte mais metodológica de seu tratado é no capítulo X, em que traça os ditames do adestramento de cães de caça. Nesse momento, o Mestre de Avis mostra seu ponto de vista acerca de uma sociedade que deveria estar rigidamente dividida, pois o monarca faz relevo até mesmo sobre a linhagem dos cães a serem usados para a caça de javali é por uma ótica medieval que classifica a linhagem pelo belo, D. João aponta os *alaãos* como os mais adequados. (SOUZA, 2001, p. 175). E assim, narra o monarca sobre essa tão nobre raça de cães que ele por analogia compara aos nobres, incluindo em seus ensinamentos que esses assim como os fidalgos não deveriam ser castigados, pois assim como o homem nobre estava em posição superior a todos os outros homens, os *alaãos* estavam como a mais nobre casta de cães e por essas analogias podemos inferir o modelo de sociedade que pregava e vislumbrava o Mestre de Avis.

os alaãos som a mais *linda casta de caães*, que toda outra que Deus fez, e nos conhecemos: e porque todallas cousas se querem castigar segundo sua natureza, assi *como em hum filho de hum grande fosse de grande linhagem, nom compria se fosse castigado como castigam o filho de hum azamel, assi noam devem castigar hum alaão* como hum podengo de mostra, que nunca se castiga senom per cuces, e pancadas, e esto nom compre fazer aos alaãos.

Ca falando o conde Lucanor do castigo dos moços fidalgos, pos em seu exemplo, e disse, nom castigues moço mal tragendo, mas dilhe com que lhe uaa parzendo: e assi porque os alaãos som a mais nobre casta dos caães, por tanto os nom devem castigar por mal, ca sua nobreza he tamanha antre todillos caães, em como os fidalgos som entre todollos homêes, e por tanto nom querem seer castigados per força. (LM, 1918, p. 68-69, grifo nosso).

Em sua obra disposta em três partes, o monarca desejava ter domínio sobre os nobres, e o faz por meio de narrativas de cunho moralísticos que indicam modelos adequados a serem adotados. (ZIERER, 2012, p. 22). Esse se trata de um discurso que parte do seio da nobreza e para ela, assim, como afirma escrever para que os nobres que não saibam para passarem a ter esse conhecimento, denotando o claro intento de ser a fonte ordenadora de condutas, aquele que detém o conhecimento e a prerrogativa de transmiti-lo.

outras cousas que non som nenhũas destas, que nas outras partes escrevemos, nem teemos de escrever, que pera o monte pertençam: em como quer que contaria seiam conjunctas, queremos escrever estas que aos senhores pertence de saber fazer, e pera aquelles que as nom souberem que as saybam. (LM, 1918, p. 325).

Ora, o monarca apregoa sua função de mando, e a vassalagem que os fidalgos o devem, assim se impondo como ordenador e educador dos nobres, para tanto, D. João I se utiliza de uma fonte da Antiguidade. Ele cita que está escrito no livro de Júlio César, que para o Mestre foi referência de autoridade e diz que esse pregava que todo bom governante deveria ser amado e temido por seus súditos, mas se não fosse possível obter as duas coisas, que esses fossem por eles temidos, mantendo sempre esse cuidado e edificando uma maneira própria de se portar quando por esses estiverem acompanhados.

Dito he no livro de Julio Cesar hũa grande autoridade, que diz que todo princepe ou senhor, que por algũa terra deva reger, que nunca bem a pode reger, se nom for temido e amado: empero que quando alguũa destas ouvesse de desfalecer, que antes desfalecesse o amor, que o temor: e assi em como esta cousa he de reger, assi compre a qualquer que seia senhor, de trager tal cautela com seus, quando andar em este joguo, que sempre lhe compre ser amado dos seus, e de lhes amostrar bome talante, e com boa ledice, e, tal guisa que dos seus, que ao monte com elle uam, que todos ajam prazer, e outrosi bõo agasalho de elle: e esso meesmo, que aquelles que seus forem, entendam em elle que a tal autoridade, que se o bem servirem em este joguo, receberam delle mercee, assi em como sempre foy. (LM, 1918, p. 325-326, grifo nosso).

Fica evidente que o monarca tenta se colocar como soberano que detém domínio sobre os seus e ainda ensinar aos nobres como adquirir essa autoridade, pregando a ideia

de continuísmo presente no medievo. Além disso, fica perceptível aos olhos logo no início da obra com as advertências que faz e as indicações que dá sobre como se deve ler a obra, pois pela forma que grafa o Mestre acaba impondo um programa de leitura formadora, pois modelar os comportamentos é o objeto central de seu escrito é o que se nota no capítulo XVIII, momento em que o nobre rei se coloca novamente como o detentor do conhecimento destacando o cerne de seu manual.

*E porque em este liuro hũa das grandes forças he em amostrar como os monteiros am de saber bem fazer as cousas, que pera este jogo compre, des hi ensinandolhas como compre de seerem guardados de cajoões, que lhes em tal joguo poeriam auuir: pore**m he forçado de o ensinarmos, e poermollo em este liuro.*** (LM, 1918, p. 316, grifo nosso).

Ou quando revela que desde o início sua intenção foi de ensinar. “*E porque na escrita deste livro foy sempre nossa entençom ensinar.*” (LM, 1918, p. 320). Acrescenta ainda ao escrever a terceira parte de seu manual que aqueles que foram postos em posição de mando são a cabeça e a autoridade do tecido social, escreve que, “*Certas cousas compre de fazerem os reys, príncipes, e senhores*” [...] e recomenda que deveriam fazer apenas as *bõas* coisas, e as que *bõas* nom som guardemse de as fazerem. E por essa prerrogativa dada a essa classe social que ele *Compre de amostrarmos as cousas que os senhores e monteiros de caualo devem fazer para seer bõos monteiros.* (LM, 1918, p. 330). É por esse motivo seria deles que deveriam emanar as ordenanças, os modelos de comportamento, incluindo que trajes deveriam usar, isso denota uma “*preocupação especial do monarca com a manutenção da estrutura social*” (ZIERER, 2012, p. 22). E relata D. João I.

E porque os senhores, que som cabeça, e autoridade de todos aquelles que monteiros som, que com eles andam, segundo nosso estimamento lhes escrevemos as cousas em como eles em si am de seer, e a regerem aquelles que com eles ouuerem de andar ao monte, e como no monte am de trager bõo regimento: ca as cousas, que que a de seer bõo monteiro. (LM, 1918, p. 325, grifos nossos).

Tamanho é o cuidado do monarca que redige capítulo próprio sobre o tema, intitulado “*Capitulo ij, do uestir e trajo dos monteiros,*” nesse capítulo o nobre rei recomenda uma rígida divisão social ao ditar como cada um deveria vestir-se de acordo com sua posição e condição financeira. (SOUZA, 2001, p. 179). Chegando a definir quais tecidos compete a cada estrato social, qual cor lhe competia de acordo com *officio*

ou posto, destacando que “*a hum pobre escudeyro nom lhe parecera mal de trager hum pano pardo*” e o *escarlata* estaria reservada aos reys, pois de acordo com o Mestre esses são representantes de toda gente, “*e assi parece, que onde el rey uay, ali uam todollos do reyno.*” Justifica ainda essa disposição de comportamento ao dizer que, “*onde elle he rey, nom pode seer de mayor praça, que ali onde elle está.*” (LM, 1918, p. 331-332).

Trevisan chama atenção para um quesito já evocado anteriormente, o cuidado do registro do mestre ligar o valor da escrita, ou seja, dos valores das informações guardadas nos livros, o que figura a relação dessa casa real com o conhecimento. Lembra também a autora do *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*, que foi redigido pelo segundo monarca da referida casa, sendo mais que um tratado técnico de montaria (equitação). Para Trevisan, D. Duarte também tem por objetivo ensinar a fidalguia e utilizava a mesma amalgama de escrita do Leal Conselheiro, que consiste em um discurso de preceitos morais e além disso, o Rei-Filosofo configurou uma mensagem de modelos de coragem e virilidade masculina. (TREVISAN, 2016, p. 102-103).

Há de se observar que a estratégia empreendida por D. Duarte e D. João I, seu genitor, em seus tratados devem ser interpretadas como um programa de ordem civilizatória, partindo do princípio que o processo de fragmentação de modelos (como os senhores e suas casas deveriam se reger) serem adotados, separando o que é permitido ou não, assim como prescrevem os régios autores a fuga das vontades. Esses ensinamentos não apenas estruturam uma personalidade, mas também transformam o *modus operandi*, os modelos de ação, pensamento e forma de perceber o meio em que vivem, reconfigurando os posicionamentos de todo um tecido social. Esses comportamentos seriam modificados de tal modo, que transformar-se-iam em hábitos, institucionalizando novos rituais, dos quais não se poderiam fugir mesmo quando sozinhos estivessem ou apenas dentro do cosmos privado. (ELIAS, 1994, p. 189).

No Livro da ensinança de bem cavalgar toda sela, dividido em três partes, a saber; *a vontade, o poder e o saber*¹⁵, D. Duarte tem por objetivo ensinar a arte do

¹⁵ Para Fernando Maués, quando o monarca se refere a vontades enumera as muitas vantagens da prática do monte, tendo como principais a honra, proveito e prazer. No que se refere a ao poder o régio autor o divide em dois, o poder do corpo, sendo este um pré-requisito físico para o cavaleiro e o segundo, o poder da fazenda, que consiste nos bens acumulados que geram finanças para a aquisição de animais, armamentos e a governança. Quanto ao quesito saber, é nesse tópico que o monarca arrola os argumentos

cavalgar, reabilitar a montaria e reestruturar os costumes da nobreza de seu reino, pois por longos períodos se tornou quase que institucionalizado a associação das palavras nobre e cavaleiro como se fossem sinônimas uma da outra, pois no final do medievo se tornam indissociáveis a imagem do nobre e do cavaleiro que era tratado como um homem de diferentes qualidades, em especial no que se refere a ser probo e suas características estéticas. Entendendo assim o régio autor que o monte era o distintivo mais elevado dos bellatores e elemento distintivo que o separava dos outros estratos sociais, chegando a afirmar que o cavalgar dos nobres se diferenciava dos demais por esses terem fortes virtudes interiores e exteriores. (MAUÉS, 2001, p. 233-234).

O Rei filósofo e o Mestre de Avis, ao sugerirem aos secundogênitos hábitos dignos de sua nova condição social, influenciam de forma concreta no comportamento dos grupos mais abonados da corte avisina, que adotando tais modelos de comportamento, seriam chamados de “civilizados”, e modelos para os outros na medida em que tem posição de destaque no corpo social. O objetivo era expandir ao máximo tal proposta, para assim fortalecê-la dentro do modelo já existente. (ELIAS, 1994, p. 113). No caso do Livro da Ensinança, seu autor deseja elevar alguns homens que deveriam ser distinguidos dos demais, em especial por suas virtudes, seu comedimento, autocontrole, a ensinança de D. Duarte tinha por objetivo infundir esse conjunto de virtudes aos que o cercavam, disciplinando os corpos apenas como forma de chegar às mentalidades, moldando assim o espírito para que se tornassem a nobreza por ele idealizada. (MAUÉS, 2001, p. 236).

Partindo do exposto, observa-se que a narrativa técnica impressa pelo *Livro da Montaria* de D. João I e o *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela* de autoria de D. Duarte, respectivamente o primeiro e segundo monarcas da Dinastia de Avis, para além de educar sugestionando modelos a camada superior da sociedade portuguesa de seu tempo. Objetivava também justificar a hierarquia feudal, pregando uma nobreza virtuosa e sob sua autoridade, pois o modelo de sociedade que é apresentado nessa narrativa se trata de um cosmos em que há a existência de *senhores* e *servidores* que são ligados por laços de suserania e vassalagem, em que o monarca ensina que todo senhor deveria empenhar-se por conseguir respeito e amor daqueles que o servem. No entanto, como o Mestre de Avis descreve, caso não consiga ser amado e temido, que de

e os ensinamentos técnicos, passando assim a disseminar seus ensinamentos ao seu público alvo. (MAUÉS, 2001, p. 218-220)

preferência seja temido, pois a autoridade deve ser um elemento indissociável do senhor. (SOUZA, 2001, p. 194).

Para conseguir efetivar suas propostas pedagógicas, os monarcas se utilizaram da caça e da montaria, não apenas para revitalizarem essas práticas associadas à nobreza beligerante, mas devido sua peculiaridade de atividade guerreira de tornar possível uma mudança na estrutura emocional do homem e, por conseguinte, ao meio que ele está inserido. (ELIAS, 1994, p. 189). Por mais que no contexto do medievo os modelos de comportamentos fossem convergentes aos sugeridos pelos monarcas, pois nesse período histórico, a violência da guerra, do botim, da caça aos homens e animais fossem atos quase que inerentes às necessidades vitais desses homens, para que fossem destacados dos demais como os mais fortes e poderosos. (ELIAS, 1994, p. 191). No entanto, quando a austeridade se torna palavra de ordem nas novas relações sociais, para dar vazão a beligerância e a agressão, é encontrada nos jogos esportivos a expressão socialmente aceita, todas as ações bélicas assim foram concentradas em atividades como o monte e a caça. Esse seria o momento em que seriam permitidas a liberação das emoções beligerantes e a agressividade aceitável, mesmo que sendo apenas como espectador. (ELIAS, 1994, p. 200).

Há de se considerar, que possa haver uma proposta de comunicação entre esses documentos, tentativa esta feita por D. Duarte, pois ao fazer menção e elogios a obra de seu pai o “*omuy excelēte, e virtuoso rey meu senhor e padre cuja alma deos aja, fez um livro*” (D. DUARTE, 1843, p. 94). No *Leal conselheiro*, o régio autor indica a leitura do *LM*, tratado de caça a javali que foi escrito por seu genitor e como já demonstrado, o monarca associa seu ato de escrita a outras fontes literárias que também tinham objetivo de indicar modelos de comportamentos a serem seguidos por seus leitores e ouvintes.

Deve-se considerar também, que antes de indicar leituras outras, que são previamente selecionadas e tratadas como dignas de serem citadas, D. Duarte tenta convencer seu leitor de que a prática de leitura é um hábito virtuoso, esse *cõsselho* ofertado pelo monarca evidencia uma nítida tentativa de indicar posturas a serem adotadas, modelos de virtudes segundo sua concepção, assim, educando os secundogênitos que acenderam junto com a nova dinastia. No capítulo XI do *LC*, intitulado “*do dicto cõsselho.*” D. Duarte inicia o capítulo com um discurso com aura religiosa, não podemos esquecer de que a religião é uma grande força doadora de norma de comportamento coletivo, sendo formadora de uma consciência moral. Em sintonia

com o exposto, Kalina Vanderlei Silva, em seu *Dicionário de Conceitos Históricos*, define religião como um termo latino que universalmente usado quando nos referimos a qualquer conjunto de *regras e interdições*, a autora acrescenta ainda que tais preceitos e valores são sempre coletivos e determinados por um grupo e um contexto histórico e cultural específico. (SILVA, 2009, p. 354).

Acreditamos que o régio autor se apropria desse elemento e, ao indicar modelos de comportamentos, torna legítimo seu *cõsselho* se valendo do viés religioso, do qual sempre recorre para justificar práticas ditas virtuosas, passo a citar; “*Todo boo homem pela graça dedeos deve teer entençom detrazer sempre ante seus olhos, os beês e mercerees que recebe dele. Eesso mesmo dos senhores.*” (D. DUARTE, 1843, p. 33). Nesse ponto, os leitores são convidados a abandonar o cumprimento de vontades que não tenham um “*virtuoso fundamento.*” Para D. Duarte, algumas vezes os homens erram por não saberem conduzir suas vontades, para ele deve-se aprender as boas práticas para bem regerem seus sentimentos por um “*sancto e virtuoso cuydado*” que para esse rei seria “*muyto proveitoso em esta vida pera qualquer estado.*” Essa conduta de distanciamento do pecado não seria vã, pois todas as privações seriam recompensadas com a salvação das almas assim descreve o autor, “*encamynhados muy special do salvamento das nossas almas, com agração do senhor deos, de nossa senhora sancta maria.*” (D. DUARTE, 1843, 36).

Sobre o quesito religioso, ressaltamos ainda, que o fenômeno da fé pode manifestar dispares contornos de acordo com o grupo que o imagina, pois os conceitos religiosos em algumas circunstâncias servem a formação de *valores e códigos de conduta*. (SILVA, 2009, p. 354). Na mesma lauda que grafou o supracitado, D. Duarte comunica às motivações que lhe põe a escrever sobre esse tema que se aproxima ao modelo de vida religiosa, relata o monarca a sua preocupação em fazer chegar esse “*avisamento*” a todos, passo a citar; “*screvy estas poucas palavras por avisamento, lembrança mynha, e dalguãs pessoas, que detaaes feitos teem pequeno conhecimento.*” (D. DUARTE, 1843, p. 36).

Entendemos que antes de indicar as obras da Prosa Moralística desenvolvida a partir da ascensão de seu genitor ao trono, D. Duarte reveste essa literatura de feito doutrinarío com uma aura mística, só após isso, já no capítulo XXVII, em que o autor se dedica a falar da “*quynta e sexta diferença per ã caymo em occiosidade,*” ele vai

indicar algumas leituras que poderiam cessar com essa carência de virtude, assim sugestionando o régio autor;

O leer dos livros de boas jnssynanças nos tempos que em que nom cõvenha em obrar em outras mais vonvenyentes feitos **me parece pera esto bem proveitoso, resguardando nossa vyda, e dos outros pera entendermos oque leermos, assy que os livros nos declara nossas obras, cuydados, e sentidos.** Ensosso conhecimento nos faça melhor oentender oque de talsciencia leermos e ouvyrmos **Eassy conssirando amaneira denosso vyver com as declaraçooês suso scriptas, podemos conhecer quanto de occiosidade e preguyça somos tocados.** (D. DUARTE, 1843, p. 91).

Para D. Duarte esse era um dos principais pecados e que causava enormes danos para as almas, adverte também que muitos podem classificar esse pecado como algo leve e menor em relação aos demais, mas que na verdade isso é incorrer em um grande erro, e que nenhum bom homem e de boa razão jamais cometeria tal pecado e sim atenderia esse *avysamento*. Outro aspecto a ser elencado é o uso dos textos sagrados feito pelo monarca avisino para dar legitimidade a sua argumentação, ao citar a boa nova de Jesus Cristo narrado por *Mateus 18, 21s*, segundo ele, deve-se ter cuidado para não incorrer em erros além do aceitável, *queo justo caae no dia até sete vezes por tardar alguñ pouco em cuidado que boo nom seia mais do ã deve.* (D. DUARTE, 1843, p. 92). Da “*occiosidade*” deve-se esquivar-se mesmo que por falha de não saber ou não recordar-se evitando qualquer situação que leve a queda, por esse mal, “*que entre os principaaes pecados he contado, de que grandes perdas peraalma corpo e fazêda se recrescem.*” (D. DUARTE, 1843, p. 92). Para o monarca, consiste a *acciosidade e preguyça* nas coisas que cada um se furta de fazer como se deve.

Por outro lado, após discorrer sobre o tema, impregná-lo de doutrina de fé e apontar o abrandamento do referido vício pelo hábito virtuoso de leitura, o régio autor começa a sugestionar a quais leituras se deve recorrer para alcançar proba, postura, assim indica D. Duarte, “*Esseendo el melhor bem opoderiafazer [...]Epor pensar que poderiam dizer que fazendo tal leitura, caya em este pecado de occiosidade, por seer obra pera mym tã pouco pertencente.*” (D. DUARTE, 1843, p. 92). Observa-se que além de aconselhar leituras, coloca-se como modelo, pois esse é afastado dessa deformidade comportamental que agrava o espírito, ao dizer que a ele pouco pertence tal mal e pelo contrário, justifica ao dizer que “*Ca esto faço principalmente nos grandes oficyos de igreja [...] Equem assy opoder fazer entendo que sentira em ello prazer em boa liberdade.*” (D. DUARTE, 1843, p. 92-93).

O eloquente monarca revela que seria “*cõnvenyente*” que seus pares (nobres) consumissem sua obra e que ficaria feliz se essa leitura fosse seguida. Além disso, o autor arrola uma sequência de motivos que justificariam sua tese de que os que leem afastam-se do pecado e são, por conseguinte, virtuosos e afastados de comportamentos impróprios;

muyto seria contente que vos prouvesse, e alguñs prestasse pera seguyr aquela teençom que no começo vos screvy *E consijrando queos que leem geeralmente reguardom aestas fíjs .s. Prymeira por acrecentar em vyrtudes , mynguar em fallicimentos*, prazendo por ello anosso senhor, e alcãçar na vida presente que speramos, oque da da graciosamente, aos que per ssa, mercee lhes praz bem vyverem. *Segunda per contentamento que filha, do que sabem. Terceira por tal sciencia Quarta por querer parecer sabedores Quynta querendo alguã parte de tempo despende Sexta por semelhante em leendo antressy, ou outros, filhar prazer*. (D. DUARTE, 1843, p. 94, grifos nossos).

E justificando o compilar de seu tratado, indica a seus “*ledores*”, outros escritos dos quais poderiam também alcançar tamanha graça e passa a citar reis e infantes que grafaram ou fizeram uso de leituras consideradas apropriadas pelo monarca, citando seu pai, “*omuy excelête, virtuoso*”, rei D. João que escrevera além do “*livro damoontaria*,” um livro de *orás* de *sancta maria* e também salmos, apresenta um livro de seu *prezado, e amado jrmaão*, D. Pedro que escreveu um livro de ensinança de condutas virtuosas intitulado *Livro da Virtuosa Benfeitoria*, elenca a esse rol de autores o *honrrado Rey dom affonso estrollogo*, que segundo ele, se inspira nesse rei e em outros da *ley ãtiga*, até mesmo de outros credos que escreveram seus livros e os motivam a também grafar seu tratado. Por fim, o régio autor aponta ao final da referida lauda que esses escritos são os remédios para tirarem o homem da ociosidade, passo a citar.

[...] Eamym parece se afeiçom me nom turva, que os leedores deste trautado, alguãs dellas per el poderom percalçar, porem me praz deo eacrever. **Essemelhante omuy excelête, e virtuoso rey meu senhor e padre cuja alma deos aja, fez huñ livro das orás de sancta maria, e salmos certos por finados, e outro damoontaria Eo iffãte dom pedro meu sobre todos prezado, e amado irmaão, decujos feitos e vida som contente, compoz o livro da virtuosza benfeitoria, e as oras da comfissom Eaque honrrado Rey dom affonso estrollogo quantas multidoões, fez de leituras Eassy Rey sallamom e outros na ley ãtiga, e doutras creenças sendo em real estado filharom desejo, e folgança em screver seus livros, do que lhes prouve, o quaaes dam pera semelhante fazer, *nom pequena autoridade Eporem nom entendo que deia occiosidade, mes remédio pera tirar della* mym e os outros, que per este trautado quyserem leer, ou semelhante screver, nom se torvando por ello, do que ham deobrar como graças anosso senhor eu faço. [...]**

(D. DUARTE, 1843, p. 94, grifos nossos).

Dito isso, fica inteligível a valoração da escrita na Corte Avisina, desde a tradução de livros, como um *Livro de Horas*, traduzido pelo iniciador da referida Casa Real, visando ampliar o número de livros da biblioteca régia, sendo essa ação simbólica, pois, objetivava criar a ideia de uma corte letrada que pegaria na pena para produção por reis e infantes, de obras que seriam mecanismos de legitimação política dos futuros monarcas avisinos, assim o Mestre de Avis escreve o *Livro de Montaria*, seu herdeiro redige o *Leal Conselheiro*, o *Livro dos Conselhos*, e o *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*.

Assim como seu sucessor, D. João I preocupava-se com a preservação da memória e acreditava que a escrita seria a via mais eficaz de preservação da mesma, segundo o monarca, “*nos nom leixaremos aqui de escreuer, que os liuros nunca forom feitos senom pera aquelles que non sabem e querem aprender, que per eles, se o sabem que o retenham.*” O cuidado com o relato escrito justifica-se pelo volumoso conjunto de conhecimento que poderia se perder se grafado não fosse, e por esse argumento sustenta sua escrita, “*e porque o saber he em algũas cousas muy longo, e a memoria nom poderia reteer que o podesse mais perfeito e tostemente achar sem escritura por ella.*” (LM, 1918, p. 95). Desse modo, os livros além de resguardarem o vasto conhecimento que não poderia ser mantido apenas pela memória, as obras literárias se prestariam a ensinar aos que não sabem e auxiliar os que sabem a apreender sapiência. (SOUZA, 2001, p. 176).

2.2. O Moldar do Corpo e Espírito nos Leais Conselhos de D. Duarte, falas iniciais

D. Duarte (*1391-1438†) foi o segundo monarca da Dinastia Avisina, esse rei ficou conhecido pelo epíteto de *Rei-Filósofo* por ter se dedicado a cultura e por seus trabalhos literários. Em seu escrito principal, o *Leal Conselheiro*, um tratado de conduta moral, doutrinária e disciplinar, o eloquente rei mostra-se preocupado com a saúde do corpo e da alma. D. Duarte sugestiona no *LC* a prática de atos que fortaleçam o corpo e espírito, defendendo o princípio de uma “*mente sã em um corpo sã,*” visando assim que seus súditos fossem educados moralmente, em especial seus pares, pois sua obra parte de um ambiente de letrados e para letrados, assim como fica manifesto em sua escrita, “*huñ A.B.C. de lealdade. Ca he feicto principalmête pra senhores e gête de suas casas.*” (D. DUARTE, 1843, p. 03). Assim, tinha por objetivo que vivessem de forma

virtuosa, pois afastando-se do pecado estariam cuidando da própria saúde. Defendemos nesse tópico que o “médico das almas”, assim como o monarca ficou conhecido, ao indicar modelos educativos a serem seguidos, estava preocupado em moldar o agir coletivo e propiciar a coesão social aos agentes da nova dinastia e seus partidários.

Na escrita *do Leal conselheiro*, D. Duarte se mostra um monarca preocupado com as questões referentes ao corpo e ao espírito, a autora Marcela Lopes Guimarães, destaca o dualismo entre corpo e alma presentes no *LC*, em que o régio autor faz associações a indispensável estabilidade entre a preocupação com o corpo e com a alma. Para conferir vitalidade a seu escrito, o soberano sugere a fuga dos pecados e dessa forma cuidar-se-ia da saúde, associando aspectos religiosos a sua grafia. (GUIMARÃES, 2016, p. 177).

Ação essa, que se justifica pelo fato de que no medievo, a religiosidade foi compreendida como a agregação dos preceitos e das condutas cerimoniais próprias de uma comunidade que estava em alto grau marcada pelas convicções cristãs. (SCHMITT, 2014, p. 305). Para o monarca, o corpo era uma realidade que poderia se corromper e dessa forma uma vida vigilante e associada a bons hábitos conferiria a saúde das duas instâncias corpo e alma, pois esse rei acreditava em uma ligação direta entre elas. (GUIMARÃES, 2016, p. 177). Dessa forma, pressupõe que as ações tomadas no contexto da realidade vivida poderiam refletir na espiritualidade, estando corpo e alma ligados visceralmente e interagindo como em um jogo de espelhos onde um reflete o outro.

A preocupação do monarca, se justifica pelo fato de que no medievo a Igreja e seus agentes pregavam que o corpo era ambiente propício para uma possível transgressão religiosa, a exemplo de Santo Agostinho, para ele, o corpo era canal para o pecado, pois ao falar sobre o pecado original chega à conclusão que esse mal só nos alcança de geração em geração por via corpórea. Agostinho acreditava que o corpo e suas inclinações à libidinagem e tentações a carne seria “*o lugar e o instrumento por excelência do pecado.*” (SCHMITT, 2014, p. 306).

No entanto, mesmo durante o medievo o cristianismo em nenhum momento se contentou com uma dura realidade dividida em dois princípios antagônicos, assim corpo e carne não deveriam ser entendidos como completamente negativos nem alma e espírito poderiam ser classificados como inteiramente positivos. Prova disso que no século II, em contraposição ao defendido por Agostinho, Tertuliano redige que “*a carne*

é o gozo da salvação.” (SCHMITT, 2014, p. 307). Com o exposto, deve-se refletir os conselhos e o disciplinar de D. Duarte, pode-se supor que de posse desse conteúdo o monarca entendeu que mesmo sendo o corpo canal de pecado, doutriná-lo vivendo uma vida comedida e virtuosa poderia ser o remédio eficaz e por isso ao falar de sua doença descreve, “*que mylhor pera mym era sofrer aquella com paciencia, e uirtuosa maneira.*” (D. DUARTE, 1843, p. 62). Demonstrando que poderia expurgar sua doença utilizando de parcimônia e virtude e não de um tratamento médico. O nobre rei fora tão preocupado com essa área da existência humana que, segundo Guimarães, há autores como Luís Miguel Duarte que chegam a considerar D. Duarte como levemente obsessivo em relação a questões relacionadas à saúde e doença. (GUIMARÃES, 2016, p. 173).

D. Duarte coloca seu exemplo de quem fora doente e curou-se por um método próprio e se mostra interessado em ensinar aos seus leitores o que devem fazer para conseguir o mesmo. No início do capítulo XIX, o monarca escreve como quem intenciona difundir e moldar hábitos. [...] *screui, de alguÿs desta breve e symprez leitura, filhare[m] proveitosa ensynança, e aviso[m]ento, prep[ar]o deus screver o começo, persseguinto, e cura que del ouue, per tal mynha speriencia aoutros seia exempro.* (D. DUARTE, 1843, p. 58). Dessa maneira, o régio autor posiciona-se como representante do corpo social, no qual ele é a cabeça do grande corpo que é o reino, em nível de hierarquia os oficiais, clérigos, cavaleiros, mercadores são os vários membros e sem esquecer-se dos homens presos à terra que seriam os pés. (SCHMITT, 2014, p. 317).

Modelo esse, que coloca o corpo como elemento construtivo de unidade e da tão buscada coesão social. Para Schmitt, nesse sentido a tomada do corpo confere lógica não só a unidade social, mas também a uma unicidade cultural. (SCHMITT, 2014, p. 318). Controlar os corpos com objetivo de gerir os comportamentos, por meio de sugestão de modelos já consolidados parece ser o artifício empregado por D. Duarte. Para Marcel Mauss, os atos a serem assimilados e repetidos não importando o nível de idade, são os atos bem-sucedidos e que foram executados por pessoas confiáveis e que têm influência sobre o grupo. (MAUSS, 2003, p. 405).

Esse aspecto de nível de crédito em um agente é concedido pelos outros membros do corpo social e produz um efeito alinhado, autorizado, provado, em relação ao indivíduo imitador que se verifica todo o elemento social. (MAUSS, 2003, p. 405).

Elementos esses que se encaixam a literatura doutrinária da corte avisina, do qual o *LC* está inserido, pois o régio autor se coloca como probo e digno de confiança. Em convergência com o exposto, Muniz defende que o Leal Conselheiro não deve ser dissociado do contexto de uma literatura de cunho formativo, que nasce no âmbito das mudanças advindas do movimento avisino. (MUNIZ, 2001, p. 252).

Há de se levar em consideração a forma com que o aspecto religioso emana de seus conselhos. Na Idade Média, o cristianismo recebe a incumbência de avizinhar dois cosmos, o relacionado a Deus e aos homens. (FRANCO JR, 2001, p. 140). Ora, no medievo os homens percepcionavam o mundo a partir da ótica religiosa e por isso enxergavam o sagrado, divino ou demoníaco por toda parte e o diálogo entre o espaço que abrigava homens e entidades divinas estava sempre acessível. Sendo essa ideia um elemento presente no imaginário coletivo desse período histórico, expresso até mesmo na principal oração cristã o pai-nosso que faz a analogia que as coisas deveriam acontecer “assim na Terra como no Céu”. (FRANCO JR, 2001, p. 193).

Dessa feita, associando saúde, doença e processo de cura a aspectos concernentes a religião, D. Duarte escreve no *Capitullo XVIII. Da tristeza, Capitullo XIX. Da maneira que fuj do humor mençorico e del guarneçi e Capitullo XX. Dos aazos per que se acrecêta assentido do humor nenencorico e dos remédios contra eles*, no qual D. Duarte versa sobre *tristeza, humor mençorico e dos remedios contra eles*. Mas continua a falar sobre o tema nos dois capítulos seguintes. No entanto, é mais específico, em especial quando fala de sua própria enfermidade que está segundo ele, vinculada a preguiça e o abatimento. (GUIMARÃES, 2016, p. 174). E nesse processo, a preguiça, que é um pecado, levaria ao estado *mençorico*, onde as condições físicas e espirituais seriam abaladas.

No “*Capitullo IXXIII. Do contentamento,*” uma das formas sugeridas por ele para resguardar virtudes, seria a fuga da tristeza que é tema recorrente de sua narrativa e que sempre está vinculada a um mal que corrói o corpo e a alma. No terceiro motivo indicado pelo Rei e que de acordo com ele, evitaria o descontentamento, o monarca descreve a necessidade de resistir a esse sentimento. “*Terceira, por nom cairmos em tristeza, sanha, desordenado auorrecimento.*” Tal ato evitaria o descontenta-se no caso “*denom teerem aquel boo geito com nosco que nos entendemos que alguñs deuyam teer.*” Agindo assim como o nobre rei recomenda, evirar-se-ia uma frustração que poderia gerar tristeza. (D. DUARTE, 1843, p. 237).

Na Idade Média, a doença não era apenas um problema daquele que se encontrava enfermo, mas um motivo de cautela dele e dos que o rodeavam. Desse modo, era uma problemática diretamente social e sendo plural nesse quesito tornou-se também abundante as formas de conceber e tratar as enfermidades, por isso à relação entre o que é estar doente e as metodologias de cura se tornam concorrentes no medievo, pois a sociedade do medievo dentro de seus limites de início e fim esteve emersa por um conjunto de credos que o faziam e davam uma vasta possibilidade de diagnósticos e poderiam estar ligeiramente inclinado a uma “*manipulação do corpo doente.*” (SCHMITT, 2014, p. 284).

Nessa perspectiva de análise, encontramos em Marcel Mauss em seu texto, “*As técnicas do corpo*”, a concepção de corpo como instrumento, para esse autor, tal termo está relacionado às formas com que “*os homens, de sociedade a sociedade, de uma forma tradicional, sabem servir-se de seu corpo.*” (MAUSS, 2003, p. 401). Informa ainda que toda técnica rigorosamente tem sua forma e o mesmo vale para as atitudes corporais, pois os hábitos irão mudar de acordo com o tecido social. (MAUSS, 2003, p. 403). Relacionando o *Leal Conselheiro* a teoria de Mauss, supomos que D. Duarte teve o intento de fazer com que se formasse uma idiosincrasia social, ou seja, moldar características comportamentais entre a nobreza portuguesa no medievo, de forma que modelando os comportamentos corporais ter-se-ia também o controle da psique tendo assim o controle do tecido social e seu imaginário coletivo. (MAUSS, 2003, p. 404).

Em uma sociedade marcada por ambivalências religiosas, entre profano e sagrado, a preocupação com o corpo doente que o régio autor demonstra associa-se em sua maioria ao contexto religioso, até mesmo sua suposta cura teria tido esse remédio. Seu relato está tão envolvido com esse elemento que se coloca como quem fora tocado por um pecado e por esse motivo preferia buscar antes a Deus que os conselhos dos médicos do período. Ora, em seu tempo as interpretações e a cura estavam visceralmente atreladas à divindade, pois no contexto medieval a Igreja se colocava como elo indispensável para o processo de conversão e para, além disso, ela se apresentava como a única suficiente para ofertar a cura verdadeira do corpo e da alma. (SCHMITT, 2014, p. 292). Assim, escreve D. Duarte, atribuindo fatores religiosos ao mal que o molestava e coloca como exemplo de superação, a sua pessoa e seu método.

Por quanto sey que muytos foram, som, e ao diante seram tocados *deste pecado de tristeza* que procede da uoontade disconcertada que ao presente

chamam em os mais dos casos doença de humor menencorico, do qual dizem os fisicos que uem de muytas maneiras perfundamêtos, e sentidos desuairados, *mais detres anos continuados, fuy del muyto sentjdo, e per special merce de nosso senhor deos ouue perfeita saúde*, com ateneençom que primeiro screui, de alguis desta breve e symprez leitura, filharem proveitosa ensynança, e avisamento, prepus deuos screver ocomeço, persseguimento, e cura que del ouue, per tal mynha speriencia aoutros seja exempro. (D. DUARTE, 1843, p. 58, grifos nossos).

O monarca avisino por meio se seus conselhos e ensinanças propõem um padrão de conduta aos seus leitores e associando novamente ao exposto por Marcel Mauss, segundo ele, os hábitos variam não tão somente de acordo com as pessoas e suas inclinações a imitar modelos já consolidados. Esse rito se segue também quando falamos da sociedade como um todo e todo esse processo sofre mudanças de acordo com os modos de educar, conviver, criar estilos de vida e prestígios, salienta ainda que se faz necessário observar as técnicas e a obra prática nos âmbitos coletivo e individual, pois são nesses aspectos em que se consegue ver a alma e sua capacidade de replicar comportamento. Informa ainda que o ato de educar se sobrepõe ao de imitação. (MAUSS, 2003, p. 404-405).

Dito isso e relacionando a fonte com o supracitado, continuaremos a associar o processo de emprego da mesma em nossa documentação. Já fora dito que o rei D. Duarte em seu curto reinado foi um homem doente e preocupado com a saúde corpórea e espiritual, e em busca de elucidar as causas e as possíveis curas de seu “pecado de tristeza,” D. Duarte atribui ao seu início precoce nos assuntos administrativos do reino. Segundo ele, ainda jovem com vinte e dois anos seu pai o havia colocado em um cargo no conselho de justiça e da fazenda. Em consonância, Guimarães informa que ainda prematuramente esse rei foi envolvido por seu pai na governança, e por esse motivo quando fora entronizado já era inteirado de suas obrigações. (GUIMARÃES. 2016, p. 172).

O *carrego* em qual foi posto teria lhe consumido muito tempo e esse lhe faltava para o lazer, o monte e a caça, além disso, segundo ele, mesmo “*considerando mjnha noua hidade, e pouco saber*”. O ainda jovem infante não se furta do dever dado por seu pai e continua, “*com direita obediência, como per merce de deos sempre em todo lhe guardey, E desi por grande uoontade que auia desse proceder per odicto feicto.*” (D. DUARTE, 1843, p. 59). D. Duarte descreve com detalhes uma jornada diária que lhe teria tirado tempo e a capacidade de sentir alegria, inclusive cita que essa alteração de humor poderia ser causada pela *mudança da hydade*, o que conclui não ser, as

ocupações com as questões estatais seriam um dos fatores de lhe tornar um monarca triste, enfermo de alma e corpo:

Os mais dos dias, bem *cedo era leuantado*, e missas ouuydas era na rollaçom, *ataa meio dia*, ou acerca, e uijnha comer. Essobre mesa daua odencias per bom spaço Erretrayame aacamera, e logo *aas duas oras* pos meio dia, os do conselho e ueedores da fazenda erom com mygo. Eaturaua com eles *ataa .ix. oras danoite*. Edesque partiõ com oficiaaes de mjnha casa *estaua .xj. oras Monte, caça mui pouco husaua*. Eo paaço do dicto senhor, uisitava poucas uezes. Eaquellas por ueer oque el fazia e demjm lhe dar conta. Esta uyda contynuey ataa pascoa, *quebrando tanto mynha uontade que ia nom sentya alguũ prazer me chegar ao coraçom daquelle sentido que ante fazia*. (D. DUARTE, 1843, p. 59).

Aponta também outras causas para seu estado doentio, como a proximidade e convivência em ambientes com a peste, que levou sua mãe de *“pestillencia se finou.”* Chega a relatar que tanto tempo sofrera de tristeza, a saber, três anos, que em um dado momento até mesmo dores psicológicas sentiu, e esse fator liga diretamente a sua ideia de dualismo entre corpo e alma. Relato também abordado por Guimarães, para a autora, a privação de “saudáveis desenfados” como já citados a caça e o monte que o nobre sofre devido suas responsabilidades como infante reverbera e se manifesta em seu corpo com uma repentina dor na perna. (GUIMARÃES, 2016, p. 174).

A descrição que faz é de uma dor emotiva, motivada por um evento em que seu pai *“ueo acerca da cidade delixboa, onde tal pestilença era que poucos dias passauom que me fallassem ã pessoas conhecidas que detrams adoeciam, e morriam”*. Segundo D. Duarte, a exposição a esse quadro teria feito seu estado piorar de tal modo, que em um dado momento lhe desestabilizou, assim narra o monarca. *“Epor esto a tristeza que de tanto tempo em mjm criava, mais se dobrou. E huũ dia me deu grande sētymento em huã perna, e me fez tal door com queentura, que me pos em grande alteraçom.”* (D. DUARTE, 1843, p. 60).

Após o corrido, o monarca descreve que teve sentimento de *“receo demorte”* que pode ser apontado como mais um elemento que refletiria no adoecimento de seu corpo e chega a dizer que esse pensamento permaneceu em seu coração por longos seis meses e que isso acabava tirando-lhe *“todo prazer, e acrescentandome a mayor tristeza,”* de tal forma que segundo ele, *“que atodo mal daalma, e do corpo me derribaua”*, pois de acordo do o soberano, *“Quem teme amorte perde o prazer da uyda.”* (D. DUARTE, 1843, p. 60-61).

Após fazer apontamentos das razões de seu mal-estar, D. Duarte começa a sugerir os modos de superá-las, segundo ele, as orientações que recebeu não surtiram muito efeito. “*com físicos, confessores, e amygos fallaua, e nom prestaua cousa Ca dos remedios, das curas nom sentia uantajem.* E percebendo isso, o nobre rei preferia confiar mais na fé, em “*nosso senhor deos, e nossa senhora santa maria,*” que segundo ele, teriam lhe conferido conhecimento que era superior ao dos *físicos*, pela fé livrar-se-ia de todas as tentações do inimigo, negando assim o conselho dos médicos ou seguindo-os apenas em parte, e ao invés de beber *uynho pouco auguado, dormisse com molher...* ele preferiu depositar toda sua *sperança em no senhor, e sua santa madre.* Para D. Duarte, pela fé ele sentia que todo o mal seria exterminado e foi a partir desse momento e de ter presenciado o estado de sua mãe doente de peste que sua cura teria iniciado. (D. DUARTE, 1843, p. 61).

Ora, diante de um quadro de enfermidade há três opções a serem adotadas, *proteger-se* que etimologicamente está ligado às formas de cuidar do corpo dos prejuízos que a doença poderia trazer. Outra saída era o *tratar*, ação muito relacionada à prática médica e consistia em extrair a doença do corpo. E por último o *curar*, essa terminologia associa-se a um modelo de intervenção contra a doença que se instala no plano do maravilhoso, do milagre e está associado à prática religiosa para ações simbólicas. (SCHMITT, 2014, p. 290-293). E para o plano da *cura* que D. Duarte está inclinado a seguir e se ancora na *sperança, paciencia, fiar-se em deos, boas folganças*, evitar a *migua de dormir, ter uma mameira uirtuosa deuyver.* Dessa forma, educando o corpo e a alma, evitando a preguiça praticando o monte e a caça, *leer bons liuros de uirtuosas ensynanças, que fallem apropósito que bem for tocado.* Destacando ainda, proveitosas e boas ocupações que para o régio autor afastariam os corpos da ociosidade, assim deveriam procurar *boa occupaçom de honestos, e razoados trabalhos do corpo e doentēder.* (D. DUARTE, 1843, p. 64-65).

Para além das supracitadas recomendações, continua o monarca a aconselhar comportamentos que objetivavam uma postura comedida de um nobre afastado do *beuer* e se bebesse que fosse *em quantidade bem auguado.* Que tivesse *temperança dos trabalhos, e do entender, uoontade e do corpo.* Que fossem afastados também da *fraqueza, preguyça, seguymto de uoontade, ou uaã gloria.* Se os leitores de seu tratado seguissem esses passos ouvindo seus *auysamentos*, alcançariam da mesma graça e misericórdia por ele alcançada, que consistia em ter autocontrole, comedimento, pois

o monarca escreve, “*Eper taaes avisamentos eu me governei de tal guysa que per mysericordia de nosso senhor deos, E de sua muy sancta madre, eu fuy e soo dello como dicto he em toda boa saude.*” (D. DUARTE, 1843, p. 67).

Ao finalizar o soberano reafirma sua confiança na cura por intermédio divino, que se deve manter uma vida primeiramente de acordo com as virtudes teologais, *fé, esperança e caridade*. Segundo ele, de acordo com as virtudes cardeais, *prudência, justiça, temperança e fortaleza*. E observa que a saúde (*fortalleza*) do corpo está vinculada aos sentimentos, [...] *geeramente grande ajuda pera oesforço do coração, seendo acompanhado detodallas uirtudes suso scriptas.*” [...] e põe Deus como causa e agente da cura e acredita que [...] *per mercee do senhor deos se corregẽ paraos que uirtuosamente se governam.* (D. DUARTE, 1843, p. 67-68). Reitera novamente o monarca que é de seu entendimento que o remédio para a cura do que lhe afligiu e possa vir afligir a outros é a fé em Deus e sugestiona;

segundo meu juyzo, *este he seu principal remedio, auermos firmesa a ffe, por aqual cremos que todo vem per ordenança de nosso senhor, que he fonte de justiça, e piedade, e mjsericordia*, por que deuemos dauer em elle boa sperança que muyto tyra todas tristezas possuindo caridade que por todallas cousas da uida presente nom consentira receber tal tristeza que nos empreecimento, nem grande toruaçom possam trazer, E quando taaes se acontecerem ou qual quer outra tristeza pensar deuemos que peleja contra ã cõuem amar. (D. DUARTE, 1843, p. 67, grifo nosso).

Com o exposto, pode se perceber que o Leal Conselheiro não se trata apenas de mero ajuntamento de textos soltos que foram organizados pelo rei a pedido de sua consorte, mas objetiva o aprimoramento de uma fatia da sociedade portuguesa, antes de tudo é um tratado com vistas a conferir comedimento aos seus leitores, assim como deixa explicitado em seu prólogo. *E per me fará guardar de fazer cousas mal feitas, por seerem contrairas do que escrevo, ainda que seia obra pera eu fazer pouco pertencente posto que atodos estados seia necessario saber como deuem seguir virtudes guardando pecados e outros falecimentos.* (D. DUARTE, 1843, p. 01).

Acreditamos que há rigorosa divisão das ações tradicionais, pois esse escrito parte da nobreza e para seu consumo, se traduz em técnicas e ritos e todo esse conjunto que interfere no modo de agir foram técnicas e continuam a serem técnicas do corpo, no que Marcel Mauss define por técnica sendo um ato tradicional com eficácia, pois não pode haver transmissão, se não por uma via eficaz, podendo ela ser, um ato *jurídico, religioso* ou *simbólico*. E partindo da premissa de que o corpo é o primeiro e o mais

natural instrumento do homem. (MAUSS, 2003, p. 407). Podemos precisar que ao tentar educar os corpos com regimentos a serem adotados, o soberano avisino tentou propagar um modelo a ser adotado pela fidalguia e põe seu exemplo de superação e comedimento como modelo a ser posto em prática, pois no medievo o corpo foi elemento de uma metáfora política¹⁶ muito difundida, sendo associada ao poder e com a coletividade. (GUIMARÃES, 2016, p. 172). E deseja moldar os comportamentos se utilizando do discurso de fortalecimento do corpo e da alma.

2.3. O cronista e *El-Rei Filósofo*, narrativa cronística e prosa doutrinária:

Memória e Modelos Educativos.

O cuidado com a construção de uma memória oficial e a educação dos segundos filhos, são elementos que derivam de uma mesma fonte, a necessidade de fortalecimentos dos monarcas avisinos, devido sua carência de sangue. Nesse tópico, o intento é mostrar que ambas as documentações, o *Leal Conselheiro* e a *Crónica de D. João I*, são elementos de um discurso uníssono que emerge junto com a nova Casa Real. Da necessidade de uma história e de uma memória oficial dos fatos ocorridos entre 1383-85, com a *Crónica de D. João I*, escrita por Fernão Lopes, do moldar pedagogicamente a fidalguia de acordo com sua nova condição por meio dos leais conselhos de D. Duarte presentes no *Leal Conselheiro*.

Durante seus reinados, os monarcas da Casa Real de Avis empreenderam um discurso com pretensões que buscavam mais que sua consolidação no campo simbólico. O que se pretendia com tais escritos era a ascensão do monarca a um governante efetivo no trono português. (COSER, 2007, p. 708). Esse discurso legitimador tinha por finalidade instituir um novo ritual, dar legitimidade ao novo grupo impregnando no imaginário coletivo a imagem de bom rei e bom cristão do emergente monarca de Avis, e seus partidários. (BACZKO, 1984, p. 302).

O relato construído por Fernão Lopes tem como característica de ser o responsável por ser o guardião da memória oficial dos acontecimentos do movimento de Avis e por esse motivo a primeira estratégia do autor é de legitimar sua própria grafia para que aqueles que ouvissem ou lessem dessem fé a esse relato, tendo em vista isso,

¹⁶ Para a cristandade medieval era concebível a existência de três corpos, o corpo do homem, o corpo divino e o corpo social. (SCHMITT, 2014, p. 305).

Lopes defende a probidade de seu relato, que segundo ele, está revestido de verdade. O cronista defende o teor de sua escrita e além dessa defesa de veracidade de conteúdo, Lopes deixa claro qual seu objetivo, que ela (a crônica), “*firme os claros feitos dignos de grande lembrança.*” (CDJ, I, cap. I, p. 03). Ou seja, conferir legitimidade às memórias selecionadas pelo cronista.

Não podemos deixar de levar em consideração que dar vida a essas lembranças, também significa silenciar outras, partindo do pressuposto que ao escolher lembrar também é escolher esquecer determinados atos, fatos que fazemos cotidianamente e não nos damos conta. Assim narra o cronista, tentando conferir a sua narrativa confiança e idoneidade proporcionaria um ponto seguro de reconstrução da memória dos receptores de sua mensagem:

*Doutra guiza ante nos calariamos, que ofrecer cousas falsas, que logar nos ficaria para a fermosura, & afeitamento das palavr, pois todo nosso cuidado he isto despezo não abasta para ordenar a mà verdade, porem **apegandonos com ella firme os claros feitos dignos de grande lembrança mui famoso Rey Dom Iohão sendo Mestre, de q guisa matou o Conde Iohão Fernandez; & como o pouo de Lisboa o tomou primeiro por seu Regedor, & defensor, & depois outros alguns do Reyno; & defhi em diante como reynou, & em que tempo breue, & sãmente contados em praça na segunte obra.*** (CDJ, I, cap. I, p. 03, grifo nosso).

Quando falamos nos escritos de D. Duarte, “*boo regimento de nossas conciencias e vontades,*” enquadrámos esse tratado de conduta moral e disciplinar, como um tratado educacional. O *Leal Conselheiro* que segundo Marcio Ricardo Coelho Muniz, foi escrito entre 1437 e 1438, provavelmente a pedido de D. Leonor de Aragão sua esposa, assim como o monarca imprime no início do texto, sua feitura consiste em um compilado de escritos seus que versam sobre *pecados* e *virtudes* e estão organizados de forma tratadística. (MUNIZ, 2001, p. 245).

Como o próprio D. Duarte relata:

Muyto prezada e amada Raynha. Senhora, vos me req~restes que juntamente vos mandasse screver alguãs cousas que avia scritas, ***per boo regimento de nossas conciencias e vontades... Conssyrey que seria melhor feicto em forma de huũ soo tractado com alguũs adimentos.*** (D. DUARTE, 1843, 01, grifo nosso).

Em seus leais conselhos, rei recomenda leituras de “*obras específicas*” e em suas recomendações o monarca visa o combate de um vício (pecado) e aquisição de uma virtude e dessa afirmativa pode-se considerar a intencionalidade na sua escrita de

D. Duarte, a qual sugere unidade de identidades, projeta modelos e regras de comportamentos que construiria uma sociedade formada por um mesmo modo de agir, sentir e pensar. Como se pode conferir na narrativa Duartina:

O leer dos livros de boas jnssynanças nos tempos em que nom cõvenha obrar em outras mais convenyentes feitos me parece pera esto bem proveitoso, resguardando nossa vyda, e dos outro pera entendermos oque leermos, assy que os livros nos declarom nossas obras, cuydados, e sentidos. Enossonconhecimento nos faça melhor oentender oque de tal sciencia leermos e ouvytmos Eassy consijrando a maneira denosso vyver com as declaraçoo~es suso scrtas, poderemos conhecer quanto de occiosidade e preguyça somos tocados. (D. DUARTE, 1843, p. 91).

Essa fração contida no *Leal Conselheiro*, revela sua posição dentro de um contexto que compõe uma literatura de caráter doutrinário com fins propagandísticos e de reforço da imagem dos monarcas avisinos, e para, além disso, “educar” a “nova” nobreza portuguesa. Pois, esse novo grupo político ascendeu ao poder, no entanto, se fazia necessário o amparo legal como representante da sociedade. Assim, essa nova facção constituída por secundogênitos carecia impor-se como legítima para dessa forma ter apoio popular, pois qualquer grupo social tem a necessidade de imaginar e forjar a validade que atribui ao poder que delega a outrem. (BACZKO, 1985, p. 310).

Segundo Fernão Lopes, cronista contratado por D. Duarte, com a ascensão de D. João I, teve início em Portugal um novo momento, denominado pelo cronista de *septima idade* em que se instaura um novo governo composto por uma nova nobreza, que teria uma melhoria nas condições de vida se fizessem adesão ao projeto do Mestre de Avis. E com relato permeado de conteúdo cênico e emocional, Lopes faz essas afirmativas acerca do futuro reinado de D. João I:

[...] fazemos aqui a septima idade, na qual parece *se levantou outro mundo novo, & nova geraçam de gentes, porque filhos de homens de baixa condiçam, que nam comore dizer, por seu bom serviço, & trabalho, neste tempo foram feitos cavaleiros chamados logo de novas linhagês*. [...] (CDJ, I, cap. CLXIII, p. 341, grifo nosso).

A nova gente de “*baixa condiçam*” que o cronista se refere, em geral, eram da nobreza secundogênita portuguesa, (segundos filhos), sujeitos de grupos urbanos e o grupo mais humilde das cidades, e com isso há uma necessidade dessa nova sociedade ser educada e se enquadrar ao novo *status* conquistado pelo movimento de Avis. A via adotada foi a propagação de novos ideais ancorados em princípios religiosos, forma essa que atingiria esse novo grupo, pois a religiosidade era algo quase que elementar

na sociedade do medievo português. A partir desse panorama teve início a tentativa de criar um instrumento de fortalecimento da soberania da casa avisina, de forma que tal mecanismo proporcionasse além da melhoria da imagem dos monarcas de avis, uma nova conduta de comportamento da facção que ascendera ao poder com o mestre de Avis.

Dentro da literatura de feição moral e doutrinária empreendida pelos soberanos da Casa Real de Avis, pode-se perceber que esses foram dedicados no que se refere a *ensinar* e a externar juízo moral e buscavam com isso o objetivo de consolidar uma memória positiva em relação ao iniciador da dinastia e moldar as mentalidades ensinando-os regramentos de comportamento social. (GOMES, 2014, p. 217). É nesse contexto de *ensinar normas de conduta ou comportamentos* de cunho moral que se enquadra o tratado *Leal Conselheiro*. Segundo J. Gouveia Monteiro, a maioria dos príncipes da referida casa real empreenderam em seus escritos queixas referentes a “*vícios e deformações que corroem a harmonia social*” e ao denunciar tais atos pecaminosos a seu ver, aconselhavam “*novos modelos de comportamento*”, que estariam veiculados a eles mesmos ou indicados por esses. (MONTEIRO *Apud* MUNIZ, 2001, p. 249, grifo nosso).

D. Duarte assim escreve:

Eassi o fiz por uos cõplazer e flhar ãno alguns espaços de cuidados com razoado os passamento de tẽpo. E desi por sentir que pẽssando como sobresto ey de screver saberia desta moral e virtuosa scriciencia. ***E que me fará guardar de fazer cousas mal feitas por serem contrairas do que escrevo, ainda que seia obra pera eu fazer pouco pertencente posto que todos os estados seja necessario como devem seguir virtudes guardandosse de pecados, e outros falicimentos.*** (D. DUARTE, 1843, p. 01, grifo nosso).

O conjunto de fatores elencados denota o contexto que propiciou a escrita de D. Duarte, de seu tratado e de Fernão Lopes, da sua crônica, com apropriações do contexto religioso do medievo. Segundo Miriam Cabral Coser, D. Duarte escrevera o *Leal Conselheiro* com a finalidade de orientar o bom cristão português, sendo afervorado ao aconselhar comedimento, além de utilizar experiências de cunho pessoal, revelando assim um “modelo a ser seguido”, no qual o próprio rei é exteriorizado como o guia para a perfeição. (COSER, 2007, p. 708).

Prova disso que Fernão Lopes na crônica de D. João I, ao nomear os nobres que do lado do Mestre ficaram, quebra a ordem hierárquica seguida pela nobreza e coloca

Nuno Álvares Pereira como “*primeiro desta ladainha seja mui nobre Nuno Alvarez Pereira*” ... “*onde não escrevendo por ordem de fidalguia, mas como a mão quizer mover a pena.*” (CDJ, I, cap. CLIX, p. 312). Apontando assim qual modelo os receptores da mensagem deve seguir, Lopes ainda faz analogias a passagens bíblicas se utiliza do Evangelho de (Mt-10, 1-7) para justificar o motivo do nome do nobre encabeçar tal lista, associando D. Nuno ao apóstolo de Jesus “*São Pedro*” e o Mestre de Avis ao próprio messias, pois naquele tempo quando Jesus chamou os doze discípulos, chamou primeiro Simão cognominado de Pedro. O cronista também compara os feitos do Mestre e seus aliados, as conquistas de “*Dom Anrique*”. Esse conjunto de analogias que buscava dar a esse grupo uma aura divina e legítima se amparando na religiosidade para conquista legitimação. É o que pode ser observado na narrativa de Lopes:

Certamente he cousa impossivel, porem com trabalho, não copiosamente por se arremedar como se deuera fazer, *o processo deste sera muy breve, no meando alguns fidalgos, que cõ elle ficaraõ, deshi Lisboa certos Cidadãos, pois ella foy madre, & cabeça de todos estes feitos, posto que delles tenhamos seus nomes em algũs lugares deste livroposto, que aqui juntamente acharão escritos aquelles, que como no começo desta obra nomeamos fidalgos alguns, que ao Conde Dom Anrique ajudarão aganhar a terra aos Mouros*, assi neste segundo volume diremos alguns poucos, que ao Mestre foraõ companheiros em defender o Reyno de seus inimigos, onde não escrevendo por ordem de fidalguia, mas como a mão quizer mover a pena. *O primeiro nesta ladainha seja o mui nobre Nuno Alvarez Pereira, gloria, & louuor de todo seu linhagem*, cuja claridade bem ser uir nunca se fez aclipse, nem perdeo seu lume. [...] por breve, & falazosa comparação, elle, & os da sua companhia deuem ser postos primeiro, que outros, *por~q assi como o Filho deDeos depois da morre, quetomou por falar a humanal linguagem, mandou pelo mundo seus apostopos prégar o Euangelho a toda criatura, pela qual rezam sam postos em começp da ladainha, nomeando primeiro São Pedro, assi o Mestre se poz a morrer, se compriria por falação da terra, que seus auós ganharão. Enuiou Nuno Aluarez, & seus companheiros, a pregar pelo Reyno o Euangelho Portugues* [...] (CDJ, I, cap. CLIX, p. 312, grifo nosso).

Para Márcio Ricardo Coelho Muniz mais do que simples compilação de escritos soltos, D. Duarte teria organizado um tratado e o Leal Conselheiro se enquadra em um conjunto literário mais extenso composto por obras de reis e infantes, que surge no seio das modificações políticas e sociais procedentes da Revolução de Avis. (MUNIZ, 2001, 249). Intencionalidade de indicar modelos e de se colocar como modelo ou fazer comparações entre nobres, incluindo a narrativa bíblica estão presentes no Leal conselheiro, em que se observa que D. Duarte se associa a um monarca da bíblia como exemplo.

Eaque honrado Rey dom affonso estrollogo quantas multidoões, fez de leituras Eassy Rey sallamom, e outros na ley ãntiga, e doutras creenças seendo em real estado filharom deseio, e folgança em screuer seus liuros, do que lhes prouue, os quaaes medam pera semelhante fazer. [...] (D. DUARTE, 1843, p. 94).

Ao analisar o supracitado, pode-se perceber assim a intencionalidade no que é escrito e a quem é dirigida essa mensagem, além disso, podemos observar nesse trecho o uso que faz do contexto vivido por Portugal no medievo. Márcio Ricardo Coelho Muniz revela que a obra *Leal Conselheiro* objetivava servir como um manual de conduta virtuosa e estava destinado um grupo específico da sociedade portuguesa, mais especificamente o nobre português. (MUNIZ, 2001, p. 247). Além de educar a nova nobreza portuguesa, D. Duarte dirigia os *aconselhamentos* também aos que estavam ao seu redor. Assim o seu *A, B, C, de lealdade* se propunha a alcançar todos os grupos sociais.

E filhayo por huũ A. B. C. de lealdade. *Ca he feicto principalmête pra senhores e gẽnte de suas casas* ~q na theorica de taaes feictos ẽ respeito dos sabedores, por moços devemos ser cotados pra os quaaes. A, B, C, he sua própria ẽssinãça. (D. DUARTE, 1843, 03, grifo nosso).

A “*ẽssinãça*” do seu tratado gira em torno de temas de caráter religioso, pois versam sobre condutas inspiradas em uma vida virtuosa, assim como a do monarca que assistia a várias missas diariamente e acreditava que a partir dessa conduta iria alcançar a salvação. Para Márcio Ricardo Coelho Muniz, D. Duarte construiu sua obra visando educar a nobreza que foi seu público alvo. (MUNIZ, 2001, p. 253). E como supracitado D. Duarte visava um aperfeiçoamento moral que corrigiria a postura do novo grupo. Assim D. Duarte define o seu *A, B, C*, para todos que desejassem viver virtuosamente.

E mais por A. se podẽ ẽtender poderes e paixoẽs ~q cadahuũ de nos há. E por ho B. o grande bẽ que percalçamos seguidores das virtudes e bõdades. E por ho C. dos malles e pecados nossos corregimẽto... Ca sobrello mas screvo por que sinto e vejo, na maioria de nosso viver ~q per studo de livros m uẽ ensino de letrados, podesse dizer de lealdade, ca per direito conhecimẽto de nossonpoder, saber, querer, memoria, ẽtẽder, voõtade, segujndo, e possuujndo virtudes, dos pecados, e outros falicimẽtos com emenda nos avisando se mãtem a nosso senhor deos eaaas pessoas se deve guardar. E por ~q ao presente de sua mercee tẽ essa virtude ourtogada em estes Reynos ãtre senhores e servidores, maridos e molheres... pois ele dessa boa graça me outorgou prícipal regimento, me sinto muyto obrigado dea sẽpre mãteer e guardar a todos e a vos mais per obrigaçõ de grandes razooõs e requerjmẽto de mjnha boa võtade. (D. DUARTE, 1843, p. 03)

Pode-se observar que a escrita Duarteina tem como suporte a religiosidade e esse sempre se coloca como aquele que foi outorgado por “*deos*” para tal função. “Foi exatamente a ideia de forjar a representação do rei como modelo a ser seguido. Os monarcas são apresentados como condutores à religião e a perfeição, tornando-se assim o maior exemplo para uma sociedade que buscava por representação.” (RIBEIRO; ZIERER, 2012, p. 05). Nesse contexto, D. Duarte exalta seus pares e aponta uma série de leituras a serem feitas de cunho semelhante à sua e pontua as causas para o consumo dessas obras literárias.

[...] esta breue e sympres leitura, da qual muyto seria contente que uos prouuesse, e alguũs prestasse pera seguyr aquella teençom que começo uos sereny. (D. DUARTE, 1843, p. 94).

E pontua o nobre monarca as motivações e os benefícios desse tipo de leitura, além de citar escritos desse porte já existentes produzidos por membros da família real, a exemplo do Pai e irmão:

E consijrando os que leem geeralmente resguardom aestas fijs .s. ***Prymeira por acrecentar em uyrtudes, mynguar em fallicimentos, prazendo por ello a nosso senhor, e alcãçar na uida presente que speramos, oque graciosamente, aos que per ssa mercee lhes praz bem uyuerem. Segunda por contentamento que filha, do que sabem. Terceira por tal sciencia. Quarta por querer parecer sabedores Quynta querendo alguã parte de tempo bem despender Sexta por semelhante em leendo atravessy, ou aoutros, filhar prazer. Eamym parece se afeiçom me nom torua , que os leedores deste trautado, aluãs dellas per el poderom percalçar, porem me praz deo screuer. Essemelhante omuy exelête, e uirtuso rey meu senhor e padre cuja alma deos aja, fez huũ liuro das orãs de saneta maria, e salmos certos por os finados, e outro damoontaria. Eo jffâte dom pedro meu sobre todos prezado, e amado jrmaão, cujos feitos e uida muyto som contente, compoz o livro da virtuosa benfeitoria, e as oras da condissom.*** (D. DUARTE, 1843, p. 94, grifos nossos).

Pode-se inferir com o exposto, que durante os reinados dos monarcas de Avis houve a prática de escrita própria dos reis e príncipes e o incentivo para a produção de obras. Segundo Marcio Ricardo Coelho Muniz, quando eles próprios não pegaram na pena para produção dessa literatura legitimadora e doutrinária com claros objetivos de educar a nova sociedade portuguesa, esses incentivaram a escrita de obras e nesse panorama se encontra o *Leal conselheiro* escrito por El-Rei D. Duarte e a *Crônica D. Joam I de Boa Memória* encomendada por esse monarca a Fernão Lopes. (MUNIZ, 2001, 248).

As propostas de modelos ideais na crônica de D. João I e na obra Leal Conselheiro estavam de forma profundamente ancorada na vida espiritual do homem medieval, que por muitas vezes não sabia diferenciar o que partia de si mesmo e o que partia da religiosidade. (VAUCHEZ, 1995, p. 171). Adriana Zierer também admite essa realidade e defende a tese de que Lopes adapta seu relato a particularidades que constituíam campo religioso do homem no medievo e o contexto histórico bélico de crise militar e de peste negra vivido por Portugal no último quartel do século XIV, ficando assim manifesto que, Fernão Lopes, estando a serviço dos monarcas avisinos, se utilizou da doutrina cristã extremamente vivida e rememorada no cotidiano do medievo fitando tornar autêntica a nova dinastia iniciada por D. João I, (ZIERER, 2004, p. 18).

A escrita Duarte também se apropria da realidade religiosa vivida pelo português do medievo, pois os territórios político, moral e religioso não se separavam nesse período e a separação dos poderes temporais e religiosos só se darão com as monarquias absolutistas, sendo assim um evento póstero à administração de D. Duarte (MUNIZ, 2001, p. 281). Fundamentado em ensinamentos bíblicos, livro que era basilar na vida dos homens no medievo, do qual suas reflexões e relações com o cotidiano eram constantes, tal obra foi inserida de forma abundante com objetivo de interferir no proceder dos receptores de seu texto. O monarca avisino postula modelos de comportamentos que se seguidos teriam como resultado o alcance de uma vida virtuosa e uma recompensa divina, fazendo analogias com texto divino. Assim escreve D. Duarte:

per ossenhor quando seus discípulos se gabauam, por que os demonyos lhes obedeciam em seu nome. Eel lhes disse que daquelo nom filhassem prazer, mas que se alegrassem. porque seus nomes erom scritos nos ceos. (D. DUARTE, 1843, p. 36).

Em sintonia com o citado, a historiadora Mariana Bonat Trevisan, corrobora com o exposto e revela que a escrita de D. Duarte indica como modelo cristão ideal a figura de São Francisco de Assis. Tal modelo franciscano, modelo muito presente no Leal Conselheiro e em Portugal no período em que viveu o seu autor, para o soberano esse modelo deveria ser usado no combate “*Da uaã gloria*”, tema tratado nos capítulos XII e XIII, em que o monarca vale-se da humildade e santidade do referido santo para superar o vício classificado como uma fraqueza por D. Duarte, educando assim o modo de pensar, agir e sentir do grupo. (TREVISAN, 2016, p. 159).

Eas pessoas uerdadeiramente amadoras e seguydores das uirtudes teã apratica contraria.s. no assossego boa uenturança sempre se teem em conta de quaaes quer outros homeens fallecidos, e pecadores dizendo o que disse. *obem auenturado padre sam francisco* seendo perguntado de seus frades que julgava dessy a de huã público pecador que lhe foy mostrado. Eel respondeo quesse auya por peor que el. disserom elles que tal pallaura era contrafeita por que era conhecida. Eel afirmou dizendo que se nosso senhor tanta graça quysera dar aoutro como ael por sa merecee, outorgara, que mais perfeitamente com sa força e uirtudes naturaes lhe respondera per obras uirtuosas que el. (D. DUARTE, 1843, p. 42, grifo nosso).

E continua o monarca a propor Francisco de Assis como modelo de virtude a ser adotado por seus leitores:

ca, mais quer seguir airtude ca se uencer aelle como faz amayor parte delles. Edesto se conta do dicto *sancto Francisco que seendo tentado per deseio dauer molher e filhos, nom se teue em conta dos outros pera se uêcer, mes de neuze fez huã grande peella e outras pequenas, entre as quaaes desuestido se lançou, dizendo assy medes que com ellas em logar demolher e filhos folgasse*. As sanha, jnjurias, agravos, como se deuem desprezar. Nosso senhor odemonstra, mandando que amemos quem nos mal fazer. (D. DUARTE, 1843, p. 42-43, grifo nosso).

Tendo em vista que para D. Duarte não havia uma esfera especificamente política, diferente da moral e da religiosa, o necessário seria que todos fizessem a vontade de Deus, tendo propósitos é uma escrita de conteúdo que inspire a moral e corrija condutas. (SARAIVA *Apud* MUNIZ, 2001, p. 281). Dá como exemplo personagens das sagradas escrituras como “*sam paulo*” e membros casa avisina como seu próprio pai e irmão que também formularam escritos de igual teor, “*Eo muy vytuso e de grandes uirtudes Elrrey meu senhor e padre cuja alma deos aja estando entre gibaltar e aljazira [...] de meus jrmaaõs os infantes dom pedro. dom hêrrique, e o conde de barcelos.*” (D. DUARTE, 1843, p. 44). Pode-se perceber que em sua escrita, D. Duarte mostra-se consciente de que suas ações e de seus pares são exemplos de uma vida cristã íntegra e se coloca como modelo a ser seguido, pois os atores políticos, em especial aqueles que são protagonistas, não são julgados apenas por serem competentes, mas também pela imaginação política e social que lhe é atribuída ou recusada (BACZKO, 1985, p. 296).

Com os elementos anteriormente citados neste tópico, podemos inferir que o discurso que emana de ambas as fontes são partes de um mesmo projeto de preocupação como a memória oficial seria edificada e transferida pelo tempo e espaço, educar o comedimento e a vida virtuosa à fidalguia, objetivando a formação de uma sociedade culta, leal e prudente que aprenderiam por meio dos leais conselhos de D. Duarte

presentes no Leal Conselheiro, o comedimento necessário, para correção dos vícios e das práticas de uma vida desregrada.

CAPÍTULO 3 - MODELOS EDUCATIVOS DE COMPORTAMENTO: FERNÃO LOPES E D. DUARTE ORDENADORES DA MEMÓRIA DE AVIS NO SÉCULO XV

*Podelloees seus praz chamar leal cõsselheiro porq̃ ajnda q̃ me nõ atreua certificar q̃ da êtodos boons cõsselhos, sey q̃ lealmête he *todo scripto meu peño saber, embargado em todo geeral regimêto de justiça de justiça de meus Reynos e Senhorio. E filhayo por huñ A.B.C. de lealdade. Ca he feicto principalmête pra senhores e gête de suas casas q̃ na theorica de taaes feictos ã respeito dos sabedores, por mocos deuemos seer cotados pra os quaaes. A, B, C, he sua própria êssinãça.* (D. DUARTE, 1643, p. 02 – 03, grifos nossos).*

[...] *certificamos cousa, salvo o de muitos aprovado, & por escripturas vestidas de fé [...] apeguandonos em ella firme os claros feitos dignos de grande relembança.* (CDJ, 1644, p. 03, grifos nossos).

A epígrafe acima aponta elementos que estão diretamente alinhados ao pensamento desenvolvido nas narrativas por nós analisadas, que são engendrar modelos comportamentais indicados pela dinastia avisina, e para, além disso, serem detentores da memória e do esquecimento do tecido social português de seus dias.

D. Duarte expõe sua visão de sociedade ideal, que para ele seria livre de vícios e pecados e formada por homens bons e virtuosos tocados pela graça divina. Em seus leais conselhos faz interagirem os seus desejos de moldar o agir social e os designios religiosos. O monarca em um capítulo do *Leal Conselheiro*, (XXXVI) intitulado “*Sobre departidas cousas q̃ devemos crer*” em mais de 04 páginas indica que no que diz respeito à matéria religiosa, todos devem seguir os ensinamentos pregados pela Igreja Católica. Cita mais uma vez, os *Reymonystas* como fonte segura de ensinamentos para fugir dos perigos da “*têtaçom*”, assim como nos capítulos em que conceitua vícios e virtudes. Para ele, o melhor caminho para manter-se firme na fé seria a “*symprez obediência*”, que em resumo seria “*creemos como per assancta igreja nos he mandado Eno livro doregymto dos pryncypes*”. (D. DUARTE, 14843, p. 119-120).

Devemos considerar também, que o desejo desse rei não se trata apenas de homogeneizar comportamentos, mas sua ação tem o intento para a boa governança, o faz para que sejam impregnadas nas mentalidades tais ordenanças. Ora, como já vimos, D. Duarte é um monarca que acredita no controle das ações a partir do controle dos desejos, controlando-se o coração, que de forma figurativa, seria responsável pelos sentimentos mais diversos, poder-se-ia educar os hábitos se o coração também o fosse. Assim, esse soberano busca associar pelo meio religioso o dever de obediência a Deus

com uma boa conduta no plano terreno, objetivando garantir obediência a Deus e a ele próprio como seu representante.

A historiadora Margarida Garcez Ventura defende a linha de pensamento anteriormente citada, segundo Ventura, D. Duarte insere um elemento ao seu discurso que é a mercê que advém de Deus e essa benevolência divina teria como poderoso componente a transformação, ou seja, a capacidade de mudar o hábito, interagindo com a vontade de cada um que é tocado por ela. A autora defende que em sua escrita, o monarca tenta mostrar que graça e vontade unidas podem conferir liberdade a quem seguir essas orientações e que o homem que fia suas ações nos ensinamentos religiosos é capaz de transformar a si próprio e também o espaço que ocupa, caso recorra à ação divina. (VENTURA, 2009, p. 06).

Já a escrita de Lopes, funcionário da Dinastia de Avis, inaugura um projeto político do qual D. Duarte é o principal arquiteto. E quando afirmamos ser ele o artífice dessa propaganda estatal, o afirmador da memória de sua dinastia, nos apoiamos em Guimarães que nos revela que esse não teve mais a preocupação de guerrear que teve seu pai. D. Duarte é responsável por outras realizações, em especial, escrever uma nova história para seu reino, pois segundo Guimarães, não podemos deixar de conjecturar “que a escrita da história de forma direta, ou seja, a cargo de seu próprio ditar, não estivesse excluída de seus projetos pessoais” (GUIMARÃES, 2016, p. 172). Não se limitando apenas a encarregar Fernão Lopes a escrevê-la, de fato “o Eloquentes” tinha pretensões de ele mesmo tencionar a pena na escrita desse novo momento em construção.

Outro autor que dá sustentação nossa tese é Luís Miguel Duarte, de acordo com esse historiador português, se lhe fosse demandado indicar um campo do qual D. Duarte foi um divisor de águas, podendo-se assim colocá-lo como um marco de antes e depois dele. Segundo Miguel Duarte, escolheria sem dúvida a maneira como a propaganda política foi dirigida e manuseada com perspicácia que chegava a ser brilhante, ao emprego do poder. Fazendo com que a maneira como os acontecimentos transcorridos fossem redigidos e empregados para dar força a seu enredo (DUARTE, 2005, p. 213). E ainda, com a intenção de memória contida nessa propaganda régia tivesse um intento claro e objetivo, não sendo mera compilação de relatos.

Segundo Miriam Coser, é a primeira vez na história do reino português em que se designa pagamento fixo de uma tença anual a um cronista para esse pôr em escrito a

história de seus monarcas. A historiadora ressalta ainda, que anteriormente com D. João I, fora escrita a *Crônica dos sete primeiros reis de Portugal*, essa que ficou conhecida como *Crônica de 1419* e isso mostra que já havia antes uma preocupação com a memória do reino. Memória essa que já era objeto de inquietação mesmo antes da Casa Real de Avis. No entanto, Coser faz uma ressalva à ação de D. Duarte, pois se trata de algo inédito patrocinar um cronista oficial, isso segundo ela, transforma a inquietação já existente com a memória em um programa estatal que foi criteriosamente desenvolvido, que se encontra dentro de um projeto ainda maior que tinha como pretensão exaltação da dinastia de Avis. (COSER, 2007, p. 703). Tal exaltação que se materializaria pela literatura e até mesmo no que se refere a monumentos, como é o exemplo da crônica em pedra, o Mosteiro de Santa Maria da Vitória mais conhecido como da Batalha (DUARTE, 2005, p. 218).

Assim, fica a cargo de Fernão Lopes fortalecer a imagem de D. João I no campo simbólico, foi responsável por grafar uma obra de cunho popular, com narrativa animada e movimentada e que tinha por objetivo alcançar o grande público, que foi narrada em salões e espaços públicos, para assim forjar na memória coletiva a imagem de um rei ideal e apagar as marcas de sua bastardia, deixando para seus sucessores um panorama de governança sem entraves de legitimidade.

Para além da legitimação simbólica de seu primeiro monarca, a *Crônica de D. João I*, escrita por Lopes, também se presta a sugerir modelos comportamentais para seus ouvintes-leitores, tais como a de D. Nuno Álvares Pereira, que depois da morte de sua consorte se recusa a contrair novo enlace matrimonial, refugiando-se em um convento carmelita até seu falecimento. Esse, após 578 anos de sua morte foi canonizado santo pelo Papa Bento XVI, tornando-se o santo da dinastia de Avis e modelo de pureza de vida, com dia 06 de novembro consagrado a ele.

Fernão Lopes apresenta também como modelo feminino a ser adotado, D. Felipa de Lencastre, a rainha santa. Além de lançar modelos já consolidados, o cronista também aponta comportamentos dos “verdadeiros” portugueses, que foram aqueles que tomaram partido por D. João I, os quais, na crônica que leva seu nome, é tratado como o monarca portador das aptidões necessárias para unir e manter o povo português em um território, colocando os senhores sob o domínio da realeza. Atributos que fariam de D. João I um modelo a ser seguido (COSER, 2007, p. 708-710), modelo este que abordaremos com mais detalhes em outro tópico.

Dito isso, neste capítulo nos propomos a uma análise mais elaborada acerca de nossas fontes, o *Leal Conselheiro* e a *Crónica de D. João I*, tentaremos assim pôr em evidência os “*Modelos Educativos de Comportamento*” presentes na propaganda de conduta moral, doutrinária e disciplinar da Casa Real de Avis.

Assim, nos posicionaremos acerca da construção de modelos comportamentais por meio de uma literatura de feição doutrinária empreendida pela referida dinastia, identificando o valor simbólico dessas narrativas para a formação de uma conduta moral padronizada de regramentos a serem seguidos por um determinado grupo ou pela coletividade, como acreditamos ser o caso do qual nos debruçamos.

Há de se considerar também, que pelo valor simbólico construído por tais textos pretendia-se, por conseguinte, a legitimação dos emissores da mensagem, os agentes da Dinastia de Avis. Discorreremos inicialmente, sobre os modelos comportamentais sugestionados por D. Duarte no *Leal Conselheiro*, em que demonstraremos o que Ventura aponta em seu livro, “*D. Duarte: o eloquente*”. Segundo a historiadora, esse monarca tinha uma quase natural inclinação a determinadas virtudes e essas estavam assentadas em certos autores de diversas tradições e linhas religiosas. Mas, que, no entanto, pregavam em seus escritos à luz da mentalidade do período e convergiam em um conteúdo de fé que era consonante com o modo de perceber o mundo de D. Duarte, em que tratava de “entender a humanidade como detentora de um *bem*, que é ser criatura de Nosso Senhor Deus”. (VENTURA, 2009, p. 06-07).

Antes de falarmos sobre os modelos virtuosos apregoados por D. Duarte no *Leal Conselheiro*, tentaremos de forma concisa, traçar um perfil desse rei, para melhor entender o que grafou em sua obra máxima. Nosso intento é de mostrar que o campo das mentalidades¹⁷ influencia a realidade cotidiana, pois essa se encontra diretamente

¹⁷ Segundo Pesavento (2009), a história das mentalidades é uma linha social que se estende para o campo cultural, segundo a autora já com Lucien Febvre se tinha demonstrado preocupação com os domínios do simbólico, chamando a atenção para as atitudes mentais que se constituíam para além das determinações do consciente e do racional, para além dos circuitos da ideologia e da classe de uma análise marxista. Esta linha de análise passa ser apenas na terceira geração dos *Annales* ou, em resumo, com a “nova história”, com pesquisadores como Georges Duby, Jacques Le Goff e Michel Vovelle que esse campo passa a ser área privilegiada da pesquisa histórica, para estes historiadores as atitudes mentais e as elaborações do espírito passassem a ser objeto do historiador, que voltavam as suas pesquisas para cultura popular, para vida privada das famílias, para os hábitos regionais e para a religiosidade de determinada localidade. Por mais que seja um conceito impreciso, podemos entender mentalidades como uma forma de ser, um conjunto de valores de uso comum de um tecido social, estes não são racionais nem conscientes e de certa maneira extraclasses. Aponta Jacques Le Goff que um termo mais apropriado para mentalidades este autor entende que o conceito de “imaginário” veio para representar uma superação do de mentalidade e com isso, aponta Pesavento, o imaginário passa a ser categoria preferencial para expressar a capacidade dos homens de representar o cosmos que habita. (PESAVENTO, 2007, p. 17-26). Vainfas (1997),

vinculada à memória coletiva, acreditamos que o conjunto de ideias, símbolos e imagens advindas de nosso interior, ressoam em nossas decisões cotidianas.

Acreditamos também que, ao escrever e sugestionar virtudes a serem seguidas, D. Duarte o faz a partir de um conjunto de informações imagens e símbolos mentais que foram validados pelo pensamento cristão de seu tempo e de seu grupo social e essas elaborações mentais interagiram e interferiram diretamente com seu cotidiano e em suas ações como homem e como rei, por esse motivo saber em que ele acreditava quem era o homem D. Duarte, desvela seus atos e ações.

Assim seus “*leais e prudentes*” conselhos têm a proposta de irem agindo nas mentalidades, manipulando o imaginário social coletivo, pois as dramáticas encenações dos perfis indenitários contidos em sua grafia tornam-se de certa forma matrizes de hábitos sociais, que vão guiando as ações e traçando as apreciações de valor. Estas se transpõem, pois, não apenas em performances de atores, mas em “discursos” e “imagens”, cumprindo alguns a função de verdadeiros ícones de sentido altamente mobilizadores (PESAVENTO, 2005, p. 55).

O jogo de luz e sombras é frequente em sua narrativa, sempre estão em oposição bons e maus hábitos, condutas virtuosas e pecaminosas. Sempre sugerindo o bem agir e o seguir boas práticas de modelos já consolidados, quando não coloca a si e seus pares como modelos ideais faz isso, pois esses modelos se erguem em torno de elementos de positividade que são capazes de outorgar às pessoas em seu redor atributos e características que sejam valorizadas (PESAVENTO, 2007, p. 55). Assim como os modelos de virtude ancorados em quesitos religiosos por ele indicados.

Esses modelos, para que sejam seguidos devem conferir aos seus adeptos o reconhecimento social que encontram em seus detentores. Tendo em vista que, o que está a sugestionar, para além de modelos a serem seguidos, são modelos de identificação de um grupo bem definido, no caso a nobreza, objetivando também uma rígida organização social de cada estamento de seu tempo. Pois assumir essa identidade de grupo implica encontrar ganhos, tendo em vista que, com a adesão a uma identidade comportamental deve apresentar um conjunto de bens simbólicos de serventia positiva. (PESAVENTO, 2007, p. 55).

apoiando-se em Volvelle apresenta um conceito para mentalidades, segundo o autor a História das mentalidades é o estudo das mediações entre, de um lado as condições objetivas da vida humana e a forma como estes indivíduos contam essa história ou mesmo como a vivem (VAINFAS, 1997, p. 209).

3.1. D. Duarte, rei e homem.

Ditas essas falas iniciais, traçaremos, desse ponto, uma breve análise, do perfil de D. Duarte nas linhas que se seguem. Acreditamos que o conhecimento acerca de seu modo de agir, pensar e sentir o mundo ao seu redor se tornará subsídio para compreender as entrelinhas da escrita do autor régio, que muito partirá de seu interior, do que acreditava, dos autores que consumiu e das relações com religiosos próximos de sua vida cotidiana. Pode-se dizer que D. Duarte é um homem com pensamento próprio de sua época e que reproduziu muito disso em seus escritos.

Rosto invisível é como se refere Luís Miguel Duarte ao falar de D. Duarte, mesmo com uma vasta produção, mesmo sobrando fontes literárias, documentações escritas, um relevante volume historiográfico, segundo Miguel Duarte, o que é vultoso em escala escrita se apequena em relação à iconografia, talvez, aponta ele, por motivos de um legado pobre dos portugueses no que se refere a esse ponto. (DUARTE, 2005, p. 10). Uma pista para imaginarmos o rosto desse rei nos é dada por seu cronista, Rui de Pina. Esse ao falar da tragédia ocorrida com o irmão caçula do soberano, que segundo Pina, foi motivada por uma má escolha sua, o descreveu como; *“um espirito doentio, fraco de vontade, incapaz de persistir em uma resolução, embora a considerasse justa e util, vivendo, por isso, em continua tristeza e tortura”*. (PINA, 1914, p. 41).

Ainda Rui de Pina o descreve como fraco e de *“caracter indeciso”*, pois, recorre ao Papa para dele receber conselhos sobre assuntos estatais, cita Pina [...] *“apellou, novamente, para o critério alheio, resolvendo consultar o papa, pera com mais descargo e segurança saber o que devia fazer”*. (PINA, 1914, p. 49). No capítulo terceiro da Crónica de D. Duarte, Pina tenta traçar as feições corporais, as virtudes e costumes de D. Duarte, assim o descreve:

tynha o acatamento de sua presença muy gracioso, os cabelos corredios, ho rosto redondo e alguũ tanto enverrugado, os olhos molles, e pouca barba; foi homem desenvolto, e costumado em todalas boas manhas, que no campo, na Corte, na paz, e na guerra a um perfeito Principe se requeressem: cavalgou ambalas sellas da brida, e de ginêta melhor que nenhuũ de seu tempo: foy muy humano a todos, e de boa condição: prezou-se em sendo mancebo de boõ lutador... [...] foi caçador, e monteiro, se, myngoia nem quebra de despacho... [...] foi homem allegre, e de gracioso recebimento: foy Principe muy Catholico e amigo de Deos... [...] (PINA, 1914, p. 82).

E continua a descrever vários aspectos positivos de D. Duarte, no entanto, ainda como infante, e desse período o que parece levar para a vida adulta são apenas os

quesitos religiosos, Pina já o descreve como um príncipe inclinado às coisas divinas, pois, “*sempre recebia os Sacramentos, e ouvya os Officios Divinos, e compria perfeitamente as Obras de Misericordia*”. Mas, também cita sobre sua personalidade, que “*foi homem sesudo e de claro entendimento, amador de siencia de que teve grande conhecimento, e nom descurso d`Escollas mas per continuar as d`estudar, e leer per boôs livros*”. (PINA, 1914, p. 82).

O cronista continua sua descrição do monarca e em seus “elogios” faz referências às obras grafadas por ele, diz que foi escritor e cita que escreveu um livro de regras para se andar a cavalo, o *Livro da Ensinança* e outro dirigido a sua mulher “*Dona Lianor*”, a qual tinha como título *Leal Conselheiro*. Comenta o cronista que esse rei foi cheio de inusitadas convicções, em especial as que tendiam para o bem “*d`alma*”, afirma Rui de Pina, que esse rei já nascera com natural eloquência, isso porque “*Deos ho dotou pera ysso com muitas graças: no comêr, e beber, e dormir foi muy temperado e asy dotado de todolas outras perfeiçoões do corpo, e d`alma*” (PINA, 1914, p. 82).

Uma descrição extremamente negativa na primeira parte que é composta por falas das *Chonicas d`El-Rei D. Duarte* e do *Infante Santo D. Fernando*, mas que tem a mão de Rui de Pina e Frei João Álvares. E outra compostas por altos elogios, duas descrições antagônicas de um mesmo perfil. A explicação para existência desse aspecto dúbio quem nos dá é Luís Miguel Duarte. Segundo esse autor, Pina não admirava ou sequer respeitava D. Duarte e até mesmo quando o elogia como “eloquente”, seria uma maneira astuciosa de o cronista rotular esse monarca de inepto para reinar sob os portugueses. (DUARTE, 2005, p. 197). Levando-se em consideração o exposto, não podemos nos ater apenas as descrições de Rui de Pina da crônica que escreveu em memória do nobre rei.

Parece-nos que a dificuldade de se construir um perfil mais aproximado do “real”, se assenta também no vazio indicado por Miguel Duarte, na ausência de um rosto, de uma leitura facial que expressasse as emoções desse monarca, para uma leitura que fosse além de sua grafia. Assim como no capítulo primeiro deste trabalho, quando falamos de Fernão Lopes e dissemos que as fontes sobre o mesmo eram parcas, no que se refere a D. Duarte, nos quesitos supracitados temos um vazio de produção iconográfica de quase um século.

Segundo Ventura, além da descrição de Rui de Pina, a imagem que nos chegou desse rei foi forjada pelo historiador português Oliveira Martins, que o descreveu como

um homem compenetrado e douto, no entanto, depressivo e com tendência à supressão de sentimentos, enredado por leituras limitadas e que em resumo foi um monarca de breve carreira e, além disso, fora afastado de seus deveres como chefe de governo. Essa negativa descrição envolvia também toda sociedade cortesã que estava em seu entorno. Para essa autora, tal imagem é deveras equivocada e mostra apenas a falta de conhecimento documental e até mesmo do que foi escrito por D. Duarte. (VENTURA, 2013, p. 7).

É evidente que D. Duarte foi um homem marcado pelo seu tempo, inclinado a matérias de fé que permeava seu cotidiano do nascer ao pôr do sol, porém não se pode ofuscar seu desempenho como rei apenas por esse quesito. Ora, o período em que viveu era justamente caracterizado pelo modo de pensar da fé cristã e D. Duarte como homem que nasceu e cresceu imerso nesse cosmos, não destoava do modo de pensar impresso por esse período, na qual a dimensão religiosa se mesclava com o cotidiano. Miguel Duarte ao biografar o nobre rei, relata que os aspectos religiosos, políticos e pessoais se intercruzavam quando se tratava de D. Duarte. Acrescenta que seria impossível em qualquer momento a construção de sua índole, o descrever sem relacionar os temas política e religião. (DUARTE, 2005, 183).

Esse traço da personalidade de D. Duarte pode ser percebido em alguns pontos de sua obra, na qual as ordenanças divinas ou se mesclam com o plano terreno ou são elas mesmas que passam a ditar o ritmo de vida. No *“Capitulo Terceiro, da declaraçom das voontades”*. D. Duarte nos cita que os instintos humanos sempre buscam os prazeres da carne e neste capítulo, o régio autor faz oposição entre as vontades humanas e os comportamentos desejados pela Igreja Católica, versa ele que as *“vontades se departem de muytas maneiras, segundo sentimos dellas desvairados desejos”* ... (D. DUARTE, 1843, p. 12).

E se utilizando de referências religiosas, nesse caso o *“livro das collações dos sanctos padres”*, o nobre rei conceitua e contrapõe as vontades *“carnal”*, *“spiritual”*, *“tiba prazenteira”* e a *“perfeita e virtuosa”* ao fazer isso, indica as vontades perfeitas em oposição às três primeiras vontades, pois quem seguir a essa última, estaria diretamente inclinado as virtudes, ao invés das vontades da carne que só deseja *“viço”* e *“folgança”*, alerta que tal comportamento só gera *“despesa e trabalho”*. Em oposição a esse quadro, dever-se-ia seguir as vontades, *“que mais se jnclinam as virtudes, Efaz aos que se despooẽ avida derreligiom requerer que jejuẽ ujgiem, leam, e rezem, quanto*

mais poderem”. (D. DUARTE, 1843, p. 12). O exposto demonstra que, relacionar temas religiosos às suas ações com fito de modelar comportamentos foi ato ligado ao seu íntimo, partindo do que acreditava.

Segundo D. Duarte, os males que podem ser causados por se seguir as vontades e desvairados desejos humanos, não dão apenas prejuízos à vida material como também irreversíveis danos ao espírito, pois quem segue essas vontades não controla seus apetites do comer e do dormir, não tendo um descanso ordenado. Segundo o monarca, esses desejos “*continuadamente se contrariom dentro ãnos*”. Ou seja, se digladiam constantemente dentro de nós e segundo o próprio autor, por sua experiência, ele dita condutas que em seu entender são apropriadas em oposição aos maus hábitos, assim, “*consselha fazer alguãs cousas, e outras em contrairo*”. (D. DUARTE, 1843, p. 13).

E sugestiona o “Eloquente”, as perfeitas e virtuosas “*uoontades*”, exortando para o perigo que, aqueles que não as seguem correm o risco de perderem-se por seguirem maus caminhos e vis práticas que acabam por destruir o homem:

A quarta uoontade muyto perfeita, e uirtuosa nom segue sempre o que estas requerem Essegue muytas uezes oque nom lhes praz, todo per determinaçom, e mandado darrazom e do entender. E daquy se dis seguimento deuoontade, comprimento de maldade. [...] *Se homem ujue segundo cadahuã das tres vontades primeiras, nom se governando, nem regendo per razom, ou entender senom sollamente per oque ellas deseiam, conpo, por que huã demanda cousas tam vijs, e tam baixas que logo manifestamente se demonstram derribarem homem atodo mal. Eaoutra tam altas per que lhes cõvẽ vijr amorte, sandice, ou enfermjdade, perdimento de toda a sua fazenda, pois nom guarde descliçom no que há de fazer.* (D. DUARTE, 1843, p. 13, grifos nossos).

E o que crer ser correto, também sugestiona e detalha que ganhos teriam os adeptos de tais modelos comportamentais por ele indicados. Para D. Duarte, era um dever de todo homem honrado seguir esse estilo de vida e acrescenta o fator religioso a essa postura, para esse rei se tratava de uma luta que Deus havia ordenado travar e em suas recomendações. Como um jogo de luz e sombras, alterna o que aconteceria com aqueles que se entregam as três más vontades e aos que lutam contra elas e se tornam partidários de desejos virtuosos. O monarca relata uma vida trabalhosa, cheia de dores e tormentos como se nunca pudessem descansar, travariam batalhas, passariam fome, caracterizando sempre com aspectos negativos, chegando a dizer que vivem como bestas selvagens aqueles que não resistem aos desejos e os adotam como modelo de vida.

No entanto, aqueles que levassem uma vida de acordo com a quarta vontade, seriam agraciados em vida, pois era um seguimento “*peraalma, corpo, stado, e fazenda das pessoas*” que de Deus receberiam toda graça e bem. Sobre o tema, assim grafa o autor régio e justifica sua escrita que segundo ele, é motivada pela ausência de saber sobre o tema que alguns têm, e assim possa conhecer e saber como fugir dos sentimentos desvairados a partir da leitura de seus conselhos:

E a iij. por querer complazer a estas ambas, e as detodo concordar oque fazer nom pode *por seer batalha q̃ nosso senhor deos nos ordenou por nosso proveito, faz seguir as virtudes* tam friamente que ia mais nunca trazer aquel que per tal voontade se governar anem huũ boo estado *Eassi ocomprimento destas tres faz seguir e cair em grandes erros e maldades. Eaquarta todo per ocontrayro, por que todallas cousas quessse apresentam ao coraçom de cada huã destas tres as oferece ao entender que julgue se som desfazer, ou leixar. [...] Quando avontade carnal se quer deitar aaquellas cousas ia dictas, e esta nom lho consente, mais faz lhe sofrer fame, sede, sono, e despoersse agrandes perigoos e trabalhos, despesas... [...] E per aquesto q̃ screvj, açguũs que tanto nom sabẽ poderam conhecer como destas voontades continuadamente têtados e requeridos. E como as primeiras tres nom devemos seguir mas todos nossos feitos e cuidados governar... [...] Eaqueste he ocamjnho da descliçom que em nossa linguagem chamamos verdadeiro siso, q̃ se per ella regem com agraçã de deos atodo bem, e arredar de grandes malles. Essobresta quarta voontade faz fundamento arreal prudencia per que scolhemos obem do mal, dos beens o mayor, e do mal omenos, em todos nossos prôprios factos. (D. DUARTE, 1843, p. 14-15, grifos nossos).*

Para Ventura, é evidente a relação entre as concepções religiosas que D. Duarte tem e suas ações particulares emanam de um sistema ideológico do qual a base fundamental é o cristianismo. (VENTURA, 2013, p. 19). A afirmação da autora pode ser melhor entendida, a partir da supracitada partícula do capítulo terceiro do *Leal Conselheiro*, essa associada às falas de Ventura pode mostrar um fragmento da personalidade desse monarca e nos auxiliar a montar um rosto ausente.

Miguel Duarte concorda com Ventura, para esse autor é possível perceber que o político e o religioso são esferas que se influenciam quando se trata de D. Duarte. Pois os princípios religiosos são à base do modo de perceber o mundo desse monarca. Para Miguel Duarte, mesmo sendo subjetivo falar de uma profissão de fé particular, existem elementos que nos permitem analisar a devoção de D. Duarte, tendo em vista que ele deixou muitas informações que possibilitam montar um quadro que possa vislumbrar sua relação com o divino, a Igreja. O monarca deixou inúmeros testemunhos de seu comportamento, provas materiais e escritas, o que segundo o autor, pode dar

acesso ao perfil moral do rei, que segundo ele, está diretamente ligado à sua personalidade e a educação que recebeu (DUARTE, 2005, p. 183).

Assim podemos inferir, que sua personalidade foi moldada pelo que acreditava, suas ações estavam proporcionalmente ligadas aos seus princípios morais que estavam embasados na moral cristã católica do período medieval. E por isso podemos perceber que sua escrita está repleta de elementos de sua fé. Aponta como boas leituras a Bíblia, os evangelhos e livros de mártires. Quando não os citam, assim como lança mão de modelos como de São Francisco de Assis. Comportamento esse que reflete o conteúdo de sua biblioteca repleta de obras de cunho teológico e filosófico.

Não é nosso objetivo tentar construir uma imagem idealizada ou fantasiosa de D. Duarte ou que estejamos apenas a analisar de forma romântica sua possível personalidade, nem mesmo interpretar sua escrita como mera expressão de um homem religioso. Mas, antes acreditamos que esse se utiliza do conhecimento que tinha e serve-se da conjuntura vivida a seu favor. Devemos também, associar sua produção a um plano de poder de um grupo do qual é um dos principais personagens, pois foi motivador da produção do que depois se chamaria *discurso do paço*¹⁸, que se trata do discurso literário empreendido pelos agentes da dinastia de Avis que visava à legitimação da nova casa real e de seus agentes por meio de uma propaganda, na qual a via foi a literatura.

Segundo Ventura, a produção desse rei abrange quase todo percurso de sua vida adulta e de governo, afirma ainda que sua escrita tem como base a fonte inesgotável do reino da Cristandade (VENTURA, 2009, p. 07). Acrescenta ainda que D. Duarte lia livros espirituais e os evangelhos, ouvia as missas cotidianamente assim como podemos ler no *Leal Conselheiro*. O monarca demonstra domínio das sagradas escrituras e, por conseguinte, conhecedor da doutrina cristã, das obras dos padres da Igreja e dos filósofos clássicos, conhecia também o conteúdo sobre a vida dos santos. No geral, assim eram organizados os temas do capítulo 01 ao 72 fala-se de pecados, vícios e

¹⁸ Segundo Coser, os príncipes de Avis empenharam-se pessoalmente na produção desse discurso, são eles os responsáveis por ampliar e organizar livrarias, a redigir grandes compilações e por vezes são os responsáveis por produções próprias. Menciona que fazem parte desse conjunto literário a longa lista das crônicas dos reis de Portugal escritas por Fernão Lopes, Gomes Eanes Zurara e Rui de Pina onde narram seus feitos, batalhas e conquistas. São também componentes desse corpo propagandístico as obras escritas pelos próprios agentes da dinastia, tais como: o *Livro da Montaria* de D. João I, o *Livro da Virtuosa Benfeitoria* escrito por D. Pedro, o *Leal Conselheiro* e o *Livro da Ensinança do Bem Cavalgar Toda Sela*, ambos escritos por D. Duarte (COSER, 2007, p. 709). Adiciono também a esta lista o *Livro dos Conselhos* ou *Livro da Cartuxa*, também redigido por D. Duarte.

virtudes, do 73 ao 90 versa-se sobre os sentimentos, as casas do coração. E diversos assuntos entre os capítulos 91 e 103, tendo até mesmo cartas que foram escritas por D. Duarte e endereçada a seus irmãos. (DUARTE, 2005, p. 204). E todo esse arcabouço de conhecimento é apresentado em suas obras, quer de forma sistematizada, quer como citada, quer de forma livre e sem coordenadas específicas. (VENTURA, 2009, p. 07-09).

Miguel Duarte, em consonância com o exposto afirma que D. Duarte foi um homem muito culto em matérias religiosas e filosóficas e isso pode ser notado ao sabermos o conteúdo de sua biblioteca e de seus escritos. Tinha nela, em especial, obras de conteúdos religiosos como a bíblia, os evangelhos, os livros de mártires, um livro dos Santos Padres, Livros de Meditações de Santo Agostinho, dentre outros, que auxiliaram o “Eloquente” a indicar hábitos que modelariam o agir, pensar e sentir de seus vassalos, que deveriam seguir os as virtudes evangélicas, as quais, para esse rei eram o modelo de perfeição para a Cristandade. Segundo Duarte, esse monarca estava imerso no cosmos cristão obtendo também, livros de horas de rezar e breviários para acompanhar missas. (DUARTE, 2005, p. 184).

Missas que eram a sua primeira atividade do dia, tão envolvido era D. Duarte com a Igreja que no *Leal Conselheiro*, se ocupa em dois capítulos¹⁹ em que o nobre rei dita normas para o regimento da capela. Aos que leem que o façam de forma que todos ouçam e aos que cantam que saibam bem cantar, dita quais cânticos cantar, se devem ser curtos ou não, a depender do momento litúrgico. Relata como devem ser feitos os ofícios da capela, elenca por item, quanto tempo devem durar as missas, se cantadas ou simples, se rezadas ou solenes, impondo se devem durar menos ou mais de uma hora. Acreditamos que o fazia tudo isso visando alcançar seus pares e alcançar a sociedade ideal que vislumbrava que deveria ser afeiçoada ao divino e guiada por seus ideais.

Era de seu perfil tratar de temas de conduta moral e de foro íntimo, tema que revisitaremos no tópico seguinte. Questões relacionadas aos amores, às paixões ao comportamento dos casais, aos desejos do coração e dedica numerosas páginas de seu tratado a essa temática, escreve o capítulo XXX, “*do pecado da luxuria*” que para ele se trata do pecado do ver, ouvir, falar e dos desejos dos pensamentos. No capítulo seguinte, XXXI, continua a falar de luxúria e exorta aqueles que na velhice caem nesse

¹⁹ D. Duarte escreve dois capítulos que se seguem, “LRVI. dorregimento ã se deve teer na capella pera seer bem regida”, e “LRVII. do tẽpo ã se deteẽ nos officios da capeella”. Com o objetivo de melhor instrumentalizar sua capela particular.

pecado. Reserva páginas também para versar sobre o pecado da gula, capítulo XXXII. No capítulo XXXXIII, intitulado “*das maneiras damar*”, o autor régio coloca a si mesmo e sua família como exemplos de prática de amor e amizade, em especial seus pais, D. João I e Dona Felipa. Que ele e seus irmãos tiveram o bom exemplo dos reis citados, crendo ele que aqueles que estavam no topo da estrutura social deveriam ser exemplo de virtude para os demais estamentos e que ao os imitarem constituiriam um todo social.

Dedica também, os dois capítulos seguintes ao relacionamento entre os casados, “*damaneira como se devẽ amar os casados*” e “*da maneira que se deve teer paraa as boas molheres recearẽ mylhor seus maridos*”. Onde diz no capítulo RV que todos os casados devem amar-se e em todos os momentos quererem-se bem, mas no capítulo seguinte, o monarca recomenda que: “*Pera os maridoa melhor serem temydos*” e segundo o soberano, essa regra era mais proveitosa do que ter labor para conquistar seu amor e indica, “*governandosse em todo virtuosamente, por que tal amor traz mais real, e perfeito temor*” [...] (D. DUARTE, 1843, p. 157).

Para Miguel Duarte, o objetivo de D. Duarte ao grafar tantas páginas com conteúdo voltado ao domínio das paixões e dos sentimentos é desvelado se pensarmos que ele o faz com o desejo de educar os corações e as vontades. Segundo o autor, caso esse não fosse o intento do monarca esses capítulos não teriam sequer sido escritos no *Leal Conselheiro*, e se foram essa é a causa, pois o rei acreditava que o coração pode ser educado e da mesma forma as vontades. (DUARTE, 2005, p. 184).

Margarida Ventura acrescenta que a escrita empreendida por D. Duarte, é uma ação que acredita que essa mensagem será proveitosa para terceiros (os que consumirem o seu tratado), e esses poderiam extrair algo benéficos de seus pensamentos que se encontravam grafados nessa obra (VENTURA, 2013, p. 15). Posição essa de quem buscava uma proposta global de moldar o agir da sociedade portuguesa de fins da Idade Média. A autora destaca que esse rei faz uma análise profunda do tecido social e seus estamentos, o que nos levaria a refletir sobre sua proposta com a redação do *Leal Conselheiro*. O que nos permitiria, segundo Ventura, exceder os propósitos de um mero manual de conselhos para nobres, mas também para todos os portugueses, assim como o próprio D. Duarte grafa, “para todos de sua casa”. (VENTURA, 2013, p. 16-17).

Ainda Ventura, lança luz sobre a escrita de D. Duarte e afirma que sua forma de escrever nos guia para entender sua corte e porque não dizer que nos leva a entender

também o que pensava o nobre rei e traçar um perfil de sua personalidade, tendo em vista que é o rei o responsável por definir a feição do reino, tendo ele (o reino) e sua corte, características que estavam intimamente ligadas a sua própria personalidade, poderemos então vislumbrar tração de sua própria feição. A autora entende que ao se referir as “nossas” quando se refere às casas, o régio autor estaria se dirigindo a todos os estamentos que formavam o tecido social, assim estariam incluídos senhores e servos, pois a lealdade do qual o rei está a falar estaria assentada no princípio religioso de que seria antes de tudo, um projeto de Deus para cada português. E assim, segundo Ventura, esse projeto abrangeria tudo, todos os portugueses deveriam ser alcançados, independente de sua condição se servo ou senhor. (VENTURA, 2013, p. 17).

No capítulo “*CIII. da guarda da lealdade em que faz fym todo este trautado*”²⁰, logo nos primeiros parágrafos, D. Duarte expressa o desejo de que sua mensagem de teor filosófico e teológico abarque todo o tecido social português. Ora, pode-se refletir o contexto do período e pensar que tal meta seria inalcançável, tendo em vista que segundo Miguel Duarte, Portugal era, há que dizê-lo, a não ser a corte que de fato isentava-se desse quadro, era culturalmente débil em relação aos outros reinos europeus do mesmo período. E mesmo tendo uma universidade desde o século XIII, segundo o autor, essa não se passava de uma caricatura diante das grandes universidades europeias. (DUARTE, 2005, p. 198). Pode-se também citar que sua escrita é destinada a um público letrado e o “povo” não estaria incluso nesse projeto. No entanto, devemos conjecturar a partir do que escreveu o régio autor e esse grafou de forma clara, seus leais conselhos se destinavam “*ao regymêto da casa.s. molher, e filhos, e servidores, e de todos os outros beês*”. (D. DUARTE, 1843, p. 327).

E assim narra o régio autor, justificando sua ação pelo viés religioso, cita que o seu A. B. C. de lealdade tem suas bases na fé católica e também em tratados filosóficos, o que poderia até a soar como uma tentativa de união entre razão e fé. Cita o monarca que o faz para que os senhores e os de sua casa tenham conhecimento e controle de suas paixões, convertendo pecados e outros erros em bondades e virtudes. Divide seu regimento em três partes, da qual, na segunda parte estende suas indicações de modelos comportamentais a todos da casa e no terceiro todos do reino e cidade.

²⁰ Segundo Ventura, a prova que atesta sua tese sobre um projeto global do *Leal Conselheiro* está neste derradeiro capítulo do tratado de lealdade de D. Duarte, segundo ela, a leitura dessa última parte da obra provaria que a mesma tinha por objetivo alcançar todos os portugueses, mesmo que indiretamente. (VENTURA, 2013, p. 17).

Por quanto no começo disse, que me parecia filhardes este trautado por A. B. C. da lealdade, e que per conhecymento denossos poderes e paixões, percalçamento debondades, e virtudes e corregymento de pecados, e outros fallimentos, se guardava sempre anosso senhor deos e aos homeês, façosobrello adeclaração seguynt Os que trautam de moral fillosafia, declarom nosso regimento se partir em tres partes Prymeira da propria pessoa quesse entenda alma e corpo ***Segunda, que pertence ao regymêto da casa .s. mollher, e filhos, e servidores, e de todos outros beês*** Terceira ***dorreyno e cydade, ou qual quer julgado, e todos estes per lealdade***, recebem grande ajuda pera seerem bem governados. (D. DUARTE, 1843, p. 327, grifos nossos).

Já fora dito, que a visão de mundo de D. Duarte e sua personalidade interferiram em suas ações de governo. Ventura, reforça essa tese ao afirmar que as crenças do monarca e sua forma de ver o mundo influenciaram bastante sua forma de governar. (VENTURA, 2009, p. 23). Essa forma de se perceber o mundo em sua volta o fará conceber lealdade como a resposta de cada indivíduo ao que lhe é exigido, ou seja, ao que Deus lhe exige segundo seu estrato social. Sua proposta é global, no entanto, embora uma postura virtuosa seja cobrada de todos os estamentos, tal postura ganha diferentes contornos de acordo com o *status* social. (VENTURA, 2009, p. 26).

Corroborando com o exposto, podemos citar o capítulo 103, no qual o régio autor deixa traços marcantes de sua visão de mundo. Passo a citar.

E pera guardar esta lealdade acerca denosso senhor, omais que tenho em este trautado scripto, esto consselha enssyna, e auysa, ca eu mesturo moral fillosafia, de que alguã parte vi, com seus mandados, e dictos dos sanctos, e catholicos sabedores, quea mais perfeitamente queos fillosafos entenderom, e derom acabadas enssynanças, consijrando oque dello naturalmente per meu sentido enmaneira deuyuer, e dos outros. Ca este me parece dereito camynho pera bem sentir dessemelhante sciencia, por nos guardamos cõ agração de deos, nos contrairos casos seguinfo realmente virtudes .s. concordar os dictos denosso senhor, e oque os sabedores catholicos, e fillosafos disserom, com os sentydos de nosso coração, e pratica ã nos outros conhecemos. (D. DUARTE, 1843, p. 328, grifo nosso).

Desejava o eloquente monarca compartilhar de sua visão de mundo com os seus vassallos, para que esses o transmitissem ao reino e projetava o modelo de lealdade nos comportamentos do cotidiano, criando um ambiente de concórdia não apenas na corte, mas em todo o reino, ele próprio se coloca como quem praticou esse comportamento de lealdade com seus pais e irmãos é o que expressa ao concluir sua obra.

No regymento da casa, quanto bem faz lealdade, e mal se recresce, nom sendo guardada âtre marido e molher, padre e filhos, senhor e seruydores, e antre os boos amygos, os exempros bem odemonstram, ca nom he outra mayor fundamento pera com todas estas pessoas uyuer em paz e boa concordia, ca lealdade com boo entender bem guardada Ca esta nos faz

chegar, e assessegar em verdadeira amyzade, que per graças anosso deos, *apratiquei com nosco como bem sabees, e com elrey e rraynha meus senhores Padre e Madre, cujas almas deos aja e assy com todos meus jrmãos, como ja screuy.* (D. DUARTE, 1843, p. 328, grifos nossos).

Pode-se perceber o seguinte, o que está grafado no Leal Conselheiro é parte integrante do que fiava o D. Duarte, é parte de sua expressão, de seu perfil, de sua visão e projeção de sociedade ideal. Organizando a célula da sociedade que é a família para assim alcançar a todos. Acreditava também que o reino tendo uma família real virtuosa faria com que o seu exemplo fosse reproduzido pela nobreza, assim a família do rei educaria pelo exemplo sendo modelo ofertado a todos os fidalgos. Esse espírito desceria aos grupos menos abonados, de forma, que uma família virtuosa no trono acabaria por gerar uma sociedade virtuosa. (DUARTE, 2005, p. 204). Ou mesmo um grupo no qual a sociedade poderia se espelhar.

Observando-se o que foi elencado nas páginas até esse ponto, pode-se inferir que D. Duarte em seu interior acreditava ser o rei um espelho e o reino seu reflexo. Miguel Duarte ao citar Afonso X, “*Todos los omnes del mundo se formam e se assemeian a manera de su rey*”. Afirma que erra exatamente isso que o nobre monarca acreditava e essa foi a principal marca de seu perfil, ser em um plano moral exemplo para seu reino. (DUARTE, 2005, 275). Compreender seu perfil nos faz entender o que ele apresenta por lealdade, para D. Duarte essa terminologia está intencionalmente apresentada como “*legalitas*”, ou seja, relacionado à legalidade, a ordem legal, os conselhos, os modelos educativos de comportamentos, são bons se dados por quem deve dar a quem os deve receber. (DUARTE, 2005, 204). Nesse caso o monarca e seus pares são detentores de um perfil comportamental digno de ser reproduzido pelas outras camadas da sociedade até serem alcançados os indivíduos de todos os estamentos.

3.1.1. O Leal Conselheiro: Modelos Educativos de Comportamento na propaganda de conduta moral, doutrinária e disciplinar da Casa Real Avisina.

[...] vos mandasse screver alguãs cousas que auia scritas, *per boo regimento de nossas conciencias e vontades.* [...] *Conssyrey que seria melhor feito em forma de huñ soo tractado com alguũs adimentos.* [...] *E desi por sentir que pẽssando como sobresto ey de screuer saberia mais desta moral e uirtuosa sciencia. E que me fará guardar de fazer cousas mal feitas, por seerem contrairas do que screvo,* ainda que seia obra pera eu fazer pouco perteecente *posto que todos estados seia necessário saber como devem seguir virtudes guardandosse de pecados, e outros falecimentos.* [...]. (D. DUARTE, 1843, p. 01).

No fragmento acima citado, D. Duarte busca sugestionar modelos comportamentais e fortalecer sua linhagem no campo simbólico. O nobre rei, diz escrever para a boa conduta das consciências e vontades, desejos esses, que deveriam ser opostos aos desvairados, pois representavam as paixões, “*deseio e deleitação, Ódio, auorrecimento e tristeza*”, sentimentos diretamente ligados aos desejos da carne que são muito citados no corpo de sua obra. Essa citação fortalece a proposição por nós defendida, da presença na narrativa por nós analisada de uma tentativa de construir referências de boas condutas por via literária, que deveriam ser adotadas como modelos a serem seguidos por um grupo, forjando uma índole que deveria ser adotada pelos leitores de seu texto.

Para, além disso, o eloquente rei justifica sua escrita e aponta sua utilidade para alcançar uma vida virtuosa, o régio autor coloca-se como emissário e modelo, pois escreve aquilo que segue e não adota condutas incoerentes, pois elas seriam o oposto de sua própria escrita. E conclui, evidenciando a extensão de sua proposta ao sugerir que a todos os estados se faz necessário seguir comportamentos virtuosos e fugir de vícios, o que nos faz apontar novamente para nossa tese, que por meio de uma literatura de cunho doutrinário tentou-se engendrar modelos educativos de comportamento e o *Leal Conselheiro* por nós analisado é parte importante desse conjunto literário de feição e objetivos doutrinários.

Dessa feita, defendemos que o *Leal Conselheiro*, para além de um ajuntamento de textos, se faz um instrumento para a propaganda da casa avisina. D. Duarte, segundo monarca dessa casa real, demonstra que sua grafia não se trata apenas de uma exposição aos seus correligionários de sua visão de mundo, não podemos seguir uma linha tão romantizada de análise. Essa obra é escrita de um lugar precisamente definido e também visava atingir um grupo que é cirurgicamente selecionado e esses seriam responsáveis por se tornarem modelos para os demais seguimentos da sociedade do medievo português. Quem escreve sabe o peso de cada leal conselho que a pena imprimia no papel.

Dito isso, devemos considerar que a linguagem escrita, veículo escolhido pela nova dinastia para a propagação de sua doutrina legitimadora, pode ser classificada como uma das diferentes esferas do simbólico e elemento constituinte de conhecimento e construção de mundo. E, como já fora dito em outra folha deste trabalho, por meio de um conjunto literário, há a proposta de se induzir um “*modus operandi*”, um rito novo,

fazendo daquilo que é imaginado pela apropriação de uma leitura, a construção de uma nova realidade, conferindo a essa escrita “um poder simbólico”. (BOURDIEU, 1989, p. 08).

Ora, não podemos deixar de apreciar que os símbolos são por primazia dispositivos de incorporação social, partindo do princípio que também se constituem como recurso de diálogo entre agentes de um dado grupo, pois, são eles, os símbolos, os responsáveis por tornar um discurso comunicável, consonante e não conflituoso. Quando tratamos dos sentidos do ambiente social, essa concordância é de capital importância para a concepção de uma ordem social, sendo a integração lógica diretamente proporcional a integração moral, pois uma é condição para a outra. (BOURDIEU, 1989, p. 10). Uma recepção positiva do texto que se faz ser entendido é condição para apropriação da moral que ele é portador. Ou seja, quando D. Duarte se faz entender, se utilizando da literatura e da religião, elemento último que é parte do espírito do homem no medievo e assim o régio autor alcança o objetivo maior de sua escrita que é a adesão dos destinatários de sua mensagem, de seus leais conselhos.

Defendemos que, o que ocorre em Portugal na época de D. Duarte é o momento em que um grupo tenta impor via literária a legitimidade de sua dominação, quer por meio da própria produção simbólica, nos casos amiúde por nós elencados no segundo capítulo deste trabalho, a saber, as produções dos príncipes e monarcas avisinos, quer por intermédio de ideólogos, no caso de Fernão Lopes, cronista empregado da dinastia e incumbido de tecer uma imagem favorável dos monarcas avisinos. (BOURDIEU, 1989, p. 12). Esse poder associado a alegorias, uma vez consubstanciado possui a faculdade conferir *status*, existência real de um conjunto de informações sobre determinada peça para uma coletividade que a recebe e assimila seu conteúdo. Assim, esse poder simbólico “é um poder de construção de realidade que tende a estabelecer uma ordem inteligível”. (BOURDIEU, 1989, p. 09)

Ou seja, é um mecanismo que é reconhecível pela maioria do tecido social, no caso avisino um enredo com mesclas da fé cristã, com analogias inteligíveis a maioria dos receptores da propaganda estatal. Há de se observar, que tal trama tem o poder de fundar um fato por meio de um enunciado, assim esse é capaz de “fazer ver e crer”, além disso, tem arbítrio para certificar ou modificar a forma de interpretar o cosmos ao seu redor e desse modo, modificar também a ação sobre o mundo, se constituindo como uma força aproximada do maravilhoso, do excepcional, pois sua robustez “permite obter

o equivalente daquilo que é obtido pela força”. (BOURDIEU, 1989, p. 14). No entanto, sem ser necessário fazer uso dela. Característica que se encaixa perfeitamente ao momento, pois o uso de medidas coercitivas já não se fazia necessário no reinado de D. Duarte, seu genitor, D. João necessitou pegar em armas, no entanto, seu herdeiro usa como arma a pena e a narrativa por ela grafada.

Os leais conselhos de D. Duarte, como se pode observar na parte inicial de seu tratado, buscam incutir modelos educativos de comportamentos, para o nobre rei, por meio de uma *“pequena Leitura se poderẽ prestar acrecentãdo em sua bondade com leixamento de muytos erros”*. Leitura essa que se prestaria a disseminação de uma *“proueitosa ensinança e nunca o contrairo”*. Transitando entre o profano e o sagrado, bem e mal, pecados e virtudes. O eloquente monarca oferta contramodelos em relação aos vícios oferecidos pelo mundo, diz ele escrever em nome de uma moral virtuosa que fará aqueles que adotarem seus conselhos abandonarem más obras, pois tais comportamentos são o oposto do que deseja *“ensinar”*.

Coloca-se sob a tutela divina e faz analogias com passagens bíblicas para dar garantias positivas aos que seus ensinamentos aderirem. Ainda no prefácio, cita o Evangelho narrado por (Mt 5, 19). Em que está escrito que quem praticar e ensinar a lei de Deus será considerado grande no reino do Céu. Nesse ponto o régio autor se posiciona como quem tem essa função e o faz por meio de seus leais conselhos, pois seu *“carrego, mais seia mostrar per obra, e palaura alguma parte, desejo cobrar de merecimẽto dos ã fazẽ leituras de boas e uirtuoasa enssynãças”*. Procura dessa forma, interagir com os cosmos religiosos e associar sua ação a um plano mais elevado, o plano do sagrado.

Associando o exposto à teoria de Bronislaw Baczko por nós usada que versa sobre imaginação social, podemos perceber que D. Duarte se cerca de representações simbólicas pertencentes à coletividade e faz isso, pois para exercer o poder em especial em um período em que o além está a um passo, o domínio do imaginário e do simbólico é um importante lugar estratégico. (BACZKO, 1985, p. 297). Assim, dominando o imaginário dominar-se-iam as mentalidades e poder-se-ia moldar os comportamentos de acordo com o seu interesse.

Ora, o régio autor abre seu manual de posturas comportamentais virtuosas dizendo que o faz em nome de Jesus e com sua graça e de sua santa mãe Maria. Ele assim como seu pai, D. João I, se diz Rei pela permissão de Deus, elemento que faz da

religião fator de legitimação do poder. E, é a esse poder legítimo que D. Duarte recorrerá, para em suas “*enssynanças*” postular “*uirtudes e bõdades*” que foram remetidas “*principalmête pra senhores e gête de suas casas*”. Deve-se chamar atenção para este termo, “*principalmête*”, pois quando o nobre rei assim o faz, não está excluindo os outros estamentos, apenas coloca como alvo principal a fidalguia, não afastando se seus objetivos alcançar o máximo de espíritos.

Devemos considerar que o exercício do poder, assentado em representações simbólicas não se limita apenas em uma tentativa de elevar o quimérico a uma categoria palpável. No caso da dinastia de Avis, acreditamos que se trata de uma iniciativa que buscava dobrar e fortalecer a dominação dessa facção que é entronizada com a problemática da legitimidade e apropriando-se dos símbolos, buscam garantir a submissão pela conjuração das relações de sentido e poderio. Acreditamos também, que os bens simbólicos em nosso caso, modelos educativos comportamentais, que podem ser cunhados por diversas sociedades de nada tem de irrisório, mas sim o oposto, tem o poder de fazer crer e seguir hábitos, e esses previamente foram selecionados por um grupo dominante como dignos de serem reproduzidos em escalas diferentes de acordo com a parcela da sociedade. (BACZKO, 1985, p. 299)

Para Margarida Garcez Ventura, D. Duarte deixa evidente sua proposta de moldar a forma de agir, pensar e sentir. Inclusive aponta o capítulo (XXXIX) do Leal Conselheiro, no qual segundo a historiadora, o monarca age de forma consciente ao induzir posturas comportamentais. Para a autora, a própria casa de Avis já deixa marcas profundas que modificariam o comportamento global do reino, sob sugestão propagandística de modelos já fortalecidos como o de D. Nuno, D. João I e D. Felipa. Sendo assim, tal prática foi comum e institucionalizada de que é função do rei dar feição ao reino, ou seja, imprimir sua marca moldando seus domínios como melhor lhe convenha. (VENTURA, 2013, p. 11).

No capítulo citado, (XXXIX) de título, “*Em q̃ mostram as partes per que se da, e muda nossa condição*”, em síntese, D. Duarte argumenta nesse tópico, a mudança na condição humana como uma ação divina. Usando artifícios bíblicos, do qual muito bem conhecia o monarca, cita a passagem dos ladrões que ao lado de Jesus foram crucificados, que podemos encontrar em Mateus 27, 38; Marcos 15, 27 e João 19, 18, em que um deles arrependeu-se. Segundo D. Duarte, a redenção daquele homem que lá estava com Jesus foi semelhante ao de Paulo, de Mateus, de Maria Madalena. O régio

autor elenca todos esses nomes para enfatizar o poder transformador de Deus e que esse era o caminho correto a seguir, ou seja, abandonar a vida dos vícios e pecados e aderir a uma vida virtuosa e, é enfático nesse ponto ao dizer que essa é a diferença entre os que se perdem e os que têm a salvação. Passo a citar.

*A mudança que nosso senhor fez per special spiraçom ossaluamento do ladrõ que com el pendia na cruz Cõuertimento de sam Paulo que pera prêder, e atormentar os xpaãos era ãuiado Ede sam matheu, que era õzaneiro, e operdom da magdanella, claramête odemostram **Eaqueste exempro de poucos nom he pera sandiamente esforçar, nã tal camynho seguyr Ca donde muytos se perdem, e poucos se saluom**, todos deueriam seer guardados, mês ajnda que cayamos per oexemplo dos suso dictos, nunca deuemos desesperar. (D. DUARTE, 1843, p. 133, grifo nosso).*

Para, além disso, mais uma vez o monarca se coloca como aquele a quem fora conferido o direito de indicar modelos comportamentais de comedimento. E, defende que todos podem viver em estado de virtude. Segundo D. Duarte, por vezes nos é dada essa condição como de forma inata como que por concessão divina e, por outras nossa condição é modificada em nós por nosso desejo, ou por ações de terceiros que nos permitem sentir e conhecer tal estado virtuoso e, é aí que se desvela a intenção maior do régio autor, nesse momento ele mesmo se apresenta como esse agente que indica o caminho para a mudança.

*[...] Eu acho que per todas estas partes nos he dada, e outorgada condiçom, e mujtas vezes mudada, segundo em nos e per outrem bem podemos sentir, e conhecer. [...] Dos senhores e amygos conuerssçom **Denosso senhor deos per special spiraçom nos he outorgada, condiçom, e descriçom Aquestas cousas suso scriptas, que mudam nossa descriçom, e condiçom, screuy em simprez rimanço, por se melhor poderem reteer das quaaes por declaraçom, ponho enxempros**. (D. DUARTE, 1843, p. 129, grifo nosso)*

Para induzir um agir social coletivo, D. Duarte exemplifica que outros reinos têm suas características específicas que são tratadas como virtudes e pecados que constituem a forma de percepção do mundo daquele povo. O eloquente rei faz essa analogia para demonstrar aos seus leitores que seu reino também deveria ser marcado por uma virtude, uma qualidade distintiva, um traço que o fosse característico, indica o régio autor o comedimento, o ser de nosso senhor e cumprir seus desígnios.

Cita que no geral, quando se refere a sua terra, os portugueses são homens leais e portadores de bons corações, o que nos faz lembrar Fernão Lopes e a analogia que faz ao comparar os bons portugueses a “mansa e boa oliveira”. E passa a arrolar as qualidades distintivas dos “ígreses” para exemplificar seu discurso e conclui que

mesmo que essas peculiaridades não alcancem a todos, em sua maioria, os tem de alguma forma. Assim grafa o nobre rei.

Esto ueemos graças anosso senhor, *como em geeral os mais detodos portugueses som leaaes e deboos coraçãoês, Eos ígreses, vallentes homeês darmas, degrãde eboo regymento, e em sas igreias, e casa*, Eassy quaaes quer *outras naçooês teem geeramente alguãs uirtudes, e fallecymentos*, nom que todollos dorreyno, ou senhorio igualmente as ajam, mas em geeral tem dello grande parte. (D. DUARTE, 1843, p. 129, grifo nosso).

Como já dissemos em outras páginas deste trabalho, D. Duarte foi um rei que sofrera de *“humor menêcorico”* e dele curou-se, pondo-se como grande exemplo de mudanças que teria acontecido pela via divina e não médica. Quando fala de sua doença, o monarca atribui a ela o desencadear de vários outros males como um efeito cascata, ou seja, que a esta moléstia de tristeza poderia trazer consigo a preguiça, considerada por ele o pior dos pecados e sua ação é completamente divergente dessa postura, pois como cita, *“Ca deuyam pensar que todos somos obrigados denos guardar depecado, e de fazer cousa torpe, ou digna de tal prasmó, que traga empeecymento em nosso boo nome”*. (D. DUARTE, 1843, p. 69-70).

Nesse ponto, o régio autor ao colocar-se como exemplo, toma postura de que quem rege tem o dever de se fazer crer e por isso se põe como modelo de quem seguiu os bons hábitos e alcançou a graça divina. Colocamos novamente a teoria de Baczko para tornar os atos do nobre monarca mais inteligíveis, pois de acordo com esse autor, ao colocar as relações íntimas entre o poder e o imaginário ao mesmo tempo, em resumo se tem uma postura *“técnico-instrumental”* em face às crenças e os seus simbolismos, em especial perante a religião.

Em especial, no caso do *Leal Conselheiro*, que se alinha as ideias da teologia cristã, nele D. Duarte exalta os bons e virtuosos comportamentos enquanto indica que os maus hábitos e desejos carnis deveriam ser evitados, assim usando como plano de fundo o credo dos receptores de sua mensagem. Ora, nesse nível de interação o que leva o homem a tomar posições é o que está em seu âmago e suas emoções é nela que o nobre rei deseja tocar, para assim conseguir a adesão ao seu ensino. (BACZKO, 1985, p. 301).

O governante que se cerca por linguagem simbólica de seu próprio prestígio manipula de forma eficaz toda sorte de símbolos e assim, pode desviar ao seu proveito às crenças religiosas e impor aos seus vassallos o modelo comportamental que extrai de

sua própria imagem. Pois, a imaginação é uma aptidão natural aos homens e possibilita acender à exaltação ou a cólera e, é ela a imaginação que rigorosamente se dirige a linguagem poderosa dos símbolos e dos emblemas que conferem coesão social a um fato. (BACZKO, 1985, p. 301). Colocando o imaginário social a seu serviço, D. Duarte de forma legítima incute modelos a serem adotados, visando construir uma imagem positiva de si e dos seus pares de onde são retiradas as imagens e modelos ideais.

Dito isso, em oposição às quedas por sentimentos desvairados, recomenda o monarca recorrer a comportamentos virtuosos, pois devemos nos lembrar de quem cai em desgraça de certo modo tem culpa pelo mau passo cometido, e assim está a macular seu nome, apequenando sua própria fama, sendo mesquinho consigo mesmo. Sobre as virtudes, o monarca diz que não podem ser apropriadas por todos de igual forma, evidenciando uma clara proposta de estratificação social, no entanto, todos podem dentro de suas especificidades, serem virtuosos. Ou seja, em escala social definida haveria virtudes a serem apropriadas para cada um dos estamentos.

E, dessa forma justifica que mesmo assim advoga que todos devem perseguir *“cadahuũ se trabalhe com as graça dauer e cobrar as mais e melhores que poder”*. [...]. Pois, cada um recebe de Deus uma determinada virtude. Justifica o régio autor que nem mesmo os apóstolos de Jesus que foram cobertos pelo Espírito Santo não foram todos iguais em virtudes e habilidades, e para D. Duarte essa ordenança aplicava-se também aos estamentos. Cada ordem social desenvolvia determinadas virtudes e habilidades e que cada pessoa nasce naturalmente com predisposições a essas ou aquelas, de acordo com faixa etária e disposição de seus corpos ou por determinação divina, complementa o monarca, pelo que fora escrito todos deveriam se empenharem em crescer em virtudes. Passo a citar.

[...] segundo aquel estado em que formos, lembrandonos aquelles ditos, quem fallecer em huũ pecado, em todos he digno deculpa, e mais quem sua fama despresa, myzquynho he. Porem que deuemos auer esta guarda nas virtudes desposiçom dellas, e manhas do corpo, nom podem seer detodos per igual possuydas, segundo diz oapostollo, departimêto de graças som que da ospiritu como praz Ahuũ dehuã uirtude, e a outro da outra por tal que todallas que perfeitamente forõ juntas em nosso senhor, seiam per partes ã nosoutros achadas. [...] Ca posto que os apostollos fossem compridos do spiritu santo, nom forom todos iguaaes em preegar, screuer, nẽ myllagres, e semelhança se faz em todos estados, caper desposiçom dos corpos, hidades, e uirtudes a que naturalmente cada huũ nace desposto [...] per ordenança de nosso senhor o dotarom, cõuem que sua uirtude, boa manha, e uentura faça vantagem. [...] Porem como suso dicto he cadahuũ se trabalhe por sempre auançar nas uirtudes, mynguando nos fallcimentos [...]. (D. DUARTE, 1843, p. 70).

A epígrafe acima corrobora com a tese que defendemos desde os primeiros capítulos deste trabalho, D. Duarte como grande artífice da propaganda estatal da casa de Avis, que além de animar seus pares para escreverem manuais de comedido, contrata Fernão Lopes para por em escrito a história dos reis de Portugal, também se põe a escrever e sugerir por meio desses escritos, modelos educativos de comportamentos, visando à boa governança a legitimação de sua linhagem e a perpetuação da memória dos feitos e ações daqueles que são postos como modelos ideais.

No que se refere à formação de uma memória coletiva de espírito uníssono para os portugueses a partir da formação de modelos comportamentais, Maurice Halbwachs nos lembra de que nossas recordações tendem a permanecer coletivas e passam a ser lembradas por outras pessoas, mesmo que não se trate de um acontecimento no qual esses não estiveram envolvidos ou com objetos que nunca tenham visto anteriormente. Esse autor, defende que quando se trata de uma coletividade nunca estamos a sós e não seria necessário que estejam outros a participar ativamente, pois “temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem”. (HALBWACHS, 1990, p. 26). Ou seja, podemos inferir que os hábitos indicados por D. Duarte, com o passar do tempo operariam como reguladores comportamentais que seriam transferidos de um agente social para outro de forma automática como se fosse um elemento integrante de sua essência.

O intento de D. Duarte é moldar a corte como exemplo, sendo essa representação de sua própria feição, partindo do princípio já citado de que o rei molda o reino a partir dela, e essa passa a ser reprodutora de seus modelos comportamentais e espelho de sociedade comedida e de lealdade. Fazendo de sua obra um espelho de príncipe, esse gênero literário, segundo Muniz, está associado a um intento pedagógico de sistematizar de acordo com determinada visão moralizante, a arte de governar. (MUNIZ, 2005, p. 89).

Aspectos do gênero supracitado se assemelham muito ao *Leal Conselheiro*, por exemplo, no que se refere a quem participa e cunha a narrativa. Sabe-se que D. Duarte é considerado por muitos como um rei sábio, dotado de uma eloquência que está diretamente associada à leitura de obras da Antiguidade Clássica e de seu tempo, pois a grafia de seus leais conselhos fora influenciada por tais obras.

E esse quesito é muito relevante, pois segundo Muniz, a maioria dos espelhos de príncipe foram escritos por homens doutos, além disso, há um outro fator que nos permite associar o *LC* a essa categoria de escrita, pois D. Duarte se presta a ensinar seus correligionários comportamentos que visavam não apenas uma sociedade virtuosa, mas também a boa governança. Muniz aponta que nesses tratados, seus autores se propõem a difundir aprendizado acerca da promoção de um bom governo, visando estabelecer uma servidão intelectual entre súdito e senhor, unindo a intenção de educar por meio de modelos preestabelecidos à arte de bem governar. (MUNIZ, 2005, p. 95).

O régio autor acredita que ao educar os comportamentos, alcançando os corações, forjaria uma sociedade portadora de bons e virtuosos hábitos, crê tanto nesse modelo de controle social que em capítulo próprio ao falar do órgão, o nobre monarca o divide em cinco partes, sendo elas detentoras cada uma de um setor da vida, indicando como se portar para adquirir virtudes e grafa o nobre rei que a essas casas devem ser apropriadas a certos fins e as divide de acordo com sua visão de mundo e como entende que deve agir no que se refere aos sentimentos.

Depois de grafar acerca dos pecados e virtudes, segundo os “*remonystas*” e antes de falar sobre os pecados do coração, o régio autor pela primeira vez se refere às transgressões que podem apropriar-se do “*coraçom*” e além dele “*aas outras nossas partes*”. Na introdução deste capítulo, D. Duarte diz que lhe parece apropriado após falar de pecados e virtudes embasadas em escritos “*remonystas*”, falar doravante dos “*fallicymentos*”, referentes aos sentidos declara ainda que fará uma mescla de declarações que lhe eram próprias, com conteúdos morais que estavam presentes no imaginário coletivo.

É curioso observar a forma que o nobre rei dá primazia ao coração, deixa transparecer que este órgão é o responsável pela exposição de sentimentos bons e ruins, de tal forma que escreve um capítulo, a saber, LXXXVIII²¹ onde versa sob os males que podem tocar aqueles que “*nom trazerẽ no coraçom alguũ boo freo*”. D. Duarte chega a declarar que para ele, o coração seria o lugar de onde brotavam todos os pecados, o monarca sustenta essa fala ancorando-se em aspectos religiosos, pois cita que crer nesse princípio, porque assim teria prescrito o Senhor. No entanto, afirma o nobre rei que

²¹ Neste capítulo o nobre rei, atenta para os sentimentos desregrados em especial os amores, recomenda o soberano afastar-se dos amores por mulheres de pouca fé e que não sejam tementes a Deus. Em pessoas sem os elementos da fé e do temor ao sagrado as emoções tornar-se-iam desordenadas, sem “*freo*” e passariam a guiar-se pelo “*odesejo das deleitacoões*”. Recorda do que escrevera no capítulo 81 e recomenda a boa organização das câmaras do coração para não serem vencidos pelas paixões.

neste capítulo iria além de ditar os pecados associados ao coração, arrolaria outros, os que estão ligados aos sentidos.

Percebe-se que ao grafar sobre o tema, D. Duarte se posiciona como portador de um ensinamento diferente e o faz com o propósito de “*assijnar*” acerca de comportamentos virtuosos, ao invés dos maus passos por ele apontados, desses o homem guiado pela virtude deveria afastar-se. O régio autor diz escrever sobre “*alguũs speeyalmente aelle, e outros aos sentidos*” que são por ele nomeados como as “*doze paixões*” do coração, essas segundo o monarca, poderiam apoderar-se dos homens e levá-lo a “*desgouernança*”, ao pecado.

[...] me pareceo quando uos sobresto faley que uos prazia apropriyar os fallycymentos [...] em este capitullo, sobrello farei alguã declaraçom, mesturando natural com moral, segundo amym razoado parece Eajnda que todollos pecados tenham seu nacimiento principal no coração, como diz nosso senhor, porem eu penssey de assijnar alguũs specyalmente aelle, e outros sentidos. [...] das doze paixões suso dictas. s. **Amor Desejo. Edeleitaçom. Odio Eauorrecymento, tristeza, Manssidooe, Sperança Eatreuymêto, Sanha, Desperaçom Etemor, Emais empacho e vergonha.** Nas quaaes cousa como se trespassa oque arregla direita manda, faz cayr em mal, e pecado. Edeste ueem amayor parte dos pecados e malles. Ca soberua, **uaã gloria, Enueja, hira, Aucidia, Auareza,** seus principais fallicymentos das dictas paixooês descendem. (D. DUARTE, 1843, 226-227, grifo nosso).

Por meio de seu discurso, D. Duarte tenta fazer com que seus leitores compreendam que uma vida em que não fossem transpostos os pecados e em seu lugar adotados regramentos e condutas morais virtuosas, não seria um modo de viver que concorria para a virtude, do contrário, entenderiam que ao entregarem-se às paixões estariam entregues à queda, pois era essa a forma, distante da regra correta. Para o soberano, tais posturas conduzidas por maus sentimentos eram elementos que corroíam o tecido social e, por conseguinte, as instituições por ele formadas, pois os frutos de más posturas são o desprezo pelas virtudes. Isso dito, o nobre rei aponta em meio aos pecados o que seriam para ele possíveis “*boos remedios*” que são saber dar bom fim e cautela em todas as coisas que fossem feitas. Assim não contradizendo os ensinamentos que levam as retas posturas, sendo o remédio para o desregramento o seu oposto, ou seja, bons regramentos que deveriam ser adorados, o modelo de bom português que estava proporcionalmente ligado ao ser bom cristão.

E em meio aos comportamentos inadequados, o régio autor aponta para modelos que em seu julgamento são os que se bem praticados podem conferir aos homens virtude, diminuição e fim dos pecados. Assim indica D. Duarte.

Ao entender pertence saber dar boa fym aos cuydados nas cousas que auemos defazer e boos remedios ao que se decontradizer Etodo que bem praticamos das VII parte do começo scriptas .s. *Apēder, Nembrar, Julgar, Nouamente achar, Declarar, Eenssynar, Executar, Epersseuerança, Constancia, e firmesa*. Porem todo fallicimento em que caymos per cadahuã destas partes suso dictas, da myngua de boa prudencia, que na parte do entender tem seu fundamento, deue seer contado que nos procede. (D. DUARTE, 1843, p. 227, itálico nosso).

A pedagogia do exemplo é explorada neste tópico, assim como demonstrara anteriormente, que os frutos dos maus comportamentos são os pecados. Demonstra nesse recorte que caso o homem siga o caminho da retidão por ele apontado poderiam eles aproximar-se de um comportamento ideal. Assim, o nobre monarca ensina que os comportamentos por ele sugeridos são os mais adequados e os anteriormente citados, a saber, “*Amor Desejo. Edeleitaçom. Odio Eauorrecymento, tristeza, Manssidooe, Sperança Eatreuymêto, Sanha, Desperaçom Etemor, Emais empacho e vergonha*”, só levam a “*myngua de boa prudencia*” e tem como frutos a “*uaã gloria, Enueja, hira, Aucidia, Auareza*”. Posturas essas que são diferentes das que o régio autor deseja ensinar. D. Duarte diz perceber alguns comportamentos que em seu entender são inapropriados e nesse ponto começa a citar os “*fallycymentos anossos sentidos*”, o primeiro sentido por ele listado é o da visão.

Nos olhos leixando curteza ou nom direita uista e semelhante mynguas naturaas em que nom podemos emendar. **Eu uejo certos fallicimentos denom boa contenença .s. oolhar soberuo, ryjo, sobejo, loução, e orgulhoso, desassesgado, ajudengado, muj symprez, pesado, refiam, demonstrador da leuydooē, preguyça, ou dengano.** E com eles pecamos em uista deuaam gloria pertencente a cousas nossas de q̃ nos sobejamente **alegramos**, e doutras folganças que assy nos praz defilhar ou que sejam desonestas de crueldade, descarnho, ou mal e abatymto de nossos proucimos Per fallicimêto **erramos em ir ueer nosso senhor e lugares deuotos, e nom uisitar por cõssollar aos que deuemos como bem poderíamos, nem queremos leer seo sabemos oque nos pode pera nosso bem ensynar, e aproueitar, ou ueer pessoas virtuosas, ou boos feitos de que fylhamos boos exempros e conselhos pera nossa saluaçom e regymento da saude, e boo estado** E per estas partes que toco se pode consujrar que por husar da vista como nom devemos ou nom queremos ueer oque nos cõuem mujtas uezes caymos em pecado, ou fazemos tal cousa, ou mostrança que he digna derrepreensom. (D. DUARTE, 1843, p. 227- 228, grifos nossos).

Acerca desse sentido, podemos observar que nesse ponto, D. Duarte visa novamente uma mudança na forma com que seus leitores se comportam, tenta instituir uma praxe nova e formar uma sociedade que fosse afastada de atividades desonestas ou cruéis com os seus pares. Os leais conselhos de D. Duarte estão assim diretamente ligados a uma lealdade que deveria imperar nas relações sociais, de tal forma que se forjasse um padrão comportamental de ser, sentir e agir em que não houvesse espaço para uma ação descortês. Sugere assim o régio autor, o comedimento, para se esquivarem dos comportamentos que fazem pecar pela vista, pois eles impedem as ações virtuosas como *“hir ueer nosso senhor”* ou mesmo prestar solidariedade aos seus ou ler boas obras, o que faria com que pudessem ver boas pessoas e bons exemplos e neles se espelharem. Dessa forma, conclui o nobre rei que quando se faz uso indevido da *“uista”* mergulha-se no pecado.

No que se segue, D. Duarte grafa sobre os *“narizes”*, *“Deluxuria”*, *“aboca”*, *“Do falar”*, dos *“custumes”*, do *“ouuyr”*, e do *“sentido do tanger”*. A esses sentidos recomenda *“boas contenenças”* para que não caiam em maus costumes, aos narizes que aspirem apenas os bons cheiros, da luxúria os mesmos cuidados quanto ao uso excessivo dessa folgança e se alonga mais ao falar da boca, que segundo o nobre rei, pode ser motivo de bons procedimentos ou desgraças quanto ao modo de falar, de rir, do comer ou do beber e nesse aspecto recomenda comer e beber de forma conveniente em especial em momentos festivos. Do falar, segundo o régio autor, peca-se quando se ensina contra as regras da igreja, murmurar contra Deus, mentir, enganar. Ora, é perceptível o intendo de D. Duarte de extirpar os maus modos, pois apenas dessa forma a sociedade embasada na lealdade e nos bons modelos comportamentais poderia ser instituída.

Ao findar o capítulo, o régio autor, esforça-se para grafar sobre os *“custumes”*, que de modo geral estavam associados aos sentidos citados anteriormente. Nota-se que segundo D. Duarte, apenas as falhas congênicas não podem ser mudadas, ou seja, para o nobre rei os desvios comportamentais poderiam ser corrigidos, utilizando-se de um bom controle *“daboca, oolhar, cabeça e maaos”*, poder-se-ia educar os corações e os comportamentos. Isso dito, o monarca apresenta seu objetivo, diz ele *“nos cõuem consijrar prymeiro anosso estado, hidade, saber, maneira de falar, desempacho, e assessego de nosso coração”*. (D. DUARTE, 1843, p. 229).

Aponta o monarca os vícios dos sentidos, relata ele que os homens podem cair em desvio no que falam quando esses não estão em sintonia com hábitos virtuosos, cita comportamentos que segundo o soberano, são reprováveis como, “*maa contenença dabrir aboca, torcer acabeça, estirar dolhos*”, faz essa menção com claro intento de apontar que esse tipo de postura enfraquece a possibilidade de seguir virtude. Com o propósito de ensinar, sugestiona que são por meio dos bons costumes que se chegariam a retas condutas, ou seja, atitudes validadas pela coletividade como positivas que são antagônicas as débeis ações. E, prossegue a citar as atitudes não recomendáveis aos homens de postura virtuosa. Passo a citar, “*nom deuemos dizer se conhecerom, ao que nom som de ouuy Eaalem dellas podemos errar em nos prazer douuyrmos nossos gabos, ou sobejamente alguãs cousas por folgança em que pequemos per occiosidade ou uaam gloria*”. (D. DUARTE, 1843, p. 229).

Percebe-se na citação acima que o quesito religioso é elemento constituinte dos leais conselhos de D. Duarte para, além disso, seu tratado de lealdade entre pares objetiva à ausência de animosidade nas relações sociais em que cada membro que a constitui saiba seu devido lugar e valor, sem ser necessário a “*uaam gloria*” ou a “*occiosidade*”. Essa última, tratada como gravíssima falha pelo nobre rei que pode levar ao “*humor menêcorico*”, um pecado é uma doença que corrói o ser causando inércia no transcurso normal do cotidiano, o que em larga escala poderia engessar um grupo ou uma sociedade. Registramos que D. Duarte preocupou-se em versar acerca dos dois vícios citados em capítulos próprios, a saber, os capítulos XII, XII e XIII sobre a “*uaã gloria*” e da “*occiosidade*” nos capítulos XXVI e XXVII.

Ainda nessa perspectiva, enfoca o soberano no sentido do tanger, que segundo ele, tem como principal motivo de queda, o pecado da luxúria, que para o soberano se constitui de todo “*uiço, mymo, e pompa*” relacionados ao corpo tais como as roupas que são trajadas e as camas que se usam. Para esse rei, tudo que se faz em demasia relacionado aos aspectos citados são “*deleitação denossos corpos que se façam aalem do que nos perteêce*” e uma sociedade entregue às paixões é algo que destoa de seu propósito, pois conclama seus leitores quando grafa “*que nom sejamos sollicitos das cousas ao corpo*”, mas que busquem sentidos mais elevados e associados ao “*sprito*”. Segundo o régio autor, os que isso conseguem fazer não mostram tais imperfeições, pois aos que obedecem a Deus são conferidos o poder do autocontrole, assim “*gouernãdo*

seus estados e corpos detal guysa como pode fazer qual quer outra uirtuosa pessoa". (D. DUARTE, 1843, p. 229).

Dessa forma, mais uma vez fica evidenciada a proposta de educar os corpos e os comportamentos sugestionando modelos comportamentais que julga ideais, o "*leal cõsselheyro*" mostra-se como meio para inculcamento de tais condutas, ferramenta que visa modelar uma sociedade e civilizá-la e isso exala de suas páginas quando o soberano versa sobre o pecado da "*gulla*", tema do capítulo 32, e em capítulo seguinte indica os "*jejuũs*" que podem ser entendidos como remédio para essa atitude incorreta ou mesmo quando escreve acerca "*das maneiras damar*", capítulo RIII, adverte ele já no antêmbulo que escreve como lhe outorgou o senhor. As recomendações advindas de Deus são de buscar uma vida livre de pecados e tendo como pilar a amizade, vai além disso, ao grafar que essa lealdade deve ser praticada em especial em uma linha hierárquica, assim sugestiona que ver-se-ia ter "amizade" aos "*muy virtuosos Rey e Raynha meus senhores, padre, e madre cujas almas deos aja e com todos os meus jrmaãos nom symprezmente como seruidor, ou per obrygaçom dyuydo, mas aquilla mais perfeita maneira*". (D. DUARTE, 1843, p. 147). Essa maneira perfeita estava segundo D. Duarte, firmada em um grande amor e boas vontades, às ensinadas por Deus e pelos exemplos dos senhores citadas.

Novamente com o afã de moldar comportamentos nos capítulos RV e RVI, nos quais o nobre rei adentra ao campo das relações amorosas e escreve como se devem amar os casados e como os maridos devem agir para que tenham boas esposas. O soberano nesse ponto demonstra crer no amor, no entanto, resguarda certas precauções em relação a esse sentimento, para o soberano, o amor poderia ser vivido de forma verdadeira desde que não fosse entregue apenas aos desejos. Escreve por exemplo no capítulo RVIII, os motivos que fazem do amor mais forte do que outros sentimentos, sendo o amor uma sensação mais latente e que teria maior influência sob o coração. Nos capítulos anteriormente citados, escreve longas páginas acerca de que forma é lícito os casados se relacionarem, recomenda o nobre rei o afastamento do grande amor entre os casados, pois ele é o fomento para as paixões que a seu ver são danosas, indica que deve-se, "*amar per grande amyzade*", em especial tendo como base o respeito, mostra que esse é o caminho para se alcançar a virtude.

Quando versa "*Damaneira que se deue teer peraas boas molheres recearem mylhor seus maridos*", expressa a ideia de que seria mais proveitoso aos maridos "*serem*

temydos” por suas esposas, provavelmente ordenamento que está vinculado à manutenção do respeito entre os casais por ele descrito no capítulo anterior. Segundo ele, se assim ocorresse construir-se-ia um amor mais real, um sentimento que estaria livre dos sobressaltos das paixões, cita Santo Agostinho que recomenda “*com as mulheres, poucas pallauras deue homem auer e ásperas, nem se deue menos guardar por ellas seerem mais honestas, que quanto ellas mais sanctas som tão mais adoçam e contentam o coração*”. (D. DUARTE, 1843, p. 168).

Em síntese, podemos observar que para D. Duarte, a mudança no modo de agir, pensar e sentir influenciaria de forma direta no modelo de estado que desejava, já fora dito em citações anteriores que o nobre rei menciona que cada nação é reconhecida por uma característica que lhe é peculiar e aponta os ingleses para ilustrar sua colocação, deixa assim transparecer que é seu intento fazer com que os portugueses sejam reconhecidos como uma sociedade virtuosa, que valoriza os bons hábitos, a moral cristã e está associada às letras. Para tanto, faz relação de semelhança entre coisas ou fatos distintos, usa metáforas como as supracitadas em relação aos sentidos e sentimentos, ao corpo e membros dele, em especial do coração²², órgão ao qual dedica longas reflexões e conselhos, desejava o soberano intervir nos corpos, modificando os hábitos para assim alcançar o imaginário coletivo, encucando um ritual novo e uma nova forma de perceber o cosmos ao seu redor.

²² Le Goff atenta para o fato da necessidade de romper limites temporais tradicionalmente aceitos para que se possa entender melhor esse tema, e melhor observar a evolução da imagem do coração. Irrupendo os marcos temporais da Idade Média, veremos que no século XVI, o coração irá transpor seu aspecto místico e a partir de então ganhará um aspecto polissêmico e observa Le Goff que o coração absorveu tudo que havia de espiritual no homem desse período. E nesse contexto a religiosidade contribuiu muito para esse processo, por exemplo, no Novo Testamento esse órgão é tratado como o lugar das forças vitais, no entanto este tratamento está carregado de simbolismo, pois não se limita apenas ao sentido orgânico, mas também, se refere à vida afetiva e interior de cada um, sendo assim, seria também o manancial das reflexões intelectuais, de fé e da compreensão, seria ele o cerne das escolhas decisivas, lugar de reflexão de conteúdos morais, dos regramentos que estão no campo da tradição seria por excelência lugar de encontro com Deus. Ora, D. Duarte como bom leitor de Aristóteles possivelmente sabia que este definiu o coração como o responsável pela gênese das sensações, pensamento que foi cristianizado por Santo Agostinho, que entendeu o coração como sendo à base do homem interior. Por fim, podemos entender que D. Duarte se utilizou desse aparato alegórico acerca do coração presente no imaginário coletivo dos homens de seu tempo, para por meio do sistema cristão de metáforas corporais para indicar modelos comportamentais ao indicar comportamentos comedidos. O monarca se apropria da promoção simbólica e metafórica do coração no medievo, onde os homens entendiam que toda boa vontade nele residia. Devemos nos atentar também, o fato de na Idade Média o coração passou a ser o centro do corpo político, a evolução do próprio estado, sendo ele o elo que liga os elementos espirituais e temporais. Para ilustrar o autor cita Henri de Mondeville, que pensou o estado de forma metafórica a partir do coração, em analogia o coração é o rei do corpo assim como o monarca do Estado, é ele que executa função de distribuir o elemento vital a todos, é ele que está no centro assim como o rei em seu reino, sendo assim o coração o rei do corpo. (LE GOFF, 2006, p. 155-170).

Em “Uma História do Corpo na Idade Média”, Jacques Le Goff revela que no período medieval o corpo se tornou uma metáfora e esse conjunto metafórico se organizou na Antiguidade, em especial em torno da cabeça e do coração. Esses disputaram por longa data o espaço de sede dos pensamentos e sentimentos e assim desde então se prestaram a usos metafóricos. Salienta o autor que, entre os séculos XII e XV, a ideologia do coração ganha espaço e se difunde por meio do imaginário que poderia segundo o autor chegar ao delírio e justamente nesse período que o coração começou a ocupar espaço e assim ser tratado como “sol” do corpo alçando status nunca antes alcançado.

Observando-se o anteriormente elencado, analisemos o que escreve D. Duarte sobre o coração. Passo a citar.

Pera mayor declaraçom de *como entendo que deuemos auer das cousas sentimento virtuosamente Eu consijro no coraçom de cada huñ denos cynquo casas, assy ordenadas*, como costumam senhores. **Primeira** sala em que entram todollos de seu senhorio que omyzyados nom som, E assy os estrengeiros que aella querem uñr. **Segunda** camara deparamêto, ou ante camara em que costumam estar seus moradores, e alguũs notauées do reyno. **Terceira** camara de dormyr, que os mayores, e mais chegados de casa, devem auer entrada. **Quarta** trescamara, ondesse costumã uertir, que pera mais speciaaes pessoas pessoas pera ello perteecentes se devem apropriar. **Quinta**, oratorio em que os senhores soos alguãs uezes, cadadia he bem desse apartarem, pera rezar, leer per boos liuros, e pensar em virtuosos cuidados. (D. DUARTE, 1843, p. 258-259).

Ponderemos, D. Duarte faz essa descrição alegórica do coração, objetivando relacionar comedimento ao controle de sentimentos primários, as sensações associadas às ações mais primitivas, tornando seus leitores cultos e detentores de controle dos impulsos carnis, afastados das “doze paixões” homens que de acordo com sua nova condição deveriam ser afastados do ódio, dos vãos aborrecimentos e da tristeza. E, se assim seguissem teriam em ordem as “caramas” de seus corações que por analogia são responsáveis para um bom regimento das condutas e da vida como um todo. Pois, esse bom e proveitoso ensinamento, segundo o monarca, serviria para a saúde de seus corpos e espíritos.

E nesse intento, o monarca propõe em seus leais conselhos, modelos educativos comportamentais, a partir do controle de ações consideradas inadequadas e assenta sua escrita no controle das emoções, modelando a memória e o comportamento. Em seu empreendimento de inculcar hábitos, D. Duarte de forma deliberada, associa que apenas as atitudes virtuosas podem fazer um homem honrado, e para que tenha também

assegurada a servidão de seus vassallos. Esse rei afirma em seu tratado, que honra está diretamente ligada à obediência. O régio autor faz às vezes parecer que o próprio sentido da vida é a busca da virtude, neste capítulo (LXXXI), faz uma abordagem geral de comportamento para seus vassallos e por analogia separa cinco campos envolvendo a vida pública e privada e os compara a partes (*camaras*) do coração, no entanto, em todos esses aspectos da realidade vivida, o objetivo final é a busca de uma vida virtuosa.

Prega uma vida comedida, usa referências filosóficas e teológicas para sustentar seu discurso, tais como *“liuro do regimêto dos príncipes, sam thomaz de equino, meestre reymõ”* para legitimar sua escrita e fazer crer que poderia ser proveitosa. Segundo D. Duarte, aquele que vive virtuosamente *“nuca devẽ leixar osseuiço denosso senhor deos”*, pois só assim poder-se-ia sentir se estriam no caminho correto, buscando as bem aventuranças e abandonando os excessos, pondo riqueza, beleza, força, saúde e fama se seus senhorios a serviço das virtudes que são ao seu ver os mais altos e perfeitos e excelentes fins. Mostra que o amor como sentimento deve estar direcionado a Deus e cita-o uma passagem que podemos encontra no evangelho narrado por Lucas, 10, 27. Passo a citar, [...] *as cousas mais excellêtes das uirtudes principalmête, mostra ã adeuemos auer, nosso senhor no euãgelho mãda ão amemos detodo coração, uõotade, e aalma, e detodas nossas forças [...]*. (D. DUARTE, 1843, p. 262). E ao concluir, aponta o régio autor, que esse é o maior sentido do coração.

Sendo essa a finalidade principal do órgão, amar a *“deos”*. O Coração supostamente seria o nascedouro dos sentimentos mais fortes, das paixões e do amor e D. Duarte passa a grafar capítulos dedicados a educar o *“coraçõ”* e aos sentimentos provenientes dele, objetivando assim modelar o agir social e forjar uma regra de conduta comportamental que seria o modelo para a fidalguia e, por exemplo, dessa, para todos os demais estados. Dedicando assim oito capítulos abordando os temas amor, nos capítulos 44, 45, 46 e 48 e sobre o coração, os capítulos 67, 69, 81 e 86.

Assim, o nobre rei se dedicou em longas páginas a escrever sobre sentimentos associados a esse órgão, pois para o soberano ele seria a chave para alcançar execução de sua doutrina, tendo em vista que fazia parte do espírito desses homens tal entendimento. Assim o nobre rei parte de um elemento comum a coletividade, o coração como sede dos sentimentos, para postular normas comportamentais que arrancariam pela raiz hábitos viciosos para que fossem implantados costumes virtuosos. O primeiro capítulo deste tema foi intitulado, *“Dos pecados do coraçom”*, capítulo LXIX que

desencadeariam os pecados da boca, da obra e da omissão, do qual trata nos três capítulos seguintes, 70, 71 e 72, evidenciando que a visão de D. Duarte é a seguinte, o sentir exposto no capítulo 69, irá influenciar o que se fala, o que se faz e o que se omite, temas tratados nos capítulos que se seguem.

Isso dito, podemos inferir que o projeto de lealdade do qual o nobre monarca está embasado em um profundo princípio religioso e que antes de qualquer outro intento, seria um desejo divino que cada homem tivesse os comportamentos por ele ditados. E partindo do princípio de que é possível educar os corações e as vontades, esse rei após demonstrar a importância dos sentimentos para as condutas e relacionamentos, arrola mais de três dezenas pecados, dos quais o homem virtuoso deveria afastar de seu coração. Passo a citar.

Os pecados do coração som estes, *pensamento, deleitação, conssemtento, desejo de mal, uontade peruerssa, jnfieldade em deuaçom, presunçom, desesperaçom, temor, mal, omjliante amor, mal, acidente, alegria no mal do prouximo, desprezamento dos pobres, ou dos pecadores, recebimento de pessoas, perfilha, desejo parentes carnaaes, alegria sem proueito e uaam tristeza domundo, jmpaciencia, auaricia, sobreua, desassossego em no huso das uirtudes, obstinaçom, mallicia, nojo do bem, accidia, iconstancia, door da penitencia do penitente por que nom faz mais mal, jpocrisia, amor de prazer, aquem nom deue temor delhe desprazer, vergonha de bem obrar, amor pryuado sentido singular, cobijça, dignidades, uaam gloria dos beens da natureza, ou fortuna, ou graça, vergonha dos pobres amygos desprezamento, ao amoestamento na ãjuria.* (D. DUARTE, 1483, p. 232, itálico nosso).

É visível que em seu tratado de filosofia moral e política, que D. Duarte se utiliza de um aporte documental²³ que estava intimamente familiarizado, tais como os textos bíblicos e religiosos dos quais disponha em sua biblioteca particular, de diálogos com seus confessores e religiosos mais próximos. De acordo com Muniz, ao analisar as fontes do eloquente monarca, destaca que o régio autor, aponta que se utilizou de diversos textos e até mesmo copiando capítulos de determinadas obras. Dessa forma, alguns desses sendo longos formaram até mesmo capítulos inteiros ou parte de capítulos de sua obra. No entanto, por mais que avise está ancorando sua fala em fontes da

²³ Além de usar os escritos do filósofo maiorquino Raimundo Lulo, para construir seus conceitos de pecados e virtudes, segundo Marcio Ricardo Coelho Muniz, D. Duarte usa como fonte na construção de seu tratado textos do humanista Alfonso de Cartagena, de Juan García de Castrojeriz e Aristóteles, desse usa um tratado de nome *Memoriale Virtum* e *Ethica Nicomachea* e *De Memoria et Reminiscentia*. Segundo esse autor, para além de fazerem parte de sua obra, esses escritos estavam diretamente ligados a atos de sua governança. (MUNIZ, 2005. p. 161-2). Além de usar largamente o Livro *regimine principum*, como já visto em citações por nos feitas, de onde também extrai condutas que devem ser incorporadas por seus leitores.

Antiguidade Clássica e do medievo, isso não significa que régio autor tenha os referenciado, caso esse que segundo Muniz, é habitual na literatura do medievo, na qual as referências em geral, não são registadas. (MUNIZ, 2005. p. 160). Pois, nesse período se faz mais importante a circulação do texto do que mesmo fazer referência de quem o grafou.

Ora, é perceptível a linha de raciocínio, para D. Duarte, um coração entregue aos sentimentos desvairados que foram anteriormente citados com teor extremamente negativo a partir de uma visão da moral cristã, irá desencadear uma série de outros maus hábitos. Na sequência, novamente o nobre rei elenca uma longa lista que ultrapassa trinta pecados que estão associados a “*boca*” e devemos levar em consideração que esses são uma contraposição aos comportamentos por ele indicados para se alcançar uma vida regida por virtudes e consequência de ter o coração entregue aos pecados. Passo a citar.

Os pecados da boca som estes *acostumado, juramento, perjuizo, brasfemia, o nome de deos sem reuerencia tomar auerdade contradizer, murmurar contra deos dizer as oras sem reuência, detraher mentira dizer, uituperio, maldiçom, cõmunicaçom, empunaçom de uerdade conhecida empunaçom deuerdade fraternal, semynaçom de discordia, trayçom, falso testemunho, maaõ consselho, scarnymeto, condiçom de obrar, suerter boos feitos, em nas igrejas palrrar, ahira ohomem provocar, repreender ohomem naquello que elle faz, fallamento uaão, falar pallaura ociosa, e supérflua, jautancia de pallauras, defendimento dos pecados, braados, rijsos, e scarnecer, torpemente fallar pallauras desonestas, dizer, cantar cantigas sagraaes em no canto deuyno, mais estudar em quebrãtar auoz que devotamente cantar e murmurar, dizer pallauras que nom perteeçam aboos custumes, uogar pella causa ãjusta, e omal aprouar. (D. DUARTE, 1483, p. 233, itálico nosso).*

No capítulo supracitado, D. Duarte exorta sobre os pecados da boca, e pode-se deduzir que acreditando na passagem bíblica do Evangelho narrado por Matheus 12, 34, em que se ler que “a boca fala do que o coração está cheio”, o régio autor pretende fazer entender que aqueles indivíduos associados a determinados hábitos, expõem seus sentimentos de acordo com o que guardam em seu interior.

Além disso, também podemos perceber que alguns atos relacionados aos pecados da boca são divergentes aos que propiciariam uma boa governança e a construção de uma sociedade ordeira, a nosso ver, quando o monarca cita determinadas más obras tais como, “*semynaçom de discordia, trayçom, falso testemunho*”, estaria D. Duarte interessado não apenas em ditar normas comportamentais, mas também por meio delas engendrar um *modus operandi* que garantiria uma harmonia social, em que

nenhum homem se levantaria contra o seu igual e nem causaria discórdia entre os seus, nesses termos seria inapropriado, por exemplo, “*ahira ohomem provocar, repreender ohomem naquello que elle faz*”. Pode-se perceber que o intuito de D. Duarte é justamente fazer com que se afastem de tais atos e construir um tecido social que estivesse afastado do “*nom perteeçam aboos custumes*”, boas práticas essas que estavam a cargo do régio autor, selecionar e indicar, sendo ordenador, aquele que impõe, dispõe e regulamenta o agir social.

Em consonância com o exposto, quando escreve sobre os pecados da obra, o “fazer”, a “ação”, D. Duarte em uma linha de raciocínio expõe que o que se sente com o coração e se expressa com a boca, converte-se em ações que se forem negativas como é o caso irão se irradiar em cadeia e chegará até o não fazer, que são os pecados referentes às omissões. Seu desejo é de forma pedagógica externar que as condutas pecaminosas são como uma doença que corrói o tecido social e que uma sociedade composta por homens virtuosos é de maior proveito para todos e faz com que não se movessem apenas pelos prazeres carnavais que causam maior mal ao invés de um bem maior. Entende assim que uma vida virtuosa é motivo de *folgança* para a alma e traz maior bem para o corpo.

E sobre os pecados relacionados às obras, lista assim, uma série de comportamentos considerados como falhas morais e atos viciosos dos quais partem desde os modos à mesa aos tratos com as coisas consideradas pela cristandade como sagradas. Entendemos que o artifício utilizado pelo monarca é inicialmente depreciar ações que são contrárias a moral cristã que como crente e educador da fé extrai substância para sua narrativa, para posteriormente apresentar modelos comportamentais que ele julgava serem “*boos*” e exemplos de virtude. Assim escreve o régio autor.

Os pecados da obra som estes. *Gulla, Luxuria, Benuedice, Sacrilergio, Symonya, Quebrantamentos defestas. Indignamente comungar, Britamentos de uotos. Apostasia, Desoluçom em officio deujno, Scandalizer per enxemplo, Oprouximo corromper, Danar ohomem em nos beês, ou em sua pessoa, ou ã na fama, ou furto ou rapyna, Husar engano, Jogo, Vendiçom de justiça, Rendas ou custumageês ou exceçoões, ou cambos jnjustos. Scuitar omal, Dar aos jograees o necessario lhe tirar, Tomar as cousas supérfluas, Costranger nhuĩ aalẽ do que pode, Custume de pecar ao pecado tornar, Symullaçom, Teer officio ao qual nom seja abastante, ou que sem pecado possa fazer. Cõ maa teençom dançar, Nouydades achar, Aos mayores reuellar, Os meores abaixar. Pecar per uista, audytu, alfatu, gosto, tauto, per os olhos, per camynhos, per gestos, per mādados desprezando as circunstancias agrauantes contheudas em as sanctas scripturas, que som tempos, lugar, modo, numero, perssoa, mora, sciencia, hidade, nom*

preueendo aatençom, constringendo assy meesmo a pecar. (D. DUARTE, 1483, p. 233 - 234, itálico nosso).

Ao escrever sobre esse tema, observa-se a importância que o régio autor emprega no fazer, na ação, nas obras. De tal forma que grafa todos os pecados deste capítulo com iniciais maiúsculas, entendemos esse gesto do nobre rei, se fez de forma premeditada para dar ênfase especial a esses comportamentos desregrados, observamos também que esse conjunto de pecados citados por D. Duarte, foram compilados tendo como referência direta o catecismo da Igreja Católica, os dez mandamentos e as sagradas escrituras. Exortações que levariam a uma sociedade que ponderaria antes no todo e passaria a ver os grupos como organismos que compunham o corpo social, onde ao seguir os preceitos de uma vida comedida onde não se podia “*Costranger nhuũ aalê do que pode*”. Onde seria abandonado o “*Custume de pecar ao pecado tornar*”, acreditava que se educando os hábitos e os corações seria alcançada uma sociedade guiada por virtudes.

Pode-se perceber que os pecados referentes ao “**sentir**”, “**falar**” e “**agir**”, “*coraçom*”, “*boca*” e “*obra*”, respectivamente, estão diretamente relacionados aos sete pecados capitais, e que os demais arrolados ou são relacionados a eles ou aos que infringem os mandamentos da Igreja, D. Duarte cita cinco dos sete pecados capitais quando fala dos pecados do coração, são eles, “*ẽveja, hira, auaricia, soberua, accidia*”. E quando fala dos pecados da obra, ao listar as más ações o régio autor encabeça esse rol com os dois primeiros pecados capitais, “*Gulla e Luxuria*” dos quais trata direta ou indiretamente em outros capítulos do Leal Conselheiro, o que se deve observar, é que tais pecados estão diretamente agregados a modelos comportamentais, de forma que, um capítulo será dedicado à gula, e motivado pela postura própria do período, o monarca falará de luxuria de forma mais comedida, como quando fala “*das maneiras damar*”, ou “*da maneira como se deuem amar os casados*” em capítulos próprios. O nobre rei usa de sinônimos quando fala dos pecados do coração, trata luxúria como pecado de “*amor de prazer*”, pois, como já citamos, o régio autor acreditava no amor, e para ele esse só era válido se não tivesse apenas a finalidade de proporcionar gozo, se não fosse entregue apenas a satisfazer as paixões.

Por conseguinte, para fechar nossa linha de raciocínio, acerca das más ações do sentir; *pecados do coraçom*, do falar; *pecados da boca*, e do agir/ fazer; *pecados da obra*, D. Duarte no capítulo seguinte versou sobre os pecados da negligência, “*dos*

pecados da omyssom”. Neste capítulo o régio autor especifica alguns desvios que direcionariam os seus leitores a tomar consciência sobre do modo correto de agir, pois a finalidade pedagógica de se enumerar tais procedimentos é esclarecer que esses são uma transgressão a uma ordem social, seu fim educativo é dar novo formato ao agir global, fazer com que os maus hábitos por ele citado sejam transformados em uma nova ação, pois o oposto de todos os pecados apresentados pelo monarca são as virtudes. Dessa forma, mesclando hábitos, ora associados à fé, ora associados à conduta moral, redige o nobre rei.

Os pecados da omyssom som estes, *nom pensar em deos, e graça que del recebeo, e de cada huũ dia recebem, nom temer, ne, no amar as obras que cadahuũ fax ael nom nas referir dos pecados cometidos, segundo que perteece, e quando perteece nõ se doer, nom se fazer prestes pera receber assua graça. Nom usar da graça recebida, nem ajnda aconsseuar assua uontade aa uontade de deos. A as oras dedeos nõ sguardar com toda teençom As oraçooês deuydas leixar, aquellas cousas que he obrigado de uoto, ou de precepto, ou de officio desprezar. Comunhom, e confissom ao menos huã uez no ãno. Nom receber os parêtes, nom honrar se assy mesmo, nõ conhecer e repreender se assua conciencia desprezar, e aas preegaçooês fugir, e as tentaçooês uaãs resistir Eas penitencias mandadas desprezar Perlongar aquellas cousas que logo defazer som Do bem do próximo, nom me prazer, e do seu mal nom me doer As ãjurias nom perdoar, ffe ao prouxyo nom guardar E aos seus benefinios nom responder As batalhas nom amanssar, os ignorantes nom jnssynar, os aflitos nom consollar Aos amoestamentos nom abedecer.* (D. DUARTE, 1843, p. 234, itálico nosso).

A citação acima deve ser vista como uma característica do perfil desse rei, um monarca preocupado com as relações entre seus pares, demonstra uma apreensão com a vida cotidiana, pois ao interferir nessa rotina e nela imbricar modelos educativos de comportamentos, o soberano acreditava que poderia interferir na forma como seus súditos mais próximos percebiam o mundo ao seu redor, D. Duarte se põe como um monarca formador, que modela sua corte para um novo agir social por ele indicado, para que assim possa instituir um ritual novo e dele extrair proveito visando uma boa governança de seu reino.

Esses elementos podem ser percebidos na fração do Leal Conselheiro anteriormente citada, formar uma sociedade virtuosa com bases morais religiosas, onde seria pecado ser ingrato as benesses recebidas do céu, ser insensível a dor do próximo, uma sociedade que deveria ter suas vontades em consonância com os desejos de Deus, ou seja, que sempre estariam buscando o aperfeiçoamento como pessoas, buscando uma melhor relação com o divino e como seus iguais.

O modelo educativo mais pregado pelo régio autor é o de homem virtuoso, que era observante dos regramentos religiosos como comungar e fazer jejuns “*ao menos huã ues no ãno*”, a regramentos mais específicos acerca da convivência como; “*nom receber os parêtes*”, ato que recebe tratamento de pecado por D. Duarte, e que estão diretamente ligados à realidade vivida e porque não dizer que também estavam ligados a governança? Pois pregava o nobre rei que é uma omissão procrastinar o bem para o próximo, não perdoar, não confiar, e fechando o capítulo, admoesta que é pecado não “*jnssynar*” os “*jgnorantes*” e “*Aos amestamentos nom obedecer*”, o que expressa novamente o desejo de interferir no agir global de um dado grupo, por meio de um discurso que se apresenta para além de meros ajuntamentos de escritos, mas sim objetiva divulgar uma mensagem que faria da corte “um grupo de pessoas cuja coerência sociológica deriva da sua relação com a pessoa do rei.” (VENTURA, 2013, p. 82).

Ser espelho de virtude para a fidalguia, e tornar essa modelo a ser seguido pelo todo social é o intento de D. Duarte, indicando o modelo de português virtuoso, obediente aos preceitos religiosos, irmanado aos seus pares e leais ao seu rei.

Anteriormente defendemos que ao listar pecados D. Duarte o faz sempre ressaltando que seus leitores não deveriam segui-los e, se estivessem em estado de queda que poderiam alcançar uma vida virtuosa, mas que virtudes são essas, em oposição aos comportamentos desregrados? O nobre rei lista uma série de atos de que julga ser o caminho para alcançar uma vida virtuosa e, que seria o oposto dos pecados anteriormente citados. Devemos levar em consideração também, que o régio autor aconselha aos seus leitores o conhecimento sobre pecados e virtudes segundo ele, de posse desse conhecimento saberiam que é melhor seguir as virtudes ao invés dos pecados, passo a citar:

deuemos saber, e bem conhecer as próprias uirtude e pecados, eos aazos per que podemos com graça do senhor as uirtudes mais ligeiramente segujr, e auer, ou nos pecados, e outros erros cayr, e mal delles nos guardar Eauydo tal conhecymento, seguyr omelhor porq̃ aprudencia pryncipalmente esta em bem e virtuosamente sempre obrar, mais q̃ entender, nem razoar. (D. DUARTE, 1843, p. 188).

Consideramos que D. Duarte indica modelos virtuosos e falar especificamente de virtudes a partir do capítulo 37, intitulado “*Das outras uirtudes, e sciencias aque dam fe per desuairadas maneiras*”, por mais que tenhamos exposto os pecador, as

condutas viciosas antes das virtudes, essa escolha tem um motivo, a de que em sua escrita quando fala de vícios ou de virtudes o monarca adota o mesmo método dos autores que leu, pois esses ao versarem acerca dos maus comportamentos citam seus contrários, e assim o faz quando sugere condutas virtuosas, é base de seus leais conselhos falar das virtudes e também dos seus contrários e vice-versa, mas sempre sugestionando os comportamentos por ele considerados virtuosos assim entendemos que ao falar sobre pecados o intento maior desse rei é ilustrar que regramentos eram reprováveis abrindo a possibilidade de indicar o “remédio” aos vícios, ou seja, quando grafou sobre os maus comportamentos visava sugestionar os modelos por ele considerados virtuosos.

Nesse ponto ao falar de virtude, no supracitado capítulo, o régio autor faz uma defesa da fé católica em relação aos muitos credos e ciências existentes que por ele são tratados como místicos, entende-se com a leitura do tópico que mais uma vez D. Duarte aponta que um dos modelos de virtude por ele sugestionado é ser bom cristão, crer no que manda depositar crença a Santa Igreja, recomenda a suspensão do credo na feitiçaria e recomenda que se por algum motivo recorram a essa *“fantasia”*, se voltem para Deus, *“Essegundo meu conselho quem em tal cayr com aajuda denosso senhor”* ou por suas próprias forças e *“filhando cosselho de perssora uirtuosas”* se esforce por curar-se desse mal. Salienta ainda que tais *“sciencia”* são *“falsas, enganosas”* e as vê como *“desuairos”*, estaria este tipo de ação *“fundada sobre mentira, engano e bulrras, fora detodo uirtuoso fundamêto.* (D. DUARTE, 1843, p. 124-5).

Assim, mostrando os contrários dos comportamentos virtuosos e desejados, diz que a *“Eaestrollazia, nygromancia, geomancia e outras semelhantes sciencias, artes, sperimentos e sortillezaz”*, são ações reprováveis, pois estão na contramão dos bons costumes tendo em vista *“que assancta igreja manda crer, nom dando ffe aas que defende”*. (D. DUARTE, 1843, p. 123). Virtude nesse ponto é crer no que reza a Igreja Católica, e indica tal modelo objetivando não apenas, que não existam práticas cristãs equivocadas, mas devemos sugerir que nesse caso, pretendendo maior homogeneidade no controle do tecido social, D. Duarte buscou interferir no cosmos religioso que foi por longo período concessor de normas de comportamento, o nobre rei buscou equalizar o agir social a partir desse ordenamento.

Sobre as virtudes, o soberano cita algumas das referências das quais se apoia, tais como, *“o liuro do regymento dos pryncipes que compôs frey gil derroma”*, além

dessa obra já citada diversas vezes por D. Duarte, lista também, uma série de livros que segundo ele, são expressões de fé, tendo assim um fundo religioso mas, que o fazem filosoficamente, assim cita o “*memorial das uirtudes, que das éticas daristotelles me ordenou oadayam de sanctiago Eno pumar das uirtudes que fez meestre andre de paz. [...] Eem uallerio maximo, E tulio de ofiçjs Eno liuro das collaçooês de sam joham casiano*”. (D. DUARTE, 1843, p. 175).

O nobre rei diz que esses livros são fundamentados “*sobre as uirtudes e seus contrairos*”, o que assimila para seu discurso, como foi dito antes, quando cita os pecados faz menção aos bons hábitos que o superariam. Segundo ele, os maus hábitos não conferem nada positivo aos homens nenhuma honra nem proveito algum. E cita o soberano as benesses que a adoção dos modelos por ele indicados poderiam trazer.

[...] oque dizemos, por que nos senhores esta uirtude, antre todas *muyto recebe grande louuor, onde por special della som chamados jllustrissimus, e serenysyinos*, mostrando que som assy claros em verdade, fora de bulrra, engano, e mentira, *que nom deuem em seus feitos e dictos poer duuyda pessandp que podem cayr em taaes fallicimentos*. (D. DUARTE, 1843, 125-126, itálicos nossos).

Dessa feita, recomenda D. Duarte à busca por uma virtude coberta de verdades, e essas verdades são as contidas nas tradições e no magistério da Igreja, refuta de forma veemente quaisquer outro proceder, pois somente as virtudes como se pode ler na fração citada, podem enriquecer o nome, dando fama e status ao homem, sendo tratados como “*jllustrissimus, e serenysyinos*”, não dando “*ffe aos feitos bulrras dos alquimystas*”, que para o nobre rei tentam passar mentiras por verdade.

D. Duarte dedica mais de uma dezena capítulos do *Leal Conselheiro*, para falar de forma direta acerca de virtudes, sendo destes oito dedicados apenas à virtude da prudência. O que nos faz observar que seu modelo de homem virtuoso está ancorado em um conjunto de habilidades cristãs, as virtudes cardeais ou morais como ele as nomeiam, que o monarca classifica como quatro virtudes “*pryncipaaes*”. No capítulo 50, “*Em geeral da prudencia, justiça, temperança, fortaleza, e as condiçooês que pertecẽ aboo conselheiro*”.

Na abertura deste tópico, o nobre rei apresenta as virtudes teologais, “*Ffe, Sperança, e Caridade*”, D. Duarte sugestiona que o modelo de homem virtuoso por ele apontado deveria se apropriar de virtudes advindas do catecismo da Igreja Católica, as virtudes teologais têm como origem, motivo e objetivo o próprio Deus, e o soberano

apontou este fato quando grafou que, “*per ellas nos enderençamos asservuiço denosso senhor deos, que atheos em grego he chamado*”. (D. DUARTE, 1843, p. 175). É importante frisar que assim como é indicado pelo monarca essas três virtudes advém de Deus, ou seja, os homens não nascem com elas, dessa forma as virtudes teologais são uma graça concedida por via divina, e posteriormente desenvolvidas.

Por esse motivo indica as virtudes morais (cardeais), as quais os homens já nascem predispostos a desenvolver, essas estão contidas no *Livro da Sabedoria* capítulo oitavo, onde lemos; “Se alguém ama a justiça, as virtudes são seus frutos, pois é ela quem ensina a *temperança* e a *prudência*, a *justiça* e a *fortaleza* que são na vida os bens mais úteis aos homens”. (Sb 8, 7). Entendemos que D. Duarte as indica como ideais a serem perseguidos por seus leitores, pois em síntese esses atributos honrosos representavam em sua concepção o pleno desenvolvimento do homem, podendo então por meio delas impulsionar o agir moral da cristandade, alcançando o seu intento de moldar e gerir, o pensar e o sentir do tecido social de seu tempo, através dos modelos comportamentais por ele sugestionados.

Como já fora dito, D. Duarte dedicou relevante quantidade de capítulos a uma das virtudes por ele chamadas “*pryncipaaes*”. Logo após redigir o capítulo 50, onde de forma geral articula as quatro faculdades, gasta mais tinta com a prudência, grafou o régio autor oito capítulos²⁴ onde trata especificamente do primeiro atributo.

No capítulo seguinte grafa o soberano que “*Sobre oque pertence aa virtudo prudencia, amm parece, que nom cõuem apessoas que virtuosamente desejom uyuer creersse per seus coraçooês em qual quer estado, por as grandes mudanças de seus sentimentos*”, mostrando assim, que aquele que pretende viver de forma virtuosa deve estar preparado para modificar seus hábitos, abandonar a vida “*fora do geeral custume*”, e passa a ditar normas comportamentais como bem jejuar, comer de forma moderada e se guiar pela “*muy perfeita prudencia nom se reger per seus desejos e paixooês, mas per aquello que nosso boo entender demostra*”. (D. DUARTE, 1843, p. 179-180).

Coloca-se novamente como quem sugere conselhos, e para amarrar seu discurso cita o “*liuro do regymento dos pryncypes*” que segundo D. Duarte, manda “*Rex e senhores seer prudentes*”. Esses atributos virtuosos são consequência da prudência, lista o soberano que ela é necessária a fidalguia, é elemento primordial para *Rex* por serem

²⁴ A saber, capítulos 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 59.

por natureza senhores e regedores e para melhor cumprir a última atribuição de bons regedores “*pertececelhes muyto seer prudentes*”, a prudência “*he muyto necessaria aos pryncypes*”, aos “*baroões*”, esses não podem minguar em prudência, fazendo dela dessa maneira um traço ligado à nobreza. Para essas recomendações utiliza fontes de “*platom*”, “*boecio*” e “*aristotilles*” classificados pelo régio autor como “sabedores e letrados” cujas obras tiveram influência em seus dias e alinham-se ao seu ideário de homens públicos prudentes.

Destaca de maneira figurada que “*prudencya he assy como huñ olho daalma*”, tão importante é esse traço moral, que para esse rei ele define a boa governança pois determina o futuro do povo, se seriam bem encaminhados e bem governados, advertindo que se o povo não é bem governado como consequência se teria sua “*destruyçom*” e a “*destruyçom do poboo*”, por conseguinte, representaria a destruição do reino. E continua escrevendo e pondo em evidência que uma boa forma de governar é aquela que se faz de forma prudente, e conclui reafirmando que cabe aos regedores serem prudentes.

Por fim, grafa de forma breve em duas laudas e meia o conjunto de prudências as quais deveriam ser tomadas por reis e senhores sobre, orientações que faz em capítulo próprio o 52, intitulado pelo nobre rei de “*Ques cousa perteeceã aos Rex e aoutros senhores pera seerẽ prudẽtes, e per ã modo opodem seer*”, novamente cita suas fontes, a saber, “*liuro do regimento dos pryncypes*”, onde segundo D. Duarte está escrito que “*todo Rey e duqye que perfeitamente quer auer prudencia deuem auer as propriedades da dicta uirtude*”, cita também, “*aristotilles no 2.º liuro da reictorica*”. (D. DUARTE, 1843, p. 183).

Valoriza nesse ponto a memória a “*renembrancha das cousas passadas*”, segundo o régio autor, os feitos que os homens realizarão por sua vontade, e a maior parte dos que iriam fazer são semelhantes aos que já foram, ou seja, há uma linha de continuidade de atos que estavam no plano do imaginário social, da memória coletiva de um grupo, como Halbwachs ditou; nunca estamos sozinhos, há sempre conosco, “uma quantidade de pessoas que não se confundem”. (HALBWACHS, 1990, p. 26). Deixando evidenciado, que para determinado grupo, no caso a fidalguia, reis e príncipes, havia uma postura própria que deveria ser apropriada por todos que dele pertencessem e que essa postura foi passada e apropriada por meio do exemplo no

espaço e no tempo até chegar aos seus dias, esse ensinamento é o que por meio de seus leais conselhos o nobre rei queria transmitir.

Em seus leais conselhos, D. Duarte ao orientar prudência aponta novamente para adesão de modelos comportamentais, de bom português e bom cristão, indica também que comportamentos, os bons líderes devem ser prudentes, pois, de prudentes homens só poderiam sair boas ações, bons julgamentos, boa governança. Sugere que os homens de seu tempo deveriam lembrar do passado, observarem os bons exemplos (modelos) de bons governantes e neles se espelharem.

Devem eles ser sabedores das *“lex, e custumes, e reglas de direita razom, as quaaes lhes sejam princípios e fundamentos deque proceda em seus feitos”*. (D. DUARTE, 1843, p. 183). Para que assim, possam ponderar sabiamente ao tomar decisões e que possa refletir em seu interior composto por esa moral e dessas regrar extrair a resposta para as ações mais acertadas, pois para todo senhor deve ter como finalidade última levar *“cousas proueitosas aas suas gentes”*, e para assim agir, sugestiona o nobre rei que; *“cõuem atodo senhorque benignamente ouça os consselhos dos sabedores, e dos baroões dos fidalgos, e dos antijgos e daqueles que amam orreyno, e ossenhorio”*. Nesse ponto o régio autor projeta-se como esse bom conselheiro e sabedor das leis, regras e costumes e ressalta que tais qualidades são uma necessidade para a boa governança, assim grafou o soberano, *“he necessario ao senhor hauer muytas speriencias de conhecer osseu poboo perao saber melhor reger e ordenar aafm que há deuer”*. Segundo D. Duarte, tais habilidades fariam com que os homens pudessem identificar as *“sciencias”* que por vezes estão juntas as *“falssidades com as verdades”*, sempre citando o bem do povo, o nobre rei diz que saber separar as coisas boas das ruins auxiliaria a não confundir-se, fazendo com que não se realize coisas ruins ao povo parecendo serem boas quando na verdade não são. Passo a citar.

Epor tanto **compre ao senhor seer sages pera estremar omal do bem, e dereitamente reger sua gentem auendo renembrancha, e auysamêto e sabedoria seendo razoauel que dhuã razom tire outra segundo for compridoiro, e aja sotilleza dentendmento, e receba bem os conselhos, filhe muytas speriencias e seja sages em suas obras e per tal maneira poderá verdadeiramente seer prudentes** **E cõuem aos senhores por tal que ajom prudencia, despenderam amayor parte dessua ujda em cuydados proveitosos aos seus senhoryos, filhando porem em tal guysa as recliçooês corporaaes que nom sejam por ello ãbargados no regymento** *Eprimeyramente deuem magnar os tempos passados, e trabalhesse que osseu tempo seja memelhauel aaquel em que os renos e senhorios foram melhor, e mais seguramente regidos, que assy como os sabedores proueitam no que screuerom os letrados antigos, assy proveitam os regedores consijrando per*

que maneira regerom os seus antecessores, e em estes filharom renembrãça. Deuem ainda magnar os proveitos que podem uijr aas suas terras e os malles quesselhes podem seguyr, e assy auerem aujsamento pera se poder guardar domal e mais tostemente auer obem Outrossy deuem consijrar os boos costumes, e boas lex, e quanto mais em eles souberem, tanto serom mais sabedores, e cõuenlhes ameude cuydar per que gusa segundo taaes lex regerom osseu poboo, e fazendo esto serom razoauées, e auendo tal husança, fazersseam prudentes. (D. DUARTE, 1843, p. 184-185, grifos nossos).

Pode-se perceber que o modelo educativo projetado pelo monarca de uma fidalguia acautelada, insere inúmeras outras questões, o cerne é a prudência, no entanto, há um conjunto de boas condutas, como a ausência de malícia ao julgar questões, bondade de vontade, se chegar aos conselhos dos sábios, ser ele próprio sábio, o que cai em outros conselhos ditados no Leal Conselheiro tais como, os que deu, para curar-se do humor “menencorico”, comer moderadamente, beber vinho aguado, afastar-se da peste, praticar atividades de desenfado com regramento como a caça e o monte, conviver com amigos sábios, ler bons livros, seguir e crer no que professa a fé católica, fiar a confiança em Deus e não nos médicos, pois segundo esse rei “*todas cousas que nos uenham, som per ordenãça denosso senhor deos que muy dereitamente sempre da, bem aos boos e uituosos, ou ainda que pareça uijrlhe mal que tudo se torna em melhor*”. (D. DUARTE, 1843, p. 188). Sendo o homem virtuoso um sábio, que guarda descrição e os bons conselhos e esse é um fator propagandístico que faz com que os que leem ou ouvem essa mensagem associem a adesão a ela, a aquisição da virtude.

D. Duarte deseja uma nobreza virtuosa por que considera “*que opossuyr das uirtudes he verdadeiro bem*” que a adoção de uma conduta embasada em virtudes faria dos homens incontestavelmente boas pessoas, tendo em vista que acredita ser “*ĩpossuel cousa he oprudente seer nom boo*”, nesses termos indica D. Nuno, como modelo de homem virtuoso a ser seguido, o modelo de homem prudente que sempre guardava “*no coração razoada segurança*” e assim sugestiona fazerem “*como fazia aquel santo Condestabre que na paz e todo assesego era tam auysado e bem prouysto, como se fosse ã tempo de grande necessarydade*” (D. DUARTE, 1843, p. 188).

Indica D. Nuno, pois escreve principalmente para nobres, “*conssijrendo que prncipalmente screuo pera uos, e outras pessoas de corte do que tenho scripto, e adyante se dira com oque ao presente se coore, uos declaro estas cousas adiãte scriotas por mayor enformaçom*”. (D. DUARTE, 1843, p. 185). E deseja o nobre rei, que essa nobreza se espelhe nos melhores exemplos que a fidalguia já teve. Que os seus

“*antecessores*” sejam postos como modelos comportamentais ideais, para observarem também que assim como recomenda espelharem-se em determinados modelos, que esses também um dia olharam para história de seu reino, conheceram bons homens, e “*em estes filharom lembrança*” e dos seus exemplos tiraram proveito.

Para D. Duarte, o modelo de homem que seguia virtudes tinha alcançariam os atributos, que foram indicados no início de seu tratado, são eles cinco; primeiro, guardar consciência para que no fim de seus dias alcance a glória eterna. Segundo, bem manter e crescer sua honra e bom estado. Terceiro continuamente viver em boa disposição de saúde. Quarto, bem governar sua casa e seus bens, de modo proveitoso e quinto, viver sempre em satisfatório nível de gozo e contentamento. (D. DUARTE, 1843, p, 186). Para dar vigor a seu discurso, afirma que tudo se torna bom quando se tem uma vida virtuosa, “*e ham proposito de virtuosamente uyuer todas se torna em bem na presente uyda*”, pois os homens virtuosos estão sempre tutelados por Deus, “*que muy dereitamẽte sempre da, bem aos boos e uirtuosos*”. Faz analogia a vida do crente, e exorta que aqueles que praticam o contrário de seus conselhos não buscando viver virtuosamente caem em erro, esquecem que “*todo uem per ordenança, ou peruisõ daquel senhor que diz sem mym cousa nom podees fazer*”. (D. DUARTE, 1843, p, 187).

Por fim, ao indicar sete comportamentos, a saber, primeiro, confiar nas “*ordenãcas*” de Deus. Segundo, apropriar-se do bom “*consselho e auysamento*” dos sábios e letrados. Terceiro, não presumir “*seermos bastantes pera uijr per nosso saber*”, ou seja, sempre buscar aperfeiçoamento pessoal. Quarto, não afligir-se guardar paciência e bom esforço para não sofrer com o que acontece, pois, tudo vem por “*ordenança denosso senhor deos*”. Quinto, conhecer pecados e virtudes para saber escolher o melhor caminho. Sexto, saber que o possuir virtudes é o verdadeiro bem e não as seguir é estar em mortal pecado. Sétimo, “*sejamos bem auysados prouystos e percebidos*”. Resumindo assim a prudência, em um modelo que comporta todas as qualidades positivas que foram elencadas. D. Nuno Álvares Pereira, o santo Condestável, que encontraremos também no tópico seguinte, a ele D. Duarte indica de três motivos para ser exemplo e modelo quase impecável de bom português, guerreiro corajoso e bom cristão. Segundo o régio autor, esse jamais se deixava encontrar “*despercebido em alguãs acertamentos nom pensados*”. Esse nobre também sempre dotava os seus, do costume de praticarem atividades militares, repetidas vezes, com

lanças nas mãos, e armaduras vestidas, sempre preparadas caso houvesse necessidade. E por último, não se abalava diante de pequenas coisas. Aponta tais virtudes e as associa ao muito virtuoso D. Nuno.

E aqui novamente defendemos nossa tese, de que por meio de uma literatura de feição doutrinária, a Dinastia de Avis empreendeu um discurso que estava para além de sua legitimação simbólica. Essa mensagem objetivava encucar modelos comportamentais já estabelecidos, como o listado anteriormente, objetivando assim a construção de uma nobreza virtuosa, prudente e comedida que serviria de espelho para o todo da sociedade portuguesa de seu tempo, alcançando assim o intento de D, Duarte, de fazer com que a sociedade portuguesa fosse reconhecida por essa marca específica assim como os outros reinos que cada um tinham sua marca. O reino de Portugal e os portugueses seriam reconhecidos por uma sociedade egrégia, exímia, distinta, emérita, celebrada por suas virtudes.

Os modelos sugeridos, pelo eloquente monarca, sejam eles membros da Casa Real Avisina, como já fora exposto em outras linhas deste trabalho, a saber, os irmãos e os pais de D. Duarte, ou exemplo fora da família real como D. Nuno, o santo da Dinastia de Avis, servem tanto como modelos comportamentais que eram exemplos a serem seguidos em sua narrativa, como também signos emblemáticos que para além de padrão a ser imitado representavam pontos sensíveis de acesso a uma memória positiva ao grupo. Fação essa que tentava projetar-se como homogênea em relação às virtudes, mesmo que cada componente dela tivesse sua habilidade específica. A memória seria legitimada pelas condições morais de cada um desses personagens o que os tornariam referências morais e motivo de recordação de um dado grupo. Deve-se considerar também, que a narrativa Duartina outorga a seu escritor e aos que sua escrita contempla condição de modelo a ser reproduzido, e por essa ação perpetua a memória. O nobre rei ao utilizar a realidade vivida, por meio de conselhos, exortações, advertências e recomendações dirigidas em especial à fidalguia, coloca-se como rei formador, com atitude retificadora e transformadora objetivando lograr mudanças na conduta dos destinatários de sua mensagem.

Pelos motivos supracitados, pomos D. Duarte como artífice dessa propaganda com fins de molda o agir por meio de modelos já efetivados, apontamos também, que tal escrita de conotação exortativa, criou através da palavra impressa pela pena e seu eco quando proferida, um ponto de autoridade, pois em seus leais conselhos emprega um

conjunto de saberes, filosóficos e teológicos que tornam sua narrativa fonte “verdadeira” de uma identidade coletiva. Devemos por esse motivo rememorar que foi caráter decisivo nessa escrita o fundo religioso, que estava diretamente ligado a estrutura de pensamento do período medieval, onde o cosmo do sagrado articulava-se com a vida cotidiana, elementos esses que conferem legitimidade ao que foi grafado pelo soberano, dando assim um tom de real entre o que se vive no dia a dia e o que se ler nas páginas do *Leal Conselheiro*, condição preponderante para dar vigor a uma literatura que tem origem de um dado grupo e objetiva mesmo que em níveis diferentes alcançar o todo social para assim moldar uma nova realidade.

3.2. Fernão Lopes e a *Crônica de D. João I*

Nós certamente *leuando outro modo, posta a de parte toda affeição*, que por azo das ditas rezoens auer podíamos, *nosso desejo foi em esta obra escreuer uerdade, sem outra mestura... [...] por ignorancia de velhas escrituras, & desauisados autores, bem podíamos ditando errar; porém que escreuendo homem do que não he certo, ou contar mais curto do que foi, ou falar mais largo do que deuemos, mentirá, & este costume he muito afastado de nossa uontade*. (CDJ, 1644, p. 02-03).

Na epígrafe acima, Fernão Lopes diz ser diferente dos outros que já grafaram a história do reino, mostra-se como o novo em oposição a “velhas escrituras”. E será essa narrativa sempre buscando respaldo da verdade que iremos encontrar no cronista, foi ele preocupado em atestar a verdade sendo assim tratado como aquele que terá pela primeira vez atividade semelhante à de um historiador, pois o cronista teve cuidado em verificar documentos, conferir nomes até mesmo visitando cemitérios para o fazê-lo. Defendemos que em sua trilogia Lopes, não se presta apenas a legitimação simbólica da dinastia de Avis, mas também a indicar modelos comportamentais, utilizando-se de referências simbólicas já consolidadas.

Tal afirmativa, parte do princípio de que esses arquétipos seriam elemento da coesão social tão urgente nos primeiros anos da nova dinastia, esses modelos funcionariam como um dispositivo simbólico, através do qual um certo movimento de massas procuraria dar-se a si próprio identidade e coerência, permitindo reconhecer e designar as suas recusas bem como as suas expectativas, tendo em vista que seria para o todo social um fator de reconhecimento, a qualidade que marcaria um grupo que buscava impor-se como referencial para o todo social no que se refere a valores e princípios morais. (BACZKO, 1985, p. 296).

Devemos considerar também, o fato de que, quando as antigas legitimidades são postas em xeque, como em Portugal em 1383-85, quando tivemos o fim da dinastia de Borgonha, aquela que é fundadora do reino português, e o início da Dinastia de Avis que tem em sua origem uma suposta indignidade de sangue, nesses casos há uma tendência de criar-se a necessidade de pensar e imaginar novos objetivos legítimos, assim como os meios de inculcá-los nas mentalidades. (BACZKO, 1985, p. 301).

A ferramenta para tanto no caso avisino, à literatura, foi produzida pela própria dinastia, os escritos dos príncipes de avis e de seus monarcas, ou encomendadas como a *Crônica de D. João I*, são exemplos dessa estratégia, que de forma deliberada tentou impor novos objetivos legítimos, como o prestígio ao invés do carisma de sangue que lhes faltavam, não esquecendo que essa falha fora relativizada por Fernão Lopes, pois este o legitima ao dizer que D. João I, foi rei por ter sido filho de rei, suprimindo nas páginas da crônica quem fora sua progenitora, colocando sua posição de filho de soberano e sua empatia perante o povo acima das prerrogativas de sangue, unindo a esse predicado virtudes acessórias que estavam atreladas a religião, pois é tratado pelo cronista como regedor revestido de atributos messiânicos, por muitas vezes vinculados a reis bíblicos o que lhe confere traços de monarca ideal, o que sobrepujaria sua carência de linhagem com direitos sucessórios, pois lhe conferiria ser um rei virtuoso, justo, vitorioso nas batalhas, e sempre tutelado por Deus.

Podemos relacionar aqui também, por exemplo, a tentativa de atitude técnico-instrumental²⁵ imposta pela dinastia, aqui já apresentadas a saber, narrativas de caráter técnico moralístico, onde estão inseridos os guias de educação cavaleiresco cortesão, como o *Livro da Ensino do Bem Cavalgar Toda Sela*, grafado pelo artífice da propaganda de conduta moral e doutrinária, D. Duarte em que o soberano tenta disciplinar pelo controle dos corpos, condicionando a estrutura física e em contrapartida, a doutrinando o agir social.

²⁵ De acordo com Bronislaw Baczko, a atitude técnico-instrumental prolonga-se através de teorias que concebem o imaginário como um artifício arbitrariamente fabricado e manipulável até ao infinito. Supomos que a Dinastia ao empreender a exaltação da imagem régia apresentando D. João I como modelo de rei ideal, a família real e seus membros e elementos mais próximos como D. Nuno como modelos de nobreza virtuosa e cavaleiresca, fabricou modelos comportamentais que visavam operar o imaginário social, modificando sua forma de agir, pensar e sentir. Ainda de acordo com o autor citado, tal ação nasce do princípio de modificar o tecido social a partir do plano do simbólico, a ideia de colocar o imaginário ao serviço da razão manipuladora. Daí, também, a ideia de dar batalha aos “preconceitos” e ao “despotismo” no terreno que eles haviam açambarcado. Pensa-se então em fabricar um contra-imaginário, arma de combate, mas também instrumento de educação destinado a inculcar no espírito do povo novos valores e novos modelos formadores. (BACZKO, 1985, p. 301).

Dito isso, de forma breve apontaremos os modelos mais constantes na crônica grafada por Fernão Lopes, que são evocados como estratégia de fortalecimento da Casa Real de Avis no campo simbólico, por tais modelos comportamentais buscava-se a elaboração de uma imagem que transmitisse segurança política, em especial em relação as demais monarquias europeias. Devemos levar em conta, o contexto vivido pelo reino português entre 1383-85, um quadro de sucessão dinástica e disputa pelo poder após a morte do *Rei formoso*, D. Fernando I (1367-1383), o último rei da dinastia de Borgonha, um governante que mesmo Fernão Lopes diga que tenha herdado uma conjuntura favorável²⁶, na verdade já herdara o trono em um contexto delicado, nesse momento existiam também no reino tensões políticas entre as camadas sociais e dessa por sua vez com o rei, pois, D. Fernando não encontrou uma sociedade unida. A título de exemplo, o setor rural vivia em constante conflito que a qualquer momento poderia ter um desfecho sangrento, sendo assim, o século XIV em Portugal um período que foi permeado por conflitos internos e externos, por crises alimentícias e epidemias diversas. (SANTOS, 2015, p.11).

Nesse contexto, as crônicas régias, que já eram na Idade Média veículo de fortalecimento da figura real em que o cronista selecionava o que era memorável sobre uma biografia, ou ao narrar os grandes feitos dignos de lembrança do soberano, tornando não só possível um legado em forma de registro, mas também um guia para os seus sucessores. (AZEVEDO, 2018, p. 169).

Segundo Adriana Zierer, a *Crônica de D. João I*, pode ser vista como um manual que recomenda modelos comportamentais, pois de acordo com a autora, essa narrativa cumpre este papel, pois ao defender a ascensão de uma nova facção ao poder Lopes não apenas narra os feitos gloriosos do soberano, mas também indica modelos educacionais almejados para uma nobreza ideal. Sua escrita tenta assim forjar uma nova categoria de nobre e esta, deveria ser composta por uma fidalguia leal ao seu monarca e esmerada com seu reino, sendo assim, o conteúdo de tais textos podem ser interpretados como detentores de protótipos que servem como referência a reis e nobres para se alcançar virtudes. (ZIERER, 2010, p. 56).

²⁶ Defendemos que Fernão Lopes se aproveita do “mau governo” de D. Fernando I, para legitimar simbolicamente D. João I e a nascente dinastia. Tornado assim a administração Fernandina como mais um elemento legitimador do Mestre de Avis e sua prole, pois o cronista ressalta os aspectos negativos do antecessor do primeiro monarca de Avis para assim apresenta-lo como modelo de rei ideal, justo e preocupado com seu reino e seu povo.

Segundo Trevisan, a historiografia especializada julga que a construção de uma imagem favorável da primeira geração de Avis, foi de fundamental importância para o robustecimento da nova Casa Real e estruturação de uma memória positiva acerca dessa dinastia, o que asseguraria a sucessão dinástica e a continuidade da mesma. Segundo essa autora, os filhos de D. João I e D. Felipa de Lencastre ficaram conhecidos pelo epíteto de Ínclita Geração, altos Infantes, os seis herdeiros do iniciador de Avis, que teriam prestigiado Portugal diante do mundo, fato inclusive já abordado em outras páginas deste trabalho nas quais falamos que o poeta português Luís de Camões na epopeia do povo lusitano, *Os lusíadas*, teria eternizado os filhos do Mestre de Avis com essa denominação, reitera ainda Trevisan, que essa definição teria sido engendrada após socialização dos textos propagandísticos grafados na corte de Avis ao longo do século XV, como a documentação por nós analisada, a *Crónica de D. João I*, escrita por Fernão Lopes, onde pode-se encontrar menções a essa primeira geração como de bem aventurados. (TREVISAN, 2014 p. 01).

Fato que revela o sucesso da propaganda de caráter moral e doutrinário da dinastia de Avis, que mesmo com o distanciamento de mais de cento e oitenta anos entre os acontecimentos do movimento de Avis e a primeira publicação da obra de Camões, aspectos positivos continuam vigorosos na memória dos portugueses, que ainda louvam a primeira geração desta casa real como modelos a serem seguidos por monarcas e nobres.

Tal vitalidade de discurso pode ser explicada se nos atemos que diferente das outras estruturas, o arcabouço mental tem maior longevidade, afirma Le Goff que as duas grandes estruturas sociais e políticas da Idade Média, o sistema feudal e as cidades, estão conexos a dois fenômenos de mentalidade histórica: as genealogias e a historiografia urbana. E o eminente historiador aponta para um terceiro elemento a qual deve-se acrescentar para se conceber uma perspectiva de história nacional monárquica, “as crônicas reais” em uso desde o século XII, a título de exemplo o autor cita uma das quais considera mais importantes, e reitera que sua importância desde o fim do século anteriormente citado, as *Grandes Chroniques de France*, “em que os Franceses acreditaram como na Bíblia” (LE GOFF, 2013, p. 67).

São elas, as crônicas as primeiras formas organizadas de memória de um grupo social, deve-se ressaltar também que para, além disso, algumas destas histórias ganham um caráter oficial, autêntico, com o tempo a elas também são conferidas o caráter de

história verdadeira, elemento que encontramos nos escritos lopesianos, que em sua narrativa busca sempre impor-se como verdade. (LE GOFF, 2013, p. 68). Busca também obter bons resultados, pela imitação dos modelos históricos, religiosos e profanos, tendo em vista que está sempre a citar exemplos bíblicos e até mesmo personagens fora do cosmo da cristandade. (LE GOFF, 2013, p. 82).

Dessa feita, a *Crónica de D. João I*, acaba tornando-se um documento monumento sendo um ponto sensível de onde é possível a evocação do passado, pode ser concebida também como fonte de em que se podem extrair reflexões para associar o presente ao passado e fazer com que os seus leitores ouvintes tomem os modelos sugeridos no texto, tendo em vista que nesse tipo de documentação, a escrita se caracteriza por possuir duas funções principais, sendo a primeira de armazenamento de informações, o que permite uma comunicação através do tempo e do espaço e fornece aos homens um processo de marcação, memorização e registro. A segunda característica se encontra na função de que ao assegurar a passagem da esfera auditiva à visual, rompendo o campo da oralidade, para uma memória do acontecimento que passa a ser grafada, permite reexaminar, reordenar, retificar frases e até palavras isoladas de agentes históricos. (LE GOFF, 2013, p. 434).

Devemos levar em consideração todos os fatores elencados e perceber que dessa forma o documento escrito passa a ter um caráter de verdade incontestável em oposição ao que estava apenas nas memórias e de forma incompleta, seria assim tal escrito o ajuntamento da memória coletiva, um ponto de encontro em que todos os lembreres eram contemplados. Enfatizamos aqui, que não há um rompimento com a memória pela via oral tendo em vista que a memória coletiva, nos primórdios do uso da escrita, ela não deve romper o seu movimento tradicional “a não ser pelo interesse que tem em se fixar de modo excepcional num sistema social nascente”. (LE GOFF, 2013, p. 434). Caso esse da dinastia avisina.

Em sintonia com o exposto em um cenário de tentativa de fixação de memória positiva e modelos comportamentais, segundo Maleval, a *Crónica de D. João I*, pode ser caracterizada como o marco que define os acontecimentos ocorridos no movimento de avis como elementos de justiça, o discurso lopesiano põe no cenário dois movimentos que são opostos, onde são defrontadas acusação e defesa, e segundo a autora, a coroação do Mestre de Avis o iniciador da dinastia que recebe o nome desta ordem religiosa, representa justiça e estabelece nesse jogo a separação entre os

verdadeiros portugueses dos enxertos tortos da mansa oliveira portuguesa. Esse discurso é também elemento de engendramento de modelos comportamentais, nesse caso D. Nuno como cavaleiro perfeito que unido a D. João se tornam uma força que representa as classes populares, o povo fiel a Portugal. (MALEVAL, 2010 p. 75).

Monteiro defende que a primeira parte da *Crónica de D. João I*, segue um plano de louvor a esse monarca, sua prole e seus partidários, segundo esse autor, tal demanda foi meticulosamente pensada e executada, afirma que o cronista escreve de forma sagaz e entende o trabalho a ser feito, tem clareza que deve por uns em evidência e depreciar outros, que ver colocar os personagens em espaços muito diferentes e ao mesmo tempo devem entrecruzar-se de forma lógica no cenário de sua narrativa. Para Monteiro, o grafar de Lopes assemelha-se a uma estratégia fílmica, movendo ele a pena de acordo com a composição e sucessão dos cenários, onde desenvolve a narrativa, obtendo assim o hábil cronista a estruturação de um relato organizado e inteligível e organizado das ações dos atores sociais. (MONTEIRO, 1988, p. 111).

Nesse contexto a Crónica de D. João I, fora feita a pedido de D. Duarte, não esqueçamos que a decisão da edificação de uma memória escrita foi posta em ação de forma oficial em 1434 por este monarca, pode-se inferir também que ideários do Rei Eloquente contidos no *Livro dos Conselhos* e no *Leal Conselheiro*, foram incluídos nas crônicas por ele encomendadas ou serviram se arrimo para narrar os episódios nelas contidas. (TREVISAN, 2014, p. 05). Partimos assim do pressuposto de que tais escritos foram grafados para serem um lugar de memória, resquício do que antes era apenas memória e que deveria se tornar história perpetuada pela ritualística, pela sacralização de feitos e personagens, para unir uma coletividade que estivessem essencialmente unidas por marcos históricos comuns, dos quais seriam testemunhas, pois os lugares de memória nascem e vivem não do que resta de memória espontânea, mas subsiste de sentimentos e por isso a necessidade de criar arquivos, manter comemoração de natalícios, sistematizar celebrações, pois a memória se perpetua pelo constante processo de revisitação do passado a vigilância comemorativa é o principal pilar do qual a lembrança se sustenta. (NORA, 1993, p. 12-13).

Por esse motivo, torna-se necessário para a transmissão da memória sendo essa escrita ou não o nascimento de uma “comunidade afetiva”, ou seja, uma sociedade que carregue consigo sentimentos e ideias que tenham sua origem em outros grupos, sejam eles reais ou imaginários, pois na evocação de lembranças rememoramos daquilo que

experimentamos de forma direta ou indireta e desse processo de recordar de eventos que não vivemos sem apoio dos demais de impressões que não nos foram comunicadas, e isso só se torna possível quando se comunga do mesmo espírito de uma mesma sociedade. Ora, só recordamos na medida em que as pessoas estiverem compreendidas dentro de um quadro de preocupação, de vínculo comunitário. (HALBAWACHS, 1990, p. 33-35). A narrativa aqui analisada tem objetivo tem um alvo a ser alcançado, de formar uma comunidade que compartilha das mesmas lembranças e que tenha um padrão comportamental definido e dentro dessa proposta há necessidade do envolvimento dos receptores dessa mensagem, para que se forje “a condição de não esquecer que nossos sentimentos e nossos pensamentos mais pessoais buscam sua fonte nos meios e nas circunstâncias sociais definidas”. (HALBAWACHS, 1990, p. 36)

No que tange as celebrações da memória, Adriana Zierer aponta que mesmo tendo sua publicação apenas em 1644, o relato da crônica já era conhecido e teria sido utilizado na educação de nobres e infantes, além da possibilidade de seu texto ter sido declamado em locais públicos, como praças, feiras e ruas em períodos próprios do ano. Tal narrativa, busca apresentar D. João como um rei melhor que seus antecessores. Composta entre 1440-48, ou seja, três anos antes da morte do Mestre, tendo dessa forma o cronista iniciado sua grafia com seu biografado em vida (ZIERER, 2017, p. 03).

Quando se fala em uma tentativa de forjar uma memória, esse processo sempre resulta de uma manipulação concentrada da memória e do esquecimento por parte dos detentores do poder, tal engenho parte também de um intento, um objetivo, um fim que pode ser designada como “razão estratégica”, e nesse ponto falar que esse abuso da memória também se torna um abuso do esquecimento, pois aquele que está com a pena na mão seleciona os fatos que são dignos de lembranças, como as virtudes dos reinantes no caso avisino, e suprime outros, como a carência de sangue e subsequente legitimidade da nova dinastia. (RICOEUR, 2014, p. 93-94).

Isso dito, o desejo do cronista e de seu contratante fora a edificação de uma imagem idealizada em alguns modelos comportamentais já consolidados, como de seus herdeiros eternizados como “Ínclita Geração”, por nós já anteriormente citados, ou como a imagem de uma consorte ideal em D. Felipa de Lencastre, onde o cronista sugestiona que essa exercia papel decisivo nas questões do reino, sacralizada como rainha cristã, símbolo de fertilidade diretamente associada à garantia de sucessão e prosseguimento da dinastia, de paz em meio as turbulências dos primeiros anos do

reinado de seu esposo, seu exemplo deveria ser adotado não apenas para as futuras rainhas, mas também pelas mulheres da fidalguia, consolidando um modelo de consorte régia ideal, onde Lopes dedica capítulos inteiros para falar de seus bons hábitos e de sua alma benevolente (AZEVEDO, 2018, p, 173). A saber, capítulo 98²⁷, intitulado “*De alguns costumes, E bondades da Rainha Dona Felippa*”. Onde Lopes, a descreve como uma mulher cheia de virtudes, segundo o cronista, essa rainha já era reconhecida por seus dotes positivos, passo a citar.

[...] *era louuada em sedo infante de todas bõdades ã a molher de alto lugar pertence, assi o foy, & muito mais, depois que nouamente foi cazada, & posta em Real estado, a qual Deos outorgou* marido concordauel a seu desejo, de que ouesse *fermosa geração de bemaumentados, & viirtuosoa filhos*. [...] Esta *bemaumentada Rainha*, assi como em sua mocidade *era deuota*, & nos diuinaes officios esperta, assi *o foi & muito mais, depois que teue casa*, & a ordenou á sua vontade, *Ella rezaua sempre as horas canônicas*, pelo costume de Sarusbri. & pero elle seja nom bem ligeiro dordenar: assi era em esto atenta, que seus Capellaens. [...] & quando era em bargada por doença, ou constringida por impedimento de parto, acerca de sy lhe rezauom todo o que ella auia em costume, ouuindo o muyto devotamente. (CDJ, 1644, II, p. 228-9).

Pode-se observar que Fernão Lopes apresenta D. Felipa com ares divinais, como boa cristã, leitora “*das sanctas escrituras*” aquela que por seus atos por tabela legitimava sua prole com as mesmas virtudes. Foi uma rainha “*que nunca a ociosidade em sua maginaçam achaua morada*” além disso, sua bondade se estendia ao povo português, pois de acordo com Lopes “*era cuidadosa acerca dos pobres, & minguados fazendo largar esmolos às Igrejas, & Mosteiros*”. Fora também exemplo de esposa, pois segundo o cronista, D. Felipa “*Amou bem fielmente o seu mui nobre marido, tendo bom sentido de o nunca anojas, & da boa ensinança, & criação de seus filhos*”. É posta em oposição ao seu contra modelo, D. Leonor Teles que é exemplo de má rainha e modelo a não ser seguido. Em oposição a D. Leonor, D. Felipa segundo Lopes, “*nom fazia cousa alguma com rancor, nem ódio, mas todas suas obras erom feitas com amor de Deos, & do proximo*”. (CDJ, 1644, II, p. 229).

O cronista segue descrevendo-a de tal forma que os leitores-ouvintes poderiam construir um rosto angelical em sua imaginação, para “historiador” de Avis, “*Em ella auia hũa chaã conucrçam, proueitosa a muytos, sem ousania de seu Real estado: com*

²⁷ Azevedo indica o capítulo 97, na página 173 de seu trabalho como aquele onde Fernão Lopes tece elogios a consorte de D. João I, no entanto o capítulo que versa sobre os costumes e bondades da Rainha Dona Felipa é o capítulo 98, da versão fac-símile de 1644, II parte página 228.

doces, & graciosas palavras a todos praziueis de ouvir”. Por fim Lopes a põe como modelo perfeito tendo em vista que seus hábitos eram “*comunicaueis a toda honesta pessoa; assi que sem do seus perfeitos costumes. [...] affaz seria dabastosa ensinãça pera qualquer molheres, postoque de menor estado fossem*”. (CDJ, 1644, II, p. 229-230). Porque não ousar dizer que D. Felipa projeta-se como não apenas de soberana ideal ou de nobre, mas também arquétipo de portuguesa ideal.

No tópico seguinte, trabalharemos com dois modelos de comportamento presentes na *Crónica de D. João I*, que recebem trato semelhante a D. Felipa de Lencastre, pois ambos são projetados maiores que seus tamanhos reais, com áurea divina, como rei messiânico e cavaleiro ideal também associado a características religiosas, um elemento legitimador do período medieval, visto que, esse transpirava o além por toda parte e povoava as mentalidades que por sua vez designava a visão de mundo dos homens e seu modo de pensar agir e sentir.

3.2.1. Modelo de bom Rei, e bom Cavaleiro: o Condestável e o Rei da Boa Memória

Os modelos comportamentais mais frequentes na *Crónica de D. João I* são os que ganham pela pena do autor, uma carga simbólica que os transferem para o plano utópico, modelos estes, por ele indicados como já fora dito, para o mais alto extrato social, a nobreza, pois por meio de seu engenhoso discurso fantasiou uma nobreza composta por segundos filhos que supostamente colocaram-se em defesa da terra. Esses nobres segundo Lopes, colocaram em um patamar mais elevado seu reino, que seus interesses pessoais como estamento ou família. Por esse motivo, apontamos que os modelos comportamentais mais latentes em sua narrativa são os de rei ideal, corporificado por D. João I, o Mestre de Avis aquele que é o iniciador da dinastia, o de guerreiro corajoso que é substancializado em D. Nuno Álvares, o condestável, o santo da Dinastia de Avis. O cronista, o faz com o intento de forjar a partir dos seus melhores exemplos, um ponto seguro que uniria todo o agir global de um grupo, estes deveriam ter os atributos dessas referências, o amor pela terra à proteção da mesma e dos que a ela estão vinculados, aspectos encontrados na letra da narrativa grafada pelo cronista. (PASSOS, 1974, p. 33).

E relevante citar ainda, que a época em que o referido texto foi grafado, ocorria em paralelo um processo de canonização de D. Nuno, que iria ter desfecho tempos depois, como já fora dito anteriormente neste trabalho. Sendo esse um momento

favorável para projetar D. Nuno como uma espécie de herói popular. Ora, devemos nos recordar que no medievo a figura do cavaleiro estava estreitamente ligada à proteção da terra e dos que nela habitavam, e criar um modelo comportamental que estava para além do plano do simbólico, associado à religião, forjaria um cavaleiro defensor da arraia miúda e que estaria associado ao plano divino. (PASSOS, 1974, p. 33).

Quando falamos de cavaleiro, a primeira impressão que nos é transmitida, é que mesmo no tempo presente essa terminologia ainda porta consigo uma importante carga simbólica, esse termo evoca em nosso imaginário uma série de significados, no medievo encontrava ainda mais robustez de sentido, estava associado ao jovem que conseguia sua aprovação, sendo qualificado a integrar a ordem da cavalaria, após isso deixaria de ser mero guerreiro montado para tornar-se uma figura simbólica diretamente unida ao ideário de modelo de paladino ideal, que tinha como característica primeira ser defensor de Igrejas e donzelas, ser íntegro e fiel. Esses atributos construiriam um modelo comportamental almejado, tendo em vista que seus hábitos virtuosos de bom cristão levariam tal protótipo de comportamento perfeito para além do espaço tempo do qual foi criado. (SIQUEIRA, 2017, p. 09).

A escrita de Fernão Lopes, é produto de seu tempo, se insere no quadro narrativo que tinha por objetivo marcar a divisão da história de reinados, buscando marcadamente realçar os motivos da ascensão de um reinado e os desdobramentos nesse contidos, sendo esses fatos descritos de natureza política. (FREITAS, 2017, p. 440). Outras características das crônicas medievais são seu caráter de louvor e enaltecimento da realeza como um todo, em especial quando falamos de monarquias na Península Ibérica, os modelos de nobreza ideal e rei ideal que aparecem nessas crônicas são fortemente inclinados a destacar a realeza como portadora de um valor primordial, na narrativa lopesiana esse fator é manifesto nos modelos de rei exemplar em D. João I e nobreza virtuosa na pessoa de D. Nuno Álvares, dois modelos de justiça e virtude que em sua narrativa se põe na categoria do transcendental. (BARROS, 2015, p. 76).

Mesmo Fernão Lopes se dizendo aguerrido partidário, da arraia miúda, comerciantes e artesãos, seu relato é favorável a Casa Real de Avis, como funcionário da dinastia de avis, o seu discurso mesmo que muitas vezes declare relatar os fatos como eles de fato ocorreram, mesmo assim, em grande parte da crônica Lopes mostra a face de um funcionário do Estado, ao contrário do que grafou na epígrafe que inicia esse tópico ao dizer que estava preocupado com a verdade “*sem outra mestura*”, Lopes o faz

para granjear credibilidade de seus leitores-ouvintes. Para Maleval sua finalidade primeira, era de convencer e persuadir, e para tanto esse se vale do artifício da retórica para incutir sua mensagem utiliza do exagero dos ornamentos do discurso (MALEVAL, 2010, p. 88).

É elemento constituinte dessa mensagem assim como a escrita Duarteina, a inspiração nos textos sagrados, em homilias, memórias sobre a vida de personagens ligados à Igreja e autores da Antiguidade Clássica (ZIERER, 2017, p. 04). Todo esse discurso para cativar seus interlocutores que estavam profundamente presos as suas raízes medievais e ainda carentes de uma figura heroica, tal figura deveria ter virtudes de cavaleiro e burguês, um homem que seria projetado maior que sua estatura real, apelando assim como D. Duarte para o plano religioso para moldar seu personagem, que teria também como características, castidade e justiça. (PASSOS, 1974, p. 34).

Um dado relevante que deve ser elencado é, de que a literatura moldou a figura do cavaleiro como um elemento vinculado à nobreza, por meio do sangue nobre, ligado a uma linhagem portadora de um conjunto de virtudes ideais, defensores da cristandade e dos marginalizados. Deve-se ressaltar que originalmente esses homens pertenciam ao estrato social mais elevado, a nobreza. (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 19).

Em consonância com o exposto, Segundo Bragança Junior, a cavalaria representa a referência no que se refere ao modo de fazer guerra nas sociedades antigas e no medievo, que esse elemento se faz presente no imaginário coletivo do homem ocidental a centenas de anos, e complementa que o modo de combate a cavalo, armado e preparado para batalha é inegavelmente atrelado ao medievo, e se tornando modelo, representou nesta cultura o retrato capaz de polir a mesma, fora assim um símbolo seguido por púberes da nobreza. Por fim, concatenado ao nosso estudo, revela que a literatura se mostra como veículo mais importante para a propagação dessa visão de mundo, onde os cavaleiros materializam os valores comportamentais almejados. (BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 25).

Fazemos aqui esta brevíssima discussão, pois, como anteriormente citado no início deste subtópico, os modelos com maior relevo na narrativa lopesiana são D. João I e D. Nuno e devemos considerá-los que ambos representam modelos cavalheirescos, por mais que a imagem a ser comprada na escrita de Lopes em relação a D. João seja de Rei Ideal, não podemos esquecer que antes de ser entronizado esse rei foi Mestre da ordem de Avis, deve-se considerar também que o surgimento de ordens de cavalaria de cunho

religioso como a que D. João fora mestre, está associada à tentativa de fortalecer e divulgar os ideais desse fenômeno e seu modo particular de vida, retratando o cavaleiro perfeito unindo, fé, castidade, defesa dos miúdos e propagação do cristianismo.

Em sintonia com a fala anterior, vemos que no limiar do século XI, como estratégia de educação de moços filhos de nobres, a Igreja Católica projeta no cavaleiro um padrão a ser seguido, esse arquétipo contemplava a necessidade de unir a demanda religiosa e a social, sendo esse guerreiro portador de aspectos cristianizadores, defensores da justiça e do estado, e para além disso, modelos civilizadores, pois, sua imagem fora posta como exemplo de conduta moral, e possivelmente a amostra que melhor representa esse desejo, seja a criação das ordens de cavalaria. (BRAGANÇA JÚNIOR, p. 29-31).

Como foi supracitado, a imagem de D. João I, também pode ser relacionada tais arquétipos cavaleiresco que unem a um único agente a virtude de lutar por Deus e pelos homens, pois esse foi mestre da mais antiga das ordens militares portuguesas, que ocupa um importante espaço na história de Portugal, em especial por ter dado o nome à segunda Dinastia desse reino. Essa ordem teria tido sua origem na antiga *Ordem Militar de S. Bento de Aviz*, e sua criação está emersa por mitos, que tem como principal intento demonstrar uma maior antiguidade, e também maior contorno de importância que a da Ordem Militar de Calatrava, a cujos princípios foram adotados no século XII pela ordem de Avis. Existe ainda a possibilidade de a Ordem de Avis ter sido criada por D. Afonso Henriques em 1162, outro dado que representa uma tentativa de legitimação tentando dar coesão e caráter de uma constância sem quebras, que ligam o Mestre de Avis a primeira dinastia do reino português. A Ordem de Avis estava submetida às regras beneditinas, pelo que o nome S. Bento ficaria de futuro, associado ao nome da Ordem. Possivelmente seu primeiro mestre fora D. Pedro Afonso, descendente bastardo de D. Afonso Henriques. (SANTOS, 2015, p. 15).

O guerreiro corajoso, defensor da fé cristã, dos menos abonados e modelo ideal de nobre fiel ao seu senhor, que encarnava o brio comportamental de um estrato social dito superior, estava intrinsecamente ligada a um conjunto de posturas virtuosas, sendo essas virtudes as mesmas citadas por D. Duarte no Leal Conselheiro, as virtudes teológicas que são aquelas advindas diretamente de Deus, **fé, esperança e caridade**. E as cardeais, também nomeadas como virtudes morais, **justiça, prudência, fortaleza e temperança**. Deveria também somar a esses atributos a humildade, simplicidade,

obediência à igreja sendo ferozes defensores da mesma. (ZIERER, 2017, p. 68). Tal modelo encontrava-se aos olhos do cronista em D. Nuno e em D. João, o rei messiânico defensor da fé, partidário do verdadeiro Papa²⁸, e o nobre ideal, fiel, onde para Lopes se encontra a melhor fusão entre as aptidões eclesiásticas e militares.

Segundo Maria Lúcia Perrone de Faro Passos, a exaltação da imagem positiva do Mestre de Avis, transpõe a crônica que leva seu nome, para essa autora, Fernão Lopes envolve a representação desse rei de aspectos simbólicos singulares, Passos acredita que a D. João é outorgado relevo em todo corpo do discurso do cronista, sendo ele em relação aos reis de seus dias comparável apenas ao seu progenitor D. Pedro, no entanto, esse ainda poderia ser visto em um nível menor tendo em vista que o Mestre vivera uma revolução burguesa. (PASSOS, 1974, p. 89).

Teve ele, o cronista, o mais aproximado trabalho de seu tempo à atividade moderna de historiador, pois, operou por meio de uma cuidadosa investigação de fontes e inscrições dignas de fé. (BELL, 1943, p. 34). Pelo exposto observa-se que Lopes pelo modo que edifica a imagem do Rei da Boa Memória, irá conferir a ele um aspecto de imparcialidade mesmo que usando ornamentos de forma excessiva como expomos anteriormente com Maleval. Ao moldar esse modelo educativo comportamental teria tido esmero no que se refere à coleta de declarações de testemunhos, e no rico fluxo de materiais, tendo ele superado seus sucessores, pode-se afirmar que Lopes já era um historiador, mesmo estando ele a grafar um trabalho por encomenda, pois expos nele sua energia, suas emoções, que são perceptíveis quando escolhe para representá-lo como aquele que ascendeu ao poder por motivação de interferências divinas, transformando-o em um rei messiânico. (PASSOS, 1974, p. 90).

²⁸ Devemos aqui fazer nota sobre o contexto vivido, pois se vivia ainda os desdobramentos do Cisma papal do Ocidente, 1378-1417, após a morte de Gregório XI, não desejando um papado distante de Roma é inicialmente eleito para o trono de Pedro Urbano VI, que representava o anseio de um de se ter um pontífice que fosse no mínimo italiano e longe da influência de Avignon na França, no entanto em um segundo conclave fora eleito Clemente VII, esse vai para Avignon, nesse contexto de dois papas tem-se início o Cisma onde um reside em Roma e outro em Avignon sob domínio francês, cria-se pelos partidários de um papa sem influência do rei francês a alcunha de Antipapa para o pontífice residente em solo gálico e de Papa verdadeiro para o estabelecido em Roma. Nesse jogo político e simbólico pelo poder, D. João de Avis é partidário do Papado romano enquanto D. João de Castela é apoiador do Vigário de Cristo de Avignon. (SANTOS, 2015, p. 13). Por este motivo, Lopes apresenta D. João I, como modelo de cristão ideal, pois foi apoiador do papa de Roma, enquanto seu oponente é tratado como herético, pois foi partidário do Antipapa o papa de Avignon. (ZIERER, 2010, p. 57). Afirma ainda Lopes que o Mestre de Avis influenciaria positivamente o povo português, pois os levaria a apoiar o verdadeiro papa, o de Roma. (ZIERER, 2017, p. 07). Segundo Guimarães este evento ocorrido entre a segunda metade do século XIV e primeira do século seguinte segmentou os cristãos no que se refere à obediência papal pois chegaram a existir três papas. (GUIMARÃES, 2011, P. 133).

Em contrapartida, em relação a D. Nuno Álvares Pereira, Lopes dá a esse fidalgo função de modelo de nobre e português ideal, figurando como protótipo exemplar para a fidalguia secundogênita que acendera a novos patamares de dignidade junto com o Mestre de Avis. Assim ele é a personificação do ideário heráldico a ser seguido. (ZIERER, 2010, p. 57). Ao perseguir esse intento por vezes é submergido pelo ímpeto, e a pena tende a apresentar o personagem como um “mortal divinizado”. (PASSOS, 1974, p. 92), o que demonstra, que na sua narrativa não há apenas história, há poesia, drama, encontramos nela o medievo com sua fé e esse utiliza de todos esses artifícios para convencer e apresentar modelos comportamentais, nunca perdendo a oportunidade de apontar para os “heróis”. (BELL, 1943, p. 23-24).

Para indicar tais figuras em sua prosa “nua”, Fernão Lopes arrola nomes, testemunhos, faz associações, em seu trabalho estão impressos não apenas o desejo de modelar o agir social, como de construir uma memória positiva de D. João I e seus partidários, moldar uma lembrança que exalte um arquétipo, esses são os sinais, e o faz no capítulo 159, da primeira parte da crônica, intitulado, “*Do nome de alguãs pessoas, que ajudaram ao Mestre a defender o Reyno*”. Ao iniciar o capítulo exalta a grandeza do movimento avisino e a árdua tarefa de descrevê-lo, e para horar os apoiadores da causa, e mostrar o Mestre como rei ideal, que consulta fidalgos para tomar decisões e para, além disso, esses elementos testificam a verdade do que Lopes escreve, pois foram para ele fontes, para construir sua narrativa. Passo a citar.

[...] esta obra he compilada, segundo a pouquidade de nosso engenho, anos parece ser dina cousa, & boa, *que aquelles, que foraõ companheiros ao mestre em seus grandes, & virtuosos trabalhos, ouuessem quinhã dalgũa relembança, que somente ficasse em escrito, ca se o escorregamento dos grandes tempos gasta a fama dos excelentes Principes, muito mais alongada idade soterra os nomes das outras pessoas dentro no moimento cõ eles*. E porque em começo de seus bons feitos o Mestre o ouue fidalgos, & Cidadaõs, que o bem, & lealmente seriam, poendo os corpos, & vida por hora do Reyno, injuria nos parece q̄ seria leixalos cair em perpétuo esquecimêto. Ca assi como este senhor, de que falamos, com grande largueza de especiaes doês galardoou todos sem ficar nenhũ, assi deueram os velhos autores fazer delles algũa menção, a qual nos parece, que deuera ser deste geito. Nomear primeiro que fidalgos de linhagem em tempo tam duuidoso se vieram pera o Mestre, & ficaraõ com elle pera o servir, depois os Alcaydes dos Castellos, q̄ tiuerão voz por Portugal sem fazer mudança. (CDJ, 1644, I, p. 311).

O cronista deseja fixar na memória aqueles que foram partícipes do movimento junto com o Mestre e, além disso, quer eleva-los a um patamar novo, pois na medida em que legitimava o D. João de Avis, Lopes eleva as virtudes daqueles que o apoiaram.

(ZIERER, 2010, p. 57). Assim não permitindo que o tempo que corrói até mesmo a reputação dos grandes homens, arraste esses exemplos de lealdade para o esquecimento. Tais referências comportamentais deveriam ser levadas para a posteridade. Pode-se notar que a fidelidade mútua entre companheiros de uma causa, se faz presente nesta narrativa, podemos atentar também que o uso das letras por essa dinastia em Portugal do século XV, e sua assimilação põe em evidência o quanto o projeto avisino fora exitoso em resolver a demanda com que se deparou. Até mesmo evidenciando o surgimento de outros laços além da vassalagem (GUIMARÃES, 2011, p. 133).

Dito isso, abrimos um parêntese para apontar outro elo entre D. João e D. Nuno, a relação entre a amizade, exposta na obra “*De Amicitia*” de Cícero, que prega essa relação de virtude, sinceridade, honradez, justiça e generosidade e livre das paixões, uma relação entre os bons, que florescera em Portugal graças às condições propiciadas em relação às letras pela Casa Real Avisina. Segundo Guimarães, as relações entre a corte de Avis e obras de Cícero são notórias pelas traduções de D. Pedro, o infante irmão de D. Duarte. Fernão Lopes também foi conhecedor de tais escritos e os utilizou na grafia da *Crônica de D. João I*, e os elogios à amizade feitos nessa obra comporiam os escritos da dinastia, a exemplo de D. Duarte no *Leal conselheiro* quando redige o capítulo XXXXIII, intitulado “*das maneiras damar*” onde apresenta a amizade como a melhor forma de relacionamento. E Lopes conceitua por nome geral o amor dos escritos duartinos para designar amizade (GUIMARÃES, 2011, p. 133-140).

Outra fonte que coaduna com essa visão é Aristóteles, também conhecido pelo cronista, parte do ensino desse, tinha como base a amizade e a entendia como a premência de cada homem completar o outro em uma habilidade ou virtude. (PASSOS, 1974, p. 94). Fato que podemos notar na narrativa lopesiana, segundo Zierer, na *Crônica de D. João I*, D. Nuno é sempre exaltado desde o início do relato. Enquanto D. João ganha maior nível de importância no decorrer da narrativa, pois esse se mostra indeciso vacilante sobre o que deveria fazer do contrário, a figura de D. Nuno é sempre retratada como segura e forte. Os dois funcionam um como complemento do outro no relato do cronista. (ZIERER, 2010, p. 57). Assim como pode ser visto na fração da crônica a seguir, quando receoso o Mestre pede ajuda popular para realizar o feito de executar o Conde de Ourém:

Alvoro Paez co desejo, que avia mostrava ao Mestre serem totalas razões tão ligeiras pera o acabar, como se fosse hum pequeno feito: **E quanto à ajuda**

do povo, é que o Mestre falou muito, respondeu elle, & disse, que se elle fazer quizesse, que elle lhe offerceria a Cidade, & sua ajuda entendendo de o fazer assi. (CDJ, 1644, I, p. 13, grifo nosso).

Dessa forma, o braço direito do Mestre, o modelo perfeito de português do qual somente o povo se equiparava, torna-se peça que completa uma postura ideal a ser seguida, e estão as virtudes de ambos, sempre atreladas e complementares e associando novamente os laços entre o Mestre e D. Nuno em relação à teoria de Cícero, quando postas essas condições o vínculo entre os dois eleva-se a outro patamar e pode ser percebido no que regista o cronista, pois esse grafou que do convívio dos dois, “*Nuno Alvarez*” e “*O Mestre*” nascera uma amizade que expressava lealdade ao extremo, pois relata o cronista que em dado momento o condestável diz que se voltaria até contra seu próprio pai se necessário fosse para defender o Mestre.

[...] Grande **liança de amor, & bẽrença se gerou entre Nuno Alvarez & o Mestre, desque veyo pera elle, & começou de o seruir, & esto foy, segundo algũs screuẽ,** porque *erão ambos de caualeirosos corações, & acompanhados de virtuosos costumes.* E porque não há hi cousa, **queentre os homens gère mayor amor, que concordança nos boons desejos, não pode o Mestre com sua vontade, que se espedisse delle em Lisboa; quando Nuno Alvarez partio da Cidade.** (CDJ, I, 1644, p. 150, grifos nossos).

Tamanho era o laço de amizade que os unia que os vínculos familiares são postos em segundo plano e em primeiro lugar eram colocados à obediência ao seu senhor, está aí o exemplo máximo de vassalo fiel a seu senhor, e Fernão Lopes transubstancia esse modelo ideal em Nuno Álvares, nobre virtuoso, habilidoso na arte da guerra, defensor dos menos favorecidos, com ideais cristianizadores, mas que acima de tudo tinha como grande atributo fidelidade a seu rei.

[...] E nam digo contra meus Irmãos, mas em verdade **vos juro que ainda que abiviesse meu Padre, eu seria contra elle, por serviço do Mestre meu senhor.** E sem vosverdes que se assim, se a vos praz de em esta obra sermos todos companheiros, eu vos juro. E prometo, que eu seja o dianteiro ante a minha bandeira, E o primeiro que comece a pelejar, E assi podeis ver a vôtade, ã eu tenho contra meus Irmãos neste feito.[...] com Deos, ca eu, E esses poucos de boõs Portuguese ã cômigo vem. (CDJ, I, 1644, p. 159).

Como dissemos acima, os dois cavaleiros são imagens complementares, segundo Passos, através dos elementos que são viabilizados por meio da escrita de Lopes pode-se estudar D. João e Nuno Álvares como uma dupla de heróis que a história nos brinda a cada temporalidade. Segundo essa autora, ao ser armado cavaleiro, o Condestável ainda

em terra idade usa o arnês do Mestre, o que lhe serve no momento, esse dado marca a semelhança entre os dois até mesmo na morte que são aproximadas, no entanto, ressalta que existe a evidente dessemelhança entre a personalidade entre o Mestre e o Condestável e como a união de ambos proporciona a vitória sobre os castelhanos. D. Nuno está sempre aos pés de seu rei, o brilho de D. Nuno não incomoda D. João, mas sente necessidade da proximidade e dos conselhos deste (PASSOS, 1974, p. 96).

D. Nuno pode ser visualizado na crônica com, estando em constante missão em nome de D. João e ganhando espíritos e territórios ao seu favor, o que fica evidenciado entre as páginas 150 e 170 da primeira parte da crônica e em outros momentos, onde a figura de D. Nuno aparece mais que a do Mestre, e seu nome é repetido exaustivamente, contendo seu nome por vezes desde o título até os últimos dizeres de alguns capítulos, proeminência que demonstra sua importância aos olhos do cronista, no entanto, esse estava sempre a serviço e colocava-se em um nível inferior ao do nobre rei, como no caso narrado no capítulo 153, que passo a citar:

Em esto disseram-lhe como vinha Nuno Alvarez, & o Mestre deo as porta de hum grande, & espaçoso curral, que se fazia ante eles, & quando o vio, ouve com elle grande prazer, & enuiu-se a elle abraçandoo. & não somente o Mestre, mas os seus com os de Nuno Alvarez se abraçauam, e beijauão nas faces, que **parecião, que se não podiam foltar huns nos outoros, Nuno Aluares se fincou em gíolhos ante elle, por lhe beijar as mãos, & o Mestre não o quis consentir & elle estando em gíolhos ante elle trabalhaua por lhas beijar, & o Mestre pelo tevantar, dizendo não era tal como elle pera lhe dar a beijar asmãos, mas pera lhe fazer muytas mercês, & acrescentamentos** *Mayirmente, disse o Mestre, a talcomo eu, que juue aqui ençarroado em este currial sã fazer bem nenhum. Aquello respondeu Nuno Aluares tam boas, & meturadas palavras, que a muytos dos que hi estalão vendo tam animosa contenda, naciã lagrimas nos olhos cõ prazer, que lhe corriam pelas facers,* Em fim de suas rezoens Nuno Aluares nunca se quis alevantar até que o Mestre consentiu de lhe beijar as mãos, & então seleuantou. (CDJ, 1644, I, p. 295-296, grifos e itálicos nossos).

Na passagem citada acima, podemos perceber a lógica da narrativa de Fernão Lopes, por mais que o Condestável pareça ser seu personagem predileto, mesmo sendo dele que o cronista mais fale positivamente exaltando a níveis antes nunca vistos, o faz com um propósito, pois realiza com o anseio de descrevê-lo como modelo e símbolo do povo português, isso fica evidenciado no tratamento que lhe é dado na narrativa. É esse homem perfeito, projetado em amplitude maior que a real, que se prostra perante seu rei, de estatura moral menor desenhada pelo cronista, mas com o intuito de exemplificar

como deveriam portar-se os nobres, o modelo comportamental ideal em Nuno Álvares, carregado de concepções diversas em um mesmo homem. (PASSOS, 1974, p. 19).

E o Condestável representa “o novo modelo de nobre”, sendo fiel elementarmente ao seu torrão nesse caso Portugal, e ao seu soberano, D. João de Avis. Portador destas virtudes o personagem de D. Nuno é exaltado em todo o relato do cronista, além das obras dos príncipes de Avis, é ele o personagem mais perene, o que recebe tratamento homogêneo de início ao fim do relato lopesiano, a ele Lopes dedica mais linhas, tempo e tinta para forjar um modelo comportamental perfeito. Nuno Álvares é representado como um elemento desprovido de interesses e ambições políticas, e a supracitada fração da documentação prova este fator (ZIERER, 2010, p. 59).

Nuno Álvares é tratado para além do protótipo de súdito, tendo em vista que é exposto por Lopes como modelo de bom cristão, pois esse nobre costumava jejuar três vezes por semana. (SANTOS, 2015, p. 47). O Condestável não foi apenas sua personagem de maior envergadura como também a mais fixa, a mais padronizada, a que Passos com a usança diz ser a mais “forçada”. Pois foi o aquele cujo comportamento é irrepreensível e inspirador, o perfeito cavaleiro montado no cavalo branco é aquele que está presente desde o início da narrativa. (PASSOS, 1974, p. 23).

Além disso, é bom comandante militar, devoto, dá esmolas, participa de procissões sendo sempre portador de uma atitude virtuosa, portanto louvável. (ZIERER, 2010, p. 59). Ele e seu monarca por todos estes aspectos são patenteados pelo cronista, como modelos comportamentais ideais de nobre e rei, e por estarem em concorrente processo de complementação um ao outro, a eles são conferidas as mesmas virtudes, ser bom cristão, caridoso e justo. (ZIERER, 2017). Outra passagem que demonstra o ideal de nova nobreza em Nuno Álvares é a seguinte, onde novamente demonstra sua lealdade a seu Mestre sendo um dos pontos da crônica onde Lopes exprime de forma demasiada as qualidades desse nobre, que são relatadas nos mínimos detalhes, forjando um modelo de herói para incutir comportamentos semelhantes, a nobreza e aos infantis. Passo a citar.

Enlegido o Mestre, & alçado assim por Rey, falou-se logo que fizessem Condestabre pera a guerra, que eraõ posto segundo nouamente fizera. [...] & ordenou elRei que o fosse o **seu mui leal, & fiel servidor Nuno Alvarez Pereira**, auendo aquelle tempo vinte & quatro anos, & nouemezes & doze dias, conhecendo dell que **era dhinestos costumes**, & mui auisado nos outos

da caualaria. Assi que vista **sua prudencia e notável descriçom**, bẽ se podia dizer delle, que posto que çegua fortuna em esta presente vida leixe nuus de gallardom alguũs que o bem merecem: comtra este nom seemdo imgrata, o promoveo estomçe a alteza de grande e homrroso officio, nas guerras, & hostes do Reyno; do quallell vzou de tal guisa, creçendo de dia em dia em cavaleiros feitos, & muitos, como depois ouuires espertou einvejosa grandeza, porque se esfortaleçaõ em esforçado desejo de percalçar grandes cousas em, soportamento de proveitoso trabalho. **Este nam esperando noites, nem esquiuos dias não temia de fe poer aqualquer aventuras per auer vitória dos inimigos, não por desprezar com foberba sfouteza a multidão delles, mas porque nenhum auizamneto antigo podia estonce ser igual às suas fagarias, de que este nuu guerreiro, sendo sempre sem aufania; & levantamento, em esses bemaumentados vencimentos, assi sagazmente ordenaua seus feitos, que nenhum outro podia entêder o proposito de sua entençam, salvo com aquelles , de que costumaua falar. Da ardileza, & bom regimento, em que está a principal cousa da guerra, era elle assi comedido, que quem fosse semelhante a elle assi lhe seria detrabalho. E porem se escreveu delle que foy grande, & forte muro, & segundo braço defensor do Reyno. [...] nenhum poderá ser elegido a semelhante honra, de tantos proveitos viessem ao Reyno, & a Alteza Real, como este. Elle da menham foy luz clara em sua geração sendo de honesta vida, & honrosos feitos, no qual parecia que reluziam os auizados costumes dos antigos.** (CDJ, 1644, I, p. 409-410, grifos e itálicos nossos).

Na descrição marcada pela pena do cronista, não há falhas, derrotas ou fraquezas nesse personagem, lhe sobra, honra, méritos e perfeição a um grau tão excelso quanto dos heróis mitológicos, idealizando um modelo de cavaleiro, cristão, defensor dos marginalizados, associado à castidade, o que lhe levou a seguir a vida religiosa e posteriormente alcançar os altares, não sendo mais apenas digno de louvores, mas também de veneração. O Condestável do Mestre fora homem de *“limpa consciencia, que a paixão da sanha, que em muitos parece sandice”*... Como já fora citado esse foi um fervoroso devoto, assíduo em missas e procissões e as suas vitórias eram proporcionadas pela ingerência divina, motivadas por sua forte fé. Assim como os romanos que antes de suas batalhas oravam aos seus deuses que cada um tinha em devoção. Ele também almejava assim *“no muy Alto Deos, sempre ouue, feita primeiro sua deuoçam”*. Passo a citar.

Foy de limpa consciencia, que a paixão da sanha, que em muitos parece sandice, temperou de tal guisa por saude de sua alma, que nunca a nenhum tolheo fala. posto que rezam tiuesse, a qual tirada dantre as pessias he criador de mayor ódio com mordimento de desuairadas sospeitas, **Elle foy o primeiro, que começou cada dia ouvir duas missas. dizendo, que assi como o Senhor tinha auantagem de mundanal excelência sobre o outro cômũ pouo**, assi nasespirituais obras de uião ter grande milhoria. **Nas festas principaes do anno, em ã a Igreja costuma, que se faça percissaõ, ordenaua elle de afazer pelo arrayal com candeas nas mãos, segundo o dia, em que era**

ouindo sua pregação, & officio o mais honesto, que se taes logares se podia. (CDJ, 144, I, p. 410, grifos e itálicos nossos).

Percebe-se que Nuno Álvares é retratado como cavaleiro desejado na sociedade medieval, como quem é emissário do devido recato que é próprio de determinado grupo, nesse caso a nobreza. Ele é exemplo da nova fidalguia, pois segundo Paulo Accorsi Júnior, a prosa arquitetada pelo Rei Eloquentemente pretendia alcançar uma cisão, em relação aos tempos que pretendia passados. Ora, a nova facção que ascende ao poder durante os acontecimentos de 1383-5, pregou ao sabor da pena de seu funcionário Fernão Lopes de forma emblemática e metafórica o nascimento não apenas de uma nova dinastia, mas também de uma nova era, influenciada por ideias religiosas, concebe a sétima idade, que seria na realidade a construção de uma nobreza não vinculada com a Espanha, pois suas “antigas” características são heranças da mesma. Isso dito, também podemos analisar essa narrativa como uma prosa que foi estruturada sob o embate entre os velhos e os novos tempos. (ACCORSI JÚNIOR, 1997, p. 17).

E acreditamos que quem estava a cargo de forjar os novos tempos eram a Dinastia de Avis e seus agentes, nesse caso, Fernão Lopes e D. Duarte que entendemos como ordenadores da memória, aqueles que apontam modelos comportamentais e por eles edificam um *modus operandi* próprio para os “verdadeiros portugueses”.

Fernão Lopes assinala o Mestre de Avis e o Condestável como esse novo e a necessidade de guardar lembrança e de seguir seus exemplos. Cronista constrói um discurso tão centrado nesses personagens que mesmo sendo Nuno Álvares o mais louvado em toda a sua escrita, ele diz que falou algumas vezes de forma dispersa e curta em sua obra, sobre esse personagem, mesmo contendo em sua obra capítulos inteiros sobre seus feitos e suas virtudes, e justifica que fala de D. Nuno não apenas por louvor, e se fosse, não seria problema, pois ele o merece, mas, o cita por ele ser exemplo aos que hão de vir. Passo a citar.

anteque doutras cousas façamos menção, **digamos hũ pouco dos modos, q o Condestabre na guerra tinha**, postoque **ja alguns espalhados per parte desta obra em curta renembrança ajamos tocado, nom so pof louuar delle, que o bem merece, mas por exemplo aos que hão de vir, mórmete aos q̃ seu logar, & officio tiuerẽ, certo hé q̃ o logo custume das cousas, que sedaõ abẽ, se faz aos homens ter autoridade de louuar a aquelle, a q̃ conhece**, dizẽdo, que velhos anos o fizeram sages, & alonga partica lhe deu boõs a q̃cimẽtos, assi como cõtaõ d` Diogo Lopez Pacheco, & **doutros semelhãtes, q̃ se nomear podiaõ, Mas q̃ diremos deste Nuno Alvarez Pereira nouoguerreiro?** (CDJ, 1655, II, p. 449-450, grifos nossos).

Ora, fica evidente a proposta do cronista, quando, cita o Condestável como exemplo para os seus semelhantes, “mas *por exemplo aos que hão de vir*”, pois esse nobre por suas ações e “*per obras, & name merecesse se chamado de homem*”. Sendo assim modelo de “*nouoguerreiro*” para os nobres portugueses e o oposto aos velhos modelos, dos velhos tempos que estavam associados na narrativa a termos tais como “vingança, desejo, vontade, cobiça, roubo” e ações semelhantes, sendo esses conduzidos por impulsos reprováveis. (ACCORSI JÚNIOR, 1997, p. 121).

Os modelos reprováveis, são o oposto do que cronista deseja que seus leitores-ouvintes aderissem. Ainda em Accorsi Júnior, vemos que os nobres portugueses que ficaram do lado de D. João de Castela são a amostra do que Lopes conceitua de falsos portugueses, que em analogia eram comparados a satã, pois em seus discursos estavam cheios de maus conselhos que induziam outros a se filiarem à causa castelhana, sendo estes comparados ao “azambujeiro bravo”. (ACCORSI JÚNIOR, 1997, p. 132). Em oposição a esse quadro, o bom português, fruto bom da mansa oliveira portuguesa, aquele que personifica os cavaleiros míticos das novelas de cavalaria, que na narrativa de Fernão Lopes e comparável um cavaleiro do Rei Artur, contendo assim uma novela de cavalaria ou uma crônica sobre o Condestável, dentro da *Crônica de D. João I*, onde Nuno Álvares Pereira é de longe a figural principal (PASSOS, 1974, p. 30).

É aquele que é consultado pelo rei e admirado por ele, fazendo transparecer que D. João reconhecia sua grandeza, sua serenidade e força com uma imagem perene em toda narrativa, vitorioso, “*era sagaz homem; & muy percebido, & auisado nos feitos da guerra*”. (CDJ, 1644, II, p. 142). Como aquele que até aquele dado momento teria sido o primeiro a realizar alguns feitos e registra o cronista; “*onde aqui notai, que Nuno Aluares foy o primeiro, que da memoria dos homens até este tempo poz batalha em Portugal por terra, & avêceo*”. (CDJ, 1644, II, p. 168).

seu honrado Condestabre, & muito fiel servidor, & falando hum dia cõ elle adepate, disse: que sua vontade, e rção, era, esguardando os muytos, & notaeis serviços que lhe feito tinha, & esperava dele receber em nome, & renda, & dignidade de honroso estado, & pois elle era seu Condestabre. [...] Nuno Alvarez respondeo esto com grande mesura, & assesego... (CDJ, 1644, II, p. 140, itálico nosso).

Esse nobre que inspirava virtudes até mesmo no “*nobre Rey Dom Ioham, guiador dos Portugueses*” Que unia em si os ideais religiosos e militares, como fica evidente na supracitada fração da crônica e na seguinte citação da primeira parte da obra

onde novamente é sugestionado como modelo perfeito: “*Elle da menham foy luz clara em sua geração sendo de honesta vida, & honrosos feitos, no qual parecia que reluziam os auizados costumes dos antigos*”... [...] *Na guerra mostrava ral autoridade*”. E mesmo irradiando força de seu semblante “*noqual porẽ sêpre moraua hũa discreta mãsidam*”. (CDJ, 1644, I, p. 410).

Dessa forma, temos de um lado o santo da Dinastia, que assim com funções civilizadoras é aquele que se aflige com os pequenos e com a fé, a esse modelo comportamental une-se o de rei ideal impresso em D. João I, nele também deveriam mirar, pois fora exemplo como nobre e poderoso rei, ele também representa o novo, e também se torna um paradigma para a nova nobreza, sua ascensão ao poder terá novas justificativas²⁹ para sustentar o poder, e, por conseguinte, coesão social. (ACCORSI JÚNIOR, 1997, p. 74).

Devemos considerar que as virtudes conferidas por Lopes a D. João I são consequência da necessidade de legitimação do mestre, diferente da imagem do Condestável que é louvado desde as primeiras páginas de sua obra, em relação ao Mestre a imagem positiva é edificada³⁰ como no transcurso do relato, pode-se conjecturar que tal escolha tenha sido uma estratégia do cronista, mostrando de início o Mestre de Avis para em seguida erguer a efígie de D. João I o Rei da boa memória, que atrelado a um personagem já consolidado alçaria o mesmo status de dignidade, sendo soterrada a imagem primeira e dissipada sua carência de sangue, e podendo sugestioná-lo como referencial a ser imitado.

O primeiro ato a ser grafado pelo cronista, são os fatos que transcorrem desde os planos para matar o amante da Rainha viúva, até a execução do mesmo, o que irá

²⁹ Segundo Accorsi Júnior, o nascimento da Dinastia de Avis representou um momento novo, diferente das já consolidadas antigas genealogias, o discurso empreendido por Lopes, buscou construir um elemento novo de legitimação do poder, não tendo mais como única via o direito de sucessória consanguíneo, mas no caráter predestinado de sua missão, sendo assim um monarca que governara não pelos padrões de linhagem, mas por vontade divina. (ACCORSI JÚNIOR, 1997, p. 74). Nessa direção também aponta a historiadora Miriam Coser, segundo ela quando o legatário do trono perde o carisma do poder neste caso as “herdeiras legítimas” de D. Fernando, D. Leonor Teles e sua filha, D. Beatriz que por direito de linhagem deveriam reinar, cabe reconhecer a nova figura que irá tomar posse. Nesse contexto a pena do cronista aponta para o plano providencial, para Lopes a escolha necessita da aprovação divina, que segundo ele é conferida ao Mestre. Assim quando há falta do carisma de sangue, maior importância assume o carisma de poder, daí a importância do messianismo no texto. (COSER, 2007, p. 76).

³⁰ De acordo com Maria Lúcia Perrone de Faro Passos, Nuno Álvares foi criado na corte de D. Fernando, onde foi feito escudeiro da Rainha D. Leonor Teles, enquanto o Mestre foi dado por seu pai, o rei D. Pedro a Lourenço Martins da Praça, para ser por ele criado, este foi cidadão de Lisboa morando em frente à catedral. Quando já crescido um D. Nuno Freira de Andrade, que foi Mestre da Cavalaria da Ordem de Cristo encantou-se por ele. No entanto D. João ficou esquecido por seu pai, até o momento que D. Nuno pediu para ele o Mestrado da Ordem de Avis. (PASSOS, 1974, p. 99).

conferir ao mestre uma aura de herói que lavou a honra de seu irmão, inclusive é esse o argumento usado pelo cronista, a nenhum outro cabia se doar mais pelo rei falecido que seu “irmão”.

Falando algũs da morte do Conde Iohão Fernandez, onde se começão os feitos do Mestre allegaõ hum dito, de que nos não praz, dizendo que fortuna muitas vezes por longo tẽpo escusa a morte a alguns homens por lhe depois azar mais deshonorada fim, assi como fez a este Conde Iohão Fernandez, **que muitas vezes lhe desviou da morte, que alguns tiveraõ cuidado de lhe dar, porque depois o leixasse nas mãos do Mestre para o matar mais deshõradamẽte.** E nos deste dito não somos contente; & assi por razaõ do ~q o matou, como da morte, que **por elle nenhũ dos outros o matar poderá, ã lhe muito mor deshõnra não fora.** (CDJ, 1644, I, p. 03-04, grifos nossos).

Para reforçar seu ato de bravura, o cronista relata que por inúmeras vezes esse ato fora tentado por outros homens, mas, que quase por providência divina o conde morreu em suas mãos, pois essa prerrogativa pertencia ao Mestre.

Mas temos que o muito alto Senhor Deus, que em sua providência nenhuma coisa falece, que tinha disposto de o Mestre ser Rei, ordenou que o não matasse outro senão ele, e isto em tempo assinalado e com certos azos, posto que poderoso fosse de o doutra guisa fazer. Porque o certo é que usando o Conde já há tempos daquela grande maldade que dissemos, dormindo com a mulher do seu Senhor, de que tantas mercês e acrescentamento receberam, não soou isto assim tão ligeiramente nas orelhas dos **grandes senhores e fidalgos que lhes não gerasse grande e assinalado desejo de vingar a desonra delRei dom Fernando.** (CDJ, 1644, I, p. 04, grifos nossos).

Fernão Lopes como ordenador da memória de Avis opera objetivando construir uma imagem positiva do laureado monarca, imputa grandes feitos ao soberano, e remete o sucesso desses à interferência divina, representa o Mestre como a opção mais acertada tendo em vista que, do lado dele estão “os verdadeiros portugueses” os bons frutos da mansa oliveira portuguesa, aqueles por nós anteriormente foram citados, os que abdicam de questões senhoriais e de vassalagem pelo bem maior que nesse momento era a proteção da terra. Além disso, aponta o cronista para figuras que associam legitimidade do poder aquele que parecia do mal de bastardia, coloca suas alianças e vitórias militares como o elemento que o faria modelo de rei ideal. E na segunda parte da crônica irá fazê-lo com maior vigor para que a fidalguia passe a ver o Mestre como um soberano virtuoso e portador dos ideais por ela desejada, passando assim a mirar no

Mestre como um exemplo que a ser seguido e visto como quem tinha uma missão a cumprir (ACCORSI, JÚNIOR. 1997, p. 133).

Passos considera, que em seu engenho, Fernão Lopes apresenta um personagem indeciso e acanhado, com falas tímidas na crônica, demonstrando pouca eloquência (muito ouvindo e pouco falando), tendo ao seu lado homens de maior envergadura que a sua, não sendo inicialmente apresentado com características de líder. No entanto, frisa que esses elementos considerados nem tão positivos podem ser estratégia de sua prosa, o faz para demonstrar uma evolução que era típica a personagens da categoria de D. João e de sua narrativa. E será esse homem que apresenta inicialmente com deficiências em relação a seu principal aliado, que Lopes sugestionará como elemento providencial para a salvação de Portugal, será de suas próprias “fraquezas” que o cronista irá extrair os elementos necessários que o edificarão como modelo de líder e rei ideal (PASSOS, 1974, p. 93).

Dito isso, expomos um trecho da prosa lopesiana que relata o encontro entre os dois modelos comportamentais ideais mais louvados de sua obra, quer seja com elogios mais formais em relação a D. João I, quer seja com abonações que carregam na tinta da pena do cronista uma carga mais emocional, que aparentam maior espontaneidade em relação a Nuno Alvares Pereira que ao Mestre. Esse encontro é de patente importância para a construção da imagem de conciliador e estrategista do Mestre, e já se dá após o esse ter sido declarado líder do movimento avisino, após assassinar o pretense amante da Rainha viúva D. Leonor e o cronista registra esse encontro, ele representa a união não apenas de uma aliança militar, mas representa na crônica o encontro de dois:

E outro dia chegou Nunaluares a Lisboa & foy logo falar ao Mestre, q̃ o muy bem recebeo, dizendo. *Que sua vinda lhe prazia muito, & q̃ dias hauia, que o desejava de ver.* Os da Cidade isso mesmo foram muy ledos cõ elle, & o receberão todos muy bẽ. **E depois de dous dias, q Nunaluares chegou a Lisboa, foyse ao paço do Mestre, & falou com elle em esta guisa. *Senhor grandes dias há, que eu muyto desejei, E desejo de uos seruir E não foi minha uentura de ata a este tempo poder fazer, Eporq̃ hora uos sois em tal ponto, E estado, que cuido, que poderey cobrar o queentão desejava, eu uos ofereço a mi, E a meu proue serviço com muy boa vontade, E uos peço por mercê, que daqui por diante me ajais por todo vosso quire, seruinouos de mim em todalas cousas, como de homem, que pera ello serey muy prestes.* O Mestre lho agradeceo muyto sua boa vontade porq̃ dias hauia que o conhecia por bom recebendoo por seu, com os outros, que com ella estauam; **& dahi em diante não fazia cousa que lhe não desse.** (CDJ, 1644, I, p. 68-69, grifos nossos).**

A animosa relação entre o monarca e seus vassallos é um ideal desejado e essa fração da crônica exemplifica aos leitores-ouvintes a forma impecável da qual deveriam

apropriar-se, observe que de ambas as partes há um visíveis nível de reciprocidade como conhecedores de um ordenamento onde um complementa o outro, na crônica percebe-se que D. Nuno é o cavaleiro que já nasceu pronto, enquanto D. João “emerge(m) página a página no decorrer da obra”, sendo um líder que é forjado na ação em suas atividades beligerantes, seu personagem com imagem positiva é fruto do combate, de suas alianças, da ação divina que cisma em tutelá-lo (PASSOS, 1974, p. 92). Segundo Adriana Zierer, a troca de louvores em relação ao Mestre e o Condestável são constantes na crônica, D. Nuno, virtuoso, e D. João, portador de capacidades e aptidões. Segundo esta historiadora, isto prova que mesmo sendo apresentado inicialmente com fraquezas esse monarca tinha dignidade necessária para ocupar o posto que ascendera (ZIERER, 2010, p. 62). D. João está mais amparado em seu caráter popular é aquele por quem o povo fala e quando não o faz, o cronista personifica a cidade de Lisboa que fala em seu favor.

É um rei carismático, com objetivos diferentes de seus opositores, pois só tinha cobiça pelo poder, não tendo amor pela terra, fazendo-se rei apenas pela via dos regimentos sucessórios de consanguíneos, sem apreço pelo povo. Do contrário D. João é posto como aquele que deseja reinar sem apreço pelo poder do senhorio, como anteriormente citado, ele é aquele que recupera a honra de seu irmão, aquele que tem grandes feitos pelo povo e dele grande aceitação, não tendo esse monarca a sua legitimidade associada a outros fundamentos, em especial em sua predestinação de ser rei, sendo aquele que por vontade divina tornou-se representante de um todo social, se diferenciando do comportamento da nobreza tradicional que estava associado à monarquia vizinha. (ACCORSI JÚNIOR, 1997, p. 74).

O modelo de novo rei e postura ideal a ser seguida a partir da “Revolução de Avis” é expresso em D. João I, por Lopes, nos seguintes atributos do nobre rei, D. João é apresentado como *líder messiânico* a que de Deus recebe aprovação, é *líder popular* por ser aprovado pelo povo e é o *Rei da Boa Memória* por ser o “herói” que une os diferentes setores da sociedade e não teria abandonado aqueles que apoiaram sua subida ao trono português. Essas virtudes são postas nas primeiras páginas da segunda parte da obra:

Ora leixando nós a bastança dos muitos louvores, por causa da brevidade, que alguns, que ante nó fizeram historiar largo, compridamente se trabalharom de escreuernsamente estes poucos que lhe affirmaõ, como eles desseram razoado desta guisa. *Este grande, & muy honrado Senhor mais excelente*

dos Reys, que em Portugal reynaraõ, foi sempre bẽ fiel Catholico, em guisa, que aquelio que no Principe mais respçandece, a direita fé, era em elle comprida, sendo muy deuoto da preciosa VIRGEM, em q̃ auia singular, & estremada deuoaõ. Elle tornou em seu louuor as suas deuotas horas em linguagẽ, apropriando as palavras dellas á Virgem MARIA, & a seu bento Filho, de guisa, que muitos tomaraõ deuaçam de as rezar: que ante dellas nom auí relembança. Ele fez a grandes letrados tirar em lingoagẽ os Euangelhos, & actos dos Apostolos, & Epistolas de São Paulo, & outros espirituais liuros dos Sãctos, por tal que aquelles, que nos ouuessem, fossem mais deuotos acerca da Ley de Deos. Os actos da sua vida trouue sempre sojugada Chrstãa fê, sendo muy obediente ao muy alto Pastor da Igreja, tendo honrada, & honesta reuerencia aos Prelados, & Ministros della. Este foi o Rey que emadeo a Cruz nas armas de Portugal por a Ordem, de que elle era Mestre; traz hũa Cruz verde em campo branco por armas, conhecendo que o Senhor Deos o pozera em alto estado de Rey, que nom era esquecido de amar seus mandamentos, apartando certas horas do dia, & da noite, pera lhe dar graças, & louvores Em todas suas bemauenturanças, nom se aleuantou em soberba, mas sempre em todas louuou a seu Deos, dandolhe muitas graças, guardando pura fê inteiramente a todos seus visinhos, & contrairos, andando sempre por real estrada, nunca sesuiou a outra nenhũa parte, como quer que nom mingou quem mordesse sua grande fama com dentes de raiuosa enueja. Sua conuersaçã era de grandes, & honrosos costumes, & apraziueis mandados de comprar, vzando sempre de mesuradas palavras, & cortezes, & nenhũa torpeza, nem villaõ falar nunca foi ouuido de sua boca, nem era sanhudo, nem cruel, mas mansa, & benigna mente castigaua, assi que ambalas virtudes, que no Rey deuia auer: justiça, & piedade, erom em elle cõpridamente. Nunca por ligeira cousa moueo guerra contra seus imigos, mas vêdo como a paz he huã assegurada liberdade, muito trabalhaua sêpre por ser dacordo cõ eles, castigando os seus cõ tal discrição, q̃ lhe nõ fizesse nenhũ nojo se leuãtasse antre eles desuairo. Foi de grnade entendimento, & muy nobre por costumes digno de grande honra, & muito de amar, sendo gracioso companheiro acerca dos senhores fidalgos, & benigno tratador do comum pouo. (CDJ, 1644, II, p. 02-04, grifo nosso).

Para Fernão Lopes, esse monarca foi bom cristão e bom católico, além de se colocar com ações cristianizadoras que influência a outras pessoas a serem fieis fervorosos é devota da Virgem Maria, respeita os representantes da Igreja, une-se a esses elementos suas ações que almejam o aumento da fé católica, fiel ao verdadeiro papa em oposição ao rei ruim de Castela que foi partidário do papado de Avinhão, sendo herético e cismático. Do contrário, D. João I manda traduzir textos insere no brasão do reino uma cruz, é o líder messiânico vitorioso nos combates por ser filho dileto de Deus que o protege em seus feitos, é aquele que ama seus mandamentos, sendo descrito como rei conciliador que não se exalta por vãs motivações e sempre manteve a paz em seus domínios. Tendo ele as virtudes necessárias para ser rei, pois fora justo, nunca usando em demasia da força para punir seus oponentes, e por fim, de acordo com o cronista, é aquele que consegue trânsito entre a fidalguia e o povo, unindo essas duas forças que conferem e esse rei coesão social e características populares entre os estratos sociais.

Nom se pode dizer deste o que feamente se reprende em alguns Reys, que como assim seja, que hum homem ahur he abastante pera huma molher, però eles leyxando as suas, & nom sendo nenhũa pois lhe hũa nom auonda, emborilhomse com outras em grande perigo de suas almas; & escandalo do pouo, mas o louuor deste, em semlhelhante feito, he muito de notar, porque tantoque se asteue, & castigou de tal vicio, depoisque tomou por parceira muy esplandecente por linhagem, & costumes a Rainha Dona Felippa, postoque gram casa de molheres fermosas trouesse, quanto livremente em semlhelhante feito, poderá comprir seu desejo. E honrou muito, & amou sua molher de honesto, & sam amor, mas nunca porêm sua apraziuel bemquerença recebeo rogos, nem preces della, acerca do feito da justiça, porque a nom fizesse compridamente. Antre todas as virtudes, que em este Rey auia, esplandecio em elle a virtude da grandeza, da qual em todos seus trabalhos nunca se esqueceo de vzar, & portanto erom todos muy theùdos de o amar, & servir, porque todos receberom delle grandes, & assinadas mercês, cada um em seu estado. Nom injustamente foi este Rey contado entre os bemaenturados Principes, mas ainda os Reys, que depoz elle vierem, assi como de mestre por exemplo, aprendam a ordenança do Real Regimento, de guisa que se mòr cousa he reger hum Reyno justa, & temperadamente, que o auer de ganhar assaz tem elle de gram parte daqueste louuor, & gloria; ca postoque se claramente veja que as honras mudam os costumes, falando em elle esta geral regra, mais parecia digno de reynar por virtudes, & boas condições, que PorReal geração, de que descendese. O mui nobre Principe, fiel, Excellencia dos Reis que em Portugal reinaram, bem escreveram os que disseraõ que totalas humans virtudes floreceram em ti por especial graça, de guisa que porá pouquidade de nosso engenho nom somos ousados de falar em elas, & estas poucas, que das obras alheas apanhamos, apartamos assim em foma, por nom dizerem que britamos a primeira ordenança deshi por ternarmos aseguir nosso simpres razoamento. (CDJ, 1644, II, p. 04-05, grifo nosso).

O Mestre é posto em contraponto a seu irmão D. Fernando, quando o cronista o cita como exemplo de marido, e homem de uma única mulher, não dando vazão a exposições negativas sendo motivo de escândalo diante do povo, diferente de seu antecessor que segundo Lopes, foi “*mancebo valente, ledo e namorado, amador de mulheres e achegador a ellas*”. (CDF, I, 1895, I, p. 05). Nesse ponto, podemos associar-lo a imagem de cavaleiro no que se refere a um ar de castidade do qual é envolvido, mesmo que tenhamos informações que esse rei tivera filhos bastardos inclusive notabilizando-os como o primeiro Duque de Bragança. Mas essa imagem também foi apresentada pelo seu biógrafo, pois, segundo o cronista, resistiu às tentações carnis mantendo-se distante do vício pecaminoso da infidelidade. Outro atributo conferido ao mestre e que será epíteto seu e segundo o relato Cronístico, a maior de suas virtudes o de *Rei da Boa Memória*, pois sua grandeza de espírito “*em todos seus trabalhos nunca se esqueceo*”, daqueles que do seu lado estiveram, “*& portanto erom todos muy theùdos de o amar, & servir, porque todos receberom delle grandes, & assinadas mercês, cada*

um em seu estado.”. D. João I Rey providencial, não reina por questões de linhagem, mas pelo seu carisma, por suas virtudes é digno de sentar no trono. É modelo de rei ideal para os futuros infantes e monarcas, pois *“foi este Rey contado entre os bemaumenturados Principes, mas ainda os Reys, que depoz elle vierem, assi como de mestre por exemplo, aprendam a ordenança do Real Regimento”*. (CDJ, 1644, II, p. 05).

Esses elementos podem ser encontrados em outras partes da crônica como na primeira parte em que aponta novamente ser rei messiânico, astucioso, o redentor que guiará a vitória e o rei de castelhano cismático, pois o que estava a executar seria uma ordem do verdadeiro pontífice, Urbano VI:

& hia hum rustico brado diante. *Justiça, que manda fazer nosso Senhor o Papa Urbano Sexto este trêdor seismatico, Castrllão, prque não tinha com a Santa Madre Igreja.* (CDJ, 1644, I, p. 28).

Nessa passagem que se dá após a morte do Bispo da cidade, por ser partidário do Papa Clemente, o cronista para projetar o mestre como o soberano que estava do lado certo, afirma que estavam praticando um mandado divino, livrando Portugal de inimigos de D. João e da Igreja. Pois ele é rei pela providência divina, *“mas temos que o muito alto Deus, q em sua prouidencia nenhũa Sousa falece, ãtinha desposto de o Mestre ser Rey”* (CDJ, 1644, I, p. 14). É aquele “amado” pelo povo que sai em seu socorro como narra o cronista entre décimo e o décimo terceiro capítulo, sendo também assim líder popular.

A partir dos elementos elencados no corpo deste tópico, podemos inferir, que D. João I e seu dileto aliado D. Nuno Álvares Pereira, são indicados pelo cronista régio como exemplos de conduta a seguir, e esse dado, corrobora com a nossa tese de que a dinastia forjou e sugestionou modelos educativos comportamentais, o que tentamos desvelar com nossas argumentações e proposições extraídas da análise da documentação, a saber, a *Crónica de D. João I*. Podemos perceber que a estratégia educativa dessa facção buscou pelo fundamento do rei exemplar, do nobre ideal a construção de uma sociedade que fosse reflexo deles, e por meio dessa propaganda de caráter doutrinário legitimar a memória e o comportamento. Acreditamos também que, cumprindo seu papel de ordenador da memória, Fernão Lopes selecionou as cenas e os personagens, para alcançar seu intento, tentou incarnar na figura dos personagens para

além de modelos educacionais de nobre e rei, protótipos civilizadores, e esse dado já fora discutido no preâmbulo desse item, sendo eles também cavaleiros, e esses por sua vez têm essa missão. Podemos apontar que os padrões educativos impressos no Mestre e no Condestável, objetivaram além do educar, tiveram um caráter civilizatório e possibilitaram a boa governança, a construção de uma imagem positiva em relação à dinastia e aos partícipes dela. O que não apenas fortaleceu a imagem de D. João e sua prole, mas auxiliou no ousado projeto de perpetuação da memória dessa facção.

CAPÍTULO 4 - A PRODUÇÃO DO PARADIDÁTICO O MEDIEVO PORTUGUÊS E A REVOLUÇÃO DE AVIS:

Neste capítulo da dissertação, nossa proposta é fazer uma exposição em linhas gerais acerca do ensino de História Medieval, discutindo os percalços e os avanços que essa área da história tem tido nas últimas décadas. Nossa visão parte do geral para a realidade particular do Maranhão, observando também a atividade dos grupos dos quais temos contato direto no Estado, suas contribuições para o fortalecimento dos estudos medievais e suas possíveis intervenções na Educação Básica.

Será parte de nossa discussão neste tópico, um breve debate sobre produção de livros didáticos no Brasil. Concebemos esse tipo de material como o acesso mais disseminado de conhecimento sistematizado em nosso país e em uma realidade por vezes dura, pois esses livros serão a única obra que a maioria da população jovem terá acesso. Retomaremos falas da introdução deste trabalho e versaremos sobre as especificidades dessa modalidade de livros, as disputas mercadológicas que dividem a educação brasileira em duas realidades, real e oficial, que fazem da Educação um produto que deve está alinhado ao mundo do trabalho. Os materiais didáticos também se alinham a essa realidade e tentam suprir tal necessidade, posto que são ferramentas essenciais para a formação do ser humano nessa dinâmica do capital. O que nos convida a refletir sobre o Ensino de História por meio destes produtos (livros didáticos), as seleções dos conteúdos, a supressão de determinados temas em detrimento de outros, o que torna a o currículo de História e os programas os instrumentos mais poderosos de intervenção direta do Estado no Ensino, e, por conseguinte, na realidade vivida de um povo (ABUD, 2009, p. 28).

Por fim, versaremos acerca da experiência vivida na aplicação de nosso produto pedagógico em duas turmas de 1ª série do Ensino Médio, do Centro de Ensino União, estabelecimento de ensino da rede estadual. Nesta descrição de experiência, apresentamos por meio de relato escrito e iconográfico (fotografias), a aula ocorrida dia 23/06 com as referidas turmas, onde ao trabalhar com Idade Média lhes apresentamos como material de apoio ao estudo da temporalidade e suas permanências no Brasil e no Maranhão. Nesta aula, introduzimos nosso material a partir do tema; Consolidação das monarquias na Europa moderna, do livro didático, “*História: das cavernas ao terceiro milênio*” de Patrícia Ramos Braick e Myriam Becho Mota, livro adotado pela

instituição, apresentamos o material paradidático produzido por nós como fonte de aprofundamento de um dos subtemas, a saber; “*Formação de Portugal*”. Na descrição dessa experiência iremos expor como foi a receptividade dos alunos em relação ao produto, quais suas observações para possíveis mudanças, se consideraram o material claro, acessível. Por meio da indicação dos alunos, trabalharemos as limitações do material pedagógico e aprimorando-o, chegando a uma versão que alcance as necessidades do público alvo do mesmo.

4.1. Produção de livros didáticos no Brasil

O Ensino de História na educação Básica está diretamente ligado aos livros didáticos, desde à disposição de conteúdos as metodologias indicadas pelas coleções e editoriais. Entendemos que o texto didático e o ensino de História são elementos constituintes de um mesmo processo. Para Schmidt, é sempre atual e importante dissertar sobre essa temática e procurar entender que essas ferramentas de disseminação de conhecimento sistematizado podem ser entendidas a partir de seu processo de produção, distribuição e consumo (SCHMIDT, 2004, p. 135).

Em complemento ao exposto, Bittencourt descreve os livros didáticos como ferramentas de trabalho de discentes e docentes. E que essas são essenciais na mediação entre ensino e aprendizagem, pois esse tem o poder de interferência na educação dos alunos o que nos leva novamente a inferir que Ensino de História e materiais didáticos estão ombreados, são eles os mediadores do método de ensino e aquisição de conhecimento no Brasil, como também se prestam a tornarem-se simplificadores de conceitos (BITTENCOURT, 2008, p. 295-296).

São eles, os livros didáticos de História, os principais responsáveis pela popularização do conhecimento histórico, contudo ainda cabe ao professor ser crítico e saber discernir entre o conhecimento histórico e o saber escolar, tendo ele, o professor necessidade de cabedal teórico-metodológico para fazer as críticas necessárias sobre a reprodução e transmissão de conhecimento histórico assim como conhecer as teorias de aprendizagem contemporâneas. (SCHMIDT, 2004, p. 136).

Esse dado é deveras relevante, tendo em vista que a produção de livros didáticos se constitui como um jogo de disputas por memórias, quais as selecionadas para serem lembradas e como deveriam ser recordadas; sendo assim, há a presença de uma

ideologia nos livros didáticos, e em que “histórias” são narradas por eles e suas predileções de conteúdos (FERREIRA; FRANCO, 2008, p. 80).

Assim, consideramos válida a discussão de como a cultura escolar é diretamente influenciada pela ação dos livros didáticos, em especial os livros de História, disciplina que tem uma função social de formação do cidadão, tendo em vista que o componente curricular da História é sem dúvida, um dos mais significativos quando se trata da formação da identidade de um povo, ora não podemos esquecer, é nesse componente que encontramos a origem das riquezas e mazelas de uma nação. (PANSARELLI & PANSARELLI, 2010, p. 284).

Essa temática tem sido debatida na Educação Básica brasileira de forma intensa no contexto de resistência à ditadura civil-militar. Sendo debatida por vários estudos e não pode ser interpretada como conhecimento proscrito ao conhecimento forjado na academia, muito pelo contrário, esse conjunto de saberes deve ser transmitido, apreendidos e validados. (SILVA; FONSECA, 2010, p. 14-16).

Devemos arrolar a essa discussão que o existir sentido e o fazer sentido do tempo vivido é uma construção da memória histórica e essa é moldada no espaço e moldada no chão da escola, por meio da relação entre alunos, professores e suas ferramentas de ensino aprendizagem e essa memória uma vez construída desempenha um papel decisivo para a identidade de cada um, do grupo e da sociedade, forma, constrói, organiza e dirige. (MARTINS, 2011, p. 50). Tornando-se assim o ensino de História e seu principal fio condutor de conhecimento sistematizado para as massas, (o livro didático), uma poderosa arma no que se refere a formação de “representações e normas que fixam e preservam de antemão o que e como se deve pensar, agir e sentir” (universalidade imaginária) (CHAUÍ *Apud* ABUD, 2009, p. 28).

Para além das reflexões específicas sobre o livro didático e o Ensino de História no que tange ao ensino *Básico na legislação atual*. Fazemos aqui uma brevíssima e introdutória discussão, acerca dos embates no campo educacional, durante a tramitação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as quais ainda resvalam no ensino até nossos dias. Nesse período, há um panorama onde tivemos dois mundos³¹ em disputa de espaço, da mesma maneira os atores do debate são de espaços e realidades antagônicas (BRZEZINSKI, 2010).

³¹ Segundo Iria Brzezinski (2010), os dois mundos em embate eram o “*mundo real*” e “*mundo oficial*” representavam dois projetos antagônicos, o ensino público *versus* ensino privado, o mundo vivido pelos educadores e o mundo do sistema educativo.

Percebemos que a partir dessa leitura que o espaço de debate sobre a educação em nosso país sempre foi cercado por um jogo de interesses, e fazer educação de qualidade sempre foi um desafio. Consequentemente, nosso sistema educativo é produto dos acordos entre os interesses de propostas conflitantes, do mundo da educação privada e da educação pública gratuita e de qualidade para todos.

Ainda nessa linha de pensar a estrutura e o financiamento da educação destaca-se que, mesmo para os governos que deixaram marcas profundas nessa área, sempre houve uma relativização do dever do Estado com a educação, tendo por base o aforismo de que a tarefa de assegurar a educação é de todos os setores da sociedade, e como consequência de tal política tem-se um sistemático descumprimento de metas traçadas para melhoria da educação nacional. (PINTO, 2002).

Saviani (2010) converge com o supracitado ao revelar que o Brasil foi retardando a iniciativa de uma organização nacional da educação e, com isso, foi acumulando um déficit histórico imenso no campo educacional, em contraste com os países da Europa e os vizinhos da América latina. O autor se posiciona a favor de uma unidade da diversidade, um todo que articula uma variedade de elementos que, ao se integrarem ao todo e argumenta que mesmo idealizando nesses princípios o todo não perde suas identidades próprias, dessa forma ao analisar a LDB, o autor a concebia como um sistema.

As assertivas das referências citadas são de capital importância para pensarmos em uma educação afastada da mercantilização e concebê-la como fomento para o desenvolvimento nacional. Essa transposição de ideário para a educação fora desse padrão (educação como produto) permitirá um avanço para o país, com maior distribuição da renda e estimulador da igualdade social e, além de não apresentar efeitos negativos, já trará consigo o remédio aos efeitos danosos, como se verifica na educação ambiental, na educação para o trânsito. (SAVIANI, 2010, p. 18).

Outro aspecto que projetamos é pensar o *Ensino de História*, pois nos faz refletir sobre o lugar da História na Educação Básica. Em Marcelo Magalhães (2007), pensar as seleções de conteúdos nos livros de História do Fundamental e Médio e a formação de professores. Em Maria Rita Toledo (2017), refletir a crise do Ensino Médio e a perda de espaço da disciplina de História, as seleções e inadequações de conteúdos pelos currículos. Em Katia Abud (2017), refletir o ensino de História e os desafios impostos pela BNCC, que põe em xeque universalidade da História única, linear, assim

cooperando na conscientização de que os temas históricos são selecionados a partir de critérios lógicos e políticos.

Nota-se que fica evidente a relevância do livro didático para o ensino de História em nosso país. Esse recurso que antes estava condicionado a questões de posses e depois se transformou em um direito do educando, como produto é hoje a maior produção editorial e a maior fonte disseminadora de saber do país.

Tendo em vista que o projeto apresentado ao PPGHIST/UEMA, propôs-se a produção de um material paradidático com a temática do medievo português, ter debates e estudos direcionados a focalizar o livro didático como objeto de estudo, apreciando-o em suas imperfeições³² (CAIMI, 2017), ou discorrendo quanto à qualidade dos livros didáticos (SILVA, 2012), nos possibilita também a possibilidade de mirar, de que forma transubstanciar essa proposta, pois ao reconhecer que a perfeição não está garantida nem mesmo mediante processos avaliativos sistemáticos e conhecendo as imperfeições existentes nos livros didáticos possibilitou, produzir um material mais alinhado às propostas atuais.

A julgar que os livros didáticos são objetos culturais que refletem políticas públicas, vieses historiográficos e propostas pedagógicas (CAIMI, 2017), e que por vezes são vilões dos professores, a essa discussão nos faz refletir criticamente a produção de um paradidático, analisando de forma cuidadosa as representações do Portugal medieval e os descompassos entre a escola e a academia.

Selva Guimarães Fonseca, lembra que o livro didático, é de fato, o principal veiculador de conhecimento sistematizado, o produto cultural de maior divulgação entre os brasileiros que tem acesso ao processo de escolarização. (FONSECA, 2003, p. 49). Por vezes o livro tem até mesmo exercido o papel de currículo editado em especial no Brasil onde não há um currículo oficial, nem uma pauta de conteúdos. (CAIMI, 2017).

³² De acordo com Flávia Eloísa Caimi o livro didático apresenta três imperfeições; As *Imperfeições Necessárias* que estão associadas ao resguardo da razão de ser professor, tendo em vista que por si só o material didático já se configura em uma aula pronta. Dessa forma, há a necessidade é necessária para que se preserve a liberdade de cada professor. A segunda as *Imperfeições Inerentes* estão associadas à natureza do material didático/ em decorrência da diversidade de público destino. Elas se referem a temporalidade do livro didático, uma vez que o tempo de uso desses manuais pode os tornar portadores de conteúdos desatualizados e inviáveis, e tendo em vista a amplitude do público alvo os tornariam obras genéricas, fora do contexto escolar. As últimas imperfeições as *Contingentes* estarão relacionadas ao fato de que o livro didático é visto como produto do mercado e para o mercado. Para além do cunho pedagógico, são produtos de mercado, e por esse motivo sofrem ações de muitos aspectos mercadológicos. (CAIMI, 2017, p. 36).

Assim o livro didático vem ocupando papel de destaque, devido, dentre outros motivos, a sua capacidade sistematizadora dos conteúdos ministrados em sala de aula. Por vezes é a única referência histórica a que os alunos têm acesso, a imensa maioria, quase que total do alunado, não lerá no futuro outros livros de História. (MELO, 2008, p. 29).

Dessa forma é essencial rigor na produção de tal instrumento de transmissão de conhecimento, em especial no nosso caso, onde propomos falar de Europa medieval de forma mais significativa para o público alvo (alunos/ brasileiros), pois, tratamos quase sempre de França, Inglaterra, Alemanha e Itália nos livros didáticos de História brasileiros. (MACEDO, 2004, p. 115).

Precisamos descolonizar o ensino de História, e isso significa, portanto, recorrer a identidades em geral deixadas por nós em segundo plano. Para nós, faz muito sentido compreender nossas características herdadas, parte de nosso ser e pensar. Acreditamos que o foco no estudo da Península Ibérica por vezes tratada de forma marginalizada nos livros didáticos, teria mais propriedade educativa do que o ensino da História modelada na França e na Inglaterra (MACEDO, 2004, p. 115-16). Assim não incorreríamos no erro citado por Maria Rita de Almeida Toledo (2017), de os jovens de baixa renda, por exemplo, não verem sentido no que a escola ensina.

Ademais, independente de nosso país não ter participado diretamente de uma experiência medievá, a compreensão da História nacional parte de sua articulação com a tradição medieval cristã. Negar a permanência de elementos medievais na formação da sociedade brasileira é incorrer em grave erro, pois o medievo não pode ser compreendido somente como um recorte temporal. Ele é antes de tudo, um conjunto de práticas e representações sociais e culturais que podem perdurar em outros períodos históricos, o medievo não acaba no século XV, temos seu processo de fragmentação até o século XVIII e suas reminiscências até nossos dias, embricadas em nosso corpo cultural e religioso por exemplo. (SILVA, 2011, P. 13).

Partindo da premissa de que o Estado deve assegurar que estudantes da Educação Básica recebam livros qualificados. (CAIMI, 2017), é nesse bojo de discussão que propomos um paradidático que, atenda a preocupação em entender que, a compreensão dos nossos dilemas não pode ser esclarecida tão somente de acontecimentos restritos ao presente, mas também em um passado medieval não tão afastado de nossa realidade vivida. (SILVA, 2011, p. 14).

Deve-se contemplar que mesmo a História do Brasil só tenha surgindo depois do termino legal da Idade Média, nosso país também será concebido com o mesmo sedimento. Para nos identificarmos como brasileiros não é suficiente apenas conhecermos nossas raízes africanas e indígenas: precisamos fazer o itinerário inverso ao de Pedro Alvares Cabral e atinar para o que temos de Portugal, o que temos de medieval. (COELHO, 2009, p. 01 *Apud* SILVA, 2011, p. 14).

Por fim, pode-se inferir que esse tipo de discussão contribui de forma positiva para se pensar na produção de materiais didáticos e construir um caminho a seguir na escrita dessa modalidade de produto em especial no que se refere colaboração para a construção de propostas de um esforço para diminuir *erros conceituais*. (CAIMI, 2017).

Dessa forma, buscar-se-ia suavizar as falhas, tendo em vista que algumas imperfeições são intrínsecas a essa ferramenta de ensino e não podem no momento serem superadas, mas com o estudo da temática será possível patentear novas possibilidades e estratégias para perceber o livro didático com outro olhar, para assim como aponta Eloísa Caimi, mapear as limitações e fragilidades que possam nos impedir de promover as necessárias e desejadas mudanças nos modos de ensinar e aprender História. (CAIMI, 2017, p. 52).

4.2. A confecção do paradidático *O medievo português e a Revolução de Avis*

Introduzimos este tópico onde faremos um detalhamento de nosso produto educacional, confeccionado durante o mestrado profissional do PPGHIST/ UEMA, falando da relevância deste tipo de material. Os livros paradidáticos nem sempre são conhecidos, divulgados e utilizados nas escolas brasileiras, onde o foco central está no livro didático. No entanto, os paradidáticos são ferramentas fundamentais para aprofundamento de temas que a peça principal dos currículos da Educação Básica (livro didático) não consegue suprir, por razão de suas imperfeições necessárias. Assim, acreditamos que outros recursos como os paradidáticos, devem dividir os cenários do processo de ensino e aprendizagem junto com o livro didático.

Na realidade escolar em que testamos nosso produto educacional, figura de forma soberano o livro didático, sem dividir o palco com nenhum item do gênero. Os paradidáticos via de regra, da mesma forma que os didáticos ofertam saberes sistematizados e são um instrumento de ensino que sofrem frequentemente atualizações,

o que o difere das obras didáticas é o seu caráter de suplemento aos livros didáticos, pois esses não possuem a característica polifônica, ou seja, sua multiplicidade de temas e conteúdos. No caso dos livros de História, que por vezes trabalham várias temporalidades, a exemplo do livro didático de 1ª série do Ensino Médio, que versa sobre a Pré-história, a Idade Antiga, a Idade Média chegando até a Modernidade.

Diferente do que se propõem os livros didáticos, os paradidáticos possuem conteúdos que buscam proporcionar o estudo de temáticas que se relacionam “as disciplinas do currículo oficial”. (FURLANI, 2005, p. 19). Caso este do paradidático “*O Medievo português e a Revolução de Avis*”, que tem entre suas propostas o enriquecimento dos estudos medievais voltados para Portugal.

Mesmo sendo o paradidático considerado pela maioria dos docentes meros materiais de apoio e aprofundamento de um tema, esses podem se prestar também a usos diversos, tendo em vista ter como uma de suas características a interdisciplinaridade. (FERNANDES, 1995, p. 15). Tendo em vista isso, apontamos para a possibilidade de uso em disciplinas da grande área das Ciências Humanas como a Sociologia, no estudo das formas de governo, ou a Geografia, investigando as mudanças no plano da geopolítica. Apontamos ainda, a possibilidade de aplicação nas aulas da área de Linguagem, onde podem ser apropriadas as produções literárias medievais por meio dos *QR codes* que transportam os alunos até esses documentos, podendo-se ainda observar o processo de desenvolvimento da língua portuguesa até nossos dias. Enfim, há uma gama de possibilidades dentro desse campo de interdisciplinaridade que podem ser utilizados.

Tendo em vista o quadro de supressão desse conteúdo sobre Idade Média portuguesa, nosso produto tem por objetivo expor por meio desse paradidático, alguns tópicos sobre a sociedade portuguesa no período medieval, em especial pondo em evidência a Revolução de Avis, conteúdo trabalhado nos livros didáticos de forma extremamente sucinta. Acreditamos que nosso produto pedagógico paradidático se tornará uma oportunidade de reflexão acerca de nosso passado herdado e que não se encontra em um recorte temporal tão distante de nós. Acreditamos também que o contato mais aprofundado com o conteúdo proposto, possibilitará uma reflexão no que tange a capacidade de perceber as heranças culturais, linguísticas e religiosas, pois não foram apenas homens cruzaram o atlântico, mas também todo seu modo de pensar, agir e sentir o mundo à sua volta que ainda encontra, reverbera em nossa cultura em nível de

Brasil e de Maranhão. Essa discussão em sala de aula irá proporcionar que o projeto pelo poder sempre esteve presente em nossa história e possibilitará também o descortinar de uma visão sobre o embate pela posse da memória, entendendo assim os motivos de os grupos tradicionais escolherem o que é digno ou não de lembrança.

Isso se tornará possível graças ao direcionamento específico que os livros dessa natureza são capazes de fazer, pois se ocupará justamente em trabalhar um tema que é visto de forma genérica e superficial pelo livro didático, pois a esse é resguardado o direito de ser imperfeito. Segundo Flavia Eloisa Caimi, o livro possui três imperfeições que lhe são pertencentes a esse tipo de material, são elas as “necessárias” motivadas para resguardar a razão de ser professor, as “inerentes” que está vinculada a característica do material que deve atender vários públicos, cada um com suas peculiaridades. E por fim, as imperfeições “contingentes”, pois o livro didático é tratado como um material de mercado que deve ser polifônico atendendo também as necessidades mercantilistas. (CAIMI, 2017, p. 35-39).

Desse ponto, passamos a descrever a estrutura do material paradidático, por nós desenvolvido. Esse que tem como proposta o estudo da Idade Média em Portugal, por meio da “Revolução de Avis”. E por ela apontar conexões deste período histórico com o Brasil, pondo em evidência as reminiscências medievais em nossa sociedade. Nossa proposta de produto didático que está relacionado com o tema de nossa dissertação, este produto intitulado “*O medievo português e a Revolução de Avis,*” tem como alvo os discentes da 1ª série do Ensino Médio, período este do 2º grau em que estudam a Idade Média, no entanto, os livros didáticos em sua esmagadora maioria suprimem os conteúdos referentes ao medievo português dando maior ênfase a história desse período que fora moldado na França, Inglaterra, Alemanha e outros países europeus.

Nosso paradidático estará organizado em três capítulos dispostos em 54 páginas, onde os temas abordados são trabalhados em forma de textos, iconografia, indicação de acesso a sites através de *QR codes*, com atividades no final de cada capítulo que buscam proporcionar uma revisão do conteúdo estudado, sendo esse material de fácil manuseio, e trabalha de forma breve e clara os temas propostos. Para tanto, nosso produto sempre estará buscando por meio de seções temáticas dialogar com multimeios voltados à Educação, tais como *links*, para acesso a sites especializados, indicação de vídeos e documentários, blocos de perguntas que fazem o aluno refletir e associar o tema ao tempo presente.

Os capítulos estarão dispostos da seguinte forma; daremos início apresentando o material, com falas iniciais aos alunos “**Caros alunos (as)**”, essa breve exposição trará de forma sucinta o programa dos temas por ele abordados, e argumentará a importância dos estudos medievais para compreensão de nossas heranças culturais. Essa apresentação convida o aluno a refletir que aspectos guardaram desse período histórico que um dia Portugal viveu e transportou para solo brasileiro junto com os homens e mulheres que vieram para nosso país no período colonial. Tal convite consiste em possibilitar aos alunos (as) outro olhar sobre a Idade Média, fazendo com que percebam as características residuais do medievo presentes em nossa cultura e no cotidiano em que vivem, sejam aspectos culturais, religiosos ou arquitetônicos.

Na página seguinte em **Conhecendo seu paradidático**, apresentamos as seções e boxes que os alunos encontraram no decorrer da leitura do paradidático. Elementos esses como; **LUZ, CÂMERA, HISTÓRIA**: onde o aluno é convidado a acessar por meio de um *QR code* uma produção audiovisual sobre o tema que você está estudando no capítulo, seja ela um filme ou um documentário. **HISTORIANDO**: Como forma de aprofundamento trazemos nessa seção a fala de um Historiador (a) que discute sobre o tema abordado. **DE OLHO NO DOCUMENTO**: Essa seção tem por objetivo principal fazer com que o aluno (a) tenha contato com um documento histórico e reflita sobre sua produção e o contexto histórico em que foi produzido, será encontrado nessa seção frações dos documentos utilizados para melhor narrar à História medieval portuguesa. **DIALOGANDO COM...** Essa seção propõe o diálogo com outras disciplinas escolares para auxiliar no esclarecimento de alguns temas, no geral, a literatura e a sociologia são utilizadas para isso e o **GLOSSÁRIO**: onde mesmo que simplificações e abreviações essa seção busca mostrar o sentido de alguns termos utilizados ao longo do paradidático.

Cada capítulo conterá, um conteúdo principal que estará sempre em diálogo com a temporalidade medieval, contendo textos informativos, uma seção chamada, **De olho no documento**, que objetiva trabalhar com uma fração da documentação utilizada na pesquisa e que possibilita uma versão para visitar essa temporalidade.

No primeiro capítulo, de título “**O medievo português e a revolução de Avis**,” composto pelos tópicos; *Uma História da Península Ibérica para além da Reconquista; A formação do Reino de Portugal; A “Revolução” de Avis e Pensando em uma perspectiva de longa duração do medievo: As raízes medievais do Brasil.*

Objetiva inicialmente trabalhar a história de Portugal não apenas partindo do contexto do processo de reconquista. Analisar a formação do reino português até a formação da dinastia de Borgonha com D. Afonso Henriques e o período de crise que leva a Revolução de Avis. Procuraremos apresentar o movimento avisino e os desdobramentos que irão tornar Portugal o primeiro Estado Moderno europeu, a centralização régia empreendida pela dinastia que ascende ao poder em 1385, possibilitou um evento que ficaria conhecido como Expansão Marítima Ibérica que terá como resultado o processo colonizador na América e a formação da sociedade brasileira.

Em *Revisitando o Conteúdo*, no final de cada tópico do primeiro capítulo, o aluno é convidado a visitar o conteúdo por uma atividade. E no último tópico do capítulo um o aluno é convidado a refletir que o medieval está mais próximo do que se pode imaginar, o que por vezes nos falta é uma análise mais atenta para encontrarmos o que temos de medieval, quais as permanências dessa temporalidade e seu modo produtivo em nossos dias ou em recortes temporais mais próximos de nossa realidade vivida como, por exemplo, o período colonial brasileiro, onde se pode perceber com mais clareza que algumas heranças medievais importadas pelos colonizadores portugueses que viveram essa temporalidade, e trouxeram consigo para a colônia elementos medievais que são constituintes da amalgama cultural que formou o povo brasileiro.

Nossos últimos capítulos irão trabalhar com personagens, a saber, *D. Duarte* e *Fernão Lopes*, esses que estão visceralmente ligados ao movimento de Avis que foi tema de nosso primeiro capítulo, que terá o título “O medieval português e a Revolução de Avis”.

No segundo capítulo, intitulado “**D. Duarte o Rei-filósofo**”, constituído pelos tópicos; “*Você já ouviu falar de D. Duarte?*”; “*D. Duarte um rei preocupado com as letras e com a educação*”; “*D. Duarte e seus leais conselhos*” e “*Aprofundando o conteúdo; A Dinastia de Avis foi muito preocupada com o educar*”. Convidamos o aluno a conhecer o segundo monarca da dinastia de Avis, filho de D. João I, um personagem muito inclinado para a produção de conhecimento, influenciador de seus pares a também escreverem obras que buscam a doutrinação de seus leitores através da literatura. Nesse momento, apresentaremos sua obra considerada por nós importante instrumento para educação dos homens do período, que estava muito relacionada aos princípios religiosos.

O discente poderá através de estímulo relacionar a educação no medievo ao contexto presente e a educação de cunho religioso que teve supremacia no período colonial de nosso país. O capítulo também busca mostrar que esse rei foi o artífice da literatura de conduta moral e doutrinária empreendida pela dinastia, mostra que foi iniciativa sua contratar Fernão Lopes para escrever as crônicas dos reis portugueses até D. João I, seu pai, e os feitos desses monarcas, tentando mostrar uma linha contínua e sem quebras, o que legitimaria o iniciador da Casa de Avis e seus sucessores.

Além do texto informativo do capítulo, as seções *de olho no documento* seguida de atividades *Dialogando sobre*, e os *QR codes* irão auxiliar a acessar a imagens e um documentário para aprofundamento do tema em estudo.

Por fim, nos três tópicos finais do capítulo segundo, refletimos com os alunos o projeto da dinastia onde por meio de seu *Leal Conselheiro* D. Duarte expõe sua visão de sociedade ideal, que para ele seria livre de vícios e pecados, e formada por homens bons e virtuosos tocados pela graça divina, em seus leais conselhos faz interagirem os seus desejos de moldar o agir social e os designios religiosos.

No terceiro capítulo, nomeado de *“Fernão Lopes: historiador a serviço da Dinastia de Avis”* composto pelos tópicos *“Você já ouviu falar em Fernão Lopes?”* e o *“A escrita lopesiana e a preocupação da Dinastia de Avis com a memória”*. Propomos que o discente, conheça outro agente e possível testemunha ocular do movimento. Nesse capítulo, além de conhecer o personagem e sua importante função, o aluno será convidado a refletir sobre a memória e a preocupação da preservação das lembranças pela via escrita, para isso a sessão **“De olho no documento”, Dialogando com... e Historiando**, auxiliaram com acesso a frações dos documentos, iconografias, vídeos que aprofundam fatos da narrativa de Fernão Lopes, possibilitando assim que por meio da leitura da narrativa do cronista visite-se acontecimentos selecionados por nós.

Queremos registrar que elementos referentes ao medievo serão abordados em todos os capítulos, como forma de complementar aspectos referentes ao período, presentes nas narrativas dos príncipes de Avis e seus cronistas. Após nosso último bloco de atividades, na conclusão, deixamos uma mensagem final, desejando ter contribuído de forma positiva para a formação de um olhar diferente sobre a Idade Média e a importância de estudá-la, em especial, a História moldada na Península Ibérica onde se insere Portugal, esperando também que de agora em diante consigam observar com olhar mais crítico e identificar as medievalidades presentes em nossos cotidianos, que o

produto tenha sido como uma lupa que permite examinar e enxergar de perto esses resíduos medievais no Brasil, no Nordeste e no Maranhão.

Nossa meta de aplicação e teste em salas de aula de uma escola estadual já pré-selecionada, Centro de Ensino União (C.E.U) em Imperatriz – Ma, após conclusão do paradidático, foi alcançada. O relato dessa experiência se encontra no tópico seguinte.

4.3. Aplicação e aplicabilidade do paradidático em sala de aula

A pandemia de Covid-19, que acomete nosso país, desde o final de fevereiro de 2020, quando aqui foi identificado o primeiro caso, limitou inicialmente e logo após interrompeu o trânsito de alunos e professores entre suas casas e a escola. Em nosso caso na região Sul do estado, em março de 2020 já não íamos mais para o espaço escolar. Mesmo com a resposta rápida do Estado de ainda no mesmo mês dar início a aulas on-line que persistem até o presente momento, junho de 2021. Não podemos negar que os prejuízos para a educação brasileira e maranhense são imensuráveis, as dificuldades de acesso à internet ou o não acesso a ela pelas populações mais pobres foram escancaradas. Como professor do Ensino Fundamental e do Médio observei de perto as dificuldades dos alunos e também de professores, com acesso a plataformas uso de multimeios, ou seja, recursos usados para intermediar recursos tecnológicos com a prática educativa, em nosso caso, celulares, *tablets*, *webcams*, computadores, ambientes virtuais de ensino aprendizagem, videoaulas, inserção de conteúdos em plataformas. Elementos novos para discentes e docentes. Por mais que o governo do Maranhão tenha buscado sanar a problemática de acesso à internet ainda em 2020 doando *chips* com dados móveis para alunos da rede estadual de ensino, ficou ainda por solucionar o acesso à tecnologia, pois um número considerável de alunos ou não a possuem ou têm aparelhos já obsoletos que não suportam os aplicativos de acesso às aulas e as plataformas de ambiente virtual. Não se pode deixar de dizer que o celular é 99% do meio utilizado pelos alunos da instituição em que trabalho para assistir às aulas por plataformas como *Zoom* e *Google Meet*, ou de entrega e recebimento de atividades e avaliações como o *Google*, Sala de Aula.

Foram e continuam sendo momentos delicados, com percas que só poderemos mensurar com precisão em um momento pós-pandemia. Que dificultaram e dificulta

ainda o acesso à Educação Básica no Brasil, onde pesquisa³³ aponta que 40% dos estudantes de instituições públicas não tem acesso a computadores e tablets em suas casas, nas escolas particulares apenas a título comparativo o índice só chega a 9%. Novamente apenas a título informativo, a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), em pesquisa efetuada em seu corpo discente constatou que um número considerável deles estava em situação de vulnerabilidade social e não tinham acesso à internet, tanto que tentando sanar esse problema lançou edital de Auxílio Emergência de Inclusão Digital³⁴ para cinco mil alunos, dado que mostra a deficiência em todos os níveis, da educação Básica à Universidade, e fez com que o ensino antes já com suas carências se tornasse mais inviáveis para grupos periféricos como é o da escola em que trabalho e aplicamos o produto pedagógico.

Mesmo com todas as adversidades, continuamos com a árdua missão formar cidadãos que consigam fazer leitura de conjuntura do mundo que o cerca, criando metodologias que alcancem o maior número de espíritos e tornando-os ávidos desbravadores de novos mundos que podem ser acessados por meio da educação, em especial o Ensino de História. Apresentamos brevemente esse quadro para que se reflita que essa realidade cruel se repetiu por diversos municípios e estados Brasil afora e o quanto foi e está sendo desafiador exercer o magistério nessas condições. Onde alunos e professores são deixados em segundo e terceiro plano, isso mencionando apenas um prisma de análise sem mencionar o contexto político de âmbito nacional que vivemos, falamos de forma brevíssima apenas o que se refere a acesso à internet para assistir às aulas, para manter vínculo como o espaço escolar, mesmo que seja por um espaço virtual, pois o momento que vivemos assemelha-se a um caso de dupla pandemia, uma que mata pessoas por crises respiratórias agudas graves e outra que corrói a política brasileira e mata cidadãos e cidadãs de bem por omissão.

Nessa conjuntura, em uma aula de História foi feito o convite para que os alunos das primeiras séries “A” e “B”, estivessem de forma presencial para aplicação do produto educacional, “O Medieval Português e a Revolução de Avis”, chamamento que foi aceito de forma imediata. Ambas as turmas, têm uma virtude que deveria ser própria de todo discente, o desejo de aprender, a curiosidade e ao mencionar que estava

³³ Pesquisa disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/06/09/quase-40percent-dos-alunos-de-escolas-publicas-nao-tem-computador-ou-tablet-em-casa-aponta-estudo.ghtml> Acesso em 23 de junho de 2021.

³⁴ Disponível em: <https://www.uema.br/2020/07/uema-lanca-o-auxilio-emergencial-de-inclusao-digital/> Acesso em 23 de junho de 2021.

confeccionado um livro que seria útil para aprofundar o tema de Idade Média todos ficaram com o desejo de conhecer a proposta. Há um dado em relação a essas turmas, que deve ser levado em consideração, no início do mês de junho eles já tinham sido preparados para participar de uma pesquisa de mestrado sobre “Idade Média e cinema”, de uma pesquisadora da UFT e continuar apreciando um tema que já lhe havia instigado à imaginação foi muito importante. Isso também nos leva a outro dado, o valor de possibilitar a esses estudantes a oportunidade de interagir com vários olhares sobre o medieval, não apenas o que já trazem do censo comum, de um período de trevas, que é tratado de forma pejorativa, ou apenas o mundo mágico dos filmes e dos livros, mas uma Idade Média em que eles possam identificar valores culturais, religiosos, linguísticos e históricos que estão diretamente ligados à sua realidade cotidiana, propiciar que possam encontrar o que temos de medieval e o que temos de Portugal, o que temos de ameríndio e africano em nossas raízes e não apenas suprimir um em detrimento de outro.

Com objetivo de atender a concepção do mestrado profissional de produção de um material que faça uma ponte entre o mundo acadêmico e sua produção ao espaço escolar, realizamos uma aula para aplicação de nosso material pedagógico, com o propósito de colher das avaliações e observação dos alunos e direção da instituição que tiveram acesso à obra, sugestões para lapidação futura do mesmo.

Tomando todas as medidas sanitárias, uso de máscaras e álcool em gel devido à problemática da pandemia de Covid-19, no dia 23 de junho de 2021, após tratativa anterior com a turma e a direção da escola, pois as aulas presenciais estão suspensas, estivemos com um grupo de 22 alunos das primeiras séries “A” e “B” do Centro de Ensino União, localizado no município de Imperatriz – Ma, no Bairro Cafeteira, Av. Liberdade S/n. As turmas foram divididas em dois grupos de 11 alunos, no momento anterior a aula foi entregue a gestora da instituição uma cópia de nosso produto, estivemos das 14hrs às 17h30min em dois tempos de 45 min para cada turma. Momento em que foi apresentado nosso material, fruto da pesquisa desenvolvida no Mestrado profissional do PPGHIST/UEMA.

No primeiro momento, foi feita uma breve introdução acerca da produção do paradidático seus objetivos, o temo nele contido, e quais as conexões do conteúdo a ser exposto com o Brasil e o Maranhão.

Em seguida, foram distribuídas cópias para cada aluno que acompanharam a exposição feita com auxílio de projeção por *Datashow*. Nessa exploramos o estudo da História da Península Ibérica para além do processo da Reconquista, onde de forma clara e simples mostramos que o tema que é trabalhado em apenas uma página do livro didático que possuem pode e deve ser aprofundado dando ênfase a História de Portugal, país que defendemos ter maior nível de sentido útil para ser estudado por nós e que está inserido no contexto medieval.

Relembramos os conceitos já vistos em aulas anteriores como Idade Média, Idade Média Central e Baixa Idade Média para assim introduzir a História Medieval Portuguesa e a formação do Reino de Portugal, fazendo uma leitura da Reconquista a partir de Portugal apresentando por meio de imagens argumentos e textos uma cronologia desde o recebimento do condado Portucale de Henrique, por D. Afonso VI de Castela e Leão, suas conquista e expansão do território, suas batalhas com os mouros até a proclamação da independência por seu filho D. Afonso Henriques, neste interim fizemos uso dos *QR codes* presentes nas seções das páginas 16 e 19, objetivando acessar documentos do período e o vídeo “*A fundação do Reino de Portugal*”, da seção “**Luz, Câmera, História**”, narrado pelo prof. Fernando Casqueira para melhor ilustrar o contexto vivido em Portugal nesse período, material a ser assistido posteriormente, pois o uso do produto continuará tendo em vista que o material fora aplicado em turmas em que exercemos o magistério.

Desse ponto, após mostra a consolidação do território como reino independente de Castela, partimos para a Revolução de Avis, ocorrida entre 1383-1385, que é objeto central de nossa pesquisa. De início tentamos relacionar o movimento avisino com as Grandes Navegações e que é importante estudá-lo, pois, nossa história nacional também está ligada aos desdobramentos desse processo, utilizando o paradidático e slides, abordamos o contexto de crise dinástica vivida em Portugal, apresentamos também os personagens, seus papéis e pretensões dentro do cenário de fome peste e guerras.

Explorando o paradidático e sua seção “**De olho no documento**”, apresentamos Fernão Lopes e as crônicas por ele escritas, em especial a de D. João de Avis, que se tornaria D. João I, rei de Portugal e primeiro monarca da dinastia que nasceu do conflito em estudo. Novamente com auxílio dos *QR codes* das páginas 26 a 30, averiguamos documentos que narram o esse contexto (*Crónica de D. João I*), iconografias dos personagens e fatos históricos da narrativa e um documentário que resume de forma

simples e clara a crise vivida pelos portugueses no final do século XIV, vídeo este que os auxiliaram a responder a atividade do final deste tópico e que fizemos em conjunto. Todos esses links acessados por *QR code* buscaram tornar-se mais dinâmico o Ensino de História Medieval, não se tornando um conteúdo maçante e enfadonho, mas que através de uma ferramenta que os alunos têm em mão, possam converter informação em conhecimento.

Ao fazer esse sobrevoo no contexto de sucessão dinástica e conhecer personagens que os alunos relataram não conhecerem ainda, dado pode ser explicado pela presença de apenas uma imagem de D. Afonso Henriques presente no livro didático que é adotado pela instituição e as poucas citações e iconografias sobre o tema nos manuais do Ensino Fundamental Maior quando poderiam ter tido um primeiro contato com esse conteúdo. Mesmo assim se mostraram simpáticos com os homens e mulheres que conheceram em especial com D. Fernando, ao saberem que Fernão Lopes escreveu que esse rei morreria de desgosto pela traição de D. Leonor, afeiçoaram-se de D. João de Avis que como marco do movimento lava a honra de seu irmão matando o amante de Leonor Teles, percebemos nas interpretações dos alunos que eles chegaram à conclusão que os homens e mulheres do medievo eram pessoas como nós hoje, e que são tão passionais quanto, que se envolviam em relacionamentos conflituosos, traições e que a Igreja Católica não era tão onipresente ou controlava tanto assim as pessoas.

Após, explorar perfis e documentos, conhecer batalhas e táticas de combate como a das covas de lobo, conhecer mais sobre a *Crónica de D. João I*, que relata os acontecimentos de 1383-85, da nova ordem estabelecida pela dinastia avisina, conhecer também outros escritos como o Livro da Montaria escrito pelo iniciador da nova facção que ascende ao poder. Realizamos em conjunto a segunda atividade proposta de forma oral e compartilhada.

Encerrando o primeiro capítulo, falamos sobre as raízes medievais do Brasil, momento em que puderam identificar as medievalidades presentes em nossa cultura e no cosmo que nos cerca, em especial nas séries e nos filmes apresentados em nosso material, dos quais alguns eles se disseram familiarizados.

Outro elemento que julgamos ser importante frisar, é que os alunos disseram já tinham visto antes pela televisão falar dos albinos que se dizem filhos de D. Sebastião, que habitam uma ilha na costa maranhense e acreditam no mito de esse rei português, o último da dinastia de Avis está encantado e esperam seu retorno, já viram também pela

TV a Festa do Divino que acontece em Alcântara, mas que não sabiam do fundo medieval que estes dois exemplos citados em nosso produto tinham. Assim como a festa mais popular do país, o carnaval. Foi esse um momento proveitoso, onde se fez possível o alargamento de análise de temas já conhecidos, no entanto, nunca analisados nessa perspectiva, acreditamos que isso fez com que o medieval antes tão distante se tornasse mais real e próximo.

Outro exemplo explorado que ilustra parte de nosso material é o exemplo do Engenho Central de São Pedro, hoje patrimônio Histórico e Cultural, esse que hoje é uma Casa de Cultura que guarda a memória de um passado com marcas medievais, pois em seu período remontava o cotidiano dos senhores feudais, inserir essa informação ao rol de conhecimento desses alunos faz com que não tenham apenas a visão simplista que relataram ter, engenho era até então segundo eles sinônimo de produção de açúcar utilizando mão de obra cativa africana.

Concluimos nossa exposição com a atividade que busca explorar o conhecimento adquirido neste capítulo, dessa vez não mais de forma oral e compartilhada, mas escrita em seus cadernos, onde uma aluna que fora para esta aula com a Bíblia na mochila, descreveu ao responder os questionamentos da atividade da página 37, que percebeu estar o discurso religioso muito “misturado” com as questões políticas, isso em nossos dias e também no medieval, que as justificativas que eram usadas para sustentar os reis naquele tempo são hoje usadas para manter governos no poder com em nosso país onde os políticos falam de Deus o tempo todo. Mesmo não apresentando os dois perfis trabalhados nos capítulos seguintes, esses foram exibidos quando trabalhamos com documentações.

Expomos também o relato dos alunos acerca da receptividade deles sobre o paradidático, as impressões que ficaram dessa experiência, segundo eles, essa aula atípica em um momento também inabitual, após quase um ano e meio fora da sala de aula foi “incrível” mesmo com simplicidade como o tema foi abordado, e esse aspecto julgamos positivo, tendo em vista que essa clareza fez parte de nossos anseios, percebemos que para os alunos houve um impacto positivo, eles acharam o material prático, e a forma que propõe acesso aos textos, imagens e vídeos a qualquer momento que desejarem através dos *QR codes*. Deixamos aqui o trecho da fala de uma aluna; “foi uma aula simples, mas produtiva, falava sobre a Revolução de Avis, achei fácil e prática a forma que o professor propôs para nós, qualquer hora posso acessar pelo *QR code*,

vídeos, documentos e as imagens, adquirir conhecimento de forma clara e prática é o que todo aluno deseja”. Assim, avaliamos que os alunos ficaram entusiasmados com a possibilidade de trabalhar com as fontes documentais utilizando a ferramenta supracitada, redescobrimo um novo conceito de Idade Média, muito para além dos anteriormente construídos no Ensino Fundamental.

O saldo da experiência de aplicação do paradidático a nosso ver, foi positivo, pois possibilitou rever elementos a serem aperfeiçoados e em especial a possibilidade de testá-lo e propiciar aos alunos uma nova perspectiva de olhar acerca do medievo e a importância de nos debruçarmos sobre a história cunhada na Península Ibérica, onde encontra-se Portugal, e que tem conteúdo de relação conosco. Além disso, a ocasião de experimentá-lo de forma presencial faz com que cumpramos com o objetivo do PPGHIST/UEMA, de construir pontes entre a Educação Básica e o conhecimento produzido em âmbito acadêmico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pesquisa no PPGHIST/UEMA foi desenvolvida visando analisar a construção de Modelos Educativos de Comportamento, desenvolvidos por meio da literatura de cunho moral e doutrinária empreendida pela Casa Real de Avis, tal análise foi feita a partir do relato de Fernão Lopes, *cronista oficial* dos primeiros soberanos dessa facção que saiu viturosa dos acontecimentos ocorridos entre 1383-1385, que grafou na *Crónica de D. João I*, os fatos, ações e personagens que julgou dignos de recordação e de envergadura moral para serem modelos para coletividade. Além do referido documento, debruçamo-nos sobre os escritos de D. Duarte, segundo monarca da Dinastia de Avis. Este rei recebeu o epíteto de *rei filósofo* por sua forte inclinação as letras, a disseminação de livros na corte e por ser animador de seus pares para a grafia de obras que objetivavam a adoção de posturas comedidas aos seus leitores. D. Duarte escreveu o *Leal Conselheiro*, segunda fonte primária de nossa pesquisa, que é classificada por seu próprio autor, como um tratado com “*ẽssinãças*” para que os homens controlassem os “*poderes e paixões*” algo natural em todos, e fossem “*seguidores das uirtudes e bõdades*” afastando-se “*dos malles e pecados*”. Nossa análise aponta que essa “*uirtuosa husança*” do rei português tinha por objetivo principal sugerir modelos comportamentais se utilizando de exemplos já consolidados.

Fez parte de nossa proposição a produção de um paradidático intitulado; *O medievo português e a Revolução de Avis*, pronunciado pelo PPGHIST, visando cumprir suas exigências de relacionar nossa pesquisa ao contexto curricular da Educação Básica. Esse, foi por nós elaborado com o intuito de fortalecer os estudos medievais, em especial o medievo português, que julgamos ter maior nível de sentido em ser apropriado nos bancos escolares, para que se possa desvelar para os discentes do Ensino Médio as reminiscências, as medievalidades presentes e constituintes da cultura brasileira, bem como o legado português no Brasil.

Em nosso itinerário de análise das fontes, podemos constatar alguns dados que elencamos desse ponto. Pudemos perceber que a apropriação do contexto da realidade vivida no medievo foi peça basilar na escrita lopesiana e duartina, pode-se perceber que essa escrita para além de doutrinar, também se prestava a justificar um ordenamento novo e a cristalizar na memória coletiva os atos e atores de um grupo que fora pré-selecionado.

A ordenação da memória pela via escrita, por crônicas e tratados, assim como os analisados e arrolados no corpo desta pesquisa, demonstram que seus escritores, agentes da Dinastia, empenharam-se em indicar comportamentos que julgavam apropriados para o novo momento vivido pelo Reino. No que tange à realidade vivida, recordemos que neste período histórico (o medievo), o homem estava impregnado pela espiritualidade cristã e por crenças populares que carregavam de outros recortes temporais e que ainda tinham fortes resíduos na Idade Média, os agentes supracitados, Fernão Lopes e D. Duarte ancoraram sua mensagem ao cristianismo e se valeram da memória cristã, buscando operar sob o imaginário coletivo dos receptores de sua mensagem, e como foi destacado no primeiro capítulo deste trabalho a via literária portadora do poder de conferir vida a narrativas, forneceu recurso necessário para a institucionalização de um *modus operandi* novo.

Compreendemos que a tessitura dos escritos de ambas as fontes, dos por nós tratados como ordenadores da memória de Avis, por serem D. Duarte e Fernão Lopes, respectivamente, artífices e aquele que selecionou a memórias dignas de lembrança, tem a finalidade de sugerir e implementar modelos educativos de comportamento e fixar uma memória concordante com a narrativa criada e imaginada pelos autores. Podemos inferir também que os modelos comportamentais indicados partiram de exemplos idealizados e imaginados pelos autores com envergadura moral ampliada e fora do plano real, pois é fato que só possuíam as características por vezes divinizadas e associadas a personagens ligados a religião dentro do plano de seus escritos, tendo em vista que, partes dos atributos só poderiam ser concebidos no plano imaginário.

Constatamos também que a tática de se apropriar de uma realidade que mescla o real e o cosmo religioso para engendrar modelos pode ser entendida partindo do princípio que o imaginário social coletivo só pode ser compreendido a partir do momento em que se torna possível ser entendido, assim D. Duarte e Fernão Lopes operaram por uma via que era parte inseparável do espírito e da compreensão de mundo dos homens no medievo, a religiosidade cristã.

Desta feita, o contexto vivido no medievo português onde o sobrenatural era indissociável do agir, pensar e sentir dos medievais, foi solo fértil para a literatura avisina, que através do discurso uniu as representações simbólicas do corpo social, para que esse tecido social passe a compartilhar as mesmas imagens e signos mentais.

Acreditamos ainda, que a escrita avisina foi eficaz no que pretendeu exercer perante a sociedade de seu tempo, o papel dos livros foram fundamentais no jogo do poder, mesmo partindo de uma realidade onde os letrados eram um grupo muito limitado, o sucesso desse empreendimento dar-se graças a estruturas da mensagem empreendida por essa dinastia, pois a mesma conectava-se as estruturas mentais dos portugueses da Baixa Idade Média, assim o ler, ouvir ou ver nos hábitos pois pregamos que esta pretendeu abarcar o todo social, forneceria uma nova concepção de mundo o que faria destes ordenamentos escritos, ouvidos ou visualizados pelos exemplos, um elemento de engendramentos de comportamentos.

Essa escrita ousou transcender o mundo físico, para obter resultados no campo do imaginário, e por esse educar por princípios morais religiosos e filosóficos o tecido social, partindo do pressuposto de que ao exercer controle das mentalidades controlariam as ações. Assim, D. Duarte e Fernão Lopes buscaram infundir tal projeto, argumentamos ainda que para reforçar nossa tese de que apoiados em preceitos religiosos os escritos analisados sugestionaram modelos comportamentais a sociedade medieval portuguesa, que os padrões sugeridos por via religiosa podem convertessem em um conjunto de símbolos e sinais que visam condutas padronizadas, o que podemos enquadrar nos escritos avisinos, a *Crónica de D. João I* e o *Leal Conselheiro*.

Por fim, inferimos que a documentação analisada, parte da prosa moralística empreendida pela casa de Avis, foi revertida de uma aura mística e feitio doutrinário, e isso introduzido em uma sociedade marcada em alto grau por convicções religiosas, moldou os arquétipos idealizados pelo segundo monarca avisino e seu cronista mor. Modelos esses que no geral estavam impressos nas referências de bom português que se somava à postura de bom cristão. Um indivíduo que representavam a visão de mundo do monarca avisino e de seus escritos, como no capítulo 103 de seu *Leal Conselheiro* e outros que foram citados e analisados no corpo desse trabalho, pois o que grafou em sua obra é parte integrante do que fiava o D. Duarte, é parte de sua expressão, de seu perfil, de sua visão e projeção de sociedade ideal. Seu desejo de educar e cristalizar memória levou-o a encomendar as crônicas a Lopes, e a colocar-se como exemplo a ser seguido assim como os membros de sua família, acreditando que faria com o seu exemplo e o de seus pares fosse reproduzido pela nobreza, assim a família do rei educaria pelo exemplo sendo modelo ofertado a todos os fidalgos, esse espírito seria apropriado pelos grupos menos abonados, de forma, que uma família virtuosa no trono acabaria por gerar uma

sociedade virtuosa. O soberano moldaria assim a seu gosto sua corte, e por consequência o todo social.

A *Crónica de D. João I*, não foge a essa regra, aquele que encomendou estes escritos provavelmente tencionou a pena do cronista a um itinerário pré-estabelecido, fator que podemos observar nas análises realizadas que nos permite concluir que Fernão Lopes segue em linhas gerais um discurso filosófico e teológico presente nos textos duartinos, e o modelo comportamental idealizado nas páginas grafadas pelo cronista coadunam com os arquétipos sugestionados por D. Duarte, tanto que o modelo educativo mais presente em sua crônica é o de bom português, apoiador da facção religiosa dita verdadeira, são eles os apoiadores do messias de Lisboa, a mansa oliveira português. Seus modelos comportamentais são espelhos para um todo social, D. João I aos nobres e D. Nuno Álvares Pereira, modelo de português perfeito. Cabendo a cada um em seu estado apropriar-se dentro de suas limitações das benesses que tais exemplos forneciam. O que proporcionou aos monarcas a legitimidades que lhes faltava, a boa governança e uma memória positiva a seu respeito que através dos séculos ainda é relembrada em território português de forma positiva.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS:

D. DUARTE, D. **Leal Conselheiro**. Escrito pelo Senhor Dom Duarte, Rei de Portugal e do Algarve e Senhor de Ceuta. Fielmente copiado do manuscrito da Biblioteca Real de Paris. Lisboa, Na Typographia Rollandiana, 1843.

LOPES, Fernão. **Crônica DelRei Dom Ioham de Boa Memória, o primeiro deste nome e de Portugal o décimo**. Vol. I, cap. I. Fernão Lopes, Lisboa, 1644.

JOÃO I, (Dom). **Livro da Montaria: Feito por D. João I, Rei de Portugal**. Conforme o manuscrito N° 4352 da Biblioteca Nacional de Lisboa. Por (Francisco Maria Esteves Pereira). Publicado por ordem da Academia das Ciências de Lisboa, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1918.

PINA, Rui de. **Crônica do Rei D. Duarte**. Lisboa: Officina Ferreyriana, 1728. Ed. facsimilada. Introd. e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello e Irmão, 1914.

ESTUDOS:

ABUD, Katia Maria. **Ensino de História e Base Nacional Comum Curricular: Desafios, incertezas e possibilidades**. In: RIBEIRO JÚNIOR, Halferd Carlos; VELÉRIO, Mairon Escorsi. *Ensino de História e Currículo. Reflexões sobre a Base Nacional Curricular, formação de professores e prática de ensino*. Jundiaí: Paco Editoria, 2017, p.13-26.

ACCORSI Jr., Paulo. **“Do Azambujeiro Bravo à Mansa Oliveira Portuguesa”**. A **Prosa Civilizadora na Corte do Rei D. Duarte (1412-1438)**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Dissertação de Mestrado, 1997.

AZEVEDO, Hugo Rincon. **Estratégias de legitimação do reinado de D. João I (1385 – 1433) nas narrativas de Fernão Lopes e Gomes Zurara**. *Revista Mosaico*, v. 11, p. 168-178, 2018.

BARROS, José d’Assunção. **Memória e História: uma discussão conceitual**. *Tempos Históricos*, v. 15, p. 317-343, 2011.

_____. **História e memória: uma relação na confluência entre tempo e espaço**. *MOUSEION*, vol. 3, n.5, Jan-Jul/2009, p. 35-67.

BACZKO, Bronislaw. "Imaginação social". In: **Enciclopédia Einaudi**, s. 1. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Editora Portuguesa, 1985.

BELL, Aurbrey F. G. **Fernão Lopes**. *Novas Edições <<Ocidente>>*. Tradução do Inglês Álvaro Dória. 2ª Ed. corrigida. Lisboa, 1943.

BERBERT JUNIOR, Carlos Oiti. **A história e as aporias da narratividade: um estudo sobre Jorn Rusen, Paul Ricoer e Carlo Ginzburg**. In: MENEZES, Marcos Antônio de. E SERPA, Elio Cantalicio. *Escritas da História*. Minas Gerais: EDUFU, 2007.

BERGSON, Henri. **Resumo e Conclusão. Matéria e Memória. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito**. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **A memória ou os graus coexistentes da duração**. In: _____. *Memória e Vida*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. **Memória e Vida**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BENJAMIN, **Walter**. **Sobre o conceito da história**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. In *Walter Benjamin - Obras escolhidas*. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232.

- BÍBLIA SAGRADA: **Edição Pastoral**. São Paulo: Paulus, 1990.
- BLOCH, Marc. **A Sociedade Feudal**. São Paulo:Edições 70, 2010.
- _____. **A Sociedade Feudal**. Trad. Emanuel Lourenço Godinho. Lisboa: Edições 70, 1989.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; São Paulo: Difel, 1989.
- BRAGANÇA JÚNIOR, Alvaro. A Cavalaria na Idade Média – Entre a Guerra e a Civilização. In: ZIERER, Adriana (Org). **Cavalaria e Nobreza: Entre História e Literatura**. Maringá: Eduem, 2017.
- BRZEZINSKI, Iria. **Tramitação e desdobramentos da LDB/1996: embates entre projetos antagônicos de sociedade e de educação**. Trabalho, Educação, Saúde, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 2, p. 185-206, jul/out 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/tes/v8n2/a02v8n2.pdf>. Acesso 26 de jun de 2021.
- BURKE, Peter. **História como memória social**. _____. In: **Variedades de história cultural**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 67- 89.
- _____. **Testemunha ocular: história e imagem**. Trad. Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- CAIMI, Flávia Eloísa. **O livro didático de história e suas imperfeições: repercussões do PNLD após 20 anos**. In: ROCHA, Helenice; REZNIK, Luís; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. Rio de Janeiro: FGV, 2017, p. 33-54.
- CAMÕES, Luís de. **Os Lusíadas**. 4.a ed. – (prefácio de Álvaro Júlio da Costa Pimpão; apresentação de Aníbal Pinto de Castro). Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros. Instituto Camões, 2000.
- CANDIDO, Antonio. **A literatura e a formação do homem**. São Paulo: v.24, n. 9, p. 81-90. Ciência e cultura, 2002.
- CANDOU, Joel. **Memória e Identidade**. Trad. Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2014.
- CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- _____. **Literatura e História**. Rio de Janeiro, nº 1, pp. 197-216. Topoi, 1999.
- COSER, Miriam Cabral. **A dinastia de Avis e a construção da memória do português: uma análise das crônicas oficiais**. Cadernos de Ciências Humanas. **Especiaria**, v. 10, p. 703-727, 2007.
- _____. **De Primus Inter Pares a Soberano: O discurso político da realza portuguesa no limiar do séc. XV**. Ver. Univ. Rural, Sér. Ciências Humanas. Seropédica, RJ, EDUR, v. 29, n. 1 jan. –jun., 2007. p. 68-80.
- COSTA, Ricardo da. **Retórica na Antiguidade e na Idade Média**. Trans/form/Ação, Marabília, v. 42. Ed. Especial. p. 353-390, 2019.
- DUARTE, Luis Miguel. **D. Duarte**. Temas e debates. Portugal. Printer Portuguesa, 2005.
- ECO, Umberto. **Idade Média: Bárbaros cristãos e mulçumanos**. Portugal: Dom Quixote, 2010.
- ELIAS, N. O Processo Civilizador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, v. 1.
- FAORO, Raymundo. **Origem do Estado Português**. In; Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro. Ed., Globo. 2001.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **O uso do livro paradidático em sala de aula**. 1995.Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/38027>>. Acesso em: 25 de junho de 2021.

- FERNANDES, Raúl César Gouveia. **A pedagogia da alma no Orto do Esposo**. In: MONGELLI, Lênia Márcia. (Org.). *A literatura doutrinária na Corte de Avis*. São Paulo: Martins e Fontes, 2001.
- FERREIRA, Antonio Celso. **A narrativa histórica na prosa do mundo**. *Itinerários*, 15/16:133-140. Araraquara, 2000.
- _____. *Literatura - A fonte fecunda*. In: *O historiador e suas fontes*. LUCA, Tania Regina de; PINSKY, Carla Bassanezi. (Orgs.) São Paulo. Ed. Contexto, 2008.
- FONSECA, S. G. **Didática e prática de ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados**. Campinas, SP: Papyrus, 2003.
- FRANÇA, Susani Silveira Lemos. **A dimensão narrativa na crônica de Fernão Lopes**. *MÉTIS: história & cultura – v. 2, n. 4*, p. 167-178, jul./dez. 2003.
- _____. *Os reinos dos cronistas medievais (Século XV)*. São Paulo: Annablue; Brasília: Capes, 2016.
- FRANCO JR, Hilário. **A Idade média: nascimento do ocidente**, São Paulo: Brasiliense, 2001.
- FRANCO JR, Hilário. **O Feudalismo**. 1ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- FREITAS, Judith Gomes. In.: FONSECA, Luís Adão da (coord.). **Entre Portugal e a Galiza (Sécs. XI a XVIII). Um olhar peninsular sobre uma região histórica**. Porto: Fronteira do Caos, 2014, pp. 437-443.
- FURLANI, Jimena. **O Bicho vai pegar! - um olhar pós-estruturalista à Educação Sexual a partir dos livros paradidáticos infantis**. Tese de doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2005.
- GUIMARÃES, Marcela Lopes. **O corpo do rei: capítulos sobre saúde e doença em D. Duarte (1433-1438)**. v.22, n. 1. *Locus: Revista de história*. Juiz de Fora, 2016. p. 169-185.
- _____. **De Cícero A Fernão Lopes, Considerações Sobre a Amizade do Ocidente Medieval**. *Convergência Lusáda*, n. 26, julho – dezembro de 2011.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- LE GOFF, Jacques. **Memória**. In: _____. *História e Memória*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1990.
- _____. **O Homem Medieval**. ed. Presença. 1ª Edição. Lisboa, 1989.
- _____. **Para um novo conceito de Idade Média: tempo, trabalho e cultura no ocidente**. Lisboa: Estampa 1993.
- _____. **Uma história do corpo na Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- _____. **Uma longa Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário de Filosofia**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- LIMA, Douglas Mota Xavier de. **Uma história contestada: a História Medieval na Base Nacional Comum Curricular (2015-2017)**. v.26 – e2019101. Porto Alegre: Anos 90, 2019.
- LOBO, Isamar Gonçalves. **O tempo presente na obra de Eric Hobsbawm**. (Dissertação). Recife – PE: Universidade Federal de Pernambuco, 2003.
- MACEDO, J. R. **Repensando a Idade Média no Ensino de História**. In: KARNAL, Leandro (Org.) 2ª ed. *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2008.

- MAGALHÃES, Marcelo de Souza . **Apontamentos para pensar o ensino de História hoje: reformas curriculares, Ensino Médio e formação do professor.** *Revista Tempo*, vol. 11, n.21, p. 49-64, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/tem/v11n21/v11n21a05.pdf> Acesso 26 de jun de 2021.
- MALEVAL, Maria do Amparo Tavares. **Fernão Lopes e a retórica medieval.** Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2010.
- _____. **Da Retórica medieval.** In: Série estudos medievais 1 : metodologias [recurso eletrônico] / Gladis Massini-Cagliari... [et al.], organizadores. – Rio de Janeiro : ANPOLL, 2008.
- MARQUES, A.H Oliveira. **História da Portugal: das origens às revoluções liberais.** 7ª Edição. Palas Editores. Lisboa, 1977.
- _____. **Introdução.** In: MONGELLI, Lênia Márcia. (Org.). A literatura doutrinária na Corte de Avis. São Paulo: Martins e Fontes, 2001.
- MAUÉS, Fernando. **As ensinanças do livro do cavalgar.** In: MONGELLI, Lênia Márcia. (Org.). A literatura doutrinária na Corte de Avis. São Paulo: Martins e Fontes, 2001.
- MAUSS, Marcel, “**Les techniques du corps**”, *Journal de Psychologie*, XXXII, ne, 3-4, 15 mars - 15 avril 1936. (Trad. Bras. Paulo Neves). São Paulo, Cosac Naify, 2003.
- MELO, C. F. de C. B. de. **Senhores da História e do esquecimento: a construção do Brasil em dois manuais didáticos de História na segunda metade do século XIX.** Belo Horizonte, MG: Argumentum, 2008.
- MICHELAN, Kátia Brasilino. **Um rei em três versões: a construção da história de D. Afonso Henriques pelos cronistas medievais portugueses.** 1.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- MONTEIRO, João Gouveia. **Fernão Lopes: Texto e Contexto.** Coimbra: Livraria Minerva, 1988.
- MONGELLI, Lênia Márcia. **O deleite no boosco de Deus.** In: A literatura doutrinária na Corte de Avis. São Paulo: Martins e Fontes, 2001.
- MUNIZ, Márcio Ricardo Coelho. **Ainda sobre as fontes de Dom Duarte.** In: BATISTA, Risonete Souza & TELES, Célia Marques (Orgs.). *Anais do V Encontro Internacional de Estudos Medievais.* Salvador : Quarteto, 2005. v. 01. p. 160-166.
- _____. **O Leal Conselheiro e a tradição de Espelho de Príncipe: Considerações dobre o gênero.** In: PARRILA, Carmen (Org.). *Actas del IX Congreso Internacional de La Asociación Hispánica de Literatura Medieval.* Noia: 2005, Toxo Soutos. v. 2. p. 89-103. ISBN: 8496259749.
- _____. **Os leais e prudentes conselhos de El-Rei D. Duarte.** In: MONGELLI, LÊnia Márci et al. *Literatura doutrinária na corte de Avis.* São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 245-305.
- MUNSLOW, Alan. **Desconstruindo a História.** Trad. Renata Gaspar Nascimento. Petrópolis: Vozes, 2009.
- NAPOLITANO, Marcos; JUNQUEIRA, Mary Anne. **Negacionismos e Revisionismos: o conhecimento histórico sob ameaça.** FFLCH / USP – Universidade de São Paulo. 2019.
- NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares,** In: **Projeto História.** São Paulo: PUC, n. 10, 1993, p. 07-28.
- NORA, Pierre. **O Retorno do Fato.** in NORA & LÊ GOFF. *Novos Problemas.* Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- PASSOS, Maria Lúcia Perrone de Faro. **O herói na Crónica de D. João I, de Fernão Lopes.** Estudos e Ensaios. Lisboa: Prelo, 1974.

- PEREIRA, Paulo Alexandre. **Corte Imperial**. Corte In: TEODORO, Leandro Alves (Org.) *O ensino da fé cristã na Península Ibérica (séculos XIV e XV)*. Banco de dados (Online). 2019. Disponível em <https://umahistoriadapeninsula.com/corte-imperial/> . Consulta em: 15/08/2020.
- PESAVENTO, Sandra. **História e História Cultural**. 3ªed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- _____. **História & história cultural**. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- _____. **O mundo como texto: literaturas da História e da Literatura**. História da Educação. n. 14, p. 31-45. Pelotas: ASPHE/FaE/UFPel, 2003.
- PIMPÃO, Álvaro Júlio da Costa. **Notas**. In: CAMÕES. Luís de. **Os Lusíadas**. 4.a ed. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros. Instituto Camões, 2000.
- PINTO, José Marcelino de Rezende. **FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: UM BALANÇO DO GOVERNO FHC (1995-2002)**. Educ. Soc., Campinas, v. 23, n. 80, setembro/2002, p. 108-135. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>
- POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- _____. “Memória, esquecimento, silêncio.” In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: vol. 2, nº 3, 1989.
- PONTES, J.M. da Cruz. **Apostilas para a edição crítica do livro Corte Imperial**. Humanista, 2006.
- RIBEIRO, Josena Nascimento Lima; ZIERER, Adriana Maria de Souza. **A dinastia de avis e o “discurso do paço”**: uma análise da crônica de El-rei d. João I, da Boa Memória. VI Simpósio Nacional de História Cultural Escritas da História: Ver – Sentir – Narrar Universidade Federal do Piauí – UFPI Teresina-PI, 2012. ISBN: 978-85-98711-10-2.
- RICOEUR, Paul. **A memória A História e o Esquecimento**. 6ª reimpressão. Campinas SP: Editora da Unicampe, 2014.
- RICOEUR, Paul. **Entre mémoire et histoire**. Tr @ nsit online , Nr. 22/2002. Disponível em: <https://www.iwm.at/transit-online/entre-la-memoire-et-lhistoire/>
- RUSEN, Jorn. **A constituição narrativa do sentido histórico**. Razão histórica. Brasília: UNB, 2001.
- SANTOS, A. M. L. **A formação do Imaginário Social no Contexto da Revolução Portuguesa de Avis 1383 – 1385**. Monografia de Conclusão de Curso em História. Universidade Estadual do Maranhão, Curso de História. Imperatriz, 2015
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos Santos. **Memória Coletiva e Teoria Social**. São Paulo: Annablume, 2003.
- SANTOS, Zelo Aparecida Martins dos. **História e Literatura: uma relação possível**. R.cient./FAP, Curitiba, v.2, p. 117-126, jan./dez. 2007
- SAVIANI. Demerval, **ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NACIONAL: SISTEMA E CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, PLANO E FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO**. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 112, p. 769-787, jul.-set. 2010. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso 25 de jun de 2021.
- SCHMITT, Jean-Claude. **O corpo, os ritos, os sonhos, o tempo: Ensaio de antropologia medieval** Ed. Vozes. Petrópolis, 2014.
- SILVA, Edlene. Livros didáticos e ensino de história: A Idade Média nos manuais escolares do ensino fundamental. **História & Ensino**, Londrina, v. 17, n. 1, p. 07-31, jan./jun. 2011.

- SILVA, Kalina Vanderlei. **Dicionário de conceitos históricos**. 2ª Ed, 2ª reimpressão. São Paulo – Contexto, 2009.
- SILVA, Marco Antônio. A fetichização do livro didático no Brasil. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, vol. 37, n.3, p. 803-821, set-dez, 2012.
- SIQUEIRA, Ana Marcia. Cavalaria Entre o Real e o Ideal: Ressonâncias e Símbolos. In: ZIERER, Adriana (Org). **Cavalaria e Nobreza: Entre História e Literatura**. Maringá: Eduem, 2017.
- SLEIMAN, Michael. **As reais cortes da Corte Enperial**. In: MONGELLI, Lênia Márcia. (Org.). A literatura doutrinária na Corte de Avis. São Paulo: Martins e Fontes, 2001.
- SOUZA, Risonete Batista de. **Montaria: a saborosa arte de formar o cavaleiro**. In: MONGELLI, Lênia Márcia. (Org.). A literatura doutrinária na Corte de Avis. São Paulo: Martins e Fontes, 2001.
- TAVARES, Alice. **Raimundo Lulo e o Livro da Corte Imperial: Um exemplar de literatura de polémica judaico-religiosa medieval**. Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2018.
- TEIXEIRA, Igor Salomão. A Idade Média nos currículos escolares: as controvérsias nos debates sobre a BNCC. **Diálogos**, v.20, n.3, 16-29, 2017.
- TODOROV, Tzvetan. **Los Abusos de la Memoria**. trad. Miguel Salazar. Editorial Paidós, S.A, Buenos Aires, 2000.
- TOLEDO, Maria Rita de Almeida. **O Ensino Médio no Brasil: uma história de suas finalidades, modelos e sua atual reforma**. In: MACHADO, André Roberto de; TOLEDO, Maria Rita de Almeida. *Golpes na História e na Escola*. São Paulo: Cortez:ANPUH SP, 2017, p. 178-198.
- TREVISAN, Mariana Bonat. **A construção de saberes e valores da família régia da primeira geração de Avis no Portugal do século XV**. In: Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas. Rio de Janeiro, 2014.
- TREVISAN, Mariana Bonat. **A primeira geração de Avis: Uma família “exemplar” (Portugal – Século XV)**. Tese de Doutorado em História. Niterói - RJ: Universidade Federal Fluminense. 2016.
- VAINFAS, Ronaldo. **História das Mentalidades e História Cultural**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs) *Domínios da História: ensaios de Teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- VAUCHEZ, André. **A Espiritualidade na Idade Média Ocidental: séculos VIII a XIII**. Tradução Lucy Magalhães. Ed. Jorge Zahar. Rio de Janeiro, 1995.
- VENTURA, Margarida Garcez. **A Corte de D. Duarte: Política, cultura e afectos**. Lisboa, 2013.
- _____. **D. Duarte o Eloquentes 1433-1438**. Coleção Reis de Portugal. Lisboa, 2009.
- VEYNE, P. M. **Como se escreve a história**. Tradução de António José da Silva Moreira. Lisboa: Edições 70, 1983.
- VEYNE, P. M. **O Inventário das Diferenças**. Tradução de Sônia Aquino. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- WHITE, Hayden: **Meta-história: A imaginação Histórica do Século XIX** (tradução de José Laurênio de Melo), São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.
- WHITE, Hayden. **Teoria Literária e escrita da História**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1991, p. 21-48.
- YATES, Frances A. **A arte da memória**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

- ZIERER, Adriana. Conflitos Bélicos com Castela na Legitimação Simbólica do “Mexias de Lisboa” (1383-1385). ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História. **Anais ...**, Londrina, 2005.
- ZIERER, Adriana; BRAGANÇA JUNIOR, Alvaro. Irmãos D’armas e Irmãos D’almas – Cavalaria em Ações. In: ZIERER, Adriana (Org). **Cavalaria e Nobreza: Entre História e Literatura**. Maringá: Eduem, 2017.
- _____. Disciplinando pedagogicamente a nobreza: O Livro de Montaria, de D. João I. v. 2, n. 1, p. 19-25, **Imagens da Educação**, 2012.
- _____. Elementos Religiosos da Ascensão de D. João I ao Poder: O Messias, o Povo e a Cidade de Lisboa. XXIX Simpósio Nacional de História – Contra preconceitos: História e Democracia. **Anais ...**, Brasília, 2017.
- _____. **Estudos medievais no Maranhão: primeiros olhares**. São Luís: Eduema, 2017.
- _____. Modelos educativos de nobre e rei na Crónica de D. João I, de Fernão Lopes. **Acta Scientiarum. Education**. Maringá, v. 32, n. 1, p. 55-66, 2010.
- _____. **O Messianismo na Legitimação Simbólica de D. João I (1383-85/1233)**. In: **Politéia**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2006, v. 6, n. 1, p. 123-148.
- _____. **Paraíso, Escatologia e Messianismo em Portugal à Época de D. João I (1383-1385/1433)**. Tese de Doutorado em História. Niterói - RJ: Universidade Federal Fluminense, 2004.
- ZUMTHOR, Paul. **A letra e a voz: A "literatura" medieval**. tradução Amálio Pinheiro, Jerusa Pires Ferreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ANEXOS

Aula de aplicação do paradidático “*O medievo português e a Revolução de Avis*”

No Centro de Ensino União, localizado no Bairro Cafeteira/ Av. Liberdade S/n,
Imperatriz – MA.

Imagem 01: Alunos utilizando o paradidático.

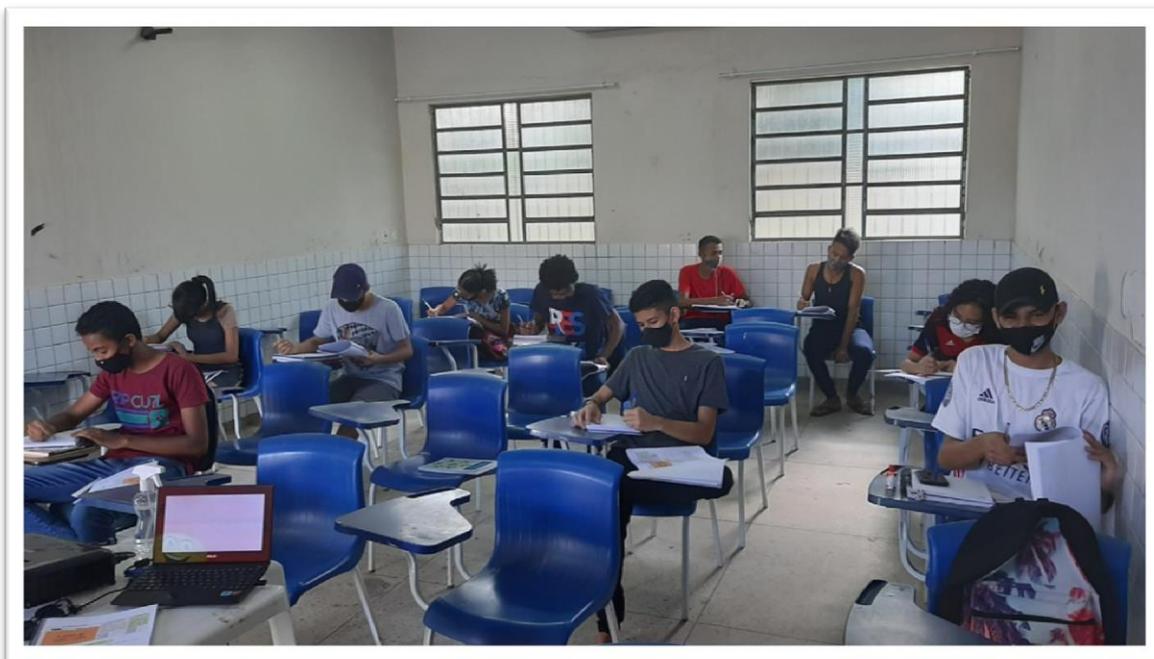


Imagem 02: Aluno fazendo leitura de *QR code* do paradidático

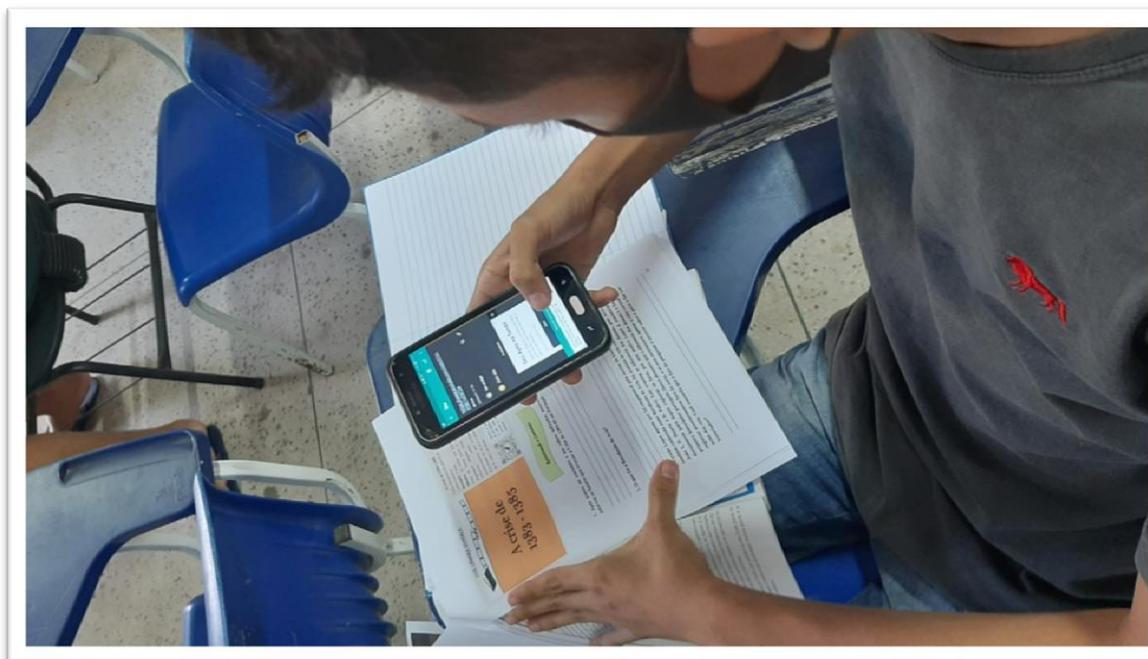


Imagem 03: Aluno Assistindo vídeo acessado pelo *QR code* do produto

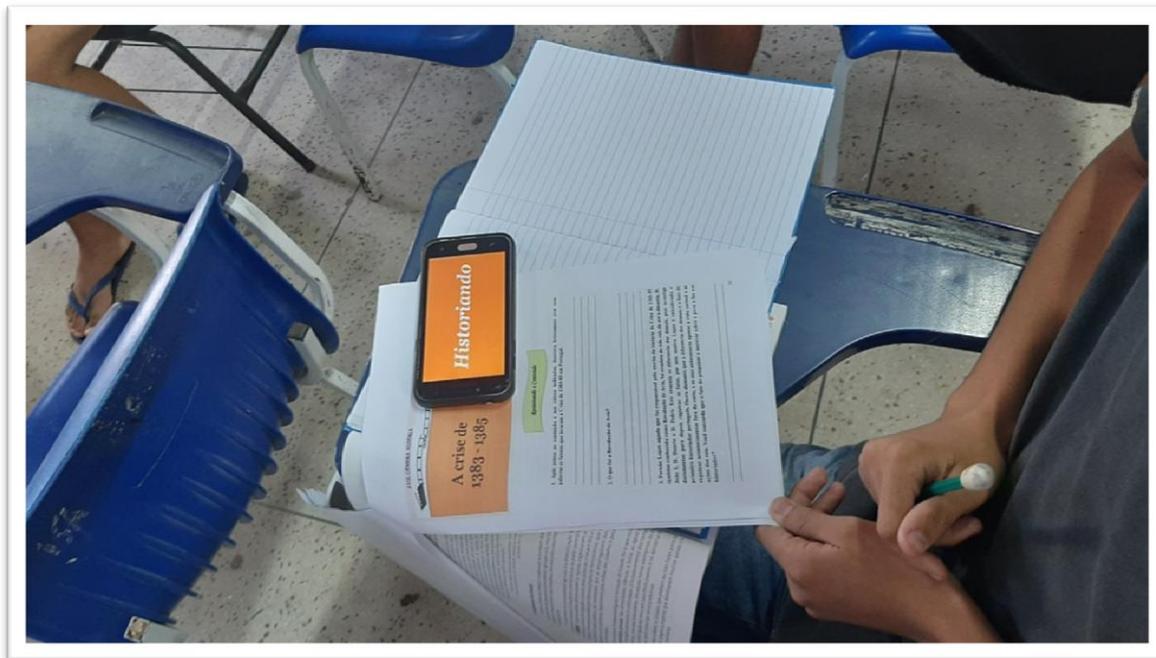


Imagem 04: Alunos fazendo Bloco de atividade

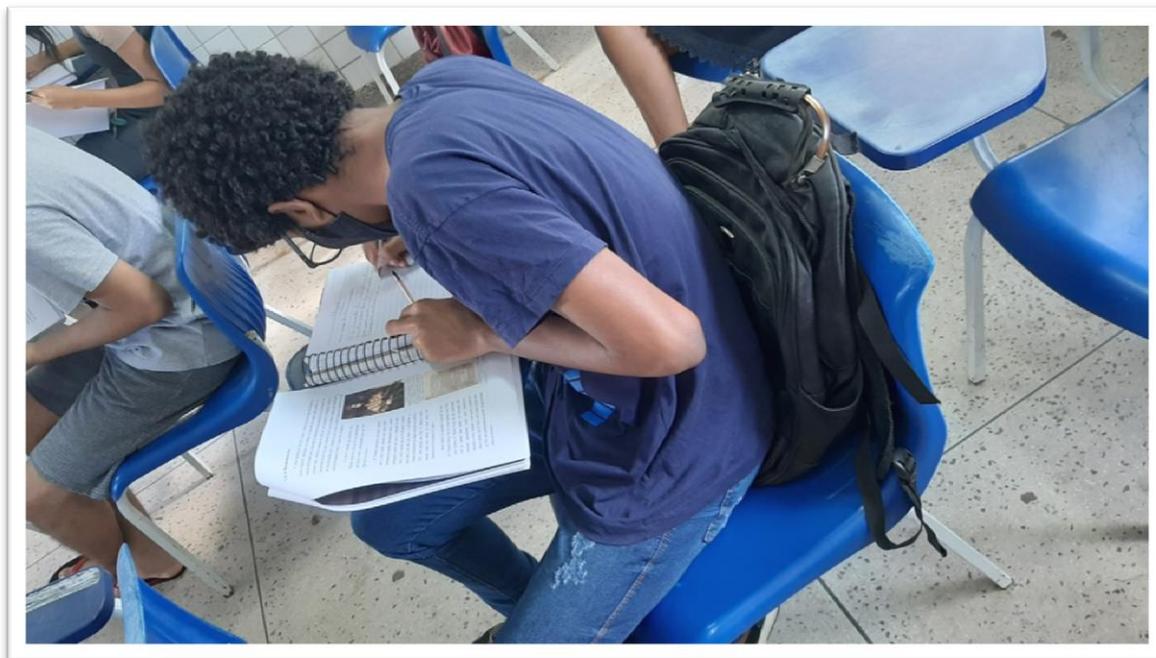


Imagem 05: Alunos com o paradidático após a aula



Imagem 06: Gestoras da Escola recebendo uma cópia do paradidático

